

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ALINE FAE STOCCO**

**DISTRIBUIÇÃO, IGUALDADE SOCIAL E  
DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA CUBANA**

**VITÓRIA  
2017**

ALINE FAE STOCCO

**DISTRIBUIÇÃO, IGUALDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: A  
EXPERIÊNCIA CUBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social, na linha de pesquisa Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Nakatani

Co-orientadora: Profa. Dra. Olga Perez Soto

VITÓRIA

2017





## ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DA ALUNA ALINE FAÉ STOCO

Às 08 horas do dia 09 do mês de junho do ano de 2017, na sala 806 – ED VIII/CCJE/UFES, campus de Goiabeiras, em Vitória (ES), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores Dr. Paulo Nakatani (Orientador), Dra. Olga Pérez Soto (Co-orientadora), Dr. Mauricio de Souza Sabadini (membro interno), Dr. Edmilson Silva Costa (membro externo) e Dra. Silvia Odriozola Guitart (membro externo), para a sessão pública de defesa de dissertação da aluna **Aline Faé Stocco**, com o tema: “DISTRIBUIÇÃO, IGUALDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA CUBANA”. O presidente deu início à sessão e passou a palavra à aluna, que fez sua exposição em 30 minutos. Os examinadores formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pela candidata. Em seguida, o presidente da sessão solicitou que os presentes deixassem a sala para que a banca fizesse as deliberações de julgamento. Feitas, convocou a aluna e os convidados para ingressarem novamente na sala. O presidente leu a decisão da banca, que foi pela *aprovação com distinção* da aluna. Por fim, o presidente da sessão alertou que a aluna somente poderá requerer o título de Doutora após o cumprimento de todos os requisitos para a conclusão do curso previstos no regimento do programa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora e pela candidata.

  
Prof. Dr. **Paulo Nakatani**

Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo

  
Profa. Dra. **Olga Pérez Soto**

Co-orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo

  
Prof. Dr. **Mauricio de Souza Sabadini**

Universidade Federal do Espírito Santo

  
Dr. **Edmilson Silva Costa**

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas

  
Profa. Dra. **Silvia Odriozola Guitart**

Universidade de Havana/Cuba

  
**Aline Faé Stocco**

A Reinaldo Antonio Carcanholo (*in  
memorian*) por sua contribuição intelectual  
à classe trabalhadora brasileira.

## RESUMO

Esta tese parte da experiência de construção do socialismo em Cuba para estudar as relações de distribuição em sua unidade com as relações sociais de produção. Nesse sentido, busca-se demonstrar que os resultados alcançados pelo país em termos de igualdades sociais e desenvolvimento estiveram relacionados à constituição de um sistema de distribuição que assumiu características particulares conferidas pela construção de relações socialistas de produção. Para isso, descreve-se o processo de socialização dos meios de produção que ocorreu no país a partir de 1959, bem como o estabelecimento da planificação como forma de regulação social da produção. Relacionado a isso, mostra o surgimento de novos mecanismos de apropriação da riqueza produzida no país o que, por sua vez, se configurou em um sistema de distribuição que passou a garantir a todos a satisfação de um conjunto de necessidades materiais e espirituais. Adicionalmente, expõe-se a amplitude da crise que Cuba vivenciou no início da década de noventa em virtude, pelo menos, do desaparecimento do Sistema Socialista Mundial e do acirramento do bloqueio econômico. Com isso, descrevem-se as medidas emergenciais adotadas pelo governo no sentido de conservar a experiência cubana de construção do socialismo. Em seguida, analisam-se as mudanças de caráter estrutural em relação ao surgimento de uma diversificação das formas de gestão dos meios de produção durante a década de noventa: a dualidade monetária e a segmentação da economia. Por fim, mostram-se as distorções que foram produzidas no sistema de distribuição e como o mesmo foi perdendo a capacidade de manter o nível de vida e de igualdade social alcançada até 1989, exigindo um novo processo de mudanças. Assim, finaliza-se evidenciando o elevado grau de complexidade que caracteriza as relações de distribuição na atualidade e analisa das mudanças que estão em curso dentro do denominado “processo de atualização do modelo econômico e social”.

Palavras-chave: Socialismo – Cuba – Distribuição – Igualdade.

## **RESUMEN**

La presente tesis aborda el estudio de las relaciones de distribución en su unidad con las relaciones sociales de producción, a partir de la experiencia de construcción del socialismo en Cuba. En este sentido, busca demostrar que los resultados alcanzados por el país en términos de igualdad social y desarrollo estuvieran relacionados con la constitución de un sistema de distribución que asumió características particulares conferidas por la construcción de relaciones de relaciones sociales de producción de carácter socialista. Para ello, se describe el proceso de socialización de los medios de producción que ocurrió en el país a partir de 1959; así como, el establecimiento de la planificación como forma de regulación social de la producción. Relacionado a ello, se muestra el surgimiento de nuevos mecanismos de apropiación de la riqueza producida en el país lo que, a su vez, se concretó en un sistema de distribución que pasó a garantizar a todos la satisfacción de un conjunto de necesidades materiales y espirituales. Adicionalmente, se expone la amplitud de la crisis que Cuba vivió en el inicio de la década de los años noventa, en virtud de la desaparición del Sistema Socialista Mundial e del recrudescimiento del bloque económico de Estados Unidos. Posteriormente, se describen las medidas emergentes adoptadas por el gobierno en aras de conservar la experiencia cubana de construcción del socialismo, y se analizan las transformaciones de carácter estructural que en el transcurso de la década del noventa fueron implementadas, relacionándolas al surgimiento de una diversificación de las formas de gestión de los medios de producción, la dualidad monetaria y la segmentación de la economía. Posteriormente, se muestran las distorsiones que fueron producidas en el sistema de distribución e cómo el mismo fue perdiendo la capacidad de mantener el nivel de vida y de igualdad de social alcanzada hasta 1989; exigiendo un nuevo proceso de transformaciones. Se finaliza evidenciando el elevado grado de complejidad que caracteriza a las relaciones de distribución en la actualidad y se analizan las transformaciones que están en curso dentro del denominado proceso de actualización del modelo económico y social.

Palabras claves: Socialismo – Cuba – Distribución – Igualdad.

## **ABSTRACT**

This thesis starts from the experience of construction of socialism in Cuba to study the relationship of distribution in its unit with social relations of production. In this sense, will be demonstrated that the results achieved by Cuba in social equality and development were related to the constitution of a distribution's system that assumed particular characteristics conferred by the construction of socialists relations of production. For this, describes the process of socialization of the means of production that occurred in the country after 1959, as well as the settle of the planning as the form of social regulation of production. Related to this, shown the rising of new mechanism of wealth appropriation produced in the country that resulted in a system of distribution that started to afford, for all folks, the satisfaction from their spiritual and material necessities. Additionally, exposes the range of the crises that Cuba had lived in the beginning of 1990's because of, at least, the fall of world socialist system and the hardening of economic block by USA. With this, describes the emergencial measures adopted by the government in order to conserves the Cuban experience in the construction of the socialism. Hence, analyses the structural changing that were implemented in relationship with the rising of a diversification of the management forms of the means of production during the 1990's: monetary duality and economic segmentation. Finally, shown distortions that were produced in the distribution's system, as well as how its system had been losing its capacity of maintain the standard of living and social equality achieved until 1989, which requiring a new process of changing. Hence, evidences the elevated degree of complexity that characterizes the actual relations of distribution; and analysis the changing that were in course within the denominated "process of actualization of economic and social model".

Key words: Socialism - Cuba - Distribution - Equality.



El sistema capitalista explota al hombre y no le importa si el hombre se muere, si no come, si no tiene medicinas, si no tiene nada, es otra forma de esclavitud tan humillante y tan brutal como la otra, independientemente de todas las humillaciones morales que tiene que sufrir el hombre en esa sociedad.

Fidel Castro

## AGRADECIMENTOS

Considero que a melhor parte de uma caminhada são as pessoas que encontramos pelo caminho e os laços de amizade e companheirismo que estabelecemos ao longo do percurso. O doutorado foi um processo intenso, difícil e repleto de tropeços e acertos, mas foi extremamente prazeroso, porque pude gozar da amizade e solidariedade de muitas pessoas. Sendo assim, sinto-me no dever de reconhecer e agradecer-las por terem participado diretamente desse momento.

Uma dessas pessoas, é o meu companheiro e cúmplice Alessandro, pois foi seu apoio incondicional em todos os momentos e decisões tornou possível chegar até aqui. Agradeço também aos meus pais e irmãos que sempre estiveram de prontidão para viabilizar todas as loucuras e devaneios necessários à realização desta tese, inclusive adotando Alessandro e, minha filha, Maria Luisa, durante os meses que passei em Cuba para o doutorado sanduíche.

Também quero registrar um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Paulo Nakatani que, desde 2001, tem sido para mim uma referência acadêmica. Sua paciência e incansável dedicação são objetos de minha admiração e respeito. Obrigado por essa oportunidade de trabalhar mais uma vez ao seu lado e compartilhar de seus conhecimentos.

Igualmente quero expressar minha gratidão à Profa. Olga Perez Soto que além de co-orientadora neste trabalho, tornou-se também uma amiga especial. Seus ensinamentos estão para além do escopo desta tese, assim como meu carinho. Além disso, é preciso registrar seu empenho em abrir as portas da *Universidad de La Habana*, e junto com a Profa. Silvia Odriossola, permitirem a realização do doutorado sanduíche na *Facultad de Economía*. Aliás, aproveito para agradecer à Arelys Esquenazi, Laura Galeano e Henry Colina, professores e pesquisadores daquela faculdade que compartilharam comigo minhas dúvidas e angustias acadêmicas durante o doutorado sanduíche em Cuba.

Ainda com relação ao período que passei em Cuba, é preciso registrar o apoio e carinho que recebi do casal Júlio e Magaly, minha família cubana. O empenho dos mesmos em tornar possível a realização desta tese não pode ser descrito nesse pequeno espaço para agradecimentos. Juntamente quero agradecer também aos amigos Gabriel Garcia, Thierry Diego Silva, a Maite Hernandez, a Tamara Santana e a Juan Carlos pelos alegres momentos vividos em Cuba.

Incluo ainda, um agradecimento à Profa. Maria Lúcia Teixeira Garcia. Primeiro por sua dedicação à docência e aos alunos, segundo, por seu apoio incondicional nessa caminhada. Como coordenadora do convênio de Cooperação Internacional entre Brasil, Chile e Cuba, foi também uma das responsáveis por tornar possível a realização do doutorado sanduíche. Ao que também, cabe agradecer aos professores e pesquisadores que participam desse convênio, pelos conhecimentos e experiências compartilhadas.

Da mesma maneira, foi de fundamental importância para os resultados desta tese, as atividades desempenhadas no grupo ‘Estudos Críticos do Desenvolvimento’, coordenado pelo Prof. Paulo Nakatani. As leituras e discussões compartilhadas com Adriana Ilha, Helder Gomes, André Dardengo, Aline Fardin e a professora Renata Couto me proporcionaram reflexões importantes.

Também quero agradecer a toda equipe do programa de Pós-graduação em Política Social, na qual incluo professores, funcionários e alunos. As conquistas alcançadas pelo programa são resultado da união e dedicação de todos e sinto-me honrada de fazer parte dessa família. Aproveito para fazer um agradecimento especial a minhas companheiras e amigas de todas as horas Aline Fardin, Célia Barbosa, Naara Campos, Livia Moraes e Camilla Nogueira a amizade de vocês foi essencial para concluir esse caminho.

Registro ainda o apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo – FAPES, instituição da qual fui bolsista. E o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para o doutorado sanduíche.

Simplemente, obrigada a todos que tornaram possível chegar até aqui!

## **LISTA DE SIGLAS**

BANSESCU – Banco de Seguros Sociales de Cuba

CADECA – Constituição das Casas de Câmbio Sociedade Anônima

CAME – Conselho Econômico de Ajuda Mútua

CCS – Cooperativa de Crédito y Servicio

CDR – Comité de Defensa de la Revolución

CEF – Comité Estatal de Finanzas

CETSS – Comité Estatal de Trabajo y Seguridad Social

CPA – Cooperativa

CUC – Peso Conversível

CUP – Peso Cubano

EJT – Ejército Juvenil del Trabajo

ELAM – Escuela Latinoamericana de Medicina

ICAIC – Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos

JUCEPLAN – Junta Central de Planificação

MINAGRI – Ministerio de la Agricultura

MINCIN – Ministerio del Comércio Interior

NEP – Nova Política Econômica

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONE – Oficina Nacional de Estadística

ONEI – Oficina Nacional de Estadística y Información

ORI – Organizações Revolucionárias Integradas

PCC – Partido Comunista de Cuba

PIB – Produto Interno Bruto

PRC – Partido Revolucionário Cubano

PYMES – Pequenas Y Medianas Empresas

SDPE – Sistema de Direção Planificada da Economia

SSM – Sistema Socialista Mundial

TRD – Tendas de Recuperação de Divisas “Tiendas de Recuperación de Divisas”

UBPC – Unidades Básicas de Produção Cooperativa

URSS – União das Repúblicas Socialista Soviéticas

ZF – Zonas Francas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Medidas econômicas adotadas na década de 1990 .....	63
Quadro 2 - Síntese das medidas implementadas em Cuba no período de 2011 a 2016 .....	84
Quadro 3 - Diversificação das fontes de ingressos monetários das famílias em Cuba .....	194
Quadro 4 - Segmentação dos mercados em Cuba: moeda e regulação.....	195

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Estrutura do Produto Social Global .....	152
Figura 2 - Regulações e componentes do Sistema Salarial .....	212

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do salário nominal e estimativas do salário real – 2000 a 2008 .....	188
Gráfico 2 – Evolução do emprego segundo a forma de gestão dos meios de produção .....	190
Gráfico 3 – Evolução dos ingressos monetários em Cuba – 1990 a 2010 .....	190
Gráfico 4 – Evolução das receitas e dos gastos orçamentários do Estado – 2000 a 2010 em % do PIB .....	204
Gráfico 5 – Perfil dos empregos segundo a forma de gestão dos meios de produção no .....	211
Gráfico 6 – Evolução dos gastos sociais em (%) do PIB – 2010 a 2015 .....	213



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Gestão da superfície agrícola dos anos 1996, 2000 e 2006 em % .....	181
Tabela 2 - Distribuição dos ingressos monetários provenientes de outras fontes por decil.....	193
Tabela 3- Evolução dos indicadores sociais selecionados – 2000 a 2010.....	203
Tabela 4 - Evolução do consumo total das famílias – 2002 a 2010 .....	207
Tabela 5 - Expansão das formas de gestão não estatal dos meios de produção em Cuba.....	210
Tabela 6 - Gestão da área agrícola em Cuba – 2012 e 2014 .....	210
Tabela 7 - Evolução do consumo total das famílias – 2010 a 2015 .....	214

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>PARTE 1 – A EXPERIÊNCIA CUBANA: CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NO SÉCULO XX E XXI .....</b>	<b>27</b>
<b>1 CUBA E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO .....</b>	<b>28</b>
1.1 TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO.....	31
1.1.1 As formas de propriedade dos meios de produção .....	33
1.1.2 O Estado Revolucionário.....	37
1.1.3 A planificação e as relações monetária-mercantis como mecanismos de40 regulação econômica.....	40
1.2 A CHEGADA DE CUBA AOS ANOS NOVENTA: CONTEXTO INTERNO E EXTERNO .....	46
1.2.1 Retificação do modelo econômico e social .....	47
1.2.2 Aspectos do contexto externo: crise estrutural do capital, neoliberalismo, fim do sistema socialista e as relações entre Cuba e Estados Unidos .....	51
<b>2 A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO CUBANO NO FINAL DO SÉCULO XX .....</b>	<b>59</b>
2.1 DO PERÍODO ESPECIAL AO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL .....	60
<b>2.1.1 Principais mudanças econômicas e sociais da década de 1990 .....</b>	<b>61</b>
2.1.1.1 Dolarização .....	64
2.1.1.2 Investimentos estrangeiros diretos .....	67
2.1.1.3 Novas formas de gestão da propriedade.....	69
2.1.1.4 A planificação combinada à reestruturação dos mercados .....	71
<b>2.1.2 Anos 2000: a “batalla de ideas” e novas mudanças .....</b>	<b>74</b>
<b>2.1.3 Processo de atualização do modelo de desenvolvimento econômico e social cubano .....</b>	<b>80</b>
<b>2.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROCESSO CUBANO E AS IMPLICAÇÕES</b>	<b>89</b>

SOBRE OS ASPECTOS DISTRIBUTIVOS.....	89
<b>PARTE 2 – A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO E AS RELAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO: POLÊMICAS DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO .....</b>	<b>92</b>
<b>3 AS BASES DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO .....</b>	<b>93</b>
3.1 O SOCIALISMO CIENTÍFICO FUNDADO POR MARX E ENGELS .....	94
<b>3.1.1 Os aportes de Marx e Engels: a ideal comunismo .....</b>	<b>98</b>
3.2 OS APORTES DE LÊNIN E O DEBATE DE SEU TEMPO: DO IMPERIALISMO AO SOCIALISMO.....	109
<b>3.2.1 Lênin e o início da revolução .....</b>	<b>111</b>
<b>4 AS POLÊMICAS E OS DEBATES NO BOJO DAS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO.....</b>	<b>114</b>
4.1 A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA E O DEBATE DOS ANOS 1920 .....	115
4.2 O GRANDE DEBATE DA DÉCADA DE 1960 .....	125
4.3 O SOCIALISMO NA DÉCADA DE 1980.....	132
4.4 O DEBATE DO SOCIALISMO NA CONTEMPORANEIDADE .....	134
<b>PARTE 3 – O MODELO CUBANO DE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL: SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS.....</b>	<b>138</b>
<b>5 OS FUNDAMENTOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM TEORIA E NA PRÁTICA DA REVOLUÇÃO CUBANA.....</b>	<b>139</b>
5.1 ELEMENTOS PARA UM SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO.....	139
<b>5.1.1 A reprodução social e os determinantes gerais da distribuição da produção.....</b>	<b>142</b>
<b>5.1.2 Os determinantes particulares da distribuição no capitalismo .....</b>	<b>144</b>
<b>5.1.3 Os determinantes particulares da distribuição na transição ao socialismo .....</b>	<b>148</b>
5.2 O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CUBA: BASES GERAIS .....	152
<b>5.2.1 A distribuição dos meios de produção .....</b>	<b>154</b>

<b>5.2.2 A acumulação e o consumo como expressão do processo de distribuição e redistribuição do produto do trabalho em Cuba .....</b>	<b>155</b>
<b>5.2.3 O trabalho e os ingressos monetários das famílias.....</b>	<b>157</b>
<b>5.2.4 O conjunto das políticas universais como mecanismo de apropriação do produto social.....</b>	<b>162</b>
5.2.5 As garantias da seguridade social.....	170
5.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DESAFIOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NO FINAL DOS ANOS 1980 .....	172
<b>6 AS RELAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO EM CUBA E OS DILEMAS DISTRIBUTIVOS NA ATUALIDADE.....</b>	<b>177</b>
6.1 CONTINUIDADES E RUPTURAS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NA EXPERIÊNCIA CUBANA .....	178
<b>6.1.1 A distribuição dos meios de produção e as decisões de acumulação e consumo em um novo contexto .....</b>	<b>180</b>
<b>6.1.2 O salário e a diversificação dos mecanismos de apropriação da renda individual.....</b>	<b>185</b>
6.1.2.1 <i>A dinâmica dos salários.....</i>	186
6.1.2.2 <i>Outros mecanismos de apropriação individual do produto.....</i>	189
6.1.2.3 <i>A segmentação dos mercados e as dificuldades em satisfazer as necessidades materiais.....</i>	194
6.1.2.4 <i>Reestratificação social no contexto de crise e de mudanças .....</i>	196
<b>6.1.3 A dinâmica distributiva das políticas universais.....</b>	<b>199</b>
6.2 OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DOS LINEAMENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL: NOVAS BASES DISTRIBUTIVAS? .....	207
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>227</b>

## INTRODUÇÃO

Os temas da desigualdade e da pobreza continuam ainda hoje gerando interrogações sobre como construir sociedades mais equitativas e justas. Dados publicados no relatório “Economia para o 1%” (OXFAM, 2016) revelaram que nos últimos cinco anos, a diferença entre a parcela mais rica da população e a metade mais pobre cresceu ainda mais. Nesse período, o 1% mais rico passou a acumular um volume de riqueza superior ao que possuíam os 99% da população mundial. E, dentro disso, 62 pessoas acumulavam juntas um estoque de riqueza equivalente ao que possuíam a metade mais pobre. Com isso, são crescentes as dificuldades que as famílias mais pobres encontram para sobreviver e se reproduzir.

No campo das políticas de combate a essas desigualdades, é possível observar um desmantelamento das chamadas políticas de promoção do bem-estar social, principalmente na Europa. Em contrapartida, se consolida um conjunto de intervenções públicas focalizadas nos mais pobres e nos grupos considerados “vulneráveis”, por meio das quais se busca exercer um controle social sobre essa parcela da população, frente ao crescimento dos conflitos que não estão mais restritos à periferia capitalista (WACQUANT. L, 2010).

Diante disso, as possibilidades para se construir uma sociedade menos desigual a partir de políticas redistributivas derivadas de um sistema de relações sociais de produção determinadas pela lógica de funcionamento do capital parecem ser cada vez mais restritas. Como parte disso, se tornam mais evidentes os limites estabelecidos pela natureza dessas políticas em responder aos anseios de melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Pois, se por um lado, expressam a luta dos trabalhadores por uma maior participação no produto do trabalho, ao mesmo tempo atendem também as necessidades do processo de acumulação do capital e de sua perpetuação. Ou seja, na medida em que essas políticas redistributivas derivam de relações sociais de produção caracterizadas pela exploração e pela desigualdade nas condições de produção e apropriação da riqueza, elas têm limitações tangíveis quanto à construção de padrões de igualdade e justiça social.

Por outro lado, Cuba tem se caracterizado como uma experiência singular em nosso tempo e em nosso continente. Isso porque, mesmo sendo um país pequeno,

com uma herança colonial e neocolonial de subordinação e dependência econômica e política, refletida na monocultura da cana-de-açúcar e do tabaco, no latifúndio e na dependência externa de produtos industrializados, logrou fazer uma revolução e construir uma sociedade caracterizada por elevados padrões de equidade e justiça social.

A transformação social promovida pelo movimento revolucionário resultou em um conjunto de conquistas sociais que estão refletidas na melhoria das condições de vida de sua população, medidas por indicadores sociais utilizados pelos organismos internacionais. Aliás, os resultados dos indicadores sociais medidos para Cuba, colocam o país junto aos países considerados mais desenvolvidos do mundo. Apesar das limitações internas da economia, do isolamento mundial e das agressões externas promovidas pelo governo norte-americano através do bloqueio econômico (PNUD, 2015).

Cabe destacar que, desde a primeira década da revolução, já se evidenciava a erradicação da pobreza no território cubano, tendo como referência não uma linha de pobreza a partir de valores monetários, mas o conjunto de bens e serviços garantidos a todos os cidadãos para a satisfação de suas necessidades (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). Conquistas que se expressaram de maneira tangível na melhoria das condições de vida da população e que, inclusive, permitiram que o país chegasse aos anos 1990 com parte dos objetivos sociais estabelecidos no âmbito das metas do milênio já alcançados.

Do exposto a acima, surgem interrogações relativas aos mecanismos distributivos que permitiram ao país alcançar tais resultados. Ao explicar essas importantes conquistas sociais, Espina Prieto (2011) os relacionou ao que chamou “espaços de igualdade” construídos no país a partir das transformações realizadas após 1959. Para a autora, foi estruturado um mecanismo de distribuição a partir de um conjunto de políticas de caráter universal, através da eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Assim, foram instituídos a propriedade social, os mecanismos de regulação social, o centralismo estatal e o consumo social como instrumentos de justiça distributiva, visando a homogeneização na distribuição da renda e o acesso irrestrito ao emprego.

Embora relacionando esses resultados às transformações ocorridas na organização da base econômica, a autora não os derivou do caráter que assumiu as

relações de distribuição no interior do processo de construção das novas relações sociais de produção. Ou seja, não colocou a experiência cubana de construção das relações socialistas de produção como determinante desses resultados.

Além dessas interrogações e ausências, as discussões realizadas no âmbito de um projeto de cooperação internacional foram deixando evidentes as dificuldades e limitações que existem para a aplicação dos conceitos de política social e/ou proteção social à realidade cubana. Esse projeto, coordenado pela Profa. Maria Lúcia T. Garcia, teve como objetivo estudar os sistemas de proteção social no Brasil, Cuba e Chile e contou com a participação de pesquisadores dos três países.

Em paralelo, os estudos realizados no grupo “Estudos Críticos do Desenvolvimento”, coordenado pelo prof. Paulo Nakatani, teve como foco as teses de construção histórica do socialismo. Esses estudos contribuíram para reafirmar a necessidade de analisar as conquistas sociais cubanas a partir da perspectiva de transformação da sociedade. Isso levou a pesquisa sobre a experiência de Cuba, definitivamente, para o campo das relações de distribuição e dos mecanismos de apropriação da riqueza que lá foram construídos.

Assim, a problematização geral que deu origem à pesquisa desenvolvida para elaboração desta tese, partiu da tentativa de identificar quais são os elementos, em essência, que diferenciam as políticas de promoção da equidade e da justiça social em países que vivenciam um processo de construção do socialismo. Isso levou à necessidade de investigar quais são os determinantes que atuam sobre as relações de distribuição que se expressaram em melhorias das condições de vida da população e nos elevados níveis de igualdade social em Cuba.

Com isso, o objetivo desta tese é demonstrar que os diferentes mecanismos de apropriação da riqueza estruturados em Cuba, a partir de 1959, estão passando por mudanças substanciais. Esses mecanismos possuem como determinantes relações socialistas de produção, que foram estruturadas a partir da socialização dos meios de produção estratégicos e da planificação como mecanismo principal, mas não o único, de regulação econômica e social. O que, em última instância, se refletiu em um sistema de distribuição com aspectos particulares e específicos conferidos tanto pelas transformações societárias socialistas, como pelas condições sócio-históricas herdadas do período anterior. Assim, as alterações distributivas produzidas pelas mudanças que começaram ainda na década de noventa são parte

de um processo maior de adaptação do socialismo cubano às novas condições criadas pelo contexto externo mundial.

Para isso a tese foi estruturada em três partes. A primeira tratou de caracterizar o contexto geral no qual estão inseridas as relações de distribuição que se constituíram em Cuba após 1959. Para isso, apresenta os determinantes históricos que, tanto permitem qualificar a experiência cubana como um projeto de construção do socialismo, como são responsáveis por conferir aspectos particulares ao sistema de distribuição e redistribuição que se configurou no país entre 1959 e meados de 2016. Esta parte, denominada “A experiência cubana: construção do socialismo no século XX e XXI”, está composta de dois capítulos em que são apresentados os 56 anos da revolução cubana, a partir de uma delimitação que levou em consideração o momento de maior inflexão da trajetória trilhada por Cuba após a vitória revolucionária. Esse marco temporal foi a crise econômica e social que se instaurou no país no início dos anos 1990 devido o desaparecimento do campo socialista e do Conselho Econômico de Ajuda Mútua.

Assim, no capítulo 1 são apresentadas as transformações que levaram a um rompimento das relações de produção capitalistas no país e os elementos fundamentais sobre os quais se buscou construir um novo sistema de relações de produção socialistas. Este capítulo traz, ainda, as contradições e dificuldades enfrentadas pela experiência cubana no final da década de oitenta, em especial no âmbito econômico, e os fatores externos que agregados ao contexto interno conduziram o país a uma grave crise.

No capítulo 2 tratou-se, então, de apresentar uma síntese das principais mudanças realizadas em Cuba durante esse período, relacionando-as com as estratégias econômicas e sociais que foram sendo adotadas pelo governo e de que maneira elas acabaram impactando no desenvolvimento social alcançado em Cuba.

A segunda parte buscou evidenciar a complexidade que envolve um processo de transformação societária, fazendo isso tanto a partir das teses de construção histórica do socialismo deixadas pelos clássicos, como de suas aplicações em diferentes países e em momentos históricos distintos. Denominada “A transição ao socialismo e as relações de distribuição: polêmicas do processo de transformação”, essa parte permitiu resgatar os aspectos gerais que estão circunscritos às teses de construção histórica do socialismo e de suas aplicações, tendo como eixo de análise



as relações de distribuição. Esta parte está composta pelos capítulos 3 e 4. No capítulo 3, se buscou realizar um resgate do debate sobre a transição ao socialismo em suas formulações originais pelos clássicos do marxismo, em particular as de Marx e Engels. Em seguida, foram expostos os avanços realizados com as contribuições de V. I. Lênin, aportadas no início do século XX.

Já o capítulo 4, tratou então de apresentar as principais dificuldades encontradas nas experiências concretas da aplicação das teses de construção histórica do socialismo, tendo como parâmetro as questões que envolviam aspectos relativos às relações de distribuição. Isso englobou a polêmica dos anos 1920, o grande debate dos anos 1950 e 1960, e posteriormente os problemas dos anos 1980 e 1990 devido ao desaparecimento do campo socialista. Ainda em relação à transição, foram apresentadas algumas considerações a respeito dos principais aspectos que aparecem dentro do debate teórico atual denominado socialismo do século XXI.

A última parte da tese, denominada “O modelo cubano de desenvolvimento e justiça social: sistema de distribuição e principais desafios”, está conformada pelos capítulos 5 e 6. Essa parte procurou demonstrar como o sistema de distribuição constituído em Cuba a partir de 1959 permitiu ao país distribuir o produto do trabalho social visando a construção de uma sociedade com elevados padrões de igualdade e justiça social. Isso se refletiu na melhoria das condições de vida da população. Mas, nas condições atuais, têm apresentado sérios problemas para continuar cumprindo essa função, exigindo assim mudanças nos principais mecanismos distributivos que o conformam.

Dentro disso, o capítulo 5 tratou primeiramente de estabelecer uma proposta metodológica de análise das relações de distribuição, vistas como parte de um sistema de relações sociais de produção. Para isso, se realizou um esforço de identificar os determinantes gerais e particulares das relações de distribuição no capitalismo e no socialismo, para aplicá-los ao caso de Cuba. Em seguida, o capítulo traz uma síntese histórica de como foi organizado o sistema de distribuição em Cuba, no período de 1959 a 1989, a partir dos diferentes esquemas de distribuição analisados e de seus principais mecanismos. Nesse sentido, as relações de distribuição foram analisadas considerando tanto as condições de repartição dos

meios de produção, como as do produto social, a partir de diferentes esquemas e mecanismos de distribuição e redistribuição.

O capítulo 6, por sua vez, descreve as modificações que as medidas estruturais da década de noventa provocaram nos diferentes esquemas distributivos existentes em Cuba, no período compreendido entre os anos 1990 a 2010. Também tratou de expor os dilemas distributivos que impuseram ao país um novo momento de mudanças, iniciado a partir de 2011, em virtude das dificuldades que se apresentaram nas condições externas no final dos anos 2000. Essas mudanças que foram denominadas “processo de atualização do modelo econômico e social” ainda estão em curso no país.

Por fim, as conclusões trazem uma síntese das principais constatações identificadas ao longo dos capítulos. Nesse sentido, foram ressaltados os aspectos particulares que caracterizaram as relações de distribuição em Cuba após 1959, conferidos principalmente pela forma estatal de gestão dos meios de produção e pela planificação centralizada como forma de regulação social da produção. Também foram destacadas as mudanças realizadas nesses determinantes distributivos, tendo em vista as dificuldades que se abateram sobre o país com o desaparecimento do Sistema Socialista Mundial, no início da década de noventa. Ainda se enfatizou o processo de reestratificação social que se desenvolveu no país em decorrência das alterações no sistema de distribuição, em especial as distorções relacionadas ao sistema salarial e aos ingressos monetários da população.

Esta tese se insere no campo das pesquisas que estudam aspectos das experiências concretas de socialismo, tendo como caso de estudo a experiência de Cuba e as relações de distribuição que foram constituídas a partir de 1959. Sobre isso, cabe destacar a ausência de trabalhos que analisem os mecanismos distributivos em Cuba a partir de uma visão sistêmica e que levem em consideração as características da sociedade que se busca construir. Aqui cabe citar Odriozola Guitart e Colina Hernández (2016), que considerando os desafios presentes atualmente nas relações de distribuição no país, buscaram realizar alguns estudos sobre o tema, considerando tais relações no sistema de relações socialistas de produção.

Embora seja possível encontrar uma farta literatura que analisa o sistema salarial e as políticas universais de maneira individualizada, o período estudado não

resgata em detalhes o funcionamento dos mesmos antes de 1989. O acesso à bibliografia relativa a esse período foi um desafio presente durante a elaboração desta tese. Além disso, é recorrente o uso do instrumental teórico e metodológico das correntes atualmente hegemônicas das ciências econômicas.

Assim, a realização desta tese requereu uma visão de totalidade histórica e de complementaridade entre os aspectos econômicos, políticos e sociais, muitas vezes negligenciados pelas investigações científicas, o que impôs um grau maior de dificuldade à pesquisa, o que explica suas limitações, mas também exige que sejam explicitadas certas escolhas.

Em relação a isso cabe destacar a decisão de apresentar a tese partindo de uma contextualização geral para, posteriormente estabelecer alguns parâmetros conceituais, e então analisar as relações de distribuição para o caso de Cuba. Essa estrutura se deriva da aplicação do próprio método usado, que ao analisar os fenômenos produz um caminho em que primeiramente se traz os elementos gerais para então analisar os aspectos particulares e específicos. Assim como do próprio objeto de estudo que apresenta continuidades e rupturas, mantendo aspectos de sua essência.

Além disso, optou-se por uma estrutura que apresentasse as mudanças que foram ocorrendo nos determinantes históricos das relações de distribuição, ao longo do tempo, quando de maneira usual usam uma periodização baseada no que consideram mudanças no modelo econômico e social do país. Isso implicou não apenas em um recorte temporal distinto, como em uma repetição dos períodos analisados.

Também, é preciso acrescentar as descontinuidades dos dados publicados oficialmente, assim como as limitações dos mesmos em contemplar e expressar todos os aspectos da realidade. Isso acabou resultando na utilização dos dados publicados pelo importante *“Instituto Nacional de Investigaciones Económicas”* constantes nos materiais publicados sobre as temáticas tratadas nesta tese.

Por fim, é preciso registrar que a elaboração desta tese envolveu um período de quatro meses de estudos em Cuba, desenvolvidos no âmbito do doutorado sanduíche na Faculdade de Economia da Universidade de Havana, e mais três visitas curtas para trabalho de campo.

**PARTE 1 – A EXPERIÊNCIA CUBANA: CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NO  
SÉCULO XX E XXI**

## 1 CUBA E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Até 1959, Cuba se caracterizava como um país pequeno e neocolonial com uma inserção periférica e dependente no sistema capitalista organizado em âmbito mundial em sua fase imperialista<sup>1</sup>. Isso porque a inserção do país nesse sistema se deu a partir de sua especialização na produção de produtos primários, mais especificamente na produção de açúcar, e de mercado consumidor de produtos industrializados produzidos em outros países. Assim, enquanto o setor produtor de açúcar avançou aumentando a produção, incorporando tecnologias e desenvolvendo as forças produtivas envolvidas nesse segmento, os demais setores ficaram estagnados e dependentes. Além disso, a pequena produção industrial que se verificava no país era controlada pelo capital internacional presente na ilha sob a forma de investimento estrangeiro direto.

Os diversos tratados comerciais<sup>2</sup> firmados na primeira metade do século XX, entre Cuba e os Estados Unidos, haviam tornado a ilha altamente dependente das relações comerciais com a República do Norte, dado que essa última acabou se transformando no principal destino das exportações cubanas e origem preponderante dos produtos importados consumidos no país. Além disso, desde o século XIX, capitalistas norte-americanos vinham investindo seus capitais na produção de açúcar em Cuba. Após a Guerra Hispano-Cubana e a interferência norte-americana na guerra, que acabou em um tratado entre Espanha e Estados Unidos, esse último assumiu o controle político e militar sob os antigos domínios da coroa espanhola. Em decorrência disso, conformou-se em Cuba uma estrutura institucional<sup>3</sup> que garantiu aos capitais oriundos dos Estados Unidos segurança e

---

<sup>1</sup> Até 1898, Cuba era uma colônia Espanhola na América e sua inserção no sistema capitalista, já organizado em âmbito mundial, se dava via sua relação com a metrópole.

<sup>2</sup> Em dezembro de 1902, o governo cubano firmou com os Estados Unidos o Tratado de Reciprocidad Comercial. O objetivo desse tratado era estreitar os laços de amizade entre ambos os países e facilitar suas relações comerciais, melhorando as condições de intercâmbio mercantil. Assim, além de reafirmar a isenção de impostos e taxas sobre os produtos até então comercializados livremente, estabeleceu-se para um conjunto de outras mercadorias uma escala de redução das alíquotas incidentes para a importação desde Cuba. Além disso, definiu a preferência comercial dos produtos de ambos os países em relação à produtos similares produzidos em outros países, com destaque para a preferência ao açúcar cubano no mercado norte-americano (Tratado de Reciprocidad Comercial entre la República de Cuba y los Estados Unidos de América, 1903). Um novo tratado foi assinado em 1934, e ampliou ainda mais as vantagens alfandegárias para as mercadorias de origem norte-americana (PINO SANTOS, 1973).

<sup>3</sup> Para além do Tratado de Reciprocidad Comercial anteriormente citado, através da Enmienda Platt, Cuba ficou subordinada aos auspícios do governo dos Estados Unidos, podendo esse último intervir política e militarmente em Cuba quando julgasse estar em perigo a independência do país e

rentabilidade, assim como garantiu privilégios às importações de produtos industriais norte-americanos.

Com efeito, o que ocorreu na primeira metade do século XX foi uma expressiva entrada de capitais estrangeiros norte-americanos que, até os anos 1930, esteve direcionada, principalmente, para a compra de terras e desenvolvimento da indústria do açúcar<sup>4</sup>. Depois disso, o país seguiu recebendo investimentos estrangeiros provenientes dos Estados Unidos também em outros setores da economia, como na prestação de serviços públicos e no setor bancário.

Como consequência desses fatores assinalados, a propriedade da terra tinha a forma de grandes latifúndios, controlados, sobretudo, por capitais estrangeiros. Segundo dados apresentados por Carriazo Moreno e Luís Rodríguez (1987), em 1958, os americanos possuíam, em Cuba, 36 centrais açucareiras que produziam 42% do açúcar, assegurando total domínio sobre esse setor da economia cubana. O domínio americano também se expressava na estrutura da propriedade da terra, visto que, em 1958, 13 dos principais latifúndios açucareiros norte-americanos controlavam 47,2% da área total destinada à indústria do açúcar no país. Além disso, a propriedade da terra era marcada pela concentração de enormes áreas, pois 8,5% das propriedades ocupavam mais de 70% das terras em Cuba.

Outro elemento fundamental para o funcionamento dessa estrutura econômica era o mercado de trabalho, que estava organizado de maneira a manter à disposição da indústria açucareira uma imensa massa de trabalhadores dispostos a receber baixos salários. Para isso, mantinha-se um alto nível de desemprego na economia cubana, evitando, inclusive, a diversificação industrial que pudesse gerar concorrência no mercado de trabalho (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Como um desdobramento desse baixo nível de emprego, o salário recebido pelos trabalhadores era também muito baixo, não sendo suficiente para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores. Apesar da existência de um salário mínimo, Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987) afirmam que ele não cobria os

---

governos comprometidos com a proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual (CLEMENTE VIVANCO, 1902).

<sup>4</sup> Segundo dados apresentados por Pino Santos (1973, p. 31), entre 1903 e 1928, o volume de investimentos norte-americanos em Cuba passou de 98 milhões de pesos para 1,5 bilhão de pesos. Desse montante, 53,2% foram direcionados ao setor açucareiro.

custos de reprodução da força de trabalho – em 1955, as famílias que recebiam o salário mínimo de 85 pesos mensais gastavam a cada mês 89 pesos.

Como efeito social do subdesenvolvimento, Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987) apontaram ainda o baixo nível educacional e cultural da população cubana nos anos anteriores à revolução. Os dados evidenciavam que mais de 20% da população era analfabeta, principalmente na área rural, onde esse indicador chegava a 41,7%. Além disso, segundo estimativas apresentadas pelos autores, existiam mais de 600 mil crianças em idade escolar fora da escola.

Esse modelo chamado de neocolonial, que se refletia em uma dependência produtiva, tecnológica, comercial, financeira, cultural e ética, repercutia principalmente nas condições de vida da população cubana, como retratou Fidel Castro (2007a) por ocasião de seu julgamento pelo ataque ao Quartel de Moncada. Ao escrever sua autodefesa intitulada *“La historia me absolverá”*, também conhecida como o *“Programa de Moncada”*, afirmou que havia em Cuba duzentas mil famílias vivendo em habitações precárias, quatrocentas mil amontoadas em barracões sem as mínimas condições de higiene e saúde, um milhão e duzentas mil pessoas pagavam aluguel que consumia entre um quinto a um terço de seus rendimentos, e um milhão e oitocentas mil pessoas não tinham acesso aos serviços de eletricidade. Ainda segundo Castro, no que se refere à saúde, 90% das crianças da área rural estavam contaminadas por parasitas e muitas morriam por falta de recursos médicos.

Foi a partir desse contexto econômico, social e político que se conformou em Cuba uma ampla aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, estudantes e pequenos proprietários que, a partir da luta armada, e inspirados pelo pensamento revolucionário de José Martí<sup>5</sup>, tomaram o poder político em Cuba.

---

<sup>5</sup> Cuba viveu as últimas décadas do século XIX lutando para se libertar dos laços coloniais que ainda a mantinham subordinada ao governo espanhol. Nesse processo, marcado, sobretudo por conflitos bélicos, destaca-se a influência do pensamento político, ideológico e humanista do líder e mártir José Martí. (LOYOLA VEGA, O, 2002). Fundador do Partido Revolucionário Cubano – PRC, José Martí defendeu e lutou por um pensamento independentista que vislumbrava não apenas a independência política para a América Espanhola, mas o que ele chamava de “segunda independência”. Em seu importante texto chamado *“Nuestra América”*, publicado em 1891, no México, José Martí conclamou o povo da América Latina a lutar por uma verdadeira libertação nacional. Ele explicou que, em muitos países que haviam alcançado a independência em relação à metrópole espanhola, a colônia seguiu vivendo dentro da república e alertou, inclusive, sobre os perigos que significavam os americanos do norte e a política expansionista e imperialista defendida amplamente nos Estados Unidos para o conjunto dos países da América Latina e para Cuba (MARTÍ, J. 1891 [2002, p. 17]). José Martí foi morto pelo exército espanhol logo no primeiro ano da guerra hispano-cubana iniciada, em 1895, e que tinha um caráter iminentemente nacional-libertador

Assim, a partir de 1º de janeiro de 1959, deram início a um conjunto de medidas que produziram grandes transformações na estrutura econômica e social do país, iniciando, assim, o que neste trabalho será considerado uma experiência de construção ao socialismo<sup>6</sup>.

Essa experiência, que completou 56 anos, está neste capítulo apresentada, a partir de seus aspectos mais gerais, seguindo uma subdivisão histórica que assumiu como marco de delimitação o momento de maior inflexão da trajetória trilhada por Cuba após a revolução<sup>7</sup>. Por isso, em um primeiro momento foram apresentadas as transformações que levaram a um rompimento das relações de produção capitalistas no país e os elementos fundamentais sobre os quais se buscou construir um novo sistema de relações de produção socialistas. O segundo momento tratou do período em que começaram a se manifestar as contradições e dificuldades que perpassavam a experiência cubana, em especial no âmbito econômico, e os fatores externos que agregados ao contexto interno conduziram o país a uma grave crise.

Objetivo desta incursão histórica é caracterizar o contexto geral no qual estão inseridas as relações de distribuição que se constituíram em Cuba após 1959, expondo os determinantes históricos que permitem qualificar a experiência cubana como um projeto de construção ao socialismo, assim como são responsáveis por conferir particularidades ao sistema de distribuição que se configurou no país durante os anos 1959 e 1989.

## 1.1 TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO

Já nos primeiros dias do governo revolucionário, um conjunto de medidas foi adotado tendo em vista a concretização do programa político da revolução<sup>8</sup>. E, como

---

e anticolonial, mas seu pensamento ainda hoje direciona os caminhos da revolução e das lutas sociais no mundo (LOYOLA VEGA, O, 2002).

<sup>6</sup> No capítulo seguinte, será apresentado um debate sobre esse momento a partir de um resgate teórico sobre o tema.

<sup>7</sup> Em diferentes análises da Revolução Cubana, utilizaram-se como delimitador histórico as mudanças que foram ocorrendo no modelo econômico e social, em que esse último é compreendido como uma forma sintética de expressar os aspectos essenciais dos mecanismos de funcionamento dos sistemas econômicos e sociais. Como nessa seção o objeto são as transformações e os fundamentos do sistema econômico e social que se conformou em Cuba após a revolução, optou-se por utilizar como delimitador histórico os fortes dilemas que se manifestaram no país no final da década de 1980 e que exigiram respostas mais complexas do que mudanças pontuais em mecanismos de funcionamento.

<sup>8</sup> Seguindo nesse propósito foi criado, ainda em janeiro, um ministério de recuperação dos bens públicos desviados por políticos e funcionários públicos corruptos. Em fevereiro, foi promulgada a



resultado dessas primeiras medidas, produziram-se mudanças nos latifúndios e os ganhos do capital internacional em Cuba. Isso atingiu, principalmente, os interesses dos capitalistas norte-americanos na ilha, além de ter desencadeado uma série de agressões e retaliações que envolveram não apenas atos terroristas e a invasão de Playa Girón<sup>9</sup>, mas o estabelecimento de um bloqueio econômico por parte do governo americano a Cuba. Também se praticou uma política de isolamento do país na região, sobretudo após a declaração do caráter socialista da revolução. Dessa forma, só restou à direção política o caminho de aproximação com os países do bloco socialista, tornando-se posteriormente membro do CAME e adotando internamente o modelo econômico e social, o qual vigorou nos países que compunham o chamado *socialismo real* e o Sistema Socialista Mundial (SSM).

Como é possível observar nesta seção, essas mudanças que foram sendo realizadas nos primeiros anos da revolução impactaram as condições de reprodução das relações de produção capitalistas e, como efeito, gestaram as condições internas que permitiram ao país decidir pela construção de novas relações sociais de produção com vistas a um projeto de transição ao socialismo.

Conforme constatado, à medida que as mudanças foram promovendo uma socialização dos meios de produção e a propriedade estatal foi se tornando a forma hegemônica de propriedade sobre eles, também foram sendo alteradas as relações entre os produtores, e desses com o Estado, exigindo novas transformações na superestrutura da sociedade. Nesse processo, a regulação econômica foi assumindo a forma da planificação realizada de maneira centralizada pelo Estado e direcionada pelas necessidades e prioridades estabelecidas pela população organizada a partir de diferentes instâncias de participação. Com isso, o próprio conjunto de instituições e relações que perpassam o Estado foram sendo alteradas e novos sistemas e

---

nova Constituição Federal e Fidel Castro assumiu o cargo de primeiro-ministro do país. Em paralelo, o governo planejou a reforma agrária, iniciou algumas intervenções nas empresas de serviços públicos reduzindo as tarifas e diminuiu o preço dos aluguéis e dos medicamentos (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

<sup>9</sup> No dia 15 de abril de 1961, o movimento contrarrevolucionário patrocinado pelo governo dos Estados Unidos empreendeu uma ofensiva militar contra Cuba. Aviões norte-americanos camuflados como se pertencessem à Força Aérea Cubana promoveram ataques a diversos aeroportos cubanos, causando prejuízos materiais e a morte de várias pessoas. Durante o enterro das vítimas do ataque militar e diante de uma multidão de pessoas, Fidel Castro declarou que a Revolução Cubana era uma Revolução Socialista (CASTRO RUZ, 1961). No dia seguinte, ocorreu uma tentativa de invasão de exilados cubanos, financiados pelo governo dos Estados Unidos, em Playa Girón, que foram combatidos pela própria população comandada pessoalmente por Fidel Castro.

mecanismos foram sendo criados para responder a esse conjunto de transformações.

Nesse sentido, cabe destacar que esta seção não está estruturada por etapas delimitadas a partir das mudanças que ocorreram no modelo econômico e social de 1959 a 1989, mas teve como enfoque as transformações nos elementos estruturais e supraestruturais da sociedade como a estrutura das relações de propriedade e a conformação do estado revolucionário. Dentro disso, destaca-se a ofensiva revolucionária iniciada em 1968 que estatizou praticamente todos os meios de produção em Cuba, a posterior eliminação de quase todas as relações monetário-mercantis, assim como a institucionalização política e econômica realizada na primeira metade da década de 1970, que também são considerados momentos delimitadores das diferentes etapas do modelo econômico e social.

### **1.1.1 As formas de propriedade dos meios de produção**

O processo de socialização dos meios de produção começou em 17 de maio de 1959, quando o governo promulgou a primeira lei de Reforma Agrária, a qual, em seu artigo primeiro, estabeleceu a abolição do latifúndio em Cuba. O referido dispositivo legal limitou a 402 hectares a extensão máxima de terra que uma pessoa poderia ser proprietária, com exceção para propriedades altamente produtivas que poderiam chegar a 1.340 hectares. Além disso, determinou a expropriação das terras que excedessem a esse limite e a distribuição delas entre camponeses e trabalhadores rurais que não possuíam terra para cultivar (CUBA, 1959).

Em seu artigo 15, a lei estabeleceu que somente cidadãos cubanos ou sociedades formadas por cubanos poderiam ter a propriedade da terra no país, excetuando os casos em que o Instituto Nacional de Reforma Agrária considerasse necessário ao desenvolvimento econômico nacional. Ainda indicou a necessidade de estimar uma extensão mínima de terra para cada família camponesa, fixando, inclusive, em 26,8 hectares como a extensão mínima para as famílias de cinco pessoas, parcela de terra que deveria ser repassada a elas de maneira gratuita. A lei também proibiu a comercialização das terras distribuídas pela reforma agrária, determinou o pagamento de indenizações aos antigos proprietários e orientou o fomento à formação de cooperativas nas terras em posse do Estado (CUBA, 1959).

Em consequência da aprovação e aplicação dessa lei, o governo dos Estados Unidos iniciou uma série de retaliações em que se destaca a redução da quota de importação do açúcar cubano. Em resposta, Cuba aprovou a Lei nº 851, que permitiu ao Presidente e ao Primeiro Ministro a expropriação de empresas norte-americanas (CUBA, Ley nº 851, 1960). Com isso, no dia 6 de agosto, foram nacionalizadas e estatizadas 26 empresas de propriedade do capital externo estadunidense no país, dentre as quais estavam empresas de serviços públicos, centrais açucareiras e algumas indústrias não açucareiras (CUBA, Resolución nº 01, 1960). Ainda foram nacionalizados e estatizados todos os bancos norte-americanos que operavam no país (CUBA, Resolución nº 02, 1960).

A partir desse momento, foi a burguesia nacional quem passou a adotar atitudes de agressão e boicotes ao processo revolucionário, dentre os quais se destacam: o abandono da direção das empresas, a recusa em comercializar produtos e serviços e o financiamento de grupos contrarrevolucionários. Esse fato levou à promulgação das Leis nº 890 e 891, em outubro de 1960, que estatizou 383 empresas industriais e comerciais de capital nacional e declarou pública a função bancária que passou a ser exercida unicamente pelo Estado. Em conjunto com tais legislações, ainda foram nacionalizadas e estatizadas mais 166 empresas norte-americanas (CUBA, Ley nº 890, 1960; CUBA, Ley nº 891, 1960). Para Rafael Rodríguez (1979), esse processo significou a transferência, para o Estado, de quase toda a indústria nacional com mais de 25 trabalhadores.

Ainda no ano de 1960, a lei que promoveu a reforma urbana no país reconheceu o direito de toda família a ter uma habitação, e traçou as diretrizes que a curto, médio e longo prazo tornariam esse direito efetivo em Cuba<sup>10</sup>. Os imóveis que estavam desocupados foram transferidos a outras famílias que necessitavam de uma habitação<sup>11</sup>, sendo vedada a permuta, venda ou transferência a outras pessoas (CUBA, Ley de la Reforma Urbana, 1960).

---

<sup>10</sup> De imediato, a lei aboliu os aluguéis de imóveis urbanos residenciais e comerciais e garantiu às famílias que habitavam imóveis alugados a compra deles por parcelas correspondentes ao preço do aluguel cobrado pelo proprietário em um espaço de tempo que poderia variar de 5 a 20 anos. Por outro lado, os antigos donos dos imóveis foram indenizados com os respectivos valores pagos por cada família, e àqueles que, ao término dos pagamentos, comprovassem ter uma renda inferior à \$250,00 pesos mensais, foi garantida uma renda mensal vitalícia (CUBA, Ley de la Reforma Urbana, 1960).

<sup>11</sup> Durante o período em que passei em Cuba, para o doutorado sanduíche, o local de minha moradia foi um espaço na casa de uma família cubana que foi beneficiada pela reforma urbana. O imóvel que havia sido abandonado pela burguesia nos primeiros anos da revolução foi entregue a um trabalhador rural que foi selecionado para trabalhar na segurança de Estado.

Ao analisar esse conjunto de leis, compartilha-se da visão apresentada por Rafael Rodríguez (1979) quando apontou que, embora o objetivo imediato da revolução não fosse o socialismo, mas um caráter democrático, nacional e anti-imperialista, o conteúdo progressista de seus objetivos e as estratégias adotadas deixou evidente que o caminho do desenvolvimento econômico adotado era incompatível com o sistema capitalista tal como ele se manifestava em Cuba. Pois, como bem identificou o autor, parte importante das propriedades expropriadas passou à esfera estatal, sendo administradas pelos representantes do povo. Ademais, outra parte importante foi transferida à própria população por meio da reforma agrária e da reforma urbana<sup>12</sup>.

No que tange à propriedade, a Lei 1.076, de 1962, ainda estatizou toda a rede comercial de roupas, tecidos, sapatos e construção civil, com exceção dos pequenos estabelecimentos comerciais de caráter familiar (CUBA, Ley nº 1.076, 1962). Em 1963, foi promulgada a segunda Lei de Reforma Agrária, que, com algumas exceções, expropriou todas as propriedades rurais maiores de 67 hectares<sup>13</sup> e as transformou em propriedade estatal (CUBA, Ley s/n, 1963). Por fim, em março de 1968, ocorreu uma ação que foi chamada de ofensiva revolucionária: Fidel Castro anunciou ao povo a proposta<sup>14</sup> de eliminação de todo o comércio privado do país (CASTRO RUZ, 1968).

Com isso, a propriedade privada dos meios de produção em Cuba ficou praticamente restrita às pequenas propriedades agrícolas na área rural. O Estado se

---

<sup>12</sup> Nisso, reside o ponto inicial de ruptura com a lógica da sociedade capitalista, que se desenvolveu posteriormente no país, pois uma parte dos trabalhadores, que até então possuíam apenas a opção de vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção como forma de garantir sua sobrevivência, passaram a ter acesso à terra e aos meios necessários para produzir aquilo que necessitava para sobreviver ou parte disso. Assim, verifica-se que a socialização dos meios de produção fundamentais em Cuba antecedeu, inclusive, a declaração do caráter socialista da revolução.

<sup>13</sup> A partir dessa nova lei, 70% das terras tornaram-se propriedade estatal e 30% se mantiveram nas mãos dos pequenos proprietários rurais. Segundo consta no corpo da lei, muitos proprietários de médias e grandes extensões de terras estavam obstruindo a produção alimentos, especulando com os produtos, destinando a produção para o mercado ilegal e financiando ações contrarrevolucionárias. Segundo analisou Rafael Rodríguez (1979), essa segunda reforma agrária consolidou e completou o processo de socialização da agricultura em Cuba, e, diferente da anterior, tinha um caráter definitivamente alinhado ao projeto de construção de uma sociedade socialista tal como enunciado em seu corpo.

<sup>14</sup> Essa proposta estava inserida em uma ideia de que era necessário agir para eliminar todas as atividades que desviassem recursos físicos e humanos do projeto de desenvolvimento assumido pela revolução, todas as formas de exploração de homens por outros homens e todos os mecanismos que garantiam a alguns uma posição considerada privilegiada em relação aos demais. A isso Fidel Castro (1968) acrescentou que não se podia seguir estimulando o individualismo e o egoísmo, quando o objetivo era construir um homem novo desprovido de sentimentos dessa ordem, tendo em vista a construção de outra sociedade.

tornou o sujeito proprietário dos meios de produção e a planificação se tornou o mecanismo de regulação da economia. O entendimento de que a propriedade socialista expressava-se na forma estatal e cooperativa sobre os meios de produção ficou, inclusive, registrado na nova Constituição aprovada em 1975, sendo alterada apenas no início dos anos noventa como será tratado posteriormente.

Aqui cabe refletir sobre as condições que influíram para essa configuração em relação à propriedade sobre os meios de produção, já que, se por um lado, conforme apontaram García Brigos et al. (2012), um dos elementos essenciais para compreender o processo de socialização foi a necessidade do governo revolucionário de responder aos ataques políticos, econômicos e militares dos Estados Unidos e suas forças aliadas internamente, por outro, a radicalização desse processo, a partir de 1963, pode estar relacionada à subscrição das lideranças cubanas às concepções hegemônicas na época em relação aos complexos e contraditórios desafios que conformam um processo de transição ao socialismo, materializado, sobretudo, no paradigma socialista que orientou os países do campo socialista soviético, também chamado de marxismo-leninismo, que assumiam como expressão máxima da propriedade socialista a forma estatal de propriedade sobre os meios de produção.

Além disso, García Valdés e Figueroa Arbelo [s/d] chamam atenção para algumas condições objetivas que não podem ser negligenciadas nesta análise. A primeira se refere à forma como estava estruturada a agricultura no país, que tinha o latifúndio como unidade central, o que tornou as grandes empresas estatais o caminho mais fácil de transformação dessa estrutura e mais compatível com a indústria e demais setores estatizados. Segundo, as primeiras estatizações que serviram de paradigma nesse processo de socialização foram os monopólios norte-americanos e as grandes empresas estrangeiras e nacionais, o que apresentava maiores oportunidades e melhores condições para a gestão a partir do Estado. Terceiro, que, ao ter a industrialização como um dos pilares da estratégia econômica, a propriedade estatal apresentava melhores condições objetivas de concretizá-la na medida em que o Estado teria o controle direto sobre processo de acumulação e melhores condições de acesso a crédito externo.

Nesse processo de transformações, não apenas a estrutura da propriedade a partir das formas jurídicas que a compunham e a gestão dessas propriedades foram sendo alteradas em Cuba, mas as relações de propriedade e apropriação também

foram assumindo novas determinações dadas pelas modificações que ocorreram no âmbito do Estado, conforme será apresentado na próxima seção deste capítulo.

### 1.1.2 O Estado Revolucionário

Em relação ao Estado, desde os primeiros dias da revolução, as mudanças operadas pelo movimento revolucionário na base material da sociedade foram criando a necessidade de novas instituições e transformando as antigas de maneira a produzir alterações no próprio Estado. Isso se expressou não apenas nos novos ministérios e órgãos criados para concretizar o projeto político da revolução, mas também no papel ativo que a massa popular passou a desempenhar na luta armada em defesa do projeto em desenvolvimento no país e na forma como passou a participar e deliberar, estando organizada a partir de diversos espaços e reunida, primeiramente, nas Organizações Revolucionárias Integradas – ORI e depois no Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba.

Redesenhando o processo revolucionário, é preciso resgatar que a destruição do exército que dava sustentação à ditadura de Fulgêncio Batista foi o passo inicial da tomada do poder político por parte das forças populares em Cuba. A concretização desse fato prosseguiu quando os líderes da revolução assumiram a direção do governo e, apoiados pelo Exército Rebelde formado pelos combatentes da guerrilha, iniciaram um conjunto de mudanças que acabou por transformar a natureza do próprio Estado. Antes órgão de dominação da minoria possuidora dos meios de produção, o Estado foi se confundindo com a própria massa popular que passou a dirigi-lo de maneira direta a partir das organizações criadas e, posteriormente, por meio do partido (BOTI, 1962[2009]).

Em seu discurso de 16 de abril de 1961, ao questionar à população quem detinha as armas no país, Fidel Castro (1961) deixou evidente que o poder político e militar do país estava sendo exercido pela massa popular que, organizada a partir das Milícias Nacionais Revolucionárias, se juntou ao Exército Rebelde para conformar as Forças Armadas Revolucionárias. Diante disso, Fidel Castro declarou, então, que aquela se constituía em uma revolução “*socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes*”.

Mas não apenas por isso, como bem assinalou Dorticós Torrado (2008, p. 219):

Los principales medios de producción habían pasado de manos de las empresas capitalistas extranjeras y nacionales a ser propiedad de todo el pueblo, es decir propiedad de nuestro Estado de obreros y campesinos. De ahí que el Estado se vea compelido a forjar organismos encargados de ejercer directamente esa propiedad de todo el pueblo sobre los medios de producción.

La creación de esos nuevos organismos estatales varían sustancialmente la composición y las propias funciones de Estado. El nuevo Estado cubano es la organización del poder político de las clases trabajadoras, dueñas de los principales medios de producción en nuestro país.

Dessa maneira, o Estado foi deixando de executar meramente alguns poucos serviços e políticas, para exercer de maneira direta e contundente a direção econômica do país por meio da planificação. E, sendo dirigido pelos trabalhadores e camponeses organizados em diferentes espaços de participação, tornou-se o responsável por combinar os fatores do processo de produção, de maneira a produzir as riquezas necessárias à satisfação das necessidades materiais e espirituais definidas pela própria massa popular.

A burguesia que já tinha perdido parte de seu aparato coercitivo – poder militar e a direção do Estado Burguês – perdeu também seu poder econômico com a nacionalização e a estatização das empresas e terras. Por outro lado, quem assumiu essas posições foi a grande massa popular, formada pelos operários, camponeses e demais trabalhadores. Conforme definiu Rafael Rodríguez (1979, p. 140),

[...] el Estado que nacionaliza ha dejado de ser una forma de dominio de la burguesía para convertirse, por su contenido, en un nuevo Estado en el cual los obreros y los campesinos constituyen las fuerzas sociales dominantes y en el que la ideología revolucionaria del proletariado es la que prevalece.

A criação de organizações de massa, como a Federação das Mulheres Cubanas, a Associação Nacional de Pequenos Agricultores, a Associação de Jovens Rebeldes, a nova organização sindical<sup>15</sup> e os Comitês de Defesa da Revolução, constituíram-se em canais de participação do povo nas tarefas e decisões relativas à condução do governo e da própria revolução. Nos primeiros anos da revolução, o

---

<sup>15</sup> A atuação dos trabalhadores e dos sindicatos nos primeiros dias da revolução foi fundamental para evitar um golpe militar orquestrado desde os Estados Unidos e consolidar o novo governo revolucionário. Além disso, dentre as principais medidas adotadas ainda no primeiro mês da revolução, estavam a revogação das decisões que limitavam a atuação dos sindicatos em Cuba e a revitalização da direção sindical e a promoção da livre sindicalização dos trabalhadores. Dentro disso, muitas empresas abandonadas pelos proprietários e diretores passaram a ser dirigidas pelos sindicatos e pelos trabalhadores comprometidos em manter a produção e o abastecimento da população (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

vínculo entre as lideranças políticas e as massas populares era de extrema aproximação e as decisões relativas à direção do Estado eram tomadas a partir de mecanismos de consulta popular direta. Ademais, importantes funções relativas à organização da sociedade passaram a ser exercidas diretamente pelo povo (GARCÍA BRIGOS, 2007).

A partir de 1961, implementaram-se as Juntas de Coordenação, Execução e Inspeção como uma primeira tentativa de estabelecer vínculos entre a administração central e as localidades. Essas instâncias foram compostas por representantes das organizações políticas, de massa e da administração central nos territórios. Posteriormente, elas foram substituídas pelas Administrações Locais, que, além dos referidos representantes, tinham também a presença de delegados eleitos pela população nas assembleias dos centros de trabalho e de bairros.

Assim, as mudanças que se processaram na organização do Estado, em sua forma de governo e no papel desempenhado pelas massas populares nessa faceta da gestão do Estado, imprimiram uma natureza particular à organização política em Cuba, que logo nos primeiros anos se caracterizou por uma relação orgânica com as massas, tendo sido essencial para a consolidação do processo de transformações em curso. Por outro lado, a instabilidade institucional e jurídica é marca desse período, a qual parece consolidada ainda quando as decisões não são mais expressão da participação direta das massas populares, mas da necessidade de responder de maneira rápida aos diferentes e complexos desafios e ameaças que particularizaram a experiência cubana.

Em 1975, quando se realizou o Primeiro Congresso do Partido Comunista, novas mudanças no âmbito do Estado foram realizadas, em que cabe destacar a promulgação de uma nova Constituição do país, a criação de uma nova divisão administrativa e a instituição dos órgãos do Poder Popular em substituição às Administrações Locais. Na verdade, esse formato da organização política já estava em funcionamento em caráter experimental na província de Matanzas, e nessa ocasião foram expandidos para todo o país. A institucionalização dos órgãos do Poder Popular consistiu na criação da Assembleia Nacional, com seu Conselho de Estado, das Assembleias Provinciais e Municipais, com seus respectivos executivos, os quais, a partir de então, se tornaram o principal fórum de participação popular das massas nas decisões do Estado cubano a partir de suas diferentes instâncias representativas (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975).



Como parte das mudanças realizadas aprovadas em 1975, tem-se também a adoção do Sistema de Direção Planificada da Economia (SDPE), que, em resumo, significou a implantação, em Cuba, do modelo de planificação de autogestão das empresas, também chamado por cálculo econômico, o qual funcionava nos países que compunham o campo socialista. A institucionalização desse sistema contribuiu para um distanciamento da atividade política das massas da esfera de reprodução material, ampliando as contradições que já estavam presentes entre o papel desempenhado pelo governo e seus dirigentes no que tange à necessidade de submeter as minorias às decisões da maioria, mas também de serem representantes direto das massas populares e suas necessidades (GARCIA BRIGOS, 2007).

Em resumo, no âmbito do processo revolucionário, o Estado também foi assumindo uma forma transitória, tornando-se não apenas o representante imediato da vontade popular exercida inicialmente de maneira direta e, posteriormente, por meio das organizações de massa, mas também direcionando e gerindo diretamente a produção e a apropriação da riqueza por meio da planificação centralizada da economia, ainda que nesse processo tenha mantido elementos de sua forma burguesa. Assim, a planificação, que será apresentada em seguida, é parte dos elementos estruturais que se constituíram no âmbito das transformações na base econômica e de um Estado que assumiu formas particulares, tendo em vista um processo de criação das condições para a construção ao socialismo.

### **1.1.3 A planificação e as relações monetária-mercantis como mecanismos de regulação econômica**

Na medida em que se alterou a estrutura da propriedade em Cuba, e o Estado foi tendo a posse sobre os principais meios de produção, tornou-se imperativo desenvolver novos mecanismos para gerir a produção e a apropriação de riquezas no país a partir das empresas estatizadas.

Nesse sentido, uma das instituições criadas a partir das novas funções do Estado foi a Junta Central de Planificação – JUCEPLAN<sup>16</sup>, que acabou se tornando

---

<sup>16</sup> A Junta Central de Planificação – JUCEPLAN foi criada em março de 1960, por meio da Lei nº 757, em substituição à Junta Nacional de Planificação, criada ainda durante o governo ditatorial de Fulgêncio Batista. Porém, com a estatização dos grandes monopólios estrangeiros e de quase toda a indústria nacional, a JUCEPLAN precisou assumir novas funções, adquirindo, então, uma nova institucionalidade pela lei nº 935 de fevereiro de 1961 (BELL; LÓPEZ; CARÁM, 2007).

responsável não apenas pelo estabelecimento de estratégias e políticas, mas também pela planificação da economia a partir da elaboração e o controle da execução dos planos de curto e longo prazo que passaram a sistematizar metas quantitativas detalhadas concernentes à produção, custo, força de trabalho, investimentos, abastecimento, comércio exterior, dentre outros aspectos da economia. Segundo Domenech Nieves (1981), esse processo teve início com a Lei nº 844 de junho de 1960, que estabeleceu a transferência das receitas de todas as empresas estatais para o orçamento público, sendo geridas, a partir de então, de maneira centralizada. Ao longo do ano seguinte, foi construído o primeiro plano que foi executado em 1962 (BELL; LÓPEZ; CARÁM, 2007).

A partir disso, a planificação se tornou o mecanismo de direção econômica em Cuba, porém combinou, ao mesmo tempo, dois modelos distintos. No setor industrial, funcionou a partir de um sistema desenvolvido pelos próprios técnicos e dirigentes do Ministério da Indústria e foi chamado de “Sistema Orçamentário de Financiamento”, cujo maior expoente foi Ernesto Che Guevara.

Esse sistema, que também será tratado no capítulo 2, tratou de agrupar as unidades produtivas industriais segundo suas afinidades tecnológicas, geográficas e de destinação dos produtos em grandes conglomerados que foram denominados de empresa consolidada. Essa última, por sua vez, era controlada a partir de órgãos centrais aos quais ficavam vinculadas suas respectivas direções administrativas e submetidas a um plano. Entre as empresas que compunham esse sistema, a circulação da produção não se dava através da compra e venda, mas por meio de transferências em que o dinheiro cumpria apenas a função de unidade de conta para gestão, controle e avaliação da produção e da empresa. Além disso, as empresas não tinham fundo próprio. Todo o faturamento era contabilizado dentro do orçamento nacional do Estado, e desse a empresa recebia fundos que usava para pagar os salários, realizar investimentos e pagar outros gastos conforme aprovado no plano (CHE GUEVARA, 2003).

Por outro lado, as empresas e unidades produtivas agrícolas que ficaram sob responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária funcionaram com um modelo de planificação baseado no chamado “Cálculo Econômico”, em que as empresas, embora submetidas ao plano nacional, são concebidas como unidades produtivas autônomas para construir seus planos e gerir os próprios fundos.

Assim, embora combinando dois métodos, a planificação e o plano, de maneira semelhante aos países chamados socialistas, tornaram-se os mecanismos de regulação econômica em oposição ao funcionamento anárquico do mercado que, anteriormente, se fazia presente na economia capitalista dependente do país. Isso significou que a produção de riqueza passou a ser dirigida pelo Estado, o qual, através de um conjunto de planos<sup>17</sup> integrados em um único plano econômico nacional, compatibilizava os fatores econômicos com as necessidades de consumo e de acumulação do país. O resultado da produção era, da mesma forma, distribuído por meio dos planos de alocações com preços previamente fixados (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, 1997).

O funcionamento desses dois modelos de planificação só foi alterado a partir de 1966, quando a planificação se concretizou em um modelo de direção econômica em que o papel do dinheiro, dos mecanismos de preço e da contabilidade foram reduzidos ao mínimo, eliminou-se o orçamento público e em substituição se criou um sistema de registro em unidades naturais (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, 1995). Cabe destacar que esse período é tratado de maneira muito sintética dentro da literatura que estuda os modelos econômicos de Cuba, o que impede uma caracterização mais detalhada.

Entre 1970 e 1975, novas mudanças foram introduzidas na planificação tendo como objetivo criar as condições para a implantação do *Cálculo Econômico* como modelo único de planificação para toda a economia nacional. Conforme descreve González Gutiérrez (1995), durante esse período se adotou um conjunto de medidas que fortaleceram o aparato institucional do Estado e reintroduziram o orçamento público, a circulação de dinheiro entre as empresas e o sistema contábil, assim como se realizou uma reforma salarial que reduziu uma série de gratuidades que haviam sido concedidas durante o período anterior.

Esse período de reestruturação da planificação culminou com a criação do chamado Sistema de Direção Planificada da Economia – SDPE e a elaboração do primeiro plano quinquenal derivado dos acordos bilaterais firmados no âmbito do CAME. Com isso, as empresas passaram a receber as metas de produção e os recursos produtivos em termos físicos através do plano, que também estabelecia a

---

<sup>17</sup> Alguns dos planos que conformavam o Plano Econômico Nacional: Plano de Produção, Plano de Abastecimento, Plano de Investimentos, Plano de Custos, Plano Financeiro, Plano de Força de Trabalho e Salários e Plano de Comércio Exterior e Divisas (BOTI, 2008).

distribuição da produção por alocações a preços fixos (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, 2010).

Conforme qualificou Díaz Vázquez (2010), esse modelo de planificação que se configurou no SDPE foi uma versão restringida do Cálculo Econômico, tanto da ideia soviética implantada na década de 1920 como das variantes que se originaram das reformas introduzidas posteriormente nos países que compunham a URSS. Assim, embora teoricamente esse modelo estivesse baseado na autogestão das empresas estatais, que deveriam ter fundos próprios geridos de maneira autônoma, na prática a planificação seguiu baseada em um modelo extremamente centralizado, em que os recursos eram administrados a partir das altas esferas governamentais e os planos das empresas acabavam representando apenas uma desagregação do plano nacional.

Segundo descreve Echeverría (1996), o plano nacional como principal instrumento de regulação e controle deliberava de maneira direta e indireta sobre os resultados concretos da produção até o âmbito da empresa. Além disso, havia um predomínio dos balanços materiais sobre as informações financeiras. O autor também destaca a redução do papel do dinheiro nas transações entre as empresas, que, segundo ele, se limitava a um instrumento que permitia homogeneizar os fluxos materiais sob a base de um denominador comum.

Em síntese, as maiores mudanças relacionadas à planificação, introduzidas a partir de 1975, foram a reintrodução dos estímulos materiais como alavanca para o cumprimento das metas estabelecidas no plano e a abertura para atuação de novos agentes econômicos com a criação das cooperativas agrícolas, a autorização do trabalho por conta própria e a criação de um mercado para comercialização de produtos fora do racionamento.

Com isso, de maneira geral, a planificação manteve, durante os primeiros trinta anos da revolução, as bases gerais sobre as quais foi estruturada ainda nos primeiros anos da década de 1960, apresentando durante todo esse período uma extrema centralização das decisões a partir do plano nacional com um predomínio dos aspectos materiais sobre os indicadores financeiros. Todavia, cabe destacar que, com a planificação e os canais de participação dos trabalhadores nesse processo de direção da economia, eles passaram a decidir sobre os objetivos da produção de riqueza, em oposição à situação anterior em que as decisões sobre a produção estavam limitadas aos capitalistas e aos seus interesses privados de

ampliação da acumulação de capital. Agora, a riqueza produzida em sua totalidade assumia como determinação as necessidades e objetivos estabelecidos pelas massas populares que tinham no Estado seu representante direto.

Foi o conjunto desses fundamentos estruturais materializados nas diferentes formas e mecanismos que assumiram as interações no processo de produção material e também os vínculos que se estabelecem fora desde, que imprimiram às relações sociais em Cuba aspectos e determinações particulares. Essas novas formas combinadas a mecanismos e formas anteriores criaram as condições nas quais se desenvolveu a experiência de construção ao socialismo de Cuba até meados da década de 1980, quando, frente a importantes desafios e contradições que se manifestavam no âmbito econômico, político e social, iniciou-se um processo que foi chamado de retificações de erros e tendências negativas que, combinado ao cenário externo, conduziu Cuba a uma grave crise, conforme será apresentado na próxima seção.

Essas transformações resultaram em avanços consideráveis que se expressaram na melhoria das condições de vida da população que teve garantido o direito à educação, à saúde, ao emprego e à renda. Além disso, a preocupação com o desenvolvimento pleno do ser humano manifestou-se nos investimentos realizados na área cultural e desportiva. Do ponto de vista da estrutura produtiva, o país expandiu a produção agroindustrial açucareira, a infraestrutura viária e portuária e a capacidade energética. Posteriormente, ao adotar como estratégia econômica um processo de industrialização concentrado nos bens de capital, o país conseguiu aumentar a produção em setores mais dinâmicos como o eletrônico, metalúrgico e químico. As taxas de crescimento econômico se mantiveram em patamares elevados, assim como o volume de emprego e renda também cresceram<sup>18</sup>. Segundo Herrera (2007, p.18),

[...] foi a propriedade nacional dos meios de produção que comandou a acumulação, controlou as importações, dirigiu a repartição, apoiou uma industrialização decerto só parcialmente articulada, mas adaptada às condições de um pequeno país dotado de recursos naturais reduzidos e tornou possível o esboço de uma alteração das vantagens comparativas para as exportações de forte valor acrescentado (medicamentos, biotecnologias, máquinas, componentes eletrônicos). Se se podem censurar certos excessos da opção açucareira ou as reais insuficiências da diversificação, torna-se difícil negar que durante 30 anos a

---

<sup>18</sup> Indicação de bibliografia a ser consultada para ver dados sobre isso: Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987); Luis Rodríguez (1990); Figueroa Albela (2003).

economia inteira foi posta ao serviço da edificação de um sistema de segurança social cujas realizações são internacionalmente reconhecidas e de uma redistribuição do rendimento que permitiu a redução das desigualdades e a homogeneização da sociedade.

Ou seja, em que pesem os reconhecidos avanços alcançados no âmbito das transformações realizadas em Cuba, tendo em vista os elevados objetivos de desenvolvimento tomados como diretrizes de sua experiência de construção do socialismo, essas transformações estiveram também repletas de dificuldades e contradições, que se evidenciaram em uma limitada capacidade de superar as deficiências econômicas herdadas e no surgimento de novos desequilíbrios. O bloqueio comercial e a política de isolamento promovida pelos Estados Unidos contra Cuba impediram que o país tivesse acesso ao mercado de peças de reposição e manutenção para o parque produtivo instalado. A isso, acrescentou-se uma defasagem de mão de obra qualificada dada a fuga dos quadros técnicos nos primeiros anos da revolução. Esses fatores infligiram ao país um processo de reconversão da base industrial e tecnológica do país e a necessidade de vultuosos investimentos também para formação de novos trabalhadores<sup>19</sup>.

Mas as dificuldades relacionadas ao isolamento externo não se limitaram a isso. A necessidade de obter divisas para garantir as importações necessárias à continuidade do processo produtivo direcionou ainda mais os recursos para a produção de açúcar e limitou as possibilidades de diversificação da produção logo nos primeiros anos. Além disso, frente aos objetivos de elevar o nível de vida da população cubana, submetida durante anos a precárias condições, e manter o apoio popular às transformações em curso, foi necessário estruturar uma ampla rede de serviços públicos que também exigiram grandes investimentos e absorveu parte da mão de obra disponível (FIGUEROA ALBELO, 2003).

Cabe destacar que esses fatores conformaram as condições que levaram Cuba a aderir ao Conselho Econômico de Ajuda Mútua – CAME em 1972, e, com isso, a partir de então, a adotar oficialmente os mecanismos econômicos, políticos e sociais que vigoravam nos países que compunham o Sistema Socialista de Economia Mundial. Dessa forma, a subscrição que se fez ao modelo de funcionamento do socialismo real não foi apenas uma opção ideológica, mas também uma necessidade frente às dificuldades econômicas que se manifestaram

---

<sup>19</sup> Para maiores detalhes, ver Saenz (2004)

sobretudo nos últimos anos da década de 1960. Mas, se por um lado, os acordos firmados no âmbito do CAME garantiram a Cuba mercado e preços favoráveis para sua produção de açúcar e acesso a recursos financeiros e tecnológicos, por outro, a especialização a que estavam submetidos os países membros condicionou uma redução da agricultura para consumo interno e aumentou a dependência do país da importação de bens de consumo e alimentos (FIGUEROA ALBELO, 2003).

Além disso, as plantas e tecnologias adquiridas no âmbito do campo socialista, caracterizadas pelos ganhos em escala, portanto marcadas pelo gigantismo, também já apresentavam defasagem em relação ao desenvolvimento tecnológico alcançado pelos países capitalistas. Em efeito, exigiam maior quantidade de insumos e matérias-primas que se expressaram em um aumento na importação de bens intermediários, e, conseqüentemente, reforçaram os desequilíbrios nas contas externas que acabaram sendo financiadas com endividamento (FIGUEROA ALBELO, 2003).

Assim, foi a manifestação desses desafios e contradições que, como será apresentado a seguir, conformaram parte do contexto interno que conduziu a experiência cubana para a crise que se instalou na década de 1990.

## 1.2 A CHEGADA DE CUBA AOS ANOS NOVENTA: CONTEXTO INTERNO E EXTERNO

O início da década de 1990 para Cuba foi também o início de uma grave crise econômica e social. Essa crise foi derivada da combinação de diferentes fatores internos e externos que, frente ao fim da União das Repúblicas Socialista Soviéticas – URSS, se tornaram mais complexos. Essa nova configuração interna e externa exigiu do país um posicionamento firme sobre os rumos que o país tomaria em relação ao processo revolucionário e que resultou na adoção de um conjunto de medidas implementadas durante os anos 1990, tendo como propósito assegurar a continuidade de sua experiência de construção ao socialismo.

Dessa maneira, o objetivo desta seção é fornecer um retrato geral do contexto interno e externo no qual Cuba estava inserida, fazendo isso a partir do apontamento de alguns aspectos centrais e particulares que se faziam presentes no período imediatamente anterior ao início da crise, o que aqui irá compreender os anos de 1985 a 1991. Essa tarefa é essencial para permitir uma compreensão da

gravidade da crise que abateu o país, expressa, principalmente, na deterioração das condições de vida da população durante a primeira metade dos anos 1990, mas também para problematizar as limitações presentes nas medidas adotadas, que, como será tratado posteriormente, não foram suficientes para resolver problemas que já estavam evidenciados antes da crise.

### **1.2.1 Retificação do modelo econômico e social**

Nos últimos anos da década de 1980, Cuba deu início a um processo de retificação de seu modelo econômico. Após adotar uma postura de autocrítica interna em que se reconheceram os avanços alcançados durante os 30 anos da revolução cubana, também se assumiu o diagnóstico de que muitos erros e insuficiências se fizeram presentes na experiência de transição ao socialismo em curso no país.

Do ponto de vista das atividades econômicas, observou-se que o crescimento econômico alcançado tinha sido baseado em um volume de importação superior à capacidade do país em gerar divisas. Além disso, os esforços para aumentar e diversificar as exportações também tinham sido baseados em um alto consumo de energia e de meios de produção que demandavam um volume crescente de importações impactando as contas externas. Dificuldades na execução dos investimentos haviam impedido a incorporação de novas instalações ao parque produtivo, assim como descumprimentos de normas e de metas de produção colaboravam para aumentar os problemas relativos ao funcionamento dos mecanismos econômicos (PARTIDO COMUNISTA CUBANO, 1986).

Segundo identificou Castro (1986), no encerramento do 3º Congresso do Partido Comunista Cubano, a crença em que a construção do socialismo era essencialmente uma questão de mecanismos, sobretudo econômicos<sup>20</sup>, havia resultado em uma redução do trabalho político do partido junto aos quadros e às massas, sendo esse fato uma das principais causas dos problemas de ineficiência, burocracia, condutas ilícitas e desvios que se havia constatado junto à população.

---

<sup>20</sup> Em relação a isso, Castro (1986) se referia especificamente ao Sistema de Direção e Planificação da Economia implantado, em Cuba, a partir de 1975. Esse sistema, ao combinar planificação centralizada da economia com um sistema de estímulos materiais baseados no cumprimento das metas estabelecidas nos planos, resultou em distorções na forma como se geria a produção no interior das empresas estatais, que, ao invés de buscarem aumentar a produtividade e reduzir custos para alcançar as metas, passaram a realizar os ajustes na qualidade dos produtos.



Essa postura em relação ao funcionamento automático dos mecanismos também foi atribuída aos conhecimentos limitados e essencialmente teóricos que se tinha em relação à construção do socialismo.

Nessa mesma perspectiva, a análise apresentada por Rodriguez (1990) também identificou na subscrição acrítica ao modelo de construção ao socialismo adotado em outros países um fator que influenciou os erros identificados no bojo do processo de retificação, mas reconheceu também que a própria implantação do Cálculo Econômico em Cuba foi perpassada por equívocos e problemas. Como exemplo, o autor apontou que os mecanismos econômicos adotados, em que se destaca o pagamento de estímulos salariais e que tinham como critério exclusivo a rentabilidade alcançada pelas empresas, fez com que elas priorizassem as atividades produtivas mais rentáveis. Com isso, descumpriam as metas estabelecidas para outras atividades que também eram necessárias para a reprodução social, impedindo que se efetivasse uma real planificação da economia. Além disso, o aumento da rentabilidade não estava vinculado a uma redução dos custos de produção e elevação da produtividade do trabalho, mas ao aumento de preços de comercialização dos produtos.

Dessa maneira, para Rodriguez (1990) a adoção de um sistema de gestão e estímulo da economia centrado nos estímulos materiais e no controle das empresas a partir de sua rentabilidade havia produzido desvios no funcionamento da economia em que se privilegiaram interesses individuais frente aos interesses sociais e coletivos. Segundo o autor, isso ocorreu principalmente pela ausência de normas e penalização para o descumprimento das normas e metas estabelecidas nos planos.

A partir de una planificación ineficiente, el sistema de estimulación tendió a organizarse – como se ha dicho – poniendo el énfasis fundamental en los mecanismos positivos de estimulación material sin que se establecieran los correspondientes elementos compensatorios penalizadores para un control adecuado de los mismos y subestimando completamente los estímulos de orden moral (RODRIGUEZ, 1990, p. 185).

Essas deficiências produziram impactos diretos na organização do trabalho e no sistema salarial. De acordo com o autor, a ampliação no pagamento de prêmios para a superação de metas de produção e de rentabilidade decorrentes, principalmente, da elevação dos preços dos produtos comercializados foi central para promover distorções salariais.

Ainda segundo Rodriguez (1990), a livre comercialização de uma parte da produção agrícola havia criado a figura do intermediário e estimulado a especulação com os preços dos produtos, prática que também havia sido identificada dentro dos espaços de atuação dos trabalhadores por conta própria.

Como aspecto central do processo de retificações de erros e tendências negativas, Castro (1986) destacou o trabalho político de conscientização das massas que deveria ser conduzido pelo partido, em que os mecanismos econômicos deveriam ser vistos como instrumentos auxiliares para a criação das condições necessárias à construção do socialismo. Dessa maneira, durante o 3º Congresso do Partido Comunista se aprovou um programa com medidas dirigidas a retificar os erros e tendências negativas identificadas.

Como resultado dessas medidas, reduziram-se os estímulos materiais, como a distribuição de prêmios monetários, e se ampliaram os estímulos de caráter moral. Ocorreu uma valorização do trabalho voluntário, em especial das microbrigadas para a construção de moradias, e se aumentaram os gastos nas áreas sociais. Também se implementaram medidas no sentido de introduzir mecanismos de direção econômica mais centralizados, em especial na elaboração do plano e de limitar as relações monetárias e mercantis, como a eliminação dos mercados agropecuários e artesanais. Além disso, iniciou-se um processo de racionalização das planilhas das empresas, buscando elevar a produção e mantendo a mesma alocação de recursos materiais e humanos, assim como se buscou diversificar as atividades econômicas fomentando atividades relacionadas ao turismo e à biotecnologia (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Com uma análise mais profunda desse período, Carranza Valdés e Monreal González (1997) apontaram que os principais entraves ao desenvolvimento cubano em meados dos anos 1980 estavam determinados pelo prolongamento no tempo de um modelo de acumulação baseado no crescimento econômico extensivo de baixa eficiência e alicerçado em transferências de recursos desde o exterior. A integração de Cuba ao CAME<sup>21</sup> (Conselho Econômico de Ajuda Mútua) havia permitido ao país somar à economia nacional recursos que possibilitaram altos níveis de investimentos

---

<sup>21</sup> Segundo Ferriol, Therborn e Castiñeiras (2004, p. 130, tradução nossa), o CAME foi “uma organização internacional fundada em 1949 e atuante segundo os princípios de plena equidade de seus participantes, tinha como função fundamental a coordenação do desenvolvimento econômico e social dos países socialistas”.

e expansão dos gastos sociais. Isso tudo porque, a partir dessa integração, o país se favoreceu de preços preferenciais, crédito, ajuda técnica e militar e compensações financeiras para os desequilíbrios comerciais.

Mas, de acordo com os autores, a insustentabilidade desse modelo de acumulação estava dada não apenas pela necessidade permanente de incorporação de recursos do exterior para seu funcionamento, mas pelo fato de que essas compensações agiam desestimulando o país a proceder, ao longo do tempo, uma mudança para um modelo de crescimento intensivo (CARRANZA VÁLDÉS, MONREAL GONZÁLEZ, 1997). A isso se pode acrescentar ainda um desestímulo à diversificação da produção.

E, para além das restrições determinadas pelo bloqueio econômico ao qual o país estava submetido desde os primeiros anos da revolução, e que será tratado mais adiante, da escassez de recursos naturais e da incapacidade de transformar um grande volume de recursos em aumentos permanentes das exportações, os autores ainda adicionaram ao anterior dois importantes problemas. Primeiro, que o crescimento extensivo exigia uma enorme quantidade de recursos para sua simples reprodução material. E, segundo, os investimentos executados não haviam produzidos alterações importantes na estrutura produtiva das exportações, assim como não modificaram o baixo grau de integração dos setores produtivos nacionais (CARRANZA VÁLDÉS, MONREAL GONZÁLEZ, 1997).

Dessa forma, os desafios colocados pelo contexto interno da revolução cubana no final da década de 1980 eram mais profundos e complexos do que suas manifestações aparentes e os aspectos apresentados nos discursos oficiais. Pois, se, por um lado, estavam relacionados à própria herança colonial de uma estrutura produtiva monoprodutora e exportadora de produto agroindustrial e às próprias limitações naturais e populacionais da ilha, por outro, refletiam a adoção de modelos e mecanismos de experiências de transição ao socialismo de outros países que não levavam em consideração as condições sócio-históricas de cada país.

Mas a isso se soma ainda um processo de acumulação que foi limitado para produzir as transformações na estrutura produtiva e elevar o grau de desenvolvimento das forças produtivas pelo menos ao patamar requerido pela constituição de uma base material correspondente aos objetivos mais imediatos do projeto societário em construção no que tange à satisfação das necessidades. Para Figueroa (2003), tratava-se de um esgotamento dos mecanismos econômicos que

se caracterizam pela ineficiência, descontrolo e burocratismo, resultado da desvinculação do partido das massas populares e da desatenção com o desenvolvimento social.

Agora, cabe destacar que esse contexto interno também era determinado por um contexto externo caracterizado pelo bloqueio norte-americano imposto ao país, em que a única alternativa<sup>22</sup> do governo cubano foi se aproximar e se incorporar ao grupo de países hegemonzado pela URSS, em um contexto mundial bipolarizado por duas grandes potenciais mundiais. Como será tratado em seguida, esse contexto externo também estava passando por grandes transformações, apresentando, no início da década de 1990, uma conformação ainda mais hostil ao país.

### **1.2.2 Aspectos do contexto externo: crise estrutural do capital, neoliberalismo, fim do sistema socialista e as relações entre Cuba e Estados Unidos**

Muito embora, desde os primeiros anos da revolução, Cuba tenha deixado de fazer parte do sistema mundial de economias capitalistas, os desafios e dificuldades que se tornaram mais complexos e aparentes durante a década de 1980 estão também relacionados com o processo global de desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Conforme apontou Monreal (1991), mesmo não tendo seu desenvolvimento econômico e social diretamente determinado pelas necessidades de acumulação do capital em termos mundiais, ao manter relações ativas com o mercado capitalista via comercialização de produtos e acesso ao crédito externo, o país também estava exposto aos processos desencadeados pela lógica do sistema capitalista. E, em virtude disso, foi impactado pelos desdobramentos da crise estrutural do capital iniciada nos últimos anos da década de 1960.

Em termos concretos, esses desdobramentos, ainda na década de 1960, se refletiram em Cuba a partir da diminuição do preço de suas exportações no mercado

---

<sup>22</sup> Castro (1991, p. 9), reafirmou isso na abertura do 4º Congresso do Partido Comunista da seguinte maneira: "cuando caímos bajo el férreo bloqueo de Estados Unidos, dueño de este hemisferio, que no quería saber de nada que se pareciera a una revolución, y mucho menos a una revolución socialista; cuando, incluso, nos cortaron los suministros de petróleo y recibimos la garantía de que nuestro país recibiría el petróleo que necesitaba, y que el azúcar para adquirir ese petróleo tendría mercado en la Unión Soviética; cuando recibimos solidaridad en todos los campos, desde el campo de la defensa hasta el campo del desarrollo económico; y cuando el bloqueo, el aislamiento, nos obligaron a trabajar en una dirección, solo había un camino, el camino de la amistad y la colaboración con los países socialistas, fundamentalmente la Unión Soviética".

internacional, das dificuldades de obtenção de crédito externo para seguir financiando seu projeto de desenvolvimento<sup>23</sup> e em um custo altíssimo para rolar a dívida já contratada. Por outro lado, a crise do capital que se desdobrou em uma reorganização do sistema capitalista em âmbito mundial promoveu mudanças substantivas no próprio movimento de acumulação do capital, tornando o contexto externo ainda mais agressivo à continuidade da experiência de transição ao socialismo em Cuba.

Após os trinta anos gloriosos de expansão econômica, o estoque de capital, no final da década de 1960, havia alcançado patamares muito elevados e o sistema capitalista começou a encontrar dificuldades para seguir ampliando seus ganhos a partir da produção e comercialização de mercadorias, evidenciando o que autores marxistas identificam como uma crise estrutural do sistema capitalista. Já a partir desse momento, o capital adotou diferentes estratégias para recompor sua taxa de lucratividade: reorganização da produção, desvalorização do capital constante, redução de custos e incorporação de novos territórios e populações.

Dentre essas estratégias, destaca-se o direcionamento de parte importante do estoque de capital para a esfera financeira, estimulando a criação de novos instrumentos especulativos. Esse processo se intensificou durante os anos 1970, estimulado principalmente pela instabilidade produzida a partir do fim da paridade monetária estabelecida no acordo de Bretton Woods e com a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros mundiais. Para Carcanholo e Nakatani (2015), o volume e a importância que assumiram esses instrumentos especulativos na dinâmica de reprodução e valorização do capital conferiram ao movimento de acumulação do capital aspectos históricos particulares que permitem diferenciar a atual etapa do sistema capitalista da etapa imediatamente anterior. Segundo a concepção dos autores,

[...] a fase atual de globalização no capitalismo constitui a fase de predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva e da consequente exacerbação da concorrência entre os grandes capitais produtivos que operam no âmbito internacional. Essa exacerbação tem como ponto de partida justamente a descomunal pressão que os ganhos especulativos exercem sobre o excedente-valor produzido. A fase capitalista da globalização caracteriza-se pelo aumento da exploração dos assalariados em todo o espaço capitalista e também, paradoxalmente, pela ampliação desmedida do consumo de produtos dispensáveis (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p. 35).

---

<sup>23</sup> Para informações adicionais sobre o assunto, ver Rodriguez (1990).

Ou seja, o capitalismo, tal como se apresenta atualmente, está organizado a partir de grandes frações de capitais controlados e dos países centrais, por um número cada vez menor de proprietários. Esses capitais se movimentam livremente entre os diferentes mercados e países, buscando sempre as maiores possibilidades de ganhos. Isso significa que o processo de acumulação se concentrou ainda mais nas grandes potências mundiais que, por meio de um processo de desregulamentação dos mercados e de mecanismos financeiros transnacionais, comandam a produção e o comércio de mercadorias no mundo.

As transformações no cenário internacional não estavam circunscritas às economias capitalistas; elas aconteceram ao mesmo tempo que, no campo que reunia os países socialistas, também se processavam importantes mudanças internas. Desde o final da década de 1950, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) acumulava algumas dificuldades<sup>24</sup> que foram se aprofundando na forma de conflitos sociais e econômicos, até que em meados da década de 1980, diante de um cenário interno alarmante, o então dirigente Gorbachev, com apoio dos altos dirigentes soviéticos, expôs a necessidade de se realizar profundas alterações no modelo de funcionamento do chamado *socialismo real* (RODRIGUES, 2006).

Desse modo, em meados de 1985, iniciou-se um processo de reestruturação econômica conhecido também como a *Perestroika*, combinado com um conjunto de reformas políticas, chamado *Glasnost*. Baseado em um diagnóstico claro e detalhado da realidade soviética, a reestruturação econômica tinha um programa direcionado para a recuperação do crescimento econômico, modernização do aparelho produtivo e do sistema de gestão e de promoção tecnológica, mas, segundo Rodrigues (2006), era bastante vago e inconsistente em relação às medidas concretas. Por outro lado, as reformas políticas eram vistas como uma condição para que a reestruturação econômica se tornasse efetiva. Para Mandel (1989), apesar de limitadas em promover um processo de democratização, a *Glasnost* buscava despertar uma participação popular para que, frente ao imobilismo

---

<sup>24</sup> Rodrigues (2006) destacou os seguintes problemas: redução na melhoria das condições de vida da população, baixo crescimento econômico, defasagem no desenvolvimento tecnológico em comparação ao ocidente, pesados gastos militares, degradação moral e motivacional. Além disso, expôs as mutações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorreram no interior dos países que compunham a URSS e em âmbito mundial, mostrando como isso criou uma efervescência social e intelectual que implicou na necessidade de realizar mudanças.

e resistências das esferas superiores da URSS, se garantisse a implementação das medidas necessárias à *Perestroika*.

Com isso, planejava-se uma abertura e liberalização no campo político, no campo da mídia e da liberdade de discussão e crítica, uma modernização nas instituições de representação e participação popular e uma flexibilização nos mecanismos de exercício do poder. Porém, na implementação, a liberalização da cultura e da mídia foi muito mais intensa que outros aspectos previstos (MANDEL, 1989). Cabe ressaltar que, com isso, se expôs à população severas críticas ao sistema com denúncias gravíssimas quando, ao mesmo tempo, não se apresentavam propostas efetivas de mudanças tanto econômicas como políticas.

As medidas liberalizantes que se concretizaram a partir de 1986 produziram dois resultados: desestruturaram o sistema de gestão econômica anterior, mas não foram capazes de organizar um novo sistema para estimular o crescimento econômico. Com isso, não foi possível paralisar o processo de deterioração das condições econômicas e do nível de vida da população (RODRIGUES, 2006). Por outro lado, a abertura política concretizada até então criou um ambiente político institucional que favoreceu a realização de uma série de manobras políticas, dentre as quais estão um golpe de Estado, que acabou entregando o poder ao grupo político de defendia a desintegração da URSS e o fim do socialismo real<sup>25</sup> (KEERAN; KENNY, 2013).

A desintegração do sistema soviético e do SSM também significou o fim do Conselho Econômico de Ajuda Mútua, que agregava os principais parceiros comerciais de Cuba. Dessa forma, o país perdeu não apenas os principais interlocutores comerciais, mas benefícios, vantagens e ajudas que possuía como país membro desse grupo<sup>26</sup>.

Embora já estivesse sendo impactada pelos problemas econômicos e políticos que vivenciavam os países membros do CAME, o desaparecimento do principal parceiro comercial desencadeou em Cuba uma crise econômica que resultou tanto em um abandono dos planos e medidas que vinham sendo

---

<sup>25</sup> Para maiores detalhes sobre essas manobras políticas, recomendam-se as seguintes obras: *Socialismo Traicionado: tras el colapso de la Unión Soviética 1917-1991*, de Roger Keeran e Thomas Kenny, e *El derrumbe del socialismo en Europa*, de José Luis Rodríguez García.

<sup>26</sup> Castro (1991), ao comentar os acontecimentos que se desenrolavam na antiga URSS, destacou que Cuba havia construído sua pauta e seus caminhos apoiados no que chamou de sólidos pilares, que já não existiam mais: o campo socialista e a União Soviética.

implementados dentro do processo de retificações<sup>27</sup> como exigiu do governo cubano a adoção de medidas emergenciais para atender às necessidades essenciais da população (MORALES DOMÍNGUEZ, 1996).

Cabe destacar que a desarticulação dessas relações estabelecidas entre os países que compunham o CAME impôs a Cuba, pela segunda<sup>28</sup> vez em 30 anos, um processo de reconversão de sua base industrial e tecnológica e de reorientação dos vínculos comerciais e financeiros. Esse fato imprimiu uma singularidade histórica à experiência cubana, que se expressou em um custo econômico altíssimo e prejudicou o país de realizar avanços em direção ao desenvolvimento das forças produtivas internas.

Assim, as relações de Cuba com o sistema capitalista, que se apresentava ainda mais instável e senil, não podiam continuar restritas ao âmbito comercial e creditício como estavam estruturadas até aquele momento. A inserção de Cuba ao movimento de acumulação do capital tornou-se uma necessidade, em que o grande desafio era, segundo Monreal (1991), evitar que os fenômenos intrínsecos do processo de acumulação do capital se convertessem em fatores determinantes do processo de desenvolvimento econômico e social cubano.

Todavia, as dificuldades para Cuba não se encerraram na desintegração do sistema soviético, pois, em virtude disso, o governo estadunidense adotou medidas para recrudescer o bloqueio imposto ao país desde fevereiro de 1962, quando o então presidente norte-americano Kennedy publicou um decreto cortando relações comerciais e financeiras com Cuba. Porém, ao longo dos anos, novas normas, medidas, regulações e sanções foram sendo impostas tanto a Cuba como aos países e empresas que mantinham relações com o país, com o objetivo de impedir qualquer desenvolvimento econômico e provocar descontentamentos internos da população cubana para com o processo de transformação em curso no país (DÁVALOS FERNÁNDEZ, 2012).

Dentro disso, cabe destacar o isolamento ao qual Cuba havia sido submetida dentro da América Latina, quando, em julho de 1964, no âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA, aprovou-se o fim das relações diplomáticas, comerciais

---

<sup>27</sup> Por ocasião do 4º Congresso do Partido Comunista, Castro (1991) elencou vários projetos que, como parte do programa de retificações de erros e tendências negativas, foram interrompidos. Da mesma maneira, Suárez Salazar (1997), sintetizou o que chamou de evidências empíricas do que significou a reversão do socialismo na antiga URSS para Cuba.

<sup>28</sup> A primeira vez que Cuba se viu obrigada a reconverter sua base tecnológica industrial foi nos primeiros anos da revolução. Processo descrito e problematizado por Tirso Sáenz (2004).



e de transporte dos países membros com a ilha, sendo mantidas apenas ajudas humanitárias (SÁNCHEZ-PARODI, 2012). Esse isolamento foi um dos fatores que aproximou Cuba do bloco soviético e sua posterior integração ao CAME.

Quando, em 1989, ocorreu a desintegração da URSS e, consequentemente, o fim do CAME, o governo dos Estados Unidos, comandado pelo então presidente George H. W. Bush, antevendo o isolamento comercial ao qual Cuba ficaria novamente submetida, empreendeu novas medidas de agressão<sup>29</sup> ao país que se configuraram na aprovação e promulgação da *Enmienda Torricelli*, denominada *Cuban Democracy Act* (Lei pela Democracia em Cuba). Embora promulgada em 1993, a lei havia sido apresentada ao Congresso ainda em 1991 e tinha por objetivo definir a política que seria adotada pelo país em relação a Cuba, tendo em vista uma transição “pacífica e democrática e de retorno do crescimento econômico” na ilha.

Na verdade, a Lei partiu de um conjunto de constatações que foram vistas como uma oportunidade para asfixiar o governo cubano e acabar com o processo revolucionário em curso no país. Dentre essas constatações, destacou-se a redução do apoio recebido pelo país, tendo em vista os acontecimentos na antiga URSS e as ameaças de desabastecimento, em especial de alimentos e petróleo. Além disso, considerou-se que era o momento do governo norte-americano exigir a colaboração dos aliados europeus para a tarefa de acabar com a construção do socialismo em Cuba (CUBAN DEMOCRACY ACT, 1992).

Nesse sentido, a estratégia estabelecida tratava de exigir o fim de qualquer ajuda técnica, militar, econômica ou assistencial concedida por qualquer nação a Cuba e manter as sanções aplicadas desde os Estados Unidos. E, frente a uma possível derrota cubana, o governo norte-americano deveria, de imediato, desenvolver uma política abrangente com a ilha, que previa ajuda financeira, reintrodução de instituições financeiras e suspensão imediata das sanções (CUBAN DEMOCRACY ACT, 1992).

A lei estabeleceu claramente que o governo deveria pressionar os países para reduzir suas relações comerciais com Cuba e penalizar aqueles que em suas relações com a ilha ofereciam qualquer benefício como subsídios, vantagem

---

<sup>29</sup> Conforme aponta Suárez Salazar (1997), a aprovação da lei foi precedida por uma apatia oficial do governo estadunidense para com ações terroristas executadas contra Cuba por movimentos contrarrevolucionários sediados em Miami, pelo aumento da ajuda financeira para ações subversivas contra o governo cubano e por ameaçadoras manobras militares no mar e na Base Naval em Guantánamo.

comercial e tratamento tarifário diferenciado, dentre outros. Além disso, restringiu as exportações e ajudas humanitárias a Cuba partindo dos Estados Unidos e proibiu a emissão de licenças para que empresas transnacionais controladas por empresas americanas realizassem transações com a ilha. Como parte da lei, ainda ficou estabelecido um prazo de 180 dias para que os navios que tenham ancorado em portos cubanos pudessem realizar atividades em portos americanos (CUBAN DEMOCRACY ACT, 1992).

Outra determinação presente na lei foi a redução do montante de dinheiro que poderia ser utilizado por pessoas em viagem a Cuba. Com isso, pretendia-se dificultar o acesso do governo cubano à moeda americana. Após a entrada em vigência da *Cuban Democracy Act*, novas medidas restritivas foram adotadas no sentido de reduzir o número de pessoas em viagens para Cuba e o montante de remessas enviadas por cubanos residentes nos Estados Unidos aos familiares na ilha (SUÁREZ SALAZAR, 1997).

Por fim, ainda na década de 1990, e durante o mandato presidencial de Bill Clinton, o congresso americano aprovou e posteriormente o presidente promulgou a Lei Helms-Burton, que, dentre outras coisas, buscou impedir que outros países realizassem investimentos estrangeiros em Cuba. Para Suárez Salazar (1997, p. 134), essa lei estava direcionada a

endurecer el bloqueo, a extender la extraterritorialidad de las leyes estadounidenses respecto a Cuba, a sancionar duramente a todos los actores norteamericanos e internacionales que mantengan relaciones normales con la Isla, a eliminar los espacios de maniobra que tiene el ejecutivo en el diseño de la política hacia la mayor de las Antillas, así como condicionar la naturaleza de la institucionalidad que - a su decir - 'deberá tener cualquier gobierno que suceda al del presidente Fidel Castro'. Además, busca definir la política que frente al mismo deberá mantener cualquier gobierno norteamericano.

Dessa maneira, o início da década de 1990 representou também, para Cuba, o início de uma nova fase em suas relações com os Estados Unidos em que o aspecto principal foi o recrudescimento do bloqueio, não apenas no que tange às relações bilaterais entre as duas nações, mas extrapolando as determinações norte-americanas para outras nações. Além disso, significou também a institucionalização política e jurídica das medidas de agressão empreendidas contra Cuba, produzindo efeitos que se desdobraram durante toda a década de 1990 e continuam, até o

presente momento, repercutindo sobre as condições políticas, econômicas e sociais da ilha.

Em resumo, Cuba chegou aos anos 1990 conservando ainda deficiências estruturais herdadas de seu passado colonial e neocolonial evidenciadas na dependência econômica da exportação de um único produto e na necessidade de importação, principalmente de alimentos e energia. Deficiências que não foram superadas pelo modelo de desenvolvimento que se adotou durante os primeiros 30 anos da revolução e cujos problemas começaram a ser manifestar a partir de 1985, quando o desempenho econômico entrou em uma fase descendente e de estagnação.

O país, em meio a um processo que buscava corrigir as estratégias e os mecanismos de direção econômica, foi surpreendido com a desarticulação das condições internacionais que sustentavam o funcionamento de seu sistema econômico e social. O fim da URSS e o surgimento de uma Comunidade de Estados Independentes levou ao rompimento por parte de muitos países de acordos comerciais e financeiros firmados anteriormente com Cuba, submetendo a ilha ao que internamente também se chamou de duplo bloqueio, visto que Cuba já estava submetida ao bloqueio instituído pelos Estados Unidos. Além disso, o fim do sistema socialista também significou o fim do apoio político e da ajuda econômica, militar e técnica oferecida aos países membros, e um isolamento do ponto de vista ideológico, justamente no momento em que se consolidavam mudanças significativas no padrão de acumulação do sistema capitalista mundial.

## 2 A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO CUBANO NO FINAL DO SÉCULO XX

O entrelaçamento dos aspectos que marcaram os contextos internos e externos apresentados no capítulo anterior significaram para Cuba a conformação de novos cenários interno e externo. A situação de extrema dificuldade que se apresentou nos primeiros anos da década de 1990, designada como “Período Especial em tempos de Paz<sup>30</sup>”, combinada à decisão dos dirigentes políticos, respaldados pelo apoio popular, de dar continuidade à experiência de transição ao socialismo, impuseram ao país novos desafios e ameaças.

Diante das novas condições objetivas, foi necessário introduzir mudanças nas relações do Estado com os produtores e com os indivíduos, e isso significou não apenas alterações nos mecanismos econômicos, mas alcançaram também os determinantes históricos do processo de transição ao socialismo no país, à medida que novas formas de gestão da propriedade foram introduzidas e se ampliou a atuação dos mecanismos de mercado no funcionamento da economia.

Essas mudanças não deixaram imune o desenvolvimento social alcançado nos primeiros trinta anos da revolução, mas significaram também alterações nas condições de vida da população, que se refletiram principalmente em uma diferenciação no padrão de consumo das famílias.

Assim, esse capítulo segue no propósito de caracterizar o contexto geral no qual estão inseridas as relações de distribuição que se constituíram em Cuba após 1959, tomando como referencial de análise as mudanças que, a partir da década de 1990, foram sendo realizadas nos determinantes históricos identificados no capítulo anterior, assim como nos mecanismos do modelo econômico e social que existiu até 1989. Tendo como marco temporal o período que se inicia em 1990 e se estende até 2016, o capítulo tratou de apresentar uma síntese das principais mudanças realizadas em Cuba durante esse período, relacionando-as com as estratégias econômicas e sociais que foram sendo adotadas pelo governo, e de que maneira

---

<sup>30</sup> Essa expressão foi usada por Fidel Castro durante seu discurso de abertura do 4º Congresso do Partido Comunista de Cuba. Após relatar as dificuldades que perpassam as relações comerciais do país naquele momento, ao que acrescentou os efeitos do bloqueio econômico, explicou a expressão com as seguintes palavras: “ (...) como ustedes saben, el país se había estado preparando para período especial en época de guerra, bajo la premisa de un bloqueo naval total del país, que no entrara nada: qué hacer, cómo resistir, cómo defendernos, cómo manejar una situación de esa naturaleza. Nadie podía ni siquiera imaginarse que un día nos íbamos a ver enfrentados a un período especial en época de paz, que es a lo que equivale todo esto que he estado explicando”.

elas acabaram impactando no desenvolvimento social alcançado em Cuba no período anterior.

Para isso, o capítulo está estruturado a partir de duas seções: a primeira, subdividida em três períodos, tratou de apresentar as principais mudanças as quais foram realizadas e os resultados alcançados, e uma segunda seção expôs os desafios que ao longo desse período foram se manifestando em termos distributivos e acabaram afetando os resultados alcançados em termos de igualdade e justiça social.

## 2.1 DO PERÍODO ESPECIAL AO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL

Embora caracterizado em alguns estudos por reforma econômica ou ajuste<sup>31</sup>, essas mudanças econômicas e sociais compreendem o início de um processo que ainda está se desenvolvendo e que se caracteriza pelas transformações que Cuba vem buscando realizar em seu modelo econômico e social de construção do socialismo. Nesse sentido, parte-se da compreensão de que esse processo que se iniciou na década de 1990, o qual, com avanços e recuos, vem se desenrolando, busca dar continuidade à experiência histórica de Cuba sob as bases de um modelo próprio que leva em consideração as condições econômicas e sociais do país e as determinações do contexto global em que essa experiência se desenvolve.

Essa ideia se subscreve à interpretação que já estava presente nas análises internas que se fazia da implementação dessas medidas na década de 1990. Nessas interpretações, defendeu-se a necessidade de uma reestruturação sistêmica frente aos desafios internos que se evidenciaram nos últimos cinco anos da década de 1980, e que deveriam significar também a tentativa de se estruturar um modelo próprio de construção do socialismo a partir das condições particulares, históricas, econômicas e sociais que se apresentavam em Cuba. Segundo Figueroa Albelo e García Báez ([1996]2008, p. 428).

---

<sup>31</sup> É importante destacar que não há um consenso em torno de uma expressão que sintetize esse processo de mudanças. Muitos estudiosos, dentre quais se destacam Carranza, Gutiérrez e Monreal (1995), Figueroa Albelo (2003), Ferriol (1998) e Monreal e Ruá (2012), usaram o termo *reformas econômicas* para tratar desse conjunto de medidas. Por outro lado, Rodrigues (2011) e Pérez (1996) o qualificaram como transformações econômicas. Nesse trabalho, optou-se por chamar as medidas adotadas de mudanças econômicas e sociais; entende-se que esse termo expressa com mais integralidade o processo que vem ocorrendo no interior da experiência cubana.

La naturaleza de los cambios en marcha están modificando y modificarán necesariamente la estructura de la base económica, o sea, el sistema de relaciones de propiedad, el mecanismo de funcionamiento de la economía y las relaciones superestructural es sin que se pretenda una involución hacia el capitalismo.

Dessa maneira, esta seção buscou mostrar as mudanças que ocorreram nos determinantes históricos da transição ao socialismo em Cuba no período que compreende o início da crise econômica nos anos 1990 até o ano de 2016. E, dentro disso, evidenciar como essas mudanças expressaram a escolha política de Cuba de tornar possível a continuidade de sua experiência de construção do socialismo, agora sob novas condições objetivas e subjetivas.

Cabe destacar que, embora não seja preocupação deste trabalho caracterizar cada etapa do processo histórico cubano, mas apresentar os elementos estruturais sobre os quais se estão realizando as transformações societárias no país, isso não elimina, porém, que em determinados momentos se realizem algumas análises a partir de recortes temporais. Nesse sentido, esta seção está dividida em três subseções delimitadas por um recorte temporal. A primeira abarca toda a década de 1990, período em que se concentraram as medidas de superação da crise e retomada do crescimento econômico. A segunda compreende o período que se iniciou no ano 2000 e se estende até o ano de 2010, com a publicação do documento *Lineamientos de la Política Económica y Social*. E, por fim, a terceira compreende o período de 2011 a 2016, caracterizado pela implementação das mudanças aprovadas no âmbito do chamado processo de atualização do modelo econômico e social e a discussão e aprovação do Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

### **2.1.1 Principais mudanças econômicas e sociais da década de 1990**

Em termos concretos, entre 1990 e 1993 a entrada de divisas em Cuba, como resultado das exportações, diminuiu. Isso foi reflexo tanto da queda no preço dos produtos exportados como da redução nas aquisições de produtos cubanos por parte dos países pertencentes à antiga URSS. Por outro lado, as importações também se reduziram abruptamente em decorrência da insuficiência de divisas, de

créditos externos e de oferta por parte dos principais fornecedores. Essas duas situações conformaram um círculo vicioso, em que se acumulou, no período, uma redução de 70% no valor das importações e de 47% no das exportações (XALMA, 2007).

A paralisação total ou parcial de projetos reduziu o volume de investimentos em 60%. A falta de insumos, principalmente energéticos, de matérias-primas e de peças de reposição reduziu e paralisou o funcionamento de diversas unidades produtivas. A utilização da capacidade instalada chegou ao patamar de 20 a 30% e o PIB acumulou uma redução de quase 35% durante os anos de 1990 a 1993 (FONT, 1998).

Isso se configurou em uma profunda escassez em que não foi possível manter os níveis de consumo individuais e sociais da população. A ingestão calórica diária se reduziu e o consumo de alimentos ficou abaixo do mínimo recomendado. A vida cotidiana assumiu aspectos de uma guerra diária contra as dificuldades que a cada dia aumentavam. Multiplicaram-se as estratégias individuais para tentar suprir as necessidades básicas se sobreviver a esse momento histórico.

Segundo as palavras de Cristina Xalma (2007, p. 33-34, tradução nossa):

[...] Foram anos da água com açúcar; da banana cultivada no quintal; do sabão feito em casa; do fim das latas de comida estocadas quando 'os russos' chegavam à bodega; da ausência de carros circulando na cidade por falta de combustíveis; do 'camello' como invenção para economizar o precioso ouro negro; das bicicletas como principal veículo de transporte, sob um sol forte; dos chamados (apesar de tudo, com humor) 'alumbrones' que não 'apagões'; das filas esperando a 'gua-gua' que nunca chegava, ou dos alimentos que já 'não apareciam'.

Nesse contexto de extrema dificuldade, o governo cubano, com expressivos apoios populares<sup>32</sup>, adotou como estratégia resistir a essa situação extremamente difícil preservando o projeto de construção ao socialismo. Nesse sentido, tratou de ajustar os níveis de consumo à abrupta diminuição dos recursos distribuindo os impactos da crise com os menores custos sociais possíveis. Dentre as medidas

---

<sup>32</sup> Suárez Salazar (1997) citou uma série de manifestações populares que ocorreram entre 1989 e 1990, em que, segundo o autor, se alcançou uma mobilização parecida com as ocorridas em décadas anteriores, ao que ainda agregou a ampla participação da população nas discussões que antecederam a realização do 4º Congresso do Partido Comunista em Cuba e a massiva participação no pleito eleitoral realizado em 1992. Cabe destacar ainda que o autor apontou como um dos elementos que caracterizaram esse período um incremento da insatisfação popular e a ativação de pequenos e frágeis grupos dissidentes. Isso também foi relatado por Edward González e David Ronfeldt (1993) ao analisarem e proporem as estratégias que poderiam ser adotadas pelo governo norte-americano para alcançar seus objetivos relativos a Cuba.

adotadas nessa direção, destacam-se a manutenção dos gastos com saúde e educação, a implantação de um forte sistema de racionamento na distribuição dos recursos e a preservação dos empregos e salários. Nesse período, o governo trabalhou para ampliar a produção de alimentos e coordenou pesquisas direcionadas a encontrar petróleo no território cubano.

Outra estratégia que começou a ser implantada ainda nos primeiros anos do período especial foi relativa à ampliação da inserção de Cuba no cenário econômico internacional. Isso se concretizou na criação de algumas empresas mistas consorciadas com o capital internacional e no estabelecimento de acordos comerciais com novos parceiros, principalmente nos setores de turismo e biotecnologia.

Com isso, o déficit público cresceu, assim como a quantidade de papel moeda emitido. Em consequência do entesouramento das famílias, o peso cubano se desvalorizou de 8 pesos, em 1989, para 150 pesos por dólar, em 1993 (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). Essa desvalorização da moeda combinada às remessas de dólares que ingressavam na economia cubana conduziu, durante esse período, a uma “dolarização informal” (XALMA, 2007).

Quadro 1 - Medidas econômicas adotadas na década de 1990

Ano	Principais medidas
1992	Reforma da Constituição cubana.
1993	Despenalização da posse e uso de divisas estrangeiras (Decreto-lei nº 140); Criação da rede comercial em divisas estrangeiras (" <i>Tiendas de Recuperación de Divisas</i> " ou TRD); Autorização para o trabalho por conta própria (Decreto-lei nº 141); Transformação das fazendas estatais agropecuárias em Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) (Decreto-lei nº 142).
1994	Reorganização do sistema financeiro e bancário nacional; Abertura para representantes de bancos comerciais estrangeiros; Redução do orçamento militar; Reorganização e redimensionamento da Administração Central do Estado (Decreto-lei 147); Programa para saneamento financeiro interno; Decreto-lei nº 147 sobre o enriquecimento ilícito para atividades por conta própria; Constituição das Casas de Câmbio Sociedade Anônima (CADECA.S.A); Promulgação da lei contra evasão fiscal; Resolução nº 6 do Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS), para regulação do trabalho e salário dos trabalhadores, que necessitavam ser realocados em consequência da crise e das mudanças estruturais ou institucionais derivadas das reformas; Promulgação da Lei nº 73 sobre o Sistema Tributário; Autorização para o funcionamento dos mercados agropecuários (Decreto-lei nº



	191); Autorização para o funcionamento dos mercados industriais e artesanais (Decreto-lei nº 192);
1995	Início da atividade da CADECA; Resoluções conjuntas entre o Ministério das Finanças e Preços (MFP) e o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social (MTSS) para regular o tipo de atividade por conta própria que seria autorizada, assim como a ampliação e autorização a determinados profissionais; Autorização à população para abertura de conta e depósito em poupança de moeda conversível e pesos cubanos; Lei nº 77 sobre Investimentos Estrangeiros; Resolução nº33 do Ministério das Finanças e Preços, que regula o Imposto sobre Utilidades;
1996	Decreto-lei nº 21 do Ministério das Finanças e Preços, que regula o imposto sobre a renda pessoal em moeda nacional. Decreto nº 206, sobre o Regulamento do Registro Nacional de Filiais e agentes de Sociedades Mercantis Estrangeiras; Decreto-lei nº165, sobre as Zonas Francas (ZF) e Parques Industriais.
1997	Criação do Banco Central de Cuba e do Banco Comercial (Decreto-lei nº172 e 173); Decreto-lei nº171, que autoriza o aluguel de imóveis; Resolução nº 20, que estabelece as bases para a tributação sobre aluguéis de imóveis; Normas sobre a regulação das atividades de seguros.
1998	Reforma do Banco Central de Cuba. Separação das tarefas do Banco e das correspondentes ao financiamento comercial (Decreto-lei nº 181); Decreto-lei nº 187 que estabelece as Bases Gerais para o Aperfeiçoamento Empresarial
1999	Autorização para atividades de comercialização de produtos agropecuários nas "placitas de precios topados"; Decreto-lei nº 192 sobre a Administração Financeira do Estado. Regula o marco institucional das finanças públicas e da Política Fiscal.

Fonte: XALMA (2007, p. 78-79).

A essas medidas iniciais de ajustes econômicos e sociais se somou um conjunto de mudanças de caráter mais estruturais e institucionais apresentadas no Quadro 1, que representou alterações nos pilares centrais sobre os quais estava organizado o funcionamento econômico e social da construção do socialismo em Cuba. A seguir, essas medidas são apresentadas a partir das alterações que desencadearam no país.

#### **2.1.1.1 Dolarização**

O fenômeno da dolarização que se desenvolveu na economia cubana, conforme já relatado acima, iniciou-se de maneira extra oficial em decorrência do desequilíbrio monetário engendrado pelas políticas de ajuste e a escassez de

mercadorias. Esse desequilíbrio significou um aumento da base monetária em pesos cubanos decorrente da monetização do déficit público e, com isso, um excesso de liquidez. Com os preços controlados e os produtos submetidos a uma distribuição racionalizada, a deterioração do poder de compra do peso manifestou-se no mercado informal em um processo de hiperinflação e a substituição extraoficial do peso cubano pelo dólar (VIDAL, 2006). Além disso, a perda do poder de compra da moeda nacional levou as famílias a converterem suas economias em dólar mantidos fora de circulação (SÁNCHEZ EGÓZCUE, 1999).

Mas, a partir de 1993, a dolarização parcial da economia cubana tornou-se parte de um programa de mudanças de caráter mais estrutural, em que se optou por um esquema de dualidade monetária como estratégia para enfrentar o excesso de papel moeda e a escassez de divisas para fazer frente às necessidades de importação. Nesse sentido, não apenas se legalizou a posse e o uso de divisas para as transações comerciais internas como se estruturou um amplo conjunto de mecanismos institucionais<sup>33</sup> para captar e redistribuir as divisas em circulação na economia (HIDALGO DE LOS SANTOS, 2008).

Isso envolveu uma segmentação dos mercados por tipo de moeda e agentes econômicos. Foi criado um setor chamado “emergente”, em oposição ao que se convencionou chamar setor tradicional, em que se concentraram as principais atividades econômicas responsáveis pela entrada de divisas no país, congregando, principalmente, as empresas exportadoras e o setor de turismo. Nesse mercado, as transações eram exclusivamente em dólares, e as empresas tinham autonomia para decidir sobre o uso das divisas geradas na compra dos insumos, pagamento de estímulos laborais e dividendos. Também se criou um mercado interno em que produtores nacionais e empresas de outros setores podiam comercializar com as empresas do setor emergente e, assim, acessar divisas (CEPAL, 2000). Cabe destacar que, em virtude da suspensão do monopólio estatal do comércio exterior, as empresas do setor “emergente” podiam escolher entre adquirir os insumos no

---

<sup>33</sup> Despenalização da posse e uso de divisas estrangeiras (Decreto-lei nº 140); Criação da rede comercial em divisas estrangeiras ("Tiendas de Recuperación de Divisas" ou TRD); Reorganização do sistema financeiro e bancário nacional; Abertura para representantes de bancos comerciais estrangeiros; Programa para saneamento financeiro interno; Constituição das Casas de Câmbio Sociedad Anônima (CADECA.S.A); Criação do Banco Central de Cuba e do Banco Comercial (Decreto-lei nº172 e 173); Reforma do Banco Central de Cuba; Separação das tarefas do Banco e das correspondentes ao financiamento comercial (Decreto-lei nº 181) (HIDALGO DE LOS SANTOS, 2008).

mercado interno ou no mercado externo, submetendo as empresas do setor tradicionais à competição com bens importados (HERRERA; NAKATANI, 2012).

Outra maneira de as empresas do setor tradicional obterem divisas era através da alocação no plano anual que distribuía as divisas captadas pelo mecanismo institucional chamado de “Caja Central”. Esse mecanismo, criado ainda na década de 1980, funcionava da seguinte maneira: ao fazer o plano anual, realizava-se uma previsão de quanto de divisas as empresas planejavam obter e quando iriam usar para pagar os custos de produção, dívidas, dividendos e impostos. Aquilo que excedia esses gastos era transferido para essa espécie de caixa centralizado e alocado no plano das empresas e entidades orçamentárias que não geravam divisas. Dessa maneira, o governo distribuía as divisas de acordo com as necessidades sociais e as prioridades de investimentos. Os recursos alocados para as empresas e entidades orçamentárias a partir desse mecanismo central eram transferidos de maneira automática (CEPAL, 2000).

Para a população que também acessava divisas via incentivos salariais, remessas de familiares ou transações comerciais com o setor emergente, foi criada uma rede de lojas, chamadas de Tienda de Recuperación de Divisas – TRD, onde era possível adquirir uma variedade de artigos de consumo comercializados exclusivamente em divisas. Da mesma maneira, foram criadas casas de câmbio onde a população podia trocar dólares por bilhetes de CUC<sup>34</sup>, uma moeda conversível criada em 1994, ou mesmo em moeda nacional (HIDALGO DE LOS SANTOS, 2008). Posteriormente, também se liberou a abertura de contas com depósitos em CUC (PAVEL, 2007).

O funcionamento desses mecanismos de captação e redistribuição das divisas, combinado à paulatina reestruturação do orçamento do Estado e às demais mudanças que serão apresentadas no decorrer desta seção, contribuiu para uma retomada do poder de compra do peso nacional e uma estabilidade monetária observada na relação de conversibilidade entre as diferentes moedas em circulação e nos preços dos produtos no setor informal. Por outro lado, essa segmentação da economia tornou o acesso às divisas um determinante na diferenciação social e no acesso aos bens de consumo no país. Além disso, estimulou o envio de remessas

---

<sup>34</sup> Cabe ressaltar que, com a dolarização implementada nesse período e a criação do CUC, circulavam na economia cubana três moedas: o dólar, o peso cubano e o peso conversível. Como será tratado mais adiante, a partir de 2004, o dólar foi definitivamente substituído pelo CUC.

de pessoas residente no exterior a familiares em Cuba, significando uma fonte de renda desvinculada da atividade laboral. Esses aspectos serão melhor desenvolvidos no terceiro capítulo.

Outra incidência negativa derivada da dolarização foi uma hipertrofia de setores da economia nacional. Segundo Gutiérrez González ([1997]2008), a dolarização estimulou o desenvolvimento das atividades e setores que proporcionavam um acesso direto às divisas em detrimento da produção de bens e serviços essenciais para a reprodução social, mobilizando para esses setores importantes recursos produtivos. Da mesma maneira, estimulou a população a buscar postos de trabalho que permitissem o acesso direto à moeda conversível em detrimento de postos de trabalho com salários em moeda nacional.

#### **2.1.1.2 Investimentos estrangeiros diretos**

Embora a entrada de investimento estrangeiro já estivesse amparada legalmente desde fevereiro de 1982, quando se instituiu o decreto-lei nº 50, e, em 1991, já existissem em Cuba empresas mistas que associavam o capital internacional com o Estado, foi a mudança constitucional realizada em 1992 e a aprovação da Lei nº 77, no dia 5 de setembro de 1995, pela Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba, que garantiu amparo legal aos investimentos estrangeiros em Cuba.

O objetivo dessa legislação era estimular a entrada de recursos financeiros no país, ampliar a capacidade produtiva, diversificar a produção e, principalmente, atrair novas tecnologias, buscando, com isso, retomar o crescimento econômico e avançar na reinserção do país no cenário econômico internacional. Esse marco legal garantiu às empresas de capital externo o direito de propriedade, de repatriação do capital e de seus dividendos sem a incidência de impostos, prevendo para casos de expropriação o pagamento prévio de indenização. Ainda ampliou a participação do capital estrangeiro em quase todas as atividades econômicas do país, exceto saúde, educação e algumas instituições das forças armadas. E autorizou a abertura de conta em bancos e o direito das unidades produtivas de exportar e importar diretamente bens e serviços necessários (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995).

A entrada de investimento estrangeiro poderia assumir as seguintes formas: empresa mista com investimentos estrangeiros e nacionais, contrato de associação

econômica internacional ou empresa de capital totalmente estrangeiro, sendo que, para qualquer dessas, era necessária autorização prévia do Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou de uma comissão designada para esse fim (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995).

A lei estabeleceu ainda que as unidades produtivas constituídas a partir de investimento estrangeiro deveriam cumprir a legislação trabalhista e da seguridade social previstas em Cuba, com algumas adaptações: com a exceção dos cargos de direção, administração e alguns cargos técnicos, todos os demais postos de trabalhos teriam de ser ocupados exclusivamente por cubanos ou estrangeiros residentes permanentes no país; a contratação dos trabalhadores cubanos e estrangeiros permanentes seria realizada por meio de uma instituição empregadora ligada ao Ministério do Trabalho; e, para além dos salários, pagos em moeda nacional, poderia ser criado um fundo de estímulo econômico para os trabalhadores (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995).

Da mesma maneira, a lei fixou um regime especial de tributação que levou em consideração a exploração ou não de recursos naturais (30% sobre o lucro líquido das empresas e de 50% se a atividade envolvesse exploração de recursos naturais, renováveis e não renováveis). Além disso, definiu a incidência de um imposto de 11% sobre a utilização da força de trabalho e de 14% como contribuição para a previdência social. Outra inovação importante dessa legislação foi a criação de zonas francas e parques industriais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio exterior com regimes especiais em matéria aduaneira, tributária, trabalhista, entre outras (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995).

Frente a todos esses aspectos descritos, cabe destacar que a abertura ao capital estrangeiro em Cuba foi permeada de particularidades que buscaram garantir que essa relação de fato gerasse contribuições ao projeto de desenvolvimento cubano. Sobre isso, Figueroa (2003, p. 224) apontou que

[...] la regulación y control estatal sobre el proceso inversionista, la conservación de la soberanía nacional sobre los recursos naturales, el control del paquete de acciones (aunque se le den preferencias a los capitales de América Latina y el Caribe), la admisión solamente de inversiones directas, las ramas en que serán invertidas y otras cuestiones asociadas a la protección de los trabajadores, son algunos de los atributos diferenciadores de nuestro enfoque legislativo y práctico en esta materia tan controversial de las relaciones de explotación del Sursubdesarrollado por el Norte en materia de exportación de capitales.

Assim, se por um lado a lei garantiu ao capital externo a apropriação e envio ao exterior de parte do excedente econômico nacional sob forma de lucros e dividendos, por outro lado garantiu à população cubana uma importante participação no excedente produzido pelos trabalhadores na medida em que manteve na direção das empresas representantes cubanos e estabeleceu um conjunto de impostos sobre o trabalho e o lucro. Ademais, garantiu também que os postos de trabalhos fossem ocupados por cubanos.

### ***2.1.1.3 Novas formas de gestão da propriedade***

Conforme já identificado acima, até o final da década de 1980, a forma estatal era a principal forma de propriedade sobre os meios de produção<sup>35</sup> em Cuba, alcançando quase que a totalidade deles. Esse cenário começou a ser alterado com a reforma constitucional realizada em 1992, em que se reconheceram outras formas de propriedade. A alteração realizada no artigo 14 estabeleceu que a forma estatal seria exclusiva apenas para o que se chamou “meios fundamentais de produção”. E o artigo 15 previu a possibilidade da transmissão parcial ou total dos meios de produção para pessoas físicas ou jurídicas, permitindo a criação de empresas mistas, cooperativas e até mesmo empresas integralmente privadas. Foi essa mudança constitucional que garantiu, também, a legalidade constitucional das empresas associadas ao capital internacional na forma de investimento estrangeiro no país criadas a partir do Decreto-Lei nº 50, de 1982. Como consequência, em 1998, Cuba já registrava 260 associações econômicas com o capital internacional (NOGUERA, 2004).

Um passo importante para a diversificação das formas de propriedade foi o Decreto-Lei nº 142, que criou as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). Esse Decreto-Lei transformou grandes extensões de terras, geridas anteriormente como grandes empresas estatais, em pequenas propriedades concedidas aos coletivos de trabalho e a pequenos agricultores na forma de usufruto por tempo indeterminado, para funcionarem sob a forma de cooperativas. Foi garantida a eles a propriedade sobre a produção e os ganhos provenientes dela.

---

<sup>35</sup> Cabe destacar que o objeto de análise nessa seção são os meios de produção. A Constituição cubana de 1976 reconhecia outros tipos de propriedade, como a propriedade pessoal, o direito de propriedade sobre a renda e a poupança proveniente do trabalho, o domínio sobre a habitação e sobre os objetos e instrumentos de trabalho pessoal e familiar, dentre outros (NOGUERA, 2004).

Para Figueroa (2003), a criação das UBPC foi parte de uma ampla reestruturação da propriedade e exploração das terras em Cuba, em que o objetivo imediato era enfrentar a crise alimentaria, criando incentivos para impulsionar a produção agropecuária e agroindustrial. Segundo o autor, essa reestruturação foi caracterizada pela desestatização da produção agrícola com a diversificação das formas de gestão da terra e pela promoção do cooperativismo. Ele destacou ainda que esse processo permitiu a criação de múltiplas formas de gestão da propriedade, como a autogestão participativas das granjas estatais, a pequena propriedade privada pessoal e familiar e as empresas mistas associadas ao capital internacional.

A isso, acrescentaram-se ainda as legislações que trataram de ratificar e ampliar o trabalho por conta própria, até então inexpressivo<sup>36</sup> em Cuba. O Decreto-Lei nº 141, de 8 de setembro de 1993, além de cumprir com essa tarefa, estabeleceu ainda o pagamento de um imposto mensal para as pessoas que exercessem tais atividades. Junto, foi publicada a Resolução Conjunta nº 1 do CETSS-CEF, que regulamentou o decreto e especificou as atividades que poderiam ser exercidas por conta própria (CUBA, Decreto-Ley nº 141 de setembro de 1993). Posteriormente, foram publicados ainda o Decreto-Lei nº 171, que ampliou a autorização para aluguel das casas e quartos, e a resolução que permitiu o trabalho por conta própria de profissionais universitários (FIGUEROA, 2003).

Ao analisar essa abertura ao trabalho por conta própria, Figueroa (2003) apontou que ela foi uma tentativa de responder à conjuntura econômica, tendo como objetivo aumentar a oferta de bens e serviços e criar novas fontes de emprego e de renda para a população, ou seja, tinham um caráter conjuntural e de curto prazo, não tendo sido concebidas como um processo mais estrutural.

Dessa maneira, o que ocorreu na base econômica foi um processo tímido e limitado de diversificação das formas gestão sobre os meios de produção em Cuba, mas que se constituiu em um passo de grande importância porque, primeiramente, contribuiu para a recuperação econômica, e segundo, desencadeou internamente uma discussão sobre a heterogeneidade das formas de propriedade que concretamente conformam uma experiência de construção do socialismo, principalmente em países com as condições históricas, econômicas e sociais semelhantes às de Cuba.

---

<sup>36</sup> Segundo Figueroa (2003), ele correspondia a 0,7% do total de ocupados no país.

#### **2.1.1.4 A planificação combinada à reestruturação dos mercados**

A maior inserção externa de Cuba, acompanhada de uma diversificação nas formas de gestão dos meios de produção e de uma segmentação da economia frente à dolarização, resultou em um funcionamento dual da economia cubana. Isso significou que, enquanto uma parte da economia seguiu funcionando sob o modelo de planificação centralizada conservando os mesmos mecanismos anteriores à década de 1990, outra parte, constituída pelas novas formas de organização empresarial, passou a operar por mecanismos mercantis baseados nas relações de oferta e demanda.

Além disso, algumas medidas de descentralização começaram a ser adotadas no que tange às empresas estatais. Embora implementadas de maneira bastante heterogênea, abarcaram os setores ligados ao comércio exterior e outros que, por serem considerados estratégicos, também foram priorizados pelo governo (MARQUETTI NORDASE, 2006). Como parte dessas medidas, destaca-se o chamado *Perfeccionamiento Empresarial*, que se iniciou nos anos finais da década de 1980 nas empresas ligadas ao Ministério das Forças Armadas e, a partir de 1997, começou a ser implementado em um pequeno grupo de empresas estatais ligadas ao comércio exterior e ao setor de turismo. O objetivo central era promover uma separação entre o Estado e a gestão administrativa das empresas, concedendo maior autonomia às unidades produtivas no que tange à tomada de decisão relativa à gestão da empresa e da produção (MARCELO YERA, 2010).

Segundo identificou González Gutiérrez ([1997]2008), a principal modificação introduzida na planificação, no que tange às empresas que passaram por esse processo, foi que, ao invés de receber os recursos produtivos alocados pelo plano e depois distribuir os resultados da produção também por meio do plano com preços fixos, essas empresas ganharam um pouco mais de autonomia nas decisões relativas à produção e à compra das matérias-primas, à comercialização e fixação dos preços, que passaram a incorporar outros elementos para além dos custos de produção.

[...] la economía emergente responde más directamente al control y los objetivos fijados por la planificación central, ahora ya sin el detalle anterior y sobre la base de indicadores financieros. La empresa estatal ha



experimentado importantes modificaciones que la han acercado, en alguna medida, a la forma de operar de las empresas de la economía emergente, a través de los esquemas de financiamiento, las operaciones de comercio exterior, los sistemas de estimulación y otras facultades. (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ [1997]2008, p. 17).

Assim, as decisões tomadas em termos de indicadores financeiros eram posteriormente submetidas aos órgãos de governo para aprovação e compatibilizadas com a planificação. Dessa maneira, o Estado continuava tendo garantido o direito a uma parte do excedente econômico produzido, mas uma parte ficava sob gestão da empresa e era destinada para reservas de contingências, para um fundo de reserva para investimento e pesquisa, e para o pagamento de prêmios individuais e coletivos aos trabalhadores (FIGUEROA, 2003).

Em resumo, as empresas estatais seguiram submetidas à planificação, porém, em alguns setores, os mecanismos de alocação direta de recursos por meio do plano foram substituídos por mecanismos de controle indireto, baseados, sobretudo, em indicadores financeiros. Porém, cabe destacar que, até 2001, apenas 155 empresas funcionavam sob esse novo modelo (MARQUETTI NORDASE, 2006). Além disso, o plano assumiu como tarefa essencial a gestão das divisas aportadas pelas empresas estatais e mistas ligadas ao comércio exterior e sua distribuição aos setores que não tinham acesso a elas, mas que eram essenciais para a satisfação das necessidades básicas da população (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008).

Dessa maneira, à medida que novos agentes econômicos foram sendo incorporados à base econômica, e o Estado foi deixando de ter o monopólio sobre a gestão dos meios de produção, parte das decisões sobre a produção também foi sendo descentralizada e passou a atender também a outros interesses específicos, que não apenas os interesses sociais representados no plano nacional.

Para além dessas mudanças nas relações econômicas entre as diferentes unidades produtivas, no âmbito da população também foi possível observar alterações. Os Decretos-Lei 191 e 192 autorizaram a reabertura dos mercados agropecuários, industriais e artesanais (Decretos-lei nº 191 e 192), que estavam proibidos de funcionar desde a segunda metade da década de 1980. Esses novos mercados, acrescidos dos serviços e produtos realizados pelos trabalhadores por conta própria e ofertados à população, da rede de lojas de produtos comercializados em divisas e do aumento de produtos comercializados pelo Estado com preços regulados pela oferta e demanda, resultaram em uma ampliação das transações

mercantil-monetárias realizadas pela população como forma de acesso a importantes bens de consumo (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008). Em relação a esse último aspecto, cabe destacar ainda as remessas enviadas desde o exterior aos parentes em Cuba.

Em resumo, esse conjunto de mudanças que se expressaram tanto na abertura para o capital externo como na dolarização, nas novas formas de gestão dos meios de produção e na ampliação das relações mercantis, foi fundamental para o país reverter a tendência de queda do PIB e voltar a registrar taxas positivas de crescimento econômico, ainda que em um patamar insuficiente para recuperar a queda acumulada nos primeiros anos da década de 1990. Da mesma maneira, permitiram ao país acumular divisas para operar as contas externas, garantindo as importações necessárias para satisfazer às necessidades mais urgentes da população (STOCCO, 2013).

Cabe ressaltar que essas alterações realizadas produziram também efeitos contraditórios no interior do processo revolucionário. Além de alguns efeitos já indicados acima, Fiqueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) apontaram que o surgimento dessas novas formas de propriedade não foi acompanhado do desenvolvimento de relações econômicas entre as distintas formas, tendo preponderado apenas relações bilaterais de cada uma com o Estado. Para o autor, isso resultou em uma ausência de organicidade dessas formas de propriedade, que foi ainda potencializada pela segmentação da economia frente à dolarização.

Alem disso, Fiqueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) e Gutiérrez González ([1997]2008) agregaram que esse conjunto de mudanças engendrou, entre os trabalhadores, um processo de desigualdade que não estava relacionado ao aporte deles à produção social, mas aos mecanismos particulares de estímulos materiais que foram incorporados em diferentes setores, atividades e organismos. Esses mecanismos, que envolveram o pagamento de parte do salário em dólares ou em produtos para serem comercializados<sup>37</sup>, criaram distorções importantes sobre o

---

<sup>37</sup> Ao tratar desses incentivos materiais Fiqueroa Albelo e García Báez ([1996]2008, p. 427) descreveram como funcionou essa complementação salarial com produtos: "otros tienen un sistema estable de estimulación en especie ("jabas"). Son precisamente estos sectores los mayores que generan incomprendiones. Reconociendo que están "priorizados" - por el Estado - es evidente que no es la capacidad laboral solo o el aporte individual la medida del ingreso y por tanto del consumo. Aunque se justifique la política es innegable que afecta el nivel de la conciencia ciudadana, el concepto de justicia laboral. Una mochila en un hotel obtiene en un día, más que un cirujano o un catedrático de la universidad, o un ingeniero o un arquitecto, en un mes. Esto no es solo un ejemplo,

salário e o consumo no interior da sociedade cubana, reduzindo, inclusive, os níveis de igualdade e justiça social alcançados no âmbito da experiência revolucionária.

Assim, pode-se considerar que as mudanças levadas a cabo durante a década de 1990, e que estavam diretamente relacionadas à necessidade de responder à deterioração das condições econômicas e social derivadas do entrelaçamento de aspectos internos e externos, imprimiram novas particularidades à experiência de construção ao socialismo em Cuba, ampliando as complexidades que já estavam presentes e os desafios para se avançar dentro dos objetivos que direcionam o processo cubano.

### **2.1.2 Anos 2000: a “batalla de ideas” e novas mudanças**

Cuba adentrou ao século XXI ainda enfrentado os impactos do Período Especial sobre as condições de vida e os efeitos produzidos pelas medidas implementadas ao longo da década de 1990. As restrições impostas pela deterioração da economia ainda não haviam sido superadas e estratos importantes da população ainda enfrentavam déficit alimentar. Além disso, a segmentação da economia e dos mercados engendrou um processo de diferenciação que se refletiu no aumento das desigualdades e no ressurgimento do fenômeno da pobreza<sup>38</sup> (ÁLVAREZ; MATTAR, 2004).

Em resposta a esses novos desafios derivados das mudanças realizadas na década anterior, o governo adotou, ainda no ano 2000, um conjunto de ações de caráter social que foi qualificado de “*Batalla de ideas*”. A estratégia que partiu da alta cúpula do país, e foi executada fundamentalmente pelas organizações juvenis, tinha como aspecto central a prestação de um atendimento personalizado e integral às famílias, com especial atenção para aquelas em piores condições de vida. Partindo de uma estratégia em que reconhecia a importância de se possuir informações sobre as famílias, seus problemas e suas necessidades para prestar um atendimento mais adequado, eficiente e com menor custo, institucionalizou-se a

---

es la generalidad. Es cierto que son inevitables las diferenciaciones, existen, no se pueden borrar, pero no son precisamente válidas todas las que se han estatuido”.

<sup>38</sup> Em relação a isso, cabe destacar que o fenômeno da pobreza que ressurgiu em Cuba, no contexto da década de 1990, apresenta uma configuração muito distinta da forma como esse mesmo fenômeno se expressa nos demais países da região. Isso porque, embora, em Cuba, existam grupos familiares com renda insuficiente para garantir uma determinada cesta de alimento e bens, elas acessam de maneira gratuita uma série serviços e bens subsidiados que são garantidos para todos os cidadãos, fato que não ocorre nos países da América Latina.

figura do trabalhador social, cuja função era identificar e analisar as famílias nas comunidades em que trabalhavam para direcionar o atendimento dos serviços públicos (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

Ferriol, Therborn e Castiñeiras (2004), ao sintetizar as diferentes ações que envolveram essa iniciativa, elencaram as cinco principais diretrizes que orientaram a implantação delas: 1) Avançar na promoção de educação e cultura, buscando preservar os valores éticos, a identidade e a soberania nacional; 2) Elevar a expectativa de vida de maneira saudável a níveis equivalentes ou superiores ao dos países mais desenvolvidos; 3) Melhorar as condições de vida com equidade e igualdade de oportunidades; 4) Aperfeiçoar o modelo social, assim como o modo e estilo de vida; 5) Reforçar a cooperação com ações de solidariedade com outros países.

Como parte dessas ações, cabe destacar a realização de um amplo processo de reestruturação da educação cubana e a incorporação, na rotina da sala de aula, de recursos tecnológicos, audiovisuais e de informática. Em conjunto, promoveu-se uma descentralização do ensino artístico e reestruturaram-se espaços culturais e bibliotecas. Na saúde, além da reforma de hospitais e clínicas, foram empreendidas importantes ações de descentralização dos serviços e a criação da Escola Latinoamericana de Medicina (ELAM). A política de emprego também foi outra área priorizada no âmbito das estratégias do *Batalla de ideas*, em que as ações estiveram centradas na requalificação de trabalhadores, desocupados ou vinculados a unidades produtivas que seriam desativadas, e na realização de um programa chamado “emprego de estudar”, que envolvia investimentos educacionais para a formação de futuros profissionais (STOCCO, 2013)

Segundo Xalma (2007), a partir de 2004, essas ações com enfoque social foram combinadas a novas e ousadas medidas econômicas em que o governo, partindo de um diagnóstico de superação da crise e de manifestação dos efeitos adversos acumulados ao longo dos anos 1990, redirecionou sua estratégia econômica no sentido de reverter algumas das mudanças adotadas na década anterior. Dentro disso, a autora destacou a reversão da dolarização e da ampliação do setor privado.

Em resumo, a partir de 2004, foram suspensas a emissão de novas licenças para o exercício do trabalho por conta própria e o dólar americano foi substituído pelo peso conversível (CUC) em todas as transações comerciais internas. O Banco

Central de Cuba passou a centralizar as divisas que entravam no país e a controlar todas as transações de empresas cubanas que envolviam moeda conversível emitindo aprovação previa à realização delas para, dessa forma, garantir o pagamento por parte das empresas cubanas a terceiros (STOCCO 2013).

A abertura ao capital internacional também passou por ajustes que envolveram a suspensão da instalação de novos operadores nas Zonas Francas (ZF), a renegociação dos objetos sociais das companhias estrangeiras e a revisão das autorizações concedidas a empresas para atuar no comércio exterior (STOCCO 2013). Segundo Ferriol (2007), em 2006, o conjunto de associações econômicas com o capital internacional somavam 237 empresas, o que revela uma redução em relação ao número que existia em 1998. Ainda no âmbito da política de inserção de Cuba no mercado internacional, foram firmados acordos com a China e a Venezuela. Esses acordos envolveram a concessão de créditos para investimentos em diferentes setores, preços preferenciais na aquisição de combustíveis e a exportação de serviços (STOCCO 2013).

Ainda como parte das medidas direcionadas a mitigar os efeitos adversos das mudanças realizadas na década de 1990, o governo, a partir de 2005, implementou uma política de expansão da renda nominal, concedendo aumento no valor das pensões, aposentadorias e salários. Além disso, estabeleceu uma ajuda monetária às famílias em situação de pobreza (STOCCO 2013).

Esse conjunto de medidas se refletiu em uma taxa média de crescimento econômico de 8% no período de 2003 a 2007, em que o setor de serviço tornou-se responsável por 72,4% do total de riqueza produzida no país, com destaque para os setores de turismo e serviços sociais e pessoais. Esse desempenho foi resultado do aumento das exportações de bens e serviços que cresceram a uma média anual de 22,3% no período de 2002 a 2008, sobretudo em virtude dos acordos firmados com a Venezuela na área de saúde e educação. Com maior crescimento econômico, a taxa de desocupação, que, no início da década de 2000, era de 5,4%, diminuiu para 1,6% em 2008. O salário médio mensal no setor estatal passou de 238 pesos cubanos, em 2000, para 415 pesos cubanos em 2008 (STOCCO 2013).

Esses resultados combinados às ações setoriais na área da saúde, educação, esporte, cultura, alimentação e assistência social permitiram reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil e aumentar o número de matrículas iniciais em todos os níveis de ensino. A partir da atuação dos trabalhadores sociais, o número de

peessoas não capacitadas para o trabalho inseridas nos serviços de assistência social cresceu mais de 1.000% durante o período de 2000 a 2008 (STOCCO 2013).

Mas, por outro lado, as estratégias adotadas na área social elevaram os gastos orçamentários, que, no período de 2000 a 2008, cresceram a uma taxa média anual de aproximadamente 15%. Essa dinâmica do gasto significou recorrentes déficits no orçamento do Governo Central. E, embora as exportações tenham registrado um resultado bastante favorável, as importações também apresentaram crescimento permanente no período e, a partir de 2007, a balança comercial voltou a ser deficitária (STOCCO 2013).

Além disso, os resultados econômicos alcançados não foram suficientes para reestabelecer o poder de compra do salário e o padrão de consumo aos patamares anteriores à crise dos anos 1990, assim como não foram capazes de mitigar as desigualdades internas. Segundo Ferriol (2009), ainda persistiam, no interior da sociedade cubana, famílias que não obtinham rendimentos monetários suficientes para garantir um consumo de alimentos, bens e serviços essenciais, vivendo em evidente situação de carência que se refletia, inclusive, nas condições materiais e de higiene das habitações. Sem acesso à moeda conversível, essas famílias não tinham como complementar o consumo nos mercados de produtos comercializados em CUC. Da mesma maneira, havia famílias que, embora não se encontrassem em uma situação de carência, tinham severas limitações e mostravam-se profundamente suscetíveis a crises econômicas e mudanças estruturais.

No outro extremo, a autora apontou a existência de famílias com rendimentos monetários mais elevados, em que a renda média *per capita* era 7 vezes maior que a renda média do grupo em piores condições econômicas. Essas famílias conseguiam tanto complementar o consumo de alimentos com uma dieta nutricional de maior qualidade como incrementar seu consumo com bens e serviços diversos. Essa desigualdade na renda ainda era agravada pela forma como estavam estruturados os mercados de comercialização de produtos necessários ao consumo da população, pois a necessidade de consumir produtos ofertados nos mercados em divisas, dada as limitações de oferta nos mercados estatais que comercializavam em pesos nacionais, resultavam em uma elevação do custo de vida para as famílias (FERRIOL, 2009).

Ferriol (2009) ainda destacou dois aspectos que, embora fossem traços característicos das relações econômicas em Cuba após a revolução, durante esse

período se tornaram importantes desafios a serem superados. O primeiro foi a desvinculação da atividade laboral como uma via de acesso à renda e ao consumo, e o segundo foi a desproporção entre a renda das famílias na forma monetária e a renda que chegava às famílias na forma de bens e serviços.

Na verdade, como serão evidenciadas nos capítulos que tratarão do sistema de distribuição, as transformações que ocorreram na base econômica desde os primeiros anos da revolução acabaram por conformar novas determinações e mecanismos de apropriação da renda e da riqueza produzida, em que a renda em sua forma monetária sempre cumpriu um papel relativamente menor na satisfação das necessidades em comparação ao acesso incondicional e gratuito a um conjunto de serviços públicos que sempre cumpriram um papel mais efetivo dentro dos objetivos da revolução de construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Porém, o fim do bloco soviético e da cooperação no âmbito do CAME e a posterior deterioração das condições econômicas durante o período especial impossibilitaram a manutenção desse padrão de consumo. Mas, com a decisão de distribuir de maneira igualitária os impactos da crise, o governo ampliou ainda mais essa desvinculação da renda e do consumo da atividade laboral, garantindo na forma de serviços universais e subsídios o acesso da população aos bens e serviços essenciais. Estratégia que foi fundamental para permitir a continuidade da experiência de construção do socialismo em Cuba.

Mas, frente às mudanças econômicas e sociais realizadas na década de 1990 e as alterações que produziram no sistema de distribuição, esses aspectos tornaram-se desafios. Primeiramente, existem as dificuldades em aumentar a produção de riqueza internamente para ampliar a oferta de produtos, e, segundo, a heterogeneidade da base econômica que resultou em novas formas de apropriação da renda e da riqueza, o que contribuiu para uma ampliação da diferenciação social. A necessidade de elevar a produtividade interna e a competitividade da produção frente à ampliação da inserção de Cuba no mercado internacional são novas determinações que incidem sobre esses aspectos distributivos, transformando-os em desafios a serem superados. Uma questão que pode ser apontada aqui é como realizar mudanças no sentido de superar esses desafios sem alterar a natureza do próprio sistema de distribuição.

Nesse sentido, em 2005, em um discurso histórico proferido na Universidade de Havana, Fidel Castro realizou novamente uma autocrítica interna reconhecendo

as falhas e desafios que se manifestavam na experiência concreta de construção do socialismo em Cuba. Nessa ocasião, citou a desigualdade de rendimentos derivadas das mudanças engendradas durante o período especial e dos subsídios concedidos a todos de maneira igualitária que acabavam reforçando essas desigualdades. Tratou também da corrupção e do roubo no interior das empresas e instituições estatais, destacando como essas práticas haviam se intensificado após o período especial e contribuíam para o desperdício de recursos e o enriquecimento de determinados grupos (CASTRO RUZ, 2005).

Mas, durante a segunda metade dos anos 2000, novos elementos se somaram no contexto interno e externo. Internamente, o então presidente Fidel Castro, líder histórico da revolução, em virtude de problemas de saúde, deixou o comando político do país que passou a ser comandado pelo então vice-presidente Raul Castro. No cenário internacional, uma grave crise iniciada no mercado financeiro dos Estados Unidos se espalhou e atingiu os principais países desenvolvidos. Já em 2008, diminuiu o volume de divisas que entrava no país e a queda no preço do níquel impactou ainda mais a capacidade de importação. Por outro lado, o país passou a necessitar de um volume cada vez maior de moeda estrangeira para realizar os pagamentos relativos às importações de alimentos e petróleo que tiveram seus preços elevados. A passagem de três furacões sobre a ilha danificaram 530.758 habitações e causaram muitos estragos nas lavouras, resultando em um prejuízo estimado em quase 10 milhões de dólares. O resultado foi uma desaceleração econômica, em que o crescimento do PIB foi três pontos percentuais menor ao registrado em 2007 (VIDAL ALEJANDRO, 2009b).

Foi nesse contexto que começaram a surgir os primeiros discursos oficiais, apontando a necessidade de se realizar novas mudanças estruturais em Cuba. Na verdade, Raul Castro foi expondo paulatinamente à população cubana um diagnóstico que tratou de questões centrais da organização do socialismo no país, confrontando a sociedade com a necessidade de se realizar uma reflexão sobre os objetivos do projeto societário em construção, levando em consideração as condições presente e futuras para concretizá-lo. Dentre os desafios destacados, cabe assinalar:

- a) a insuficiência do salário para satisfazer às necessidades básicas dos trabalhadores;
- b) a desvinculação das atividades laborais do acesso à renda e ao consumo;



- c) a baixa produção agrícola;
- d) a dependência da importação de alimentos; e
- e) a insustentabilidade dos gastos realizados pelo Estado para garantir a todos, de maneira igualitária e universal o conjunto de bens e serviços públicos (CASTRO RUZ, 2007; CASTRO RUZ 2008; CASTRO RUZ, 2009).

Da mesma forma, em paralelo foram sendo adotadas medidas importantes que, embora fragmentadas e pontuais, indicavam uma retomada em direção às mudanças econômicas e sociais iniciadas na década de 1990, e que haviam sido interrompidas em relação à necessidade de transformar a base econômica como parte da tentativa de se estruturar um modelo próprio de construção do socialismo a partir das condições particulares que se apresentavam em Cuba. Nesse sentido, as medidas adotadas a partir de 2008 trataram de eliminar as proibições e regulações relativas ao consumo, de ampliar a entrega de terras ociosas para privados, de reestruturar o mercado de trabalho reduzindo os empregos nas empresas estatais, de criar órgãos de controle e fiscalização e de instituir uma nova Divisão Político-Administrativa do país (STOCCO, 2013).

Por fim, no dia 8 de novembro de 2010, Raul Castro anunciou a publicação de uma proposta de mudança nos aspectos econômicos e sociais da experiência cubana de construção do socialismo que foi denominada “*Lineamientos da Política Econômica e Social*”, o que marcou, então, o início do que oficialmente se tem denominado processo de atualização do modelo econômico e social e que será apresentado a seguir.

### **2.1.3 Processo de atualização do modelo de desenvolvimento econômico e social cubano**

Conforme explicitou o documento “*Lineamientos da Política Econômica e Social*”, a necessidade de se avançar com as mudanças econômicas e sociais no interior da experiência de construção do socialismo em Cuba foi consequência de um contexto externo mundial globalizado, caracterizado por uma crise sistêmica do capital que se manifestava em uma grave crise financeira nas principais economias capitalistas, mas também pelas das deficiências estruturais internas que haviam se acumulado ao longo dos anos. Apresentadas como desafios, essas deficiências foram assim sintetizadas:

- a) grande volume de terras ociosas e o baixo rendimento agrícola;
- b) descapitalização da indústria e da infraestrutura do país;
- c) planilhas “infladas” de trabalhadores em todas as esferas da economia e a desestruturação do emprego;
- d) baixa produtividade do trabalho, desmotivação salarial e excesso de subsídios e gratuidades;
- e) baixa capacidade exportadora de produtos tradicionais e elevada dependência de importações;
- f) centralização e falta de autonomia; e
- g) existência da dualidade monetária (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Ainda segundo o documento, o objetivo dos lineamentos era atualizar o modelo econômico e social com vistas a garantir a continuidade e a irreversibilidade do projeto de construção do socialismo, o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Em síntese, a proposta apresentada foi estruturada em 291 pontos agrupados em 12 capítulos: modelo de gestão econômica; políticas macroeconômicas; política econômica externa; política de investimento; política de ciência; tecnologia e inovação; política social; política agroindustrial; política industrial e energética; política para o turismo; política para o transporte; política para as construções; habitações e recursos hidráulicos; e política para o comércio (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011). Após um amplo processo de discussão<sup>39</sup>, o documento final, aprovado durante o VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011, totalizou 313 pontos.

Em resumo, os lineamentos aprovaram uma ampliação do espaço concedido às formas não estatais da propriedade sobre os meios de produção no interior da economia cubana, ressignificando o papel da empresa estatal dentro da estrutura do Estado, e a adoção de uma nova metodologia para a realização da planificação da economia, que, ademais de torná-la mais objetiva, deveria abarcar o conjunto das diferentes formas de propriedade, respeitando a autonomia das empresas sobre as decisões de produção e comercialização (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Como parte disso, também se determinou a separação entre a esfera empresarial estatal e as funções estatais. Para isso, os gastos públicos para

---

<sup>39</sup> Para maiores detalhes de como foi esse processo, ver Stocco (2013).

cumprimento das funções estatais ficariam condicionados à receita arrecadada pelo Estado e às possibilidades reais de recursos financeiros que a economia conseguisse gerar. Em contrapartida, ficou aprovada uma reestruturação das unidades orçamentárias, a criação de tributos especiais, o fim de subsídios por perdas às empresas e a eliminação paulatina de gratuidades e subsídios (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Frente ao estímulo para a atuação de novos agentes econômicos e maior espaço para as relações monetário-mercantis, também se aprovou uma revisão integral no sistema de preços e a descentralização deles, com exceção dos preços dos produtos e serviços, que, do ponto de vista econômico e social, fossem considerados necessários de seguir regulando (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Em relação à política externa, aprovou-se um reordenamento da dívida externa e das estratégias para o pagamento dela e uma reestruturação nas regulações e procedimentos relativos à aprovação da participação do capital externo nos investimentos nacionais, buscando conferir maior agilidade à entrada de investimentos estrangeiros diretos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Ainda se deliberou o redesenho das chamadas políticas sociais vigentes para compatibilizá-las com as possibilidades reais da economia cubana e tratou de instituir o trabalho e a renda como as vias fundamentais para a satisfação das necessidades pessoais e familiares e a forma de se contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Em relação a esse tema, aprovou-se de maneira expressa a prioridade em aumentar o número de trabalhadores do setor não estatal, a deliberação de elevar os salários dos trabalhadores alocados nas atividades que gerassem maior resultado para o país e a determinação de eliminar gradualmente a “libreta” de abastecimento enquanto forma de distribuição racionalizada (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Em relação à produção agropecuária, os lineamentos outorgaram um papel maior aos mecanismos de mercado para a comercialização de uma parte da produção e previu a reestruturação da comercialização de insumos e equipamentos, inclusive com a criação de mecanismos de crédito ao produtor (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Os lineamentos previram ainda a autorização para compra e venda de veículos automotores e de habitações entre particulares, além de terem flexibilizado

as outras formas de transmissão da propriedade entre pessoas físicas. Por outro lado, aprovou-se o fim dos subsídios aos materiais de construção destinados à conservação, reforma e construção de habitações. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Cabe destacar que os “*Lineamientos da Política Econômica e Social*” possuem uma importância singular porque de fato representaram uma primeira tentativa de reestruturação do funcionamento da base econômica do projeto de construção do socialismo em Cuba, em que se buscou conceituar aspectos e mecanismos próprios do ideal socialista, levando em consideração as condições sócio-históricas da própria realidade cubana e as novas determinações do contexto externo. Nesse sentido, as mudanças propostas eram vistas como estratégias imediatas e pontuais, mas como possibilidades concretas de elevação das condições econômicas e sociais de construção do socialismo.

Porém, esse esforço inicial de atualização do modelo econômico ficou desvinculado de uma reestruturação mais ampla dos objetivos e estratégias que iriam direcionar o projeto societário em construção, o que também pode ser entendido como a ausência de um modelo de desenvolvimento. Além disso, o documento expressou a ausência de uma sistematização uniforme em sua elaboração, pois os pontos aprovados tratavam ora de aspectos conceituais, ora de diretrizes para formulação de políticas, ora de ações concretas a serem implementadas, o que, inclusive, dificultou sintetizar as mudanças que de fato estavam aprovadas. Com isso, em diferentes pontos, não se explicitou como as determinações aprovadas seriam efetivadas na realidade concreta. Por fim, todos esses aspectos acabaram contribuindo para uma implementação fragmentada dos lineamentos e ainda bastante insuficientes do ponto de vista dos desafios que precisavam ser superados na realidade cubana, dos problemas que afligiam essencialmente a população e dos objetivos estabelecidos dentro do projeto societário cubano.

Por ocasião da aprovação do documento, instituiu-se a Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento que assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de implantação das mudanças aprovadas, mas também de propor mudanças pontuais e de curto prazo e de elaborar uma proposta de conceitualização integral da economia cubana nos marcos de um projeto societário socialista.

Quadro 2 - Síntese das medidas implementadas em Cuba no período de 2011 a 2016

<b>Medida</b>	<b>Arcabouço Legal</b>
Ampliação das atividades a serem exercidas por trabalhadores por conta própria e mudança no sistema de tributos	Resolução nº. 298/11, 299/11 e 300/11 do Min. de Finanças e Preços; Resolução nº. 240/11 Min. da Saúde Pública; Resolução nº. 32/11, 33/11 e 34/11 Min. Trabalho e seguridade social; Resolução nº. 368/11 Min. Transporte; Resolução nº 41/2013
Modificações no Regime Especial de Seguridade Social para os trabalhadores por conta própria	Decreto Lei nº: 284, 278, 285 e 234.
Modificações no aluguel de habitações	Decreto Lei nº. 283
Liberação para comercialização de casas entre particulares	Decreto Lei nº. 288
Liberação para comercialização de automóveis entre particulares	Decreto Lei nº. 292
Transferência de unidades produtivas estatais para a gestão de trabalhadores por conta própria	Resolução Conjunta nº. 01/2011; Resolução nº. 434/11 Min. do Interior; Resolução nº. 38/11 Min. Trabalho e Seguridade Social; Resolução nº. 333 Min. Preços e Finanças; Resolução nº. 516 Min. Comercio Interior; Resolução nº. 409 Min. de Preços e Finanças; Resolução nº. 46 Min. Trabalho e Seguridade Social;
Criação do grupo estatal Azcuba e extinção do Min. do Açúcar.	Decreto Lei nº. 287;
Novas regras para a política de migração interna	Decreto Lei nº. 293;
Liberação e regulamentação da oferta de crédito e serviços bancários para pessoas físicas.	Decreto Lei nº. 289;
Autorização para as diferentes formas produtivas do país comercializarem diretamente os produtos agrícolas não industrializados, arroz e carvão vegetal.	Decreto Lei nº. 318/2013 Conselho de Ministros
Concessão de subsídios a pessoas físicas para reformas de habitações.	Resolução nº. 391/11 Instituto Nacional da Habitação; Resolução nº. 539/11 Min. Com. Interior; Resolução nº. 429/11 Min. Finanças e Preços; Resolução nº. 47 Min. Trab. e Seg. Social.
Criação do Min. de Energia e Minas e do Min. de Indústria; Extinção dos da Industria <i>Ligera</i> e do Min. da Industria <i>Sideromecânica</i> ; Reordenamento da política Industrial.	Decreto Lei nº. 299
Criação e regulamentação de Cooperativas não agrícolas;	Decreto Lei nº. 305 e 306; Resolução nº. 427/12 Min. Finanças e Preços; Resolução nº. 570/12 Min. Eco. e Planificação.

Reordenamento do comércio atacadista	Resolução nº. 242/13 Min. Com. Interior
Reorganização do Ministério de Relações Exteriores	Decreto Lei nº. 314
Medidas preparatórias para o fim da dualidade Monetária: Normas contábeis e metodológicas para a formação de preços atacados e varejo; Emissão de novos bilhetes de Pesos Cubanos (200, 500, 1000)	Resoluções nº. 19, 20, 21 de 2014 do Min. de Finanças e Preços. Resolução nº. 4/15 Banco Central de Cuba
Nova Lei de Investimentos Estrangeiros Direto; Regulamentação para qualificar empresas exploradoras de Petróleo.	Lei 118 de 2014; Decreto Conselho de Ministros nº 325/2014
Mudanças na forma de remuneração: - Dos Atletas - Política Salarial das empresas ligadas aos investimentos estrangeiros	Decreto nº. 324/14 do Conselho de Ministros; Res. Conjunta nº. 01/14; Res. nº. 009 do Min. Trab. Seg. Social; Res. nº. 152/14 Min. Finanças e Preços; Res. nº. 42/2014 do Min. Trab. Seg. Social; Res. nº. 535/14 Min. Finanças e Preços; Res. nº. 920/14 Min. Eco. e Planificação;
Novo Código do Trabalho com previsão de relações trabalhistas entre pessoas físicas,	Lei nº. 116/2013; Decreto nº. 326/13 Conselho de Ministros;
Instituição de uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação	Decreto Lei nº. 323; Resolução nº. 164, 165 e 166 de 2014 do Min. Cien. Tec. e Meio Ambiente
Estabelecimento de novas normas de planejamento urbano e habitacional	Decreto Lei nº. 322;

Fonte: Elaboração própria. Essa síntese foi elaborada a partir do clique de notícias vinculadas às palavras chaves “atualización del modelo económico y social”, “lineamientos económicos y sociales” do site de notícias Cubadebate.

O Quadro 2 apresenta de maneira sintética, as principais medidas implementadas dentro do que se convencionou chamar de processo de atualização. Conforme é possível constatar, elas estiveram centradas na ampliação das novas formas de gestão da propriedade dos meios de produção no funcionamento da economia cubana. Um conjunto de leis tratou não apenas de liberar novas atividades para serem executadas por trabalhadores por conta própria como também alterou as alíquotas de imposto e a forma de cobrança dele sobre esse tipo de atividade, autorizou o pagamento retroativo da contribuição previdenciária por parte desses

trabalhadores e simplificou o processo para emissão de novas licenças. Ainda em relação a isso, criaram-se as cooperativas não agrícolas que passaram a exercer diferentes atividades e realizou-se a transferência de unidades produtivas estatais para as diferentes formas de gestão não estatal. Em efeito, também foram ampliados os espaços de comercialização de produtos agropecuários e eliminadas as restrições relativas à comercialização de automóveis e casas entre particulares, assim como instituiu-se uma política com a oferta de crédito e serviços bancários para pessoas físicas e os novos agentes econômicos.

No âmbito da organização do Estado, realizou-se uma profunda reorganização das estruturas estatais que envolveu a extinção e criação de ministérios, assim como a criação de novas estruturas demarcando uma clara separação entre as funções estatais e empresariais. Como exemplo, cabe destacar a extinção do Ministério do Açúcar e a criação do grupo estatal Azcuba. As empresas estatais passaram a reter um percentual maior dos seus ganhos após o pagamento dos impostos, possibilitando a constituição de fundos maiores para a distribuição de estímulos salariais aos trabalhadores e ampliando capacidade de investimento delas. Além disso, as reservas realizadas de maneira voluntária pelas empresas passaram a ser acumuladas para o ano seguinte. Também se tornou facultativo aos dirigentes das empresas estabelecer o preço a ser comercializado a produção excedente à entrega estabelecida no plano.

Como parte do processo de atualização também foi aprovado um número vasto de novas legislações que envolveram desde o planejamento urbano e habitacional, como uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação, um novo Código do Trabalho e uma nova Lei de Investimento Estrangeiro Direto.

Após cinco anos da aprovação dos lineamentos, um balanço apresentado pela Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento mostrou que, dos 313 pontos aprovados, 21% haviam sido efetivados e 77% ainda estavam em andamento. Com isso, considerou-se que as medidas implementadas não foram suficientes para produzir mudanças profundas na estrutura produtiva do país, tendo a produção agrícola e manufatureira permanecido muito aquém do que seria necessário para diminuir a dependência por produtos importados. Mas, por outro lado, se reconheceu a transformação ocorrida na estrutura do emprego com um aumento dos trabalhadores no setor não estatal e uma elevação dos salários de vários setores. Ainda em termos de resultado apontou-se também um processo

denominado reequilíbrio financeiro externo, alcançado a partir da renegociação da dívida externa (CUBADEBATE, 16 de abril de 2016).

Certamente, o ritmo em que se concretizaram as mudanças aprovadas em 2011 não foi suficiente para superar os principais desafios identificados inicialmente, assim como as mudanças que foram efetivadas acabaram atacando questões periféricas que, muitas vezes, não eram perceptíveis no dia a dia da população. Além disso, os experimentos adotados em algumas províncias, como a abertura para o comércio atacadista a partir de cooperativas e agentes privados e a descentralização da administração estatal, revelaram novas complexidades que dificultaram sua expansão para todo o país. Mas a inclusão de novas formas de gestão da propriedade ganhou, durante esse processo, uma organicidade maior, sendo realmente compreendida como parte da base econômica do país.

Por outro lado, talvez o resultado mais importante desse processo denominado oficialmente de atualização do modelo econômico e social tenha sido a elaboração e apresentação para discussão, por ocasião do VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, do Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030. Esses documentos, além de representarem a continuidade do processo de mudanças ratificando a trajetória adotada, também são expressões do trabalho e acúmulo produzidos a partir da implementação dos lineamentos aprovados em 2011. Apresentados aos membros do partido em abril de 2016, os documentos foram então encaminhados para a discussão e aperfeiçoamento junto à população e serão parte do objeto do quarto capítulo deste trabalho, quando serão apresentadas as perspectivas futuras da experiência cubana.

Assim, ao realizar essa síntese dos últimos 26 anos da revolução cubana, é possível observar a permanência de parte dos desafios estruturais que já se manifestavam anteriormente, como as dificuldades de superar suas deficiências produtivas estruturais, os desequilíbrios distributivos identificados no final dos anos 1980, assim como o bloqueio norte-americano que continua representando prejuízos vultuosos ao país e um entrave para a ampliação das relações comerciais cubanas. Além disso, as mudanças que se concretizaram durante esse período estiveram relacionadas a dois paradigmas importantes: a coexistência ou não de diferentes formas de propriedade em experiências de transição ao socialismo e o papel dos mecanismos de mercado no funcionamento da economia. Trata-se de uma



discussão que sempre esteve presente tanto no campo teórico e na prática das experiências concretas de transição ao socialismo, e que será apontada no segundo capítulo dessa pesquisa.

Além disso, cabe destacar que, se por um lado as mudanças realizadas ao longo desse período que se iniciou com a crise dos anos 1990 permitiram alcançar os resultados desejados em termos de restaurar o crescimento econômico e manter a coesão interna em torno do projeto de construção ao socialismo, por outro, aprofundaram alguns problemas que já estavam presentes exigindo novas estratégias e respostas, como são o ressurgimento da pobreza, a ampliação das desigualdades e a desvinculação do salário do aporte laboral.

Mas isso não diminuiu a importância que essas mudanças da década de 1990 tiveram na continuidade da experiência de construção do socialismo em Cuba, principalmente no momento em que os países do campo socialista europeu realizavam reformas para se reintegrarem ao sistema capitalista. E, para além disso, significaram o início de um longo processo de transformações visando adaptar a estrutura econômica às atuais condições de desenvolvimento do capitalismo mundial, tendo por base a construção de um modelo econômico e social próprio. Mesmo com alguns recuos em relação à amplitude de algumas mudanças, como as medidas que restringiram o trabalho por conta própria e até mesmo os investimentos estrangeiros durante a primeira década do século XXI, as medidas seguiram na direção de ampliar a heterogeneidade das formas de propriedade e de conciliar a planificação com o desenvolvimento de relações monetário-mercantis, preservando a natureza das novas relações de produção que estavam em construção.

Assim, o chamado processo de atualização do modelo econômico e social que se iniciou em 2010 aparece como um momento de avanço e aprofundamento desse movimento de mudança, que, de maneira sistematizada e formalizada, em um documento levado ao debate popular mesclou uma série de medidas de caráter estrutural para um horizonte temporal de curto e médio prazo e que teve como um dos principais resultados o aperfeiçoamento do próprio processo de transformação em que os novos documentos em discussão expõem os paradigmas teóricos que sustentam as mudanças em curso, mas também definem o modelo que se quer construir e os resultados em termos de desenvolvimento da nação que se pretende alcançar.

## 2.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROCESSO CUBANO E AS IMPLICAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS DISTRIBUTIVOS

O conjunto de transformações na base econômica e nas relações de produção que foram se desenvolvendo desde o período inicial do processo revolucionário foram progressivamente afetando a reprodução de relações capitalistas de produção em Cuba. Dentre essas transformações, cabe destacar, primeiramente, as derivadas da lei de Reforma Agrária que, ao distribuir terras aos trabalhadores rurais, garantiu a esses o acesso aos meios de produção, eliminando a obrigatoriedade da venda da força de trabalho para sua sobrevivência e de sua família, restringindo, assim, o alcance do intercâmbio mercantil em relação à força de trabalho.

Além disso, a expropriação da propriedade privada e a transformação em propriedade estatal de quase a totalidade dos meios de produção na ilha, combinadas às mudanças no âmbito da natureza do Estado que o tornaram representante de todo o povo, fundaram as bases para a constituição, da chamada propriedade social. Desse modo, a produção e a apropriação da riqueza foram paulatinamente orientadas para atender às necessidades individuais e coletivas da população cubana, em um processo caracterizado pela busca constante de uma maior satisfação das mesmas.

Assim, essas rupturas foram também se desdobrando em mudanças que significaram a construção de novas relações sociais de produção, tendo em vista o período de transição ao socialismo. Na verdade, à medida que se alterou a estrutura da propriedade e os mecanismos que combinavam os fatores de produção, também foi sendo modificada a forma como a população se apropriava da riqueza produzida no país e, aos velhos mecanismos de distribuição, foram sendo acrescentados novos mecanismos que se conformaram em um sistema de distribuição que se estruturou a partir dessas novas relações de produção que se conformavam. Esse sistema de distribuição para a realidade cubana será objeto de análise do quinto e sexto capítulos deste trabalho, tendo sido antes delimitados os determinantes fundamentais da distribuição para o capitalismo e o socialismo.

Esse processo que permitiu a Cuba elevar as condições de vida de sua população e iniciar uma transformação em sua estrutura produtiva interna também acumulou importantes desafios que já foram apresentados anteriormente. Aqui cabe

apenas retomá-los a partir de suas interações com os aspectos distributivos e redistributivos.

Conforme exposto, a interpretação que se adotou em Cuba sobre o período de transição ao socialismo e o papel a ser desempenhado pela forma estatal de propriedade sobre os meios de produção estabeleceu na base econômica uma estrutura de propriedade bastante homogênea, protagonizada pela gestão estatal de quase a totalidade dos meios de produção no país. Essa compreensão, que se sustentou na ideia de que a socialização dos meios de produção significava necessariamente a estatização deles, implicou em um sistema de distribuição também bastante homogêneo, em que a planificação centralizada a partir do Estado era o mecanismo de controle direto dos recursos e de regulação da economia.

Isso, conjugado aos elevados objetivos da experiência cubana de construir uma sociedade mais equitativa, justa e solidária, acabou concedendo um papel preponderante ao acesso incondicional e gratuito da população a um conjunto de bens e serviços, garantidos via políticas estatais universais. Se, por um lado, isso foi uma importante estratégia para alcançar os objetivos societários da revolução cubana, por outro, contribuiu para um certo grau de desvinculação entre aporte laboral e o acesso ao consumo e à renda. Essa desvinculação foi ampliada durante a crise do início da década de 1990, quando se adotaram medidas para distribuir de maneira equitativa os impactos da crise, reforçando o racionamento de produtos e priorizando a oferta dos serviços universais. Aspecto que, inclusive, foi objeto de análise e autocrítica em diferentes momentos da revolução, embora seja importante destacar que essa estratégia foi central para a continuidade do processo de construção do socialismo em Cuba.

Entretanto, aquilo que foi uma estratégia importante tornou-se um desafio no contexto atual de Cuba. Após o fim do CAME e do SSM, e o cessar das favoráveis condições externas que supriam os recursos necessários para satisfazer às necessidades coletivas, sociais e individuais, com a diversificação das formas de propriedade dos meios de produção e a necessidade de se estimular o aumento da produção e da produtividade, essa desvinculação tem se constituído em um desafio a ser superado.

Com uma estrutura de propriedade um pouco mais heterogênea, que combina novas formas de interação dos agentes da produção para além da gestão estatal deles, com a segmentação dos mercados e a dualidade monetária que engendrou

diferentes mecanismos de estímulos materiais, é possível observar em Cuba um processo de diferenciação social com grupos que apresentam melhores condições de vida, enquanto, em outro extremo, muitas famílias enfrentam severas dificuldades para complementar o consumo de calorias e de bens garantidos pelo sistema de racionamento. Isso tem significado um rompimento com a ideia socialista de garantir uma distribuição de acordo com o aporte laboral.

Dentro disso, a manutenção dessas políticas estatais universais como principal mecanismo de acesso ao consumo e à renda acaba reforçando as desigualdades existentes, ao invés de atuar para diminuí-las. Além disso, a deterioração dos salários combinada aos diferentes mecanismos não oficiais de acesso aos bens de consumo e à renda incorporados ao cotidiano das famílias em Cuba nos últimos anos contribui para ampliar as dificuldades de estimular a incorporação dos trabalhadores à produção.

Ainda cabe ressaltar que, tanto no período de maior crescimento econômico como agora, Cuba tem enfrentado dificuldades para produzir riquezas em quantidades suficientes para garantir o cumprimento dos objetivos econômicos e sociais de seu projeto societário. E, nos primeiros 30 anos em que logrou alcançar parte desses objetivos, o fez a partir da permanente incorporação de recursos do exterior à sua dinâmica econômica, proporcionados pela participação no CAME e no SSM. Além disso, o volume de recursos necessários para estruturar e manter a rede de serviços públicos universais acabou limitando a capacidade de acumulação da economia em virtude das dificuldades de se elevar o volume de investimentos na estrutura produtiva.

Em termos dos desafios, cabe ainda destacar que o fato do contexto externo ter se tornado mais hostil ao processo cubano justamente no momento em que seus desafios e fragilidades na estrutura produtiva estavam se expressando no país na forma de um baixo crescimento econômico e em uma redução do nível de vida da população acabou exigindo das lideranças políticas cubanas a adoção de medidas emergenciais de reestruturação econômica e social sistemática e integral.

Em resumo, o desafio presente e futuro da experiência cubana, seja de maneira geral, ou no que tange aos aspectos distributivos e redistributivos, passa por garantir uma elevação das condições de vida da população, mantendo, retomando e ampliando as conquistas sociais alcançadas em termos de igualdade e justiça social, partindo de uma transformação estrutural de sua economia.

**PARTE 2 – A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO E AS RELAÇÕES DE  
DISTRIBUIÇÃO: POLÊMICAS DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO**

### 3 AS BASES DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Ainda hoje, constitui-se tema de grande debate no campo da economia política crítica o processo de superação do modo de produção capitalista por outro modo de organização social. E, dentro disso, as experiências revolucionárias do século XX, também designadas “socialismo real”, agregaram ainda mais elementos que ampliaram as complexidades em relação ao tema. Mas, tendo em vista que Cuba, conforme apresentado no capítulo primeiro, a partir de um processo revolucionário, declara-se um Estado socialista, cabe aqui apresentar um posicionamento do que se compreende como transição ao socialismo, ou construção do socialismo.

Marx e Engels, ao redigirem o Manifesto Comunista, trataram de alguns tipos de socialismo que se confrontavam em sua época, como o utópico-crítico, o socialismo reacionário, conservador ou burguês, deixando evidenciada a complexidade que perpassa esse debate, optaram por designar a sociedade futura projetada por eles de comunismo. Lênin, em seu tempo, apontou que seria mais adequado usar o termo socialismo para designar a primeira fase do modo de produção comunista previsto pelos clássicos do socialismo científico. Foi também Lênin quem evidenciou de maneira mais incisiva, tanto no campo da teoria como da prática, a existência de um período de transição entre o modo de produção capitalista e o socialismo.

Na verdade, os conceitos socialismo e socialista estiveram, por muito tempo, relacionados com a natureza do homem enquanto ser social e sociável. Assim, do ponto de vista da antítese, socialismo não era antônimo de capitalismo, mas de egoísmo e individualismo. O que tornava socialismo algo oposto ao capitalismo, ou anticapitalista, era, precisamente a essência do modo de produção capitalista, baseado no interesse privado, no egoísmo pessoal e a concorrência como formas de sua existência em contraposição ao coletivismo, a cooperação e a solidariedade humana inerente ao conceito de socialismo. Isso, em alguma medida, explica o caráter um tanto vago e difuso que sua utilização assumiu, sobretudo dentro do movimento operário. Dessa forma, o título de socialistas não tem sido patrimônio exclusivo dos marxistas, mas tem sido utilizado de maneira indiscriminada por todos

aqueles que, de alguma maneira, têm assumido uma posição crítica diante dos males da sociedade capitalista e propõem algum projeto alternativo.

Assim, para a compreensão do contexto geral em que está inserido o objeto de estudo desta tese, buscou-se realizar um resgate do debate sobre a transição ao socialismo em suas formulações originais pelos clássicos do marxismo. Nesse sentido, primeiramente foram apresentadas as formulações sobre o socialismo em Marx e Engels dentro das contribuições realizadas ainda no século XIX. Em seguida, foram expostos os avanços realizados a partir das contribuições de V. I. Lênin, aportadas nos primórdios do século XX.

Ainda cabe destacar que esta tese soma-se às demais pesquisas que buscam, a partir da realidade concreta, refletir sobre as alternativas de superação à lógica de acumulação do capital, entendendo que isso não se esgotou com o fim do chamado “socialismo real”, e que tampouco é um processo instantâneo, livre de contradições e recuos, mas tendo a preocupação de enfatizar as limitações que as formulações teóricas de Marx e Engels possuem, bem como a não existência de um modelo de transição a ser seguido. Ao mesmo tempo, demonstrar a possibilidade do desenvolvimento de processos revolucionários que, a partir das condições históricas particulares de cada país, pode assumir diferentes formas e caminhos dentro do horizonte de constituição e consolidação de um novo modo de produção.

### 3.1 O SOCIALISMO CIENTÍFICO FUNDADO POR MARX E ENGELS

As primeiras ideias sobre uma sociedade justa e com melhores condições de vida para as classes mais exploradas apareceram em épocas remotas, tão distantes como as sociedades mais antigas. Isso porque as contradições econômicas, políticas, étnicas, religiosas ou culturais percorrem todo o desenvolvimento da humanidade, influenciando o pensamento e a realidade do homem. Entretanto, esses primeiros anseios do homem em conformar uma sociedade de acordo com determinados critérios políticos, ético-morais e religiosos não podem ser catalogados de socialistas antes do século XVI, quando ainda não estavam constituídas as condições propícias para o surgimento dessas ideias que inicialmente apresentaram um caráter utópico.

Assim, o emprego do termo socialismo não foi um ato pioneiro de Marx e Engels. Antes deles, os socialistas utópicos já projetavam a construção de uma

sociedade futura em que as classes sociais seriam abolidas, porém essa superação não era vista como parte do próprio desenvolvimento histórico da humanidade, mas como algo externo, sem nexos históricos (ENGELS, 2015). O que os autores efetuaram ao fundarem o socialismo científico foi colocar o socialismo sobre o “chão da realidade” (ENGELS, 2015, p. 48). Ou seja, diferentemente do que pode ser considerado um rompimento<sup>40</sup>, o que eles fizeram foi conectar a antecipação de uma sociedade futura ao desenvolvimento das contradições da sociedade organizada sob o domínio do capital.

Conforme assinala Engels (2015), as limitações teóricas presentes nas elaborações dos socialistas utópicos estão relacionadas ao estágio ainda inicial da produção capitalista. Para ele, os utópicos recorreram à razão e ao pensamento porque os elementos que os conduziram à construção de uma nova sociedade ainda não estavam aparentes na nascente ordem social comandada pelo capital. Mas não foi apenas essa a limitação que impediu os socialistas utópicos de avançarem. De maneira substancial, a concepção materialista da história descoberta por Marx e Engels foi o diferencial que os permitiu trazerem o socialismo para o campo da ciência e com isso aportar à classe trabalhadora um referencial de luta.

Marx e Engels partem da dialética idealista de Hegel, reconhecendo que, por meio dessa, pela primeira vez, dentro do campo filosófico, apresenta-se uma compreensão de totalidade do mundo natural, histórico e espiritual como processo. Segundo Engels (2015, p. 53),

[...] pela primeira vez – e este é o seu grande mérito – encontra-se descrita uma compreensão de todo o mundo natural, histórico e espiritual como um processo, isto é, como movimento, mudança, transformação e desenvolvimento constantes, e no qual se faz a tentativa de demonstrar o nexo interior existente nesse movimento e desenvolvimento.

Com isso, a história perdeu seu aspecto de “emaranhado caótico de brutalidades sem sentido” e passou a ser considerada “como o processo de desenvolvimento da própria humanidade”, sendo tarefa da filosofia, a partir desse momento, investigar as leis que regem esses processos (ENGELS, 2015, p. 53). Essa é a tarefa que assumem Marx e Engels.

---

<sup>40</sup> Isso se confirma, por exemplo, quando Engels (2015), após relacionar as limitações teóricas dos socialistas utópicos ao estágio ainda inicial de desenvolvimento das relações de produção capitalistas, coloca que o posicionamento dele e de Marx era de regozijo com ideias embrionárias e pensamentos geniais que surgiam do campo da fantasia.



É importante resgatar aqui parte de uma longa citação do periódico russo “Mensageiro europeu” que o próprio Marx usou para exemplificar o método materialista histórico-dialético, em que se confirma isso de maneira contundente.

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga [sic] relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para a outra, de uma ordem de relações para outra [...] (MENSAGEIRO EUROPEU apud MARX, 2013, p. 26; 27).

Mas, ao aplicar essa processualidade dialética vista na natureza ao desenvolvimento histórico das sociedades, os autores levaram em consideração um ponto que difere de maneira importante a história do desenvolvimento da natureza da história do desenvolvimento da sociedade:

[...] de tudo que acontece na natureza – tanto os inumeráveis fenômenos aparentemente fortuitos que afloram à superfície como resultados finais pelos quais se comprovam que esses acasos aparentes são regidos por leis – nada ocorre em função de objetivos conscientes e voluntários. Em troca, na história da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que atuam sob o impulso da reflexão ou da paixão, buscando determinados fins (ENGELS, 2016, p. 20).

Com isso, a realidade é vista como resultado também da ação do homem, ação que é consciente e voluntária, que busca determinados objetivos individuais impulsionados por suas reflexões e emoções. Assim, os autores afirmam que a história nada mais é que o “resultado dessas numerosas vontades projetadas em direções diferentes e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior” (ENGELS, 2016), assumindo com isso a aparência de casualidade. Mas, por outro lado, ressaltam que as reflexões e as paixões individuais possuem determinantes de diferentes naturezas e que precisam ser investigadas para se compreender as leis gerais que regem a história em seu conjunto.

Assim, foi a partir desses avanços no campo do método que Marx e Engels, ao investigarem as forças motrizes que moviam os homens naquele determinado tempo histórico, identificaram as leis que regem o modo de produção capitalista. Dentro disso, identificaram também as contradições presentes nessa organização social que, ao criarem determinadas condições objetivas e subjetivas, historicamente exigiram uma transformação social, ou seja, a constituição do comunismo. Isso fica bastante explícito na seguinte passagem de Engels (2015, p. 55; 56):

[...] o socialismo existente até aquele momento era tão incompatível com essa concepção materialista da história quanto a concepção de natureza do materialismo francês era incompatível com a dialética e a ciência natural mais recente. O socialismo existente até aquele momento criticava o modo de produção capitalista vigente e suas consequências, mas não era capaz de explicá-los e, portanto, de lidar com eles; só o que ele conseguia fazer era condená-los como ruins. Por outro lado, tratava-se de expor esse modo de produção capitalista em seu nexos histórico e em sua necessidade para um determinado período histórico - e, portanto, de expor também a necessidade do seu desaparecimento. Mas, por outro lado, de desvelar seu caráter intrínseco que continuava oculto, visto que a crítica feita até aquele momento se lançara mais sobre as consequências perversas do que sobre o andamento da coisa em si.

A partir disso, compreende-se também que Marx e Engels não elaboraram uma teoria sistematizada sobre o socialismo ou comunismo, mas que, ao longo de suas investigações, os autores empreenderam uma reflexão teórica que buscou entender o momento em que viviam partindo de uma concepção de totalidade que tinha como perspectiva o desenvolvimento histórico-natural da própria humanidade. Dessa maneira, enxergaram o capitalismo como mais um estágio desse desenvolvimento histórico-natural e trataram de identificar não apenas as condições de seu surgimento e desenvolvimento, mas as contradições que, sob determinadas condições objetiva e subjetivas, levariam à sua superação por outra, e superior, forma de organização social da produção.

Por isso, em poucas ocasiões Marx e Engels voltaram-se para essa forma futura, e quando o fizeram buscaram apenas estabelecer algumas tendências gerais. Conforme aponta Gomes (2016), realizaram esse exercício inspirados pelas disputas, conflitos, revoltas e revoluções que emergiam na Europa do século XIX como manifestação da luta de classes decorrentes da conformação econômica, política e social da ordem burguesa.

Outro aspecto importante, que também reflete essa compreensão, deriva da constatação, também destacada por Gomes (2016), de que Marx e Engels não escreveram nenhuma obra sistematizada em livros e capítulos tratando exclusivamente da passagem do capitalismo para essa forma superior de organização social. O que escreveram sobre o tema aparece em fragmentos de livros, panfletos, prefácios, cartas, partes de capítulos e mensagens aos militantes dos movimentos operários, fato que torna mais complexo a compreensão de como os autores concebiam essa etapa pós-capitalismo. Ademais, como é possível

constatar no subitem que segue, esse exercício de projeção de outra sociedade não foram elaborações lineares, mas um processo de acúmulo e amadurecimento do próprio método de análise e das descobertas que os autores fizeram das leis gerais que regem o capitalismo e seu nexos histórico com as formações sociais anteriores.

### 3.1.1 Os aportes de Marx e Engels: a ideal comunismo

As categorias fundamentais da leitura materialista histórico-dialética da reprodução social que permitiram a Marx e Engels identificar as leis de funcionamento do capitalismo e projetar uma sociedade futura baseada na socialização dos meios de produção já estavam presentes, de maneira ainda embrionária, nos manuscritos intitulados “Feuerbach”, que conformam o primeiro capítulo da obra *Ideologia Alemã*, escritos originalmente em 1846<sup>41</sup>. Ali Marx e Engels, em várias passagens, enfatizam que a capacidade humana de produzir seus meios de vida é o que distancia o ser humano dos animais. E que, ao produzir seus meios de vida, os homens assumem a capacidade de produzir sua própria vida material. Entretanto, essa capacidade de produzir assume um “modo”, uma “forma” determinada e que não está resumida à reprodução física, mas ao conjunto das relações sociais necessárias à reprodução do homem.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

Já nos escritos<sup>42</sup> conhecidos como “Introdução” ou “Prólogo”, Marx (2011), logo nas primeiras páginas, ao reafirmar sua concepção de homem como um ser

<sup>41</sup> É importante destacar que, ao apontar a obra *Ideologia Alemã* como um ponto introdutório para esse debate, não significa desconsiderar os escritos anteriores dos autores, tampouco conceber essa obra como uma ruptura dos autores com os escritos anteriores. Trata-se apenas de reconhecer que ela apresenta de maneira mais sistematizada um acúmulo que só foi possível alcançar com o aporte fornecido pelos trabalhos desenvolvidos anteriormente.

<sup>42</sup> A utilização desses escritos é bastante polêmica, isso porque, conforme aponta Duayer (2011), apesar de o texto ser bastante discutido ele foi abandonado por Marx. Segundo Carcanholo (2008),

essencialmente social, destaca como traço distintivo do homem sua capacidade de produzir sua existência material e intelectual em sociedade. O desenvolvimento dessa capacidade humana confunde-se com o próprio processo histórico-natural de desenvolvimento da humanidade, processo esse que é delimitado por diferentes *estágios de desenvolvimento social*, caracterizados pela forma como o homem se organiza e se apropria de suas condições de existência, ou seja, pelo *modo de produção*.

Nesse texto, o autor também concebe modo de produção como uma totalidade orgânica conformada por uma determinada forma de produção, que determina uma maneira de consumir, de realizar trocas e de distribuir a produção, assim como também é constituída pelo conjunto das relações que determinam esses diferentes e sucessivos momentos entre si (produção, consumo, troca e distribuição), que sempre recomeçam a partir da produção (MARX, 2011).

Isso aparece também no Prefácio escrito e publicado por Marx na obra *Contribuição à crítica da Economia Política*, expresso da seguinte maneira:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Nessa passagem, começa a ficar mais evidente a ideia de relações sociais de produção e suas determinações a partir do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do modo como os homens se reproduzem durante um determinado tempo histórico.

Mas, para Gomes (2016), foram os estudos sistematizados nos escritos conhecidos como *Manuscritos econômicos de 1857-1858*, publicados pela primeira vez em 1939, sob o nome de *Grundrisse*, que permitiram a Marx amadurecer essas categorias fundamentais que deram base para realizar a projeção de sociedades socialistas como uma necessidade histórica.

---

o nome "Introdução" ou "Prólogo" à *Contribuição à crítica da Economia Política* foi dado por Kautsky quando o publicou como texto inicial dos *Manuscritos Econômicos* de 1857 e 1858, no que ficou conhecido como o *Grundrisse*.

Nos *Manuscritos econômicos de 1857-1858*, Marx mostra que esse processo de desenvolvimento histórico da própria humanidade, conformado por diferentes etapas, não se constitui em um movimento de negação completa das condições objetivas e subjetivas herdadas anteriormente. Tampouco se trata de uma negação de todas as formas existentes nos estágios anteriores. Mas apresenta que as formas futuras não apenas consideram as formas de produção precedentes, como podem coexistir. Além disso, destaca que, para compreender cada estágio histórico da reprodução social, é preciso isolar as determinações que prevalecem na produção em geral, as chamadas *condições universais* de toda a produção, das formas particulares, e com isso identificar as diferenças essenciais que distinguem a produção em cada *estágio de desenvolvimento social*, e as forças propulsoras que atuam sobre esse conjunto de determinações.

No capítulo intitulado “Do Capital”, que conforma os *Manuscritos econômicos de 1857-1858*, Marx, ao identificar o trabalho livre e sua troca por dinheiro como uma condição histórica do capital e um pressuposto do trabalho assalariado, conclui que a separação do trabalho das condições objetivas de sua realização também se constitui um pressuposto do trabalho assalariado. Utilizando-se da história, o autor deriva essa condição para o trabalho assalariado do desenvolvimento das formas precedentes da produção capitalista.

Ao olhar as formas mais antigas de produção – asiáticas, eslava, germânica – baseadas na propriedade comunitária ou na pequena propriedade livre, Marx (2011) identifica que, naquela forma particular, as condições objetivas de existência do homem são pressupostas como pertencentes a ele, mas o próprio homem tem como pressuposto ser membro de uma comunidade, pela qual sua relação com as condições objetivas de trabalho são mediadas. O autor destaca também que essa forma particular de propriedade sobre as condições objetivas de existência determinava a existência real da comunidade. Assim, como condição para a imutabilidade dessa forma de sociedade, era preciso a reprodução de seus membros sob as mesmas condições objetivas pressupostas, o que não ocorre. O que Marx observou na história foi que a própria produção altera necessariamente e de maneira gradual as condições objetivas pressupostas e as abole, criando outras, que, por sua vez, também serão abolidas.

Em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a *reprodução* das relações pressupostas do indivíduo singular à sua comunidade -

relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais - e uma existência *objetiva, determinada, predeterminada* para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. -, desenvolvimento que, por conseguinte, é por princípio *limitado*, mas que, superado o limite, representa decadência e desaparecimento (MARX, 2011, p. 398; 399).

Esse movimento, que levou ao desaparecimento daquelas sociedades organizadas sob a forma particular mais antiga, também atuou sobre as sociedades posteriores em um movimento descrito por Marx (2011, p. 407) da seguinte maneira:

Todas as formas (mais ou menos naturais e espontaneamente originadas, mas, ao mesmo tempo, todas também resultado do processo histórico) em que a comunidade supõe os sujeitos em uma unidade objetiva determinada com suas condições de produção, ou em que uma existência subjetiva determinada supõe as próprias comunidades como condições de produção, tais formas correspondem necessariamente só a um desenvolvimento limitado, e limitado por princípio, das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas as dissolve, e a sua própria dissolução é um desenvolvimento das forças produtivas humanas. Em um primeiro momento, trabalha-se a partir de uma certa base – de início, originado natural e espontaneamente –, em seguida, pressuposto histórico. Mais tarde, no entanto, essa própria base ou pressuposto é abolida ou posta como um pressuposto evanescente, que se tornou muito estreito para o desenvolvimento do bando humano progressivo (MARX, 2011, p. 407).

No prefácio escrito em 1859, esse mesmo movimento é descrito em outro nível de abstração com as seguintes palavras:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p. 47 e 48).

Assim, a sociedade futura a qual Marx e Engels escolheram<sup>43</sup> chamar de comunismo foi projetada e derivada desse movimento dialético presente na

---

<sup>43</sup> No prefácio escrito para a edição alemã do *Manifesto Comunista* de 1880, Engels explicou por que os autores escolheram chamar a sociedade futura de *comunista* e não *socialista*. Segundo o autor, 1847, ano anterior à primeira edição do manifesto, por *socialista* se reconheciam dois tipos de pessoas: os partidários dos sistemas utópicos, já em decadência; ou, então, os reformistas sociais que queriam resolver as brechas sociais sem provocar danos ao capital e ao lucro dos capitalistas. Segundo destacou Engels, esse grupo se achava alijado do movimento operário e buscava apoio nas classes "instruídas", sendo, assim, muito respeitado na Europa. Por outro lado, uma parte dos operários que considerava uma mudança meramente política como insuficiente e exigia uma transformação mais radical da sociedade era chamada de *comunista*. Um comunismo que o autor

reprodução social comandada pela lógica do capital, movimento que, para além das características gerais visualizadas em outros processos de transição, agrega também aspectos particulares do tempo histórico atual.

Contudo, se em um primeiro momento os autores consideraram que o desenvolvimento das forças produtivas observado nos países tidos como economicamente determinantes e o antagonismo de classe refletido ali nas lutas operárias constituíam as condições objetivas e subjetivas que desencadeariam revoluções sociais para a construção de uma nova sociabilidade, no prefácio escrito em 1859 eles destacam que uma forma social de organização não desaparece sem que todas as forças produtivas que ela possa conter estejam plenamente desenvolvidas, assim como novas e superiores relações sociais de produção não podem se generalizar sem que as condições de existência dessas relações tenham se consolidado no seio da sociedade anterior (MARX, 2008).

Esse processo, que no campo da abstração pode ter se apresentado, em algum momento, como rápido, mecânico e simples, na verdade era visualizado como bastante complexo. Segundo Engels (2015), o processo de constituição do modo de produção capitalista é descrito com toda sua complexidade na quarta seção do livro I de *O Capital*, quando Marx utiliza-se novamente da história.

[...] concentrar e expandir esses meios de produção estreitos e dispersos, transformá-los na alavanca produtiva de efeitos poderosos da atualidade foi exatamente o papel histórico do modo de produção capitalista e de sua portadora, a burguesia. O modo como ela efetuou isso na história {desde o século XV,} em três fases - a da cooperação simples, a da manufatura e a da grande indústria - foi descrito extensamente por Marx na quarta seção de *O capital* [...] (ENGELS, 2015, p. 305).

Quando voltaram à análise para o momento histórico em que viviam, os autores observaram, no seio da sociedade capitalista da época, os elementos sobre os quais a nova sociedade se constituiria.

[...] o que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente, e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se consoma por meio do jogo das leis iminentes da própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente

---

chamou de instintivo, às vezes tosco e utópico. Por sustentar, já naquele momento, o protagonismo histórico da classe trabalhadora na emancipação contra o capital, elegeram o comunismo como denominação para se referir à sociedade futura projetada como horizonte de luta dos trabalhadores.

da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravidão, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção [...] (MARX, 2009, p. 876).

Engels também tratou isso de maneira bastante detalhada na obra *A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*, também conhecida como *Anti-Dühring*. Na terceira parte dessa obra, o autor mostra como a produção de mercadorias deixou de ser realizada por pequenos produtores isolados e independentes e se tornou posteriormente uma produção social organizada em estabelecimentos cada vez mais produtivos, chegando à grande indústria.

Expôs também como a anarquia da produção presente no modo de produção capitalista frente à organização da produção em cada grande estabelecimento se tornou o motor da crescente contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Contradição essa que sempre termina por eclodir em crises cíclicas e, ao final de cada nova crise, abre um novo período de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam o caráter social da produção. O que o autor mostra é que, em outras palavras, diante da dificuldade de realizar a produção no âmbito da circulação das mercadorias e de concluir o processo de valorização de uma massa cada vez maior de meios de produção transformados em capital, o regime capitalista se reorganiza adotando novas estratégias para enfrentar suas próprias leis. Isso implica, inclusive, em alterações na forma de propriedade dos meios de produção.

É essa resistência das forças produtivas que crescem poderosamente contra sua qualidade de capital, é essa coerção cada vez mais intensa por reconhecimento de sua natureza social que força a classe dos capitalistas a tratá-las mais e mais, na medida em que isso de alguma forma é possível dentro da relação do capital, como forças produtivas de cunho social. Tanto o período de alta demanda industrial com sua irrestrita inflação de crédito como a própria crise gerada pela ruína de grandes estabelecimentos capitalistas impelem para a forma da socialização de consideráveis massas de meios de produção com que deparamos nas diversas espécies de sociedades por ações. Alguns desses meios de produção e intercâmbio são, de antemão, tão colossais que, a exemplo das ferrovias, excluem qualquer outra forma de espoliação capitalista. Em certa fase do desenvolvimento, essa forma também já não é suficiente: o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, é obrigado a assumir sua condução (ENGELS, 2015, p. 313 e 314).



Porém, essa mudança nas formas não significa que as forças produtivas percam suas “qualidades de capital”. Os trabalhadores continuam sendo assalariados e, assim, espoliados do produto do seu trabalho, que é apropriado pela classe que comanda os meios de produção na forma de capital. Isso está claro, no caso das sociedades por ação, mas não é tão óbvio no caso da propriedade estatal. Conforme Engels (2015, p. 315), o Estado segue sendo dominado pelos interesses da classe capitalista, o que continua garantindo um conteúdo capitalista às relações de produção sob seu comando. Todavia, ele destaca que a forma estatal não é a solução da contradição, mas possui o “meio formal” que pode solucionar o conflito. Isso porque ela abre o precedente que pode tornar evidente o caráter social que alcançaram os meios de produção sob comando do capital.

[...] Desse modo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, que quebra periodicamente o modo de produção e de troca e só consegue se impor violenta e destrutivamente como lei natural que atua de maneira cega, será validado de forma plenamente consciente pelos produtores, convertendo-se de causa de perturbação e ruína periódica na mais poderosa alavanca da própria produção. Desse modo, a anarquia social da produção é substituída por uma regulação socialmente planejada da produção, de acordo com as carências tanto do conjunto como de cada indivíduo. (ENGELS, 2015, p. 315).

Assim, das transformações observadas nas condições objetivas da reprodução social derivadas do funcionamento das leis do regime capitalista se gestariam as condições para o reconhecimento por parte da classe trabalhadora do caráter cada vez mais social da produção. Ao mesmo tempo, gestar-se-iam também a consciência de que sua condição de miséria e exploração é produto desse determinado modo de produção, no qual a anarquia social da produção ao atuar como alavanca para o desenvolvimento das forças produtivas, torna ociosa uma quantidade maior de trabalhadores e meios de trabalho.

Esse processo consciente de transformação da anarquia social da produção em uma regulação socialmente planejada da produção, levado a cabo pela classe trabalhadora, é o que Marx, na obra *Crítica ao Programa de Gotha*, considerou como a constituição da sociedade comunista. Essas transformações foram ali projetadas em duas fases. Uma, que ele chamou de primeira fase, foi descrita como uma sociedade que não se desenvolve de suas próprias bases, mas que emerge do seio

da sociedade capitalista, trazendo com ela valores econômicos, morais, culturais e espirituais da forma anterior, estando, contudo, baseada na propriedade comum dos meios de produção.

Por outro lado, a sociedade comunista em sua fase superior foi concebida como uma nova organização social regulada de maneira consciente pelos próprios seres humanos que terão sob o seu domínio suas condições de existência e a vida em sociedade terá deixado de ser uma imposição da natureza ou da história, e terá se tornado um ato de liberdade dos indivíduos.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!' (MARX, 2012, p. 31 e 32).

Projetado dessa maneira, esse processo de transformação não foi concebido para ocorrer em apenas um país, mas, ao longo das construções teóricas dos autores, torna-se contundente a visão já apresentada por Marx e Engels (2007, p. 38) na obra *Ideologia Alemã*, em que o comunismo foi exposto pelos autores como um “estado de coisas”, como um “Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar”. Em uma carta escrita a Kautsky, em 1882, Engels, ao vislumbrar um processo revolucionário que pudesse conduzir a Europa rumo a essa transformação, fez a seguinte projeção: “[...] *Una vez Europa esté reorganizada, así como América del Norte, eso dará un impulso tan fuerte y sera un ejemplo tan grande, que los países semicivilizados seguirán ellos mismos nuestra senda*” (ENGELS, 1882, p. 272).

Porém, se durante algum tempo o pensamento marxiano projetou essa transformação, desenvolvendo-se a partir de países economicamente determinantes da produção capitalista, Marx, em seus últimos escritos, já considerava a possibilidade de que ela se iniciasse, também, em países onde a sociedade capitalista não tivesse plenamente desenvolvida. Em um esboço de carta escrito em 1877, Marx esclarece que nem seu esquema histórico do surgimento do capitalismo, nem a tendência histórica da produção capitalista apontada por ele podem ser tomados como uma “teoria histórico-filosófica” fatalista imposta a todos os povos.

Naquelas palavras, fica evidente a importância das circunstâncias históricas de cada povo e como elas podem gerar resultados diversos decorrentes de acontecimentos análogos.

Outra contribuição importante que Marx deixou a respeito dessa questão está presente no conjunto de rascunhos de uma carta que Marx escreveu à Vera Ivanovna Zasulich em resposta ao questionamento desta última sobre o destino que a comuna rural, na Rússia, poderia assumir e a necessidade histórica de todos os países vivenciarem as mesmas etapas de desenvolvimento da produção capitalista.

Em resposta, Marx volta a enfatizar que sua análise, apresentada no livro *O capital*, está centrada no processo de expropriação capitalista, tal qual ele ocorreu na Europa ocidental e, de maneira mais completa, na Inglaterra. E que ali as condições históricas já haviam alterado a propriedade comunal. Portanto, a transformação ali operada foi de uma forma de propriedade privada para outra forma de propriedade privada, o que não era o caso da comuna rural russa. Complementa dizendo que os estudos realizados até então o haviam convencido de que a comuna rural poderia impulsionar a Rússia para uma organização social não capitalista baseada na propriedade coletiva.

Apesar de não aparecer no texto final enviado à interlocutora, Marx também destacou, no primeiro esboço da carta, a importância que as condições históricas poderiam assumir na transformação da comuna rural russa, e elencou alguns determinantes históricos daquela forma comunal. Além disso, aportou a ideia de que a produção capitalista organizada já em níveis mundiais poderia permitir à Rússia incorporar à comuna as “conquistas positivas” proporcionadas pelo capitalismo sem que fosse necessário passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento.

Esses escritos, considerados por Löwy (2013) uma ruptura do pensamento marxiano com uma visão “unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica” presente em suas elaborações anteriores, indicam, na verdade, um amadurecimento do próprio método utilizado por Marx e Engels. Pois, à medida que a produção capitalista se expandia e encontrava ambientes históricos diversos, novas questões se colocavam para serem investigadas e pensadas pelos autores. Aqui cabe resgatar, mais uma vez, as palavras de Engels (1895, p. 285): “toda la concepción de Marx no es una doctrina, sino un método. No ofrece dogmas hechos, sino puntos de partida para la ulterior investigación y el método para dicha investigación”.

Esse ponto de vista é importante, inclusive para compreender a ausência na obra de Marx e Engels de qualquer estruturação mais sistematizada em relação às transformações econômicas, políticas e sociais que conduziriam a uma organização social comunista e sobre o seu funcionamento, em especial, em relação à sua fase superior. Além disso, o desenvolvimento posterior do capitalismo evidenciou uma capacidade de reestruturação do sistema e de enfrentamento das contradições e da luta de classes que nem mesmo Marx e Engels, naquele momento histórico, conseguiram identificar. Ao que cabe acrescentar que, nesses exercícios limitados de projeção do comunismo, muitos aspectos foram negligenciados pelos autores, outros ainda não haviam se constituído para serem problematizados.

O que é possível encontrar na obra de Marx e Engels, como já dito anteriormente, são algumas tendências gerais do que os autores chamaram de primeira fase do comunismo. Em relação a essa fase futura, os autores a conceberam se iniciando com a tomada do governo político por parte da classe trabalhadora. Na sequência, todos os meios de produção seriam transformados em patrimônio comum da sociedade, a propriedade social. Com a construção de novas relações sociais de produção, a forma de distribuição da produção social também seria alterada, assumindo um caráter planejado, em que o trabalho se manteria como um dos elementos determinantes para a forma de apropriação da produção e as relações de troca que caracterizam uma sociedade produtora de mercadorias também estariam presentes.

Em relação à superestrutura, ou ao que Marx chamou, na “Crítica ao Programa de Gotha” (2012, p. 42), de “ordenamento estatal”, foi visualizado um período político chamado de transição, que se relaciona ao processo de constituição e estabelecimento da *ditadura revolucionária do proletariado*, em que toda a superestrutura iria sendo transformada até que o Estado assumisse a forma de uma ditadura do proletariado. Esse processo foi concebido pelos autores como constitutivo da primeira fase do comunismo, mas não como o fim último dessa fase. Na verdade, durante essa primeira fase também seriam gestadas as condições que permitiriam à classe trabalhadora abolir o Estado, à medida que suas funções fossem deixando de ser uma necessidade à reprodução social.

Com isso, é possível perceber que Marx e Engels visualizavam um processo longo e gradual de “revolução em permanência”<sup>44</sup> na base e na superestrutura que conformam uma totalidade social que transita do capitalismo para o comunismo, tendo como perspectiva o caráter internacionalista da revolução proletária. Engels (1890, p. 274), ao se posicionar sobre o que concebia como sociedade socialista, a descreveu da seguinte maneira:

La llamada 'sociedade socialista', según creo yo, no es una cosa hecha de una vez y para siempre, sino que cabe considerarla, como todos los demás regímenes históricos, una sociedad en constante cambio y transformación. Su diferencia crítica respecto del regimen actual consiste, naturalmente, en la organización de la producción sobre la base de la propiedad común, inicialmente por una sola nación, de todos los medios de producción [...].

Também fica evidente que Marx e Engels não pensavam em um modelo ou em um receituário a ser seguido pelas classes trabalhadoras que lograssem conduzir um processo de revolução social. Aliás, em diferentes passagens na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx ressalta que a organização do trabalho deve surgir do próprio processo revolucionário de transformação da sociedade e da organização das classes trabalhadoras nacionais.

Retomando aqui o diálogo com Gomes (2016), é possível observar, conforme demonstra o autor, que essa sociedade comunista em sua primeira fase era uma preocupação de Marx e Engels e, também, objeto de vários debates com seus correligionários, nos quais aparece de maneira bastante evidente a convicção dos mesmos em relação à ausência de formas únicas e lineares, mas que, dependendo das condições históricas de cada nação que lograsse iniciar um processo revolucionário, as condições objetivas e subjetivas de existência assumiriam formas particulares e transitórias com determinações de diferente natureza.

Conforme também aponta Gomes (2016), essas elaborações dos clássicos do socialismo científico não tiveram como objeto experiências concretas de transição ao socialismo, exceto a curta experiência revolucionária dos trabalhadores organizados na *Comuna de Paris*. Dessa maneira, as revoluções do século XX e as experiências que se convencionou chamar de “socialismo real” constituem-se em importantes oportunidades de investigação para se avançar no debate sobre transição para um modo de vida diferente ao instituído pela lógica de funcionamento do capital

---

<sup>44</sup> Esse termo foi usado por Marx e Engels, em 1850, na "Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comunistas" (MARX; ENGELS, 2010).

organizado sobre a base da sociedade burguesa. São as experiências concretas de revolução política e transformação da ordem capitalista que podem fornecer elementos para se avançar na projeção teórica da sociedade comunista.

### 3.2 OS APORTES DE LÊNIN E O DEBATE DE SEU TEMPO: DO IMPERIALISMO AO SOCIALISMO

O decorrer do século XIX e início do XX demonstrou que o capitalismo ainda tinha um longo caminho a percorrer e que, de crise em crise, seguiu desenvolvendo suas forças produtivas e acabou entrando em uma nova fase, a fase superior, denominada por Lênin de *imperialismo*, em que vigora a chamada *Lei de desenvolvimento econômico e político desigual*. Sob esse novo contexto, coube a Lênin refletir teoricamente as mudanças ocorridas no capitalismo, assim como fundamentar a natureza dessa nova fase chamada de imperialismo e sua concepção sobre a revolução socialista em novas condições.

O autor demonstrou que o desenvolvimento das forças produtivas sob comando da lógica de acumulação capitalista havia alcançado um patamar tão elevado que se tornaram barreiras para a reprodução das condições objetivas pressupostas ao funcionamento do modo de produção capitalista tal como ele surgiu. A constituição e consolidação dos monopólios alteraram os pressupostos da própria produção mercantil sobre a qual se desenvolveu o capitalismo. Nesse processo, o capital rompeu as fronteiras dos Estados nacionais, organizou-se em grandes corporações internacionais e redefiniu os laços de dominação mundial, em que algumas poucas nações capitalistas partilharam o mundo, estabelecendo relações de dominação política e militar e de dependência econômica sobre os demais países (LÊNIN, 1984).

Dentro disso, Lênin mostrou o funcionamento da *Lei de desenvolvimento econômico e político desigual*, a qual pressupõe que tanto do ponto de vista econômico como político os países vão se desenvolvendo de forma desigual, tendo rebatimentos também sobre o comportamento da classe trabalhadora. Segundo o autor, nos países capitalistas mais avançados, a classe trabalhadora, diante das novas circunstâncias, iria assumir uma tendência de se acomodar, tornando-se mais reformista e, portanto, menos revolucionária, buscando conseguir benefícios através do diálogo e das negociações com os capitalistas. Já nos países mais atrasados, em

que os trabalhadores seguiriam sendo mais reprimidos, iriam se manter as greves e manifestações de protesto e, com isso, uma alta consciência revolucionária (LÊNIN, 1981b).

Assim, Lênin demonstrou que um processo revolucionário apresentava um potencial maior de desenvolvimento a partir de países mais atrasados. E, embora partilhasse com Marx e Engels o caráter mundial que deveria assumir um processo de transição ao socialismo, diferente daqueles, deixou explícito que esse não seria um processo simultâneo e rápido. Pelo contrário, visualizou que seria um processo lento, paulatino e progressivo, em que outros países iriam se incorporando até assumir um caráter mundial (LÊNIN, 1981b).

Para o autor, a revolução socialista se daria em um país atrasado que ocupasse um espaço mais frágil dentro da organização do capital em termos mundiais, em que as contradições tivessem alcançado um grau de acirramento que fossem evidentes a necessidade de uma transformação societária. E, dentro disso, por diversas vezes tomou a realidade russa para ressaltar o atraso e o caráter predominantemente burguês de sua economia, e ao fazê-lo buscava evidenciar que, naquelas condições, a transição ao socialismo iria se prolongar por um período maior e mais complexo, marcado pelo caráter heterogêneo e contraditório da estrutura socioeconômica resultante da coexistência e luta de distintas formas de organização da economia (LÊNIN, 1981b).

Além disso, destacava a urgência de elevar a produtividade do trabalho e dar passos firmes em direção à criação de uma genuína organização socialista da produção e da distribuição dos produtos que, baseada em uma rigorosa contabilidade e em um controle nacional, conseguisse subordinar aos objetivos societários as diferentes formas da economia, opondo-se àqueles que defendiam o confisco imediato de todas as empresas capitalistas como única forma de avançar para o socialismo, reduzindo, assim, o processo de socialização da produção a uma simples estatização (LÊNIN, 1981b).

Sempre consciente das enormes dificuldades que perpassavam o processo de socialização da produção naquelas condições, Lênin estava convencido de que somente seria possível introduzir rapidamente a grande produção moderna na atrasada Rússia mediante acordos ou associações com o capital privado (ao que chamou de capitalismo de Estado), único capaz de proporcionar às empresas

soviéticas financiamento, tecnologia e, sobretudo, capacidade de gestão à inexperiente classe trabalhadora (LÊNIN, 1981b).

Com isso, o autor buscava mostrar como ocorria o desenvolvimento desigual em relação às premissas objetivas e subjetivas necessárias para levar a cabo um processo revolucionário para a constituição de uma experiência de transição socialismo. Pois, enquanto os países mais avançados possuíam as condições objetivas, recursos e os meios materiais para isso, as premissas subjetivas não estavam suficientemente desenvolvidas, devido ao posicionamento reformista assumido pelas classes trabalhadoras. Por outro lado, os países atrasados possuíam a vontade política para realizar as transformações estruturais requeridas para a construção do socialismo, ou seja, possuíam a consciência de sua necessidade, mas não tinham as condições materiais.

Em virtude disso, para Lênin, embora a revolução socialista tenha um caráter mundial, ela não poderia triunfar simultaneamente nos países mais adiantados, mas ocorreria em somente um, ou em alguns poucos países. E, nesse sentido, demarcava ainda que esse país seria aquele que se apresentasse como o espaço mais débil do sistema capitalista organizado sob o imperialismo, aquele que fosse o nó de todas as contradições do sistema: Rússia.

Por fim, cabe destacar que Lênin não se limitou à contribuição exposta anteriormente, mas ele desempenhou um papel de dirigente da Revolução de Outubro de 1917 e, a partir disso, fez importantes contribuições teóricas e práticas para o processo de construção socialista que se desenrolou na Rússia de maneira inédita e posteriormente na URSS. Ainda dentro do que será tratado, far-se-á referência a essas contribuições.

### **3.2.1 Lênin e o início da revolução**

Uma das principais contribuições de Lênin para o debate sobre o período de transição ao socialismo foi reconhecer e explicar o papel que cumprem as diferentes formas econômicas que conformam a base econômica que surgem em decorrência das primeiras transformações que são realizadas no bojo de um processo revolucionário. Nesse sentido, o autor identificou na Rússia pós-revolução de outubro distintas formas socioeconômicas, quais sejam: a economia patriarcal, a



pequena produção mercantil, um setor capitalista, um setor socialista e o que ele chamou de capitalismo de Estado (LÊNIN, 1981b).

Para Lênin (1981b), essa heterogeneidade que seria típica de experiências de transição ao socialismo em países de capitalismo atrasado não se constituía em um obstáculo para a instauração e consolidação da ditadura do proletariado, mas exigia dessa última, logo nos primeiros anos, o desenvolvimento de mecanismos de controle e regulação que, exercidos pelos trabalhadores, iriam garantir a subordinação dessas formas aos objetivos econômicos e sociais de construção do socialismo.

Nesse sentido, destacou a necessidade de que o Estado se associasse ao capital estrangeiro e ao grande capital nacional, para, ao ter acesso a financiamento e novas tecnologias, conseguir constituir grandes conglomerados industriais que iriam assegurar o desenvolvimento do caráter cada vez mais social da produção. A essa associação denominou a formação de uma espécie de Capitalismo de Estado. Nisso, verificava-se uma preocupação de Lênin com a imediata criação das condições objetivas para a construção do socialismo, sobretudo no que tange à efetivação de um processo de socialização da produção e dos meios de produção (LÊNIN, 1981b).

Em relação a isso, demarcou as diferenças existente entre um processo de estatização e a efetiva socialização dos meios de produção, afirmando que “la socialización se distingue precisamente de la simples confiscación en que se puede confiscar con la sola ‘decisión’, sin saber contar y distribuir acertadamente; pero es imposible socializar sin saber hacerlo” (LÊNIN, 1981b, p. 719). Assim, compreendia que sem um sistema que garantisse aos trabalhadores o controle e a regulação da produção, colocando-a em conjunto com a distribuição em função de satisfazer às necessidades sociais, não se poderia alcançar uma socialização real dos meios de produção, somente a estatização deles.

Ainda como parte das transformações imediatas que ocorriam na Rússia logo após a tomada do poder político, Lênin (1981a, p. 690) apontou a necessidade de uma reorganização do trabalho, buscando a formação de uma nova consciência e de uma nova postura com relação à atividade laboral.

En toda revolución socialista, una vez resuelto el problema de la conquista del poder por el proletariado y en la medida en que se va cumpliendo en lo fundamental la tarea de la expropiación a los expropiadores y aplastar su

resistencia, va colocándose necesariamente en primer plano una tarea cardinal: la de crear un tipo de sociedad superior a la del capitalismo, es decir, la tarea de aumentar la productividad del trabajo y, en relación con esto (y para esto), dar al trabajo una organización superior.

Mas essas primeiras transformações foram interrompidas quando, no verão de 1918, ocorre uma reação imperialista, que, em aliança com a contrarrevolução interna, iniciou uma agressão armada ao país. Frente às necessidades de defesa da revolução socialista, foi necessário adaptar as transformações à nova conjuntura interna. Para isso, adotou-se um conjunto de estratégias que foram denominadas de “Comunismo de Guerra” em que, segundo Lênin (1981c), o objetivo principal era garantir o abastecimento do exército, direcionando para isso todos os meios econômicos possíveis. Como o Estado não possuía produtos industriais suficientes para suprir as necessidades dos camponeses em um processo de intercâmbio monetário, os camponeses acabavam entregando todos os produtos agropecuários, até os indispensáveis, em que se extraía não somente o excedente econômico, mas também parte do produto necessário. Isso se sustentou na aliança que tinham os camponeses e a classe trabalhadora frente aos proprietários de terra e os capitalistas.

Além disso, para conseguir mobilizar os escassos recursos, eles foram transferidos para a gestão dos órgãos centralizados do Estado, estabeleceu-se um sistema de distribuição por cadernetas de racionamento, proibiu-se o livre comércio, o dinheiro perdeu sentido e de certa maneira se retornou a uma economia natural de trocas diretas entre o campo e a cidade. Com a rigorosa centralização dos recursos e o confisco do excedente econômico produzido, os elementos de desenvolvimento capitalista foram eliminados do bojo da pequena produção mercantil (LÊNIN, 1981c).

#### **4 AS POLÊMICAS E OS DEBATES NO BOJO DAS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO**

Se, por um lado, o pensamento de Marx e Engels teve como uma das limitações a ausência de experiências concretas de construção de sociedades socialistas, a Revolução Russa e a posterior constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana forneceram aos militantes, intelectuais, pesquisadores e teóricos da temática importante material de investigação e debate. Sobretudo porque os projetos de transição ao socialismo se desenvolveram em países onde as condições objetivas e subjetivas não correspondiam aos parâmetros inicialmente previstos nas formulações dos clássicos. Com isso, as experiências concretas demonstraram uma complexidade muito maior do que está evidenciada nos escritos de Marx e Engels.

Em realidade as teses sobre a construção do socialismo encontraram aplicação em realidades que possuíam condições histórico-sociais bastante particulares e distintas entre si. Ademais, se desenvolveram em tempos históricos diferentes. E nessas experiências se manifestaram problemas e dificuldades que estiveram no centro de debates e discussões relativos às formas como seria organizada a economia e a sociedade dentro do horizonte de construção do socialismo.

Em virtude das limitações de tempo e espaço para enumerar ou mesmo retomar todos os problemas debatidos, esse recorrido teve como marco referencial o objeto de estudo, concentrando-se em buscar duas questões fundamentais relacionadas ao estudo da distribuição: seu papel durante a transição do capitalismo para o socialismo e sua relação com o modelo econômico e social socialista. Ou seja, o parâmetro que conduziu esse resgate a partir dos debates que envolveram as experiências concretas foram as relações de distribuição e a função que cumprem a partir da conformação de um sistema de distribuição nas complexas relações sociais de produção que começam a ser construídas no bojo dos processos de transição ao socialismo, para posteriormente derivar alguns determinantes da distribuição do capitalismo para o socialismo, e assim analisar o caso de Cuba, nos capítulos 3 e 4.

Assim, partindo das experiências concretas, serão apresentados os principais debates que se originaram a partir dos problemas e obstáculos que se conformavam no desenrolar dos projetos históricos de transformação, como a polêmica dos anos 1920, o grande debate dos anos 1950 e 1960, e posteriormente os problemas dos anos 1980 e 1990, com o consequente desaparecimento do campo socialista. Ainda em relação à transição, foram apresentadas algumas considerações a respeito dos principais aspectos que aparecem dentro do debate teórico atual denominado socialismo do século XXI.

#### 4.1 A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA E O DEBATE DOS ANOS 1920

A vitória das classes revolucionárias na Rússia e a tomada do poder pelo partido bolchevique deram início à constituição da primeira experiência concreta de construção de uma sociedade socialista após as elaborações teóricas dos clássicos do socialismo científico. Todavia, esse processo teve início em um país onde o desenvolvimento do capitalismo ainda não tinha alcançado o patamar observado nos países centrais da Europa<sup>45</sup>. Além disso, posteriormente, as transformações revolucionárias não se realizaram nos ricos países europeus, e muito menos na poderosa nação norte-americana. A Rússia Soviética acabou tendo de construir as condições para as transformações rumo ao socialismo, não apenas lidando com os conflitos internos ocasionados pela classe capitalista russa, mas sob fortes agressões e bloqueios perpetrados pelas potências ocidentais capitalistas. Assim, não lhe restou outra alternativa que a construção do socialismo em um só país, em uma espécie de “fortaleza sitiada”.

Com a guerra civil que se desenvolveu no período de 1918 a 1920, o governo dirigido pela classe trabalhadora adotou como estratégia um conjunto de medidas chamadas de “comunismo de guerra”<sup>46</sup>. E, se por um lado, essas medidas

---

<sup>45</sup> Isso significa que, embora a reprodução social fosse determinada pelo processo de acumulação capitalista, tendo, portanto, importantes parques industriais, uma classe trabalhadora organizada e espaços agrícolas integrados ao comércio exterior, na estrutura social os camponeses e os pequenos produtores individuais ainda representavam uma importante força social. Ademais, as forças produtivas na Rússia apresentavam um baixo nível de desenvolvimento, sobretudo no campo onde a produção agrícola ainda não havia incorporado a mecanização e tecnologia.

<sup>46</sup> Essas estratégias chamadas de “comunismo de guerra” ampliaram a atuação do aparelho estatal nas decisões sobre a produção e praticamente eliminaram as relações mercantis e monetárias como formas de distribuição da riqueza. Conforme descreveu Trotsky (1987), para enfrentar o cerco interno da burguesia, foi preciso organizar e concentrar todos os recursos e esforços no Estado

permitiram a classe operária alcançar a vitória e consolidar-se no poder, por outro, elas se mostraram ineficientes na tarefa principal de promover a transformação das relações sociais de produção e de criar as condições necessárias para a construção de uma transição ao socialismo (LÊNIN, 1987; TROTSKY 1987). Nesse período, a produção agrícola e industrial recuou em relação ao período anterior e parte da força de trabalho foi dissipada nos confrontos do Exército Vermelho com a contrarrevolução armada.

Assim, partindo de um contexto de autocrítica e correção de rumos, reconheceram-se as complexidades concretas desse período inicial do processo revolucionário nas condições em que se apresentaram na Rússia. Nesse contexto, a Nova Política Econômica – NEP foi uma estratégia formulada por Lênin e aprovada pelo X Congresso do Partido Comunista Bolchevique, em 1921, para superar as ideias voluntaristas que haviam florescido com a implementação do Comunismo de Guerra. Além disso, tinha em sua essência um conjunto de medidas direcionadas a reintroduzir as relações monetário-mercantis e conceder um espaço para a atividade econômica privada, com o explícito objetivo de mobilizar os interesses materiais individuais da população para uma recuperação econômica, em que o Estado também desempenharia um papel central.

Assim, visualizaram na Nova Política Econômica (NEP), implantada durante o período de 1921 a 1929, uma etapa de criação das condições políticas e econômicas para o processo de transição ao socialismo dentro do qual conviveriam diferentes formas econômicas de propriedade dos meios de produção, combinadas aos mecanismos de planificação e mercado. O objetivo era promover o desenvolvimento das forças produtivas, visando, sobretudo, fortalecer a aliança política revolucionária entre os camponeses e operários.

Em termos concretos, a NEP significou a adoção de um conjunto de medidas que reintroduziu a comercialização privada de mercadorias e produtos agrícolas, reestabeleceu a produção artesanal privada em pequenas unidades produtivas<sup>47</sup>, repassou para proprietários privados nacionais e internacionais o controle de

---

operário para manter o exército nas frentes de batalha da guerra civil e garantir alimentação e vestuário à parcela da classe operária que viva nas cidades.

<sup>47</sup> Segundo Bettelheim (1983), em julho de 1921, por meio de um decreto, autorizou-se o "livre exercício" dos artesãos e a exploração de pequenas empresas com até 20 operários, no caso da produção sem força motora.

algumas empresas que haviam sido estatizadas<sup>48</sup> e permitiu a criação de novos negócios privados em alguns setores econômicos considerados secundários<sup>49</sup>. Também envolveram o reestabelecimento de trocas livres e monetárias e a reestruturação do sistema monetário e bancário (BETTELHEIM, 1983).

O ponto de partida da NEP foi a substituição do confisco da produção pelo imposto em espécie fixado previamente à produção. Isso garantiu aos camponeses total liberdade para trocar o restante da produção de maneira que, quanto maior a produção, maior era a quantidade de produtos que tinham para realizar trocas no mercado local. Os produtores agrícolas podiam trocar seus produtos com as instituições do Estado ou comercializá-los (trocas monetárias) com as empresas privadas locais. Posteriormente, as instituições estatais também foram autorizadas a realizarem trocas monetárias com os produtores agrícolas, assim como o imposto em espécie foi transformado em imposto pago em moeda (BETTELHEIM, 1983). Com isso, os camponeses ganharam liberdade para comercializar uma parte da produção e se reintroduziram relações mercantis e monetárias entre o campo e a cidade (LÊNIN, 1987). Sobre isso, Lênin (1981d, p. 673) ainda afirmou:

No nos dejaremos dominar por el “socialismo de sentimiento” o por el estado de ánimo patriarcal, semiñorial, semivillano de la Rusia de antes, que se caracterizan por un inconsciente desprecio al comercio. Es admisible aprovechar toda clase de formas económicas de transición y hay que saber aprovecharlas, dada la necesidad de ello, para fortalecer la ligazón del campesinado con el proletariado, para reanimar sin tardanza la economía nacional [...].

Outro aspecto que contribuiu para a reintrodução das relações mercantis e monetárias foi a adoção do modelo de gestão das empresas estatais chamado “*khozrastchet*”, traduzido literalmente como “contabilidade econômica”. Esse modelo significou uma autonomia financeira para as empresas que passaram a ser financiadas por suas próprias receitas e pelo crédito bancário, possuindo independência nas decisões concernentes à compra de matérias-primas, emprego da capacidade de trabalho e venda de seus produtos. Além disso, o objetivo das empresas estatais tornou-se a obtenção de uma rentabilidade, em que uma parte

<sup>48</sup> Ainda de acordo com Bettelheim (1983), em dezembro de 1921 restituiu-se a antigos proprietários parte das pequenas unidades produtivas que haviam sido estatizadas e não funcionavam. E, desde o início, foi previsto o arrendamento de empresas a capitalistas privados e concessões ao capital internacional.

<sup>49</sup> A partir de maio de 1922, ampliaram-se os direitos de criação de empresas comerciais e industriais privadas, estabelecendo que elas deveriam ter como objetivo o desenvolvimento das forças produtivas (BETTELHEIM, 1983).

devia ser repassada ao Estado, outra parte destinada ao fundo de reserva para desenvolvimento da empresa e um percentual convertido em prêmios aos operários e dirigentes (BETTELHEIM, 1983). Cabe ressaltar que, a partir de 1926, algumas dessas condições foram alteradas dada a necessidade de subordinar a atividade dessas empresas aos planos econômicos anuais, sendo que esses foram paulatinamente assumindo um papel mais determinante sobre a gestão das empresas.

Também foram realizadas concessões e arrendamentos em parte dos meios de produção estatizados em favor de camponeses e de capitalistas nacionais e internacionais, abrindo espaço para um processo de acumulação privada. As concessões foram explicadas por Lênin (1987, p. 160) da seguinte maneira:

[...] o concessionário é um capitalista. Dirige as empresas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucro, estabelecendo um acordo com o poder proletário tendo a finalidade de obter lucros extras, superlucros, ou tendo a finalidade de obter um tipo de matéria-prima que não poderia obter ou dificilmente conseguiria de outro modo. O poder soviético obtém vantagens na forma de desenvolvimento das forças produtivas, do aumento imediato ou a curto prazo da quantidade de produtos [...] o poder soviético reforça a grande produção contra a pequena, a produção avançada contra a atrasada, a produção baseada na maquinaria contra a manual, aumentando assim a quantidade de produtos da grande indústria reunidos em suas mãos (por meio das cotas em espécie) e reforçando as relações econômicas reguladas pelo Estado em contrapartida às relações pequeno-burguesas anárquicas [...].

Ou seja, buscou-se contrapor à ampliação das liberdades comerciais e dos estímulos mercantis concedidos aos camponeses uma política de concessões que visava promover o desenvolvimento das forças produtivas a partir das grandes plantas industriais controladas principalmente pelo Estado. Em conjunto, desenvolveu-se também uma política de estímulos à cooperação dos pequenos produtores mercantis.

Rapidamente, a aplicação da NEP começou a gerar os resultados correspondentes às expectativas traçadas inicialmente. A partir da segunda metade da década de 1920, a agricultura não apenas foi capaz de satisfazer ao consumo doméstico, como gerou um excedente de grãos e de produção industrial para exportação superior ao ano de 1914, quando se iniciou o processo revolucionário.

Para Lênin, o principal problema ocasionado pelas medidas do “comunismo de guerra” havia sido a restrição imposta aos camponeses e, diante disso, a ameaça de dissolução da aliança política entre a classe operária e os camponeses. Isso

porque, para o autor, a revolução levada a cabo em um país com as condições histórico-sociais da Rússia somente poderia avançar para um período de transição, e alcançar o socialismo, em duas condições. A primeira seria o apoio que a generalização do processo revolucionário para países de capitalismo desenvolvido poderia proporcionar à transição em países atrasados. E a segunda condição seria um acordo amplo, baseado em um conjunto de medidas transitórias, entre trabalhadores e camponeses, garantindo à classe trabalhadora o poder político para conduzir as transformações necessárias para iniciar a transição ao socialismo.

No cabe duda que en un país donde la inmensa mayoría de la población está formada de pequeños productores agrícolas, solo es posible llevar a cabo la revolución socialista a través de toda una serie de medidas transitorias especiales, que serían completamente innecesarias en países de capitalismo desarrollado, donde los obreros asalariados de la industria y la agricultura constituyen una mayoría aplastante (LÊNIN, 2013, p. 94 e 95).

Assim, conforme Lênin, a manutenção da aliança política com essa importante força formada por camponeses pobres, que no âmbito da revolução haviam se tornado pequenos proprietários agrícolas mercantis, era a tarefa urgente para se constituir um processo transição ao socialismo, ainda que isso significasse fazer concessões ao setor privado ou o surgimento de um segmento social de comerciantes.

De maneira abstrata, esse período era visto como intrínseco ao processo de reorganização de novas relações de produção, o que, entre outras coisas, implicava fazer concessões econômicas para alguns setores sociais a fim de manter a direção política da classe trabalhadora. Dessa maneira, pensavam ser possível a classe trabalhadora seguir comandando o processo de desenvolvimento das forças produtivas no país e, ao mesmo tempo, promover gradualmente uma subordinação do conteúdo das formas econômicas típicas dos modos de produção anteriores a uma nova lógica de organização da produção que também estava em construção.

Com uma leitura um pouco diferenciada, Trotsky entendia que, nas condições da Revolução Russa, a manutenção da aliança política entre os operários e camponeses era uma condição para se construir o socialismo, mas acrescentava a isso outros variados fatores: o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações recíprocas entre a indústria e a agricultura; a cultura geral e o nível de organização da classe operária; e a situação política internacional e nacional (TROTSKY, 1987).



Com isso, o debate acabou se centrando nas formas econômicas e sociais que seria correspondente à construção do socialismo. Ou seja, o debate se pautou pela questão de qual sistema de direção econômica era mais apropriado: se um sistema de direção com predomínio dos métodos administrativos – o Estado cumprindo o papel central para o desenvolvimento econômico, centralizando as decisões e o excedente econômico; ou um sistema baseado em métodos monetário-mercantis – independência econômica das empresas, com elevada responsabilidade dos coletivos laborais nos resultados finais, sem renunciar à direção centralizada da economia.

Na verdade, um importante grupo de políticos e economistas, dentre os quais estavam Trotski, Zinóviev e Kámenev, junto com Preobrazhenski e outros, defendiam que o modelo a ser adotado, tendo em vistas as condições de construção do socialismo em um só país, precisa conduzir a Rússia a um rápido desenvolvimento industrial. Projetavam que a conformação de um parque industrial no país iria ocorrer a partir da transferência do excedente econômico produzido no setor privado – representado essencialmente pelos pequenos proprietários rurais – para o setor estatal.

Segundo Preobrajensky (1979), um aspecto central da transição ao socialismo em um país agrícola e de capitalismo atrasado como a Rússia era saber direcionar a pequena produção mercantil em um elemento subordinado à economia socializada, de maneira que ele contribuísse com um processo de “acumulação socialista primitiva” no interior do sistema econômico soviético. Esse processo que ele chamou de “acumulação primitiva socialista” foi visualizado como um período de constituição das condições de produção socialista na qual se buscava acumular em poder do Estado os recursos materiais extraído total, ou parcialmente, de fontes situadas fora do sistema da economia estatal.

[...] mas um país como a URSS, com sua economia arruinada e, de modo geral, muito atrasada, deverá atravessar seu período de acumulação primitiva recorrendo amplamente às fontes das formas econômicas pré-socialistas. Cumpre não esquecer que o período de acumulação socialista primitiva é o período mais crítico da vida de um Estado socialista após o término da guerra civil. Durante esse período, o sistema socialista não está ainda em condições de desenvolver toda as vantagens que lhe são organicamente inerentes, mas, ao mesmo tempo, ele destrói inevitavelmente uma série de vantagens econômicas próprias a um sistema capitalista evoluído. Percorrer mais rapidamente este período, atingir mais depressa o momento em que o sistema socialista desenvolverá todas as vantagens naturais sobre o capitalismo é uma questão de vida ou morte

para o Estado socialista. De qualquer modo, é assim que se coloca hoje o problema para a URSS e que talvez venha a se colocar para uma série de países europeus em que o proletariado vencer. (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 100).

Assim, para o autor, era necessário acumular excedente na economia estatal, vista como o elemento socialista do sistema econômico, para, com isso, promover um desenvolvimento das forças produtivas nesse setor de maneira a alcançar e até mesmo superar as vantagens que o modo de produção capitalista havia engendrado nos países mais desenvolvidos. E, para o autor, isso somente era possível com um processo de transferência de excedente produzido nas diferentes formas econômicas, em que o Estado, utilizando-se de diferentes mecanismos<sup>50</sup>, atuasse com esse propósito. Processo que, segundo Preobrajensky (1979, p. 95), tinha o caráter de lei fundamental.

[...] desta maneira, devemos qualificar esta etapa de período de acumulação socialista primitiva ou de acumulação prévia. Este período possui suas características e leis particulares. A lei de acumulação socialista primitiva ou prévia constitui precisamente a lei fundamental da economia soviética que atravessa atualmente essa etapa. Todos os processos fundamentais da vida econômica no âmbito da economia estatal estão subordinados a essa lei. Ela modifica e faz desaparecer parcialmente a lei do valor e todas as leis da economia mercantil e mercantil-capitalista na medida em que estas últimas se manifestam e podem aparecer em nosso sistema econômico. Consequentemente, não só podemos falar de acumulação socialista primitiva como nada podemos compreender da essência da economia soviética se não compreendermos o papel central desempenhado pela lei de acumulação socialista primitiva que determina - em sua luta com a lei do valor - a divisão das forças de trabalho e a importância da alienação do sobreproduto do país em benefício da reprodução socialista ampliada.

Assim, para o autor, atuavam simultaneamente no interior desse sistema econômico tendências diametralmente opostas: a lei do valor<sup>51</sup> e a lei de

<sup>50</sup> Como fontes para a acumulação prévia no período de transição, Preobrajensky (1979) defendeu a taxação das formas econômicas não socializadas na forma de imposto e a taxação do lucro dos capitalistas privados. Também apontou a utilização do sistema de crédito estatal para o setor privado como mecanismo de transferência de excedente econômico da economia privada para o setor estatal. O autor também defendeu a utilização de um sistema de troca chamado de "quase equivalentes", onde com base em uma política de controle dos preços, mantendo, principalmente, os preços dos produtos industriais elevados transfeririam para o setor estatal parte do excedente econômico produzido no setor agrícola.

<sup>51</sup> Para o autor, a lei do valor é "a lei do equilíbrio espontâneo da sociedade mercantil-capitalista", que rege de maneira direta e indireta, e dentro de alguma normalidade, um sistema econômico mercantil-capitalista, estabelecendo: a divisão das forças produtivas entre os diferentes setores da economia; a divisão da produção anual entre capitalistas e trabalhadores; a distribuição da mais-valia entre os diferentes setores da economia e as diferentes frações da classe capitalista; e o progresso técnico. Para ele, essa lei, também chamada de mecanismo de regulação exigiria "um tipo mais espontâneo das relações de produção, com um mínimo de alteração desta espontaneidade pela intervenção dos princípios organizadores na produção e nas trocas"

acumulação socialista primitiva. Com isso, a possibilidade ou não de se avançar na construção das condições objetivas da transição ao socialismo estava diretamente ligada à evolução da luta entre essas tendências e, por conseguinte, à capacidade de o Estado, dirigido pelos trabalhadores, de atuar conformando uma tendência que pudesse acelerar o desenvolvimento das forças produtivas a favor do elemento socialista, de maneira a torná-lo superior ao capitalismo também do ponto de vista econômico.

Em contraposição a essa leitura, encontrava-se Nikolai Bukhárin, que se tornou o principal defensor da NEP nos termos inicialmente formulados, após a morte de Lênin. Para ele, o processo de desenvolvimento das forças produtivas dentro da transição ao socialismo da Rússia deveria ocorrer de maneira gradual e combinada entre a indústria e a agricultura. Apontava que o papel desempenhado pela concorrência capitalista deveria ser exercido pela pressão das massas populares, exigindo constantemente melhores produtos como menores preços. Nesse sentido, caberia ao governo dos trabalhadores adotar uma política que favorecesse a uma constante redução de preços, pressionando no sentido da diminuição dos custos e aprimoramento do processo produtivo e elevação da produtividade do trabalho (BUKHÁRIN, 1987).

Em relação ao capital privado, Bukhárin (1987) argumentava que, dada sua pequena expressão no interior do sistema econômico soviético, era completamente controlado pelo Estado, mas defendia sua presença na medida em que para ele o capital privado cumpria uma função pedagógica ao concorrer com as burocráticas instituições estatais.

Conforme relata Bettelheim (1983), após a morte de Lênin, torna-se hegemônico, dentro do partido bolchevique, a ideia de que a NEP conduziria o país ao socialismo, pois garantiria um desenvolvimento econômico alcançado a partir do bom funcionamento do sistema administrativo e bancário soviético operados por técnicos altamente qualificados. Essa ideia estava baseada, inclusive, na ilusão de

---

(PREOBRAJENSKY, 1979, p. 171). Condições que nunca existiram na escala da economia mundial, conforme alertou o próprio autor, mas que teve na época do capitalismo concorrencial, também chamado, capitalismo clássico, um período "relativamente" mais favorável para sua atuação. Com o desenvolvimento das tendências monopolistas do capital, o autor indicou a ampliação dos obstáculos que distorcem sua atuação, "[...] a limitação da liberdade de concorrência conduz igualmente à limitação da ação da lei do valor, ao fato de esta lei encontrar uma série de obstáculos para sua manifestação, sendo em parte, substituída por aquela forma de organização da produção e distribuição que o capitalismo pode chegar sem deixar de ser capitalismo" (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 172).

que o partido possuía o domínio sobre os aspectos mais complexos desse desenvolvimento econômico. Acreditava-se em uma subordinação formal das instituições estatais ao poder político que era de fato bastante limitada, em decorrência, inclusive, do fraco controle que as massas populares tinham da economia.

Analisando a NEP a partir da leitura feita por Bettelheim (1983), é possível perceber que as medidas adotadas ao longo de sua implantação engendraram novas contradições. Frente às dificuldades imediatas e à necessidade do partido de responder às pressões, novas medidas foram sendo adotadas, levando ao completo abandono das concepções que inicialmente direcionaram sua implantação.

No campo, os camponeses pobres e médios responsáveis pela maior parte da produção não conseguiram ampliar a produção de excedentes agrícolas, sobretudo pelo insuficiente abastecimento de produtos industriais necessários ao processo produtivo. Além disso, a insuficiente oferta de produtos industriais para o consumo dos camponeses também não os estimulava a vender parte da pequena produção, insuficiente inclusive para cobrir suas próprias necessidades imediatas. Esses aspectos acabaram reduzindo a oferta de produtos agrícolas no mercado e, principalmente, para as empresas estatais levando a um retorno de medidas impositivas no campo a partir dos últimos anos da NEP (BETTELHEIM, 1983).

A prioridade dada ao crescimento da indústria pesada a partir de 1926<sup>52</sup>, em especial com a ampliação do crédito para investimentos nesse setor, elevou a renda urbana, e principalmente os salários, o que não foi acompanhado de um aumento na oferta de produtos. Nesse contexto, a indústria e o comércio privado se beneficiaram aumentando os preços e elevando consideravelmente seus lucros. Com isso, passaram a oferecer melhores condições na compra de produtos agrícolas que as instituições estatais, utilizando, assim, recursos materiais que acabavam fazendo falta ao setor estatal. Em resposta, numerosas medidas de restrição às atividades privadas foram sendo adotadas, até culminarem no total abandono da NEP em 1929 (BETTELHEIM, 1983).

---

<sup>52</sup> É importante destacar que até 1925 o desenvolvimento do setor estatal (indústria e comércio) ocorreu a partir dos recursos financeiros que cada unidade produtiva conseguia mobilizar e os investimentos estavam direcionados para os setores onde se alcançava maior rentabilidade. Isso acabou desenvolvendo os setores ligados à produção e comercialização de bens de consumo, e, concomitantemente, levou a uma redução dos investimentos na indústria pesada, onde, inclusive, a produção diminuiu (BETTELHEIM, 1983).

Assim, os desdobramentos da NEP e a necessidade de responder às contradições que emergiam ao longo de sua implantação conduziram a um completo afastamento das diretrizes iniciais estabelecidas por Lênin. Conforme afirma Bettelheim (1983, p. 202),

[...] progressivamente se perdem de vista as orientações propostas por Lenin sobre o papel a ser exercido (pelo menos por várias dezenas de anos) pela pequena indústria, pelas organizações locais, pelas técnicas relativamente simples. Perdem-se também de vista as indicações de Lenin concernentes à necessidade de elaborar planos levando em conta as necessidades das massas e as disponibilidades materiais efetivas, sobretudo em produtos agrícolas. Em vez de um plano de industrialização conforme a estas indicações, a concepção que triunfa progressivamente concede, de maneira unilateral, a prioridade à grande indústria, à indústria pesada, às técnicas 'mais modernas'; passa para segundo plano as necessidades das massas, dando uma prioridade crescente à acumulação que os planos se esforçam em 'maximizar', sem levar realmente em conta as exigências de desenvolvimento da agricultura e do equilíbrio das trocas entre cidade e campo, base material da aliança operário-camponesa e, portanto, da consolidação da ditadura do proletariado.

É importante destacar que o triunfo do que Bettelheim (1983) qualificou de uma visão “econômico-tecnicista” no interior do partido foi a consolidação de uma linha política que foi se constituindo no desenrolar de vários debates ao longo da implantação da NEP. Até maio de 1927, foi o debate sobre o lugar e o papel da aliança entre os operários e camponeses e o ritmo da industrialização nas transformações rumo ao socialismo que opôs Trotsky e um grupo de militantes à maioria do partido liderado por Stalin e Bukhárin, principal orientador da NEP. Mas, após a expulsão de Trotsky do partido, a diferença entre a visão de Stalin e de Bukhárin sobre a coletivização dos meios de produção no campo deu início à conformação de dois grupos divergentes no interior do partido.

De um lado, estavam Bukhárin, Rykov e Tomsy, que reafirmavam a necessidade de manter as concepções iniciais da NEP, negando o uso de medidas coercitivas e impositivas e priorizando um desenvolvimento integrado e gradual das forças produtivas do campo e da cidade. Por outro, estavam Stálin, Kuibjchev e Molotov, que passaram a defender um rápido processo de industrialização focalizado nos setores de base e a adoção de medidas impositivas sobre os camponeses, assim como uma aceleração no processo de coletivização no campo (BETTELHEIM, 1983).

Contrariando as decisões estabelecidas nos espaços de participação e deliberação do partido, e sob comando de Stálin, a partir de 1930, a economia

soviética passou a funcionar a partir dos planos quinquenais com base em uma coletivização forçada dos meios de produção<sup>53</sup> e um intenso processo de industrialização.

#### 4.2 O GRANDE DEBATE DA DÉCADA DE 1960

Esse debate ocorreu a partir de um contexto geral caracterizado pela difusão do pensamento socialista ocidental, capitaneado pela URSS, pela vitória do movimento revolucionário em Cuba e pelo triunfo do processo revolucionário na China com a implantação, a partir de 1958, do chamado *Grande salto adiante*, que se apresentava como uma alternativa ao modelo econômico soviético. Esse modelo se baseava no desenvolvimento da indústria pesada e em um processo de coletivização da agricultura a partir das chamadas comunas populares.

Por outro lado, a URSS vivenciava internamente, desde meados da década de 1950, uma tendência de descentralização, em que importantes economistas considerados *reformistas*, como Líberman, Kantórovich, Novozhilov e Trapéznikov, impulsionavam a realização de algumas mudanças no sistema de direção das empresas no sentido de incorporar novos métodos e mecanismos econômicos de gestão. A partir de 1962, esse debate começou a ganhar intensidade e resultou em reforma econômica na qual se buscou obter uma correlação entre a planificação centralizada e a autonomia das empresas, com a incorporação de métodos de autogestão econômica a partir de indicadores financeiros e estímulos materiais aos trabalhadores (PERICÁS, 2014).

Cabe destacar que essas discussões não ficaram circunscritas à URSS, mas estiveram presentes nos demais países socialistas do Leste Europeu e resultaram na concretização de modificações no método de planificação econômica em países

---

<sup>53</sup> Bettanin (1981, p. 3) resumiu esse processo com as seguintes palavras: "Milhões de pequenas propriedade camponesas, que até então produziam quase que exclusivamente para o autoconsumo, passaram a fazer parte dos *colcoses*; centenas de milhares, se não, milhões de *Kulaks*, que compunham os setores abastados semicapitalistas do campo, foram privados dos seus bens, deportados e muitas vezes 'liquidados', inclusive fisicamente; as velhas instituições comunitárias russas, como a *obschina* e o *mir*, foram suprimidas, enquanto as representativas, como os sovietes, criados depois da renovação, cessaram definitivamente de desempenhar um papel autônomo; o sistema comercial, baseado no *chastinik*, o comerciante privado, foi eliminado e substituído por um sistema de entregas obrigatórias gerido diretamente pelos organismos estatais e cooperativas; criou-se praticamente do nada uma rede de fabricas de tratores e colheitadeiras, fertilizantes químicos, etc. Enfim, *last but not least*, o Partido assumiu diretamente a direção de cada setor da coletivização, incluídos aqueles mais estritamente econômicos, sem conceder qualquer margem de autonomia à sociedade camponesa".

como a Iugoslávia, Checoslováquia, Bulgária e Polónia, onde ganhou bastante destaque o economista Oskar Lange (PERICÁS, 2014).

Essas discussões repercutiram também em Cuba e na América Latina, conformando o que se convencionou chamar de “*El gran Debate*”. Em realidade, isso se caracterizou em um conjunto de artigos que trataram de registrar o posicionamento de alguns membros do governo cubano e lideranças intelectuais nacionais e estrangeiras sobre alguns aspectos centrais das discussões que ocorriam no mundo socialista, mas que em alguma medida também estavam relacionadas aos problemas práticos que se apresentavam em Cuba, logo nos primeiros anos da revolução.

Cabe resgatar que Cuba passou por um rápido e intenso processo de socialização e estatização dos meios de produção, e, com as principais unidades produtivas estatizadas, tornou-se imperativo desenvolver mecanismo para organizar as unidades produtivas e gerir a produção de riqueza no país, agora sob novas bases econômicas.

Assim, a partir de 1961, as indústrias estatizadas foram agrupadas no Ministério da Indústria, criado em fevereiro daquele ano. E as empresas e unidades produtivas agrícolas ficaram sob responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária. Essa subdivisão dos órgãos responsáveis pelas unidades produtivas também representou diferenças na forma de planificação adotada para a gestão da produção.

Conforme já mencionado no capítulo primeiro, nas empresas sob a responsabilidade do Ministério da Indústria, comandado por Ernesto Che Guevara, foi adotado um modelo de planificação chamado “Sistema Orçamentário de Financiamento”. E, nas unidades produtivas ligadas ao Instituto Nacional de Reforma Agrária, foi adotado o modelo de planificação chamado “Cálculo Econômico”, tal como funcionava no bloco soviético.

Foi a partir desse contexto externo, e frente às necessidades objetivas que se vivenciavam em Cuba naquele momento, que se iniciam os debates sobre os métodos de planificação, a socialização da produção e a propriedade no período de transição do socialismo, o papel do mercado e das relações monetário-mercantis, os incentivos materiais e morais como formas de estimular o aumento de produtividade dos trabalhadores e as transformações no âmbito da consciência.

Em termos gerais, o debate que se desencadeou do funcionamento desses dois sistemas de planificação tinha como aspecto central a defesa que os criadores do "Sistema Orçamentário de Financiamento" faziam da superioridade do mesmo, argumentando que para as condições históricas de Cuba, seria este último mais eficiente para se chegar ao comunismo do que o modelo de autogestão adotado nas URSS.

Conforme Mandel (2003), quatro questões aparecem como centrais das discussões. Duas foram caracterizadas como de ordem prática e se tratavam da forma como se organizavam as empresas industriais e o papel dos estímulos materiais para a construção de uma sociedade socialista. As outras duas questões, vistas como aspectos do campo da teoria, estavam relacionadas ao papel que cumpriria a lei do valor nas sociedades que iniciam um processo de transição ao socialismo e à natureza da propriedade dos meios de produção.

Mas, para além dessa classificação, é possível identificar questões que estiveram relacionadas com aspectos mais gerais e outras mais específicas no que tange aos mecanismos que operam a reprodução social em processos de transição. Em relação aos aspectos mais gerais, cabe destacar a compreensão de Che Guevara de que a revolução cubana, dentre outras determinações, era derivada das contradições do modo de produção capitalista organizado em termos mundiais. Segundo ele,

Al expandirse el capitalismo como sistema mundial y desarrollarse las relaciones de explotación, no solo entre los individuos de un pueblo, sino también entre los pueblos, el sistema mundial del capitalismo que ha pasado a ser imperialista, entre en choque y se puede romper por su eslabón más débil (CHE GUEVARA, 2003, p. 113).

Desse modo, concebia que o acirramento das contradições do sistema capitalista organizado em termos mundiais poderia assumir diferentes determinações a partir das particularidades de cada nação e ensejar processos revolucionários que poderiam se constituir em tentativas de iniciar um processo de transição ao socialismo (CHE GUEVARA, 2003). E, dentro disso, reconhecia a necessidade de levar em consideração as condições objetivas e subjetivas de cada país e suas particularidades históricas, econômicas e sociais no momento de criar mecanismos e instrumentos no interior do processo revolucionário, ainda que



posteriormente essa interpretação tenha sido negligenciada e até mesmo abandonada.

Outro aspecto mais geral discutido no interior do grande debate estava relacionado à necessidade ou não da correlação entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Bettelheim (2003), partindo de um exame das experiências dos países socialistas, aponta para as contradições que se poderiam gerar do descompasso entre o que ele chamou de poder jurídico, ou seja, as formas das relações sociais de produção e a capacidade efetiva de dispor de meios de produção e de produtos, ou seja, do desenvolvimento das forças produtivas.

Cuando el poder jurídico y la capacidad efectiva no coinciden, cuando el sujeto jurídico no es un verdadero sujeto económico, hay divorcio entre, por una parte, el proceso real de producción y de distribución y, por la otra, el proceso que ha sido buscado por los que ostentan el poder jurídico sin disponer de la capacidad efectiva. Este divorcio entraña una ausencia más o menos grande de la dirección real del proceso económico por los que se supone encargados de dirigirlo, y engendra, en general, la multiplicación de las medidas reglamentarias y la ampliación del aparato burocrático. Estos fenómenos nocivos están ligados al vano esfuerzo desplegado para tratar de cerrar la brecha que separa el marco jurídico formal de las relaciones de producción reales, relaciones que llenan entonces este marco de manera inadecuada (BETTELHEIM, 2003, p. 194).

Assim, para o autor, a interpretação que se fazia da realidade cubana naquele momento em relação à transformação dos meios de produção em propriedade social e à eliminação das categorias mercantis no interior do Sistema Orçamentário de Financiamento não refletia as reais relações sociais de produção no país, e era um fenômeno apenas jurídico, dado que não se havia alcançado ainda um nível de desenvolvimento das forças produtivas que permitissem o surgimento de novas relações sociais de produção.

Sobre essa ideia, Mandel (2003) argumentou que ela se baseava em uma compreensão direta e mecânica de que é o desenvolvimento das forças produtivas que determina o caráter e a transformação das relações sociais de produção. E que no interior do próprio desenvolvimento capitalista surgem diferentes formas jurídicas que continuam sendo determinadas pela lógica do capital, assim como evidencia que são outros os determinantes que incidem sobre as formas jurídicas nas experiências revolucionárias na época da transição ao socialismo.

[...] la realidad de las relaciones de producción corresponde a la forma jurídica de la propiedad socialista de los medios de producción, a partir del momento en que la planificación socialista por medio de un plan económico único deviene efectivamente posible, es decir, a partir del momento en que las inversiones no se efectúan más según los imperativos de la ganancia, sino según las prioridades establecidas por el plan, a partir del momento en que un crecimiento económico regular es posible, y suprime las contradicciones y las leyes de desarrollo del modo de producción capitalistas. (MANDEL, 2003, 260)

Além disso, Mandel (2003) resgata as elaborações marxianas para reforçar que é o acirramento das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção dentro do modo de produção capitalista que abre o período de revoluções sociais. E que esse descompasso que se desenvolve em escala mundial, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, permanece durante um longo tempo histórico. E dentro disso argumentou que não seria possível determinar quando em um determinado país o grau de desenvolvimento das forças produtivas se tornou ou não correspondente às novas relações sociais de produção construídas a partir da socialização dos meios de produção.

Por outro lado, Mandel (2003) concordou com Betelheim (2003) ao afirmar que a permanência das categorias mercantis, mesmo após as transformações realizadas na base econômica e a adoção da planificação, são decorrentes de um grau de desenvolvimento insuficiente das forças produtivas para assegurar uma distribuição de bens de consumo baseados nas necessidades. E defendeu que a superação das categorias mercantis seria um processo relacionado não apenas ao desenvolvimento das forças produtivas, mas também condicionado pela transformação da consciência e da conduta dos homens.

Diretamente relacionada à permanência das categorias mercantis, tem-se a discussão sobre o papel da Lei do Valor. Isso porque, dentre os que estavam pensando e implementando o Sistema Orçamentário de Financiamento havia um entendimento de que a planificação e até mesmo os controles e regulações intrínsecos ao capitalismo em sua fase monopolista produziam distorções no funcionamento da lei do valor enquanto mecanismo de regulação espontâneo de mercado. Nesse sentido, a planificação, por meio do plano, também atuava no sentido de tornar os efeitos desse mecanismo de regulação cada vez mais tênues.

Suponiendo algo más real; que se deban tomar medidas frente a una situación dada, gastar dinero en la defensa, en la corrección de grandes desproporciones de la producción interna, en inversiones que consuman parte de nuestra capacidad de producir para el consumo, necesarias por su importancia estratégica (no me refiero solo al aspecto militar sino también económico). Se crearán entonces tensiones que habrá que corregir con medidas administrativas para impedir una carrera de precios y se crearán nuevas relaciones que oscurecerían cada vez más la acción de la ley del valor.

Siempre se pueden calcular efectos; también los capitalistas lo hacen en sus estudios de coyuntura. Pero en el plan habrá un reflejo cada vez más pálido de la ley del valor (CHE GUEVARA, 2003, p. 40).

Ao interpretar a planificação dessa maneira, negava-se um aspecto central do Cálculo Econômico, a ideia de que a Lei do Valor poderia ser usada de maneira consciente pelo Estado na planificação, como um mecanismo de regulação das trocas ajudando na racionalização da produção (produzir mais com menos) e na melhoria da qualidade dos produtos. Além disso, em relação a esse ponto, os defensores do Sistema Orçamentário de Financiamento, ao contrário do que indicava o Cálculo Econômico, apontavam para uma tendência de paulatina supressão das categorias mercantis no interior da transição ao socialismo, e não para o desenvolvimento delas.

Inclusive, Che Guevara, partindo da ideia de que, para Marx, o produto do trabalho assumia a forma de mercadoria à medida que era trocado, ou mudava de propriedade, defendeu que no interior das empresas estatais não haveria mais a produção de mercadorias, pois não se realizava ali um ato de troca, mas uma agregação de valor novo. Na verdade, cabe considerar que, para Marx, não era apenas esse aspecto que dava ao produto do trabalho o caráter de mercadoria. Mas, apesar disso, cabe destacar que, no interior das empresas consolidadas, somente os bens de consumo final eram produzidos como a finalidade de serem trocados no mercado.

Ainda em relação à Lei do Valor, outra divergência era em relação à sua atuação na formação dos preços. O sistema Cálculo Econômico e seus defensores indicavam que os preços deveriam “atender” à Lei do Valor e, com isso, expressar o valor das mercadorias como tempo de trabalho socialmente necessário. Em relação a essa questão, Che Guevara (2003) não apenas expôs as fragilidades teóricas dessa interpretação – lembrando que a ideia de trabalho socialmente necessário era um conceito econômico-histórico –, como defendeu que os preços deveriam ser formados com base nos custos de produção, levando em consideração também as

estratégias de acumulação e as prioridades que seriam eleitas no atendimento das necessidades básicas da população.

Aqui, cabe considerar ainda que Marx, sempre que igualou os preços ao valor, o fez como um pressuposto para demonstrar como se dava o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Mas o ponto de maior divergência em termos práticos estava relacionado ao papel a ser desempenhado pelos estímulos materiais no âmbito da produção tendo em vista essa etapa de transição. Os gestores do sistema Cálculo Econômico tinham os estímulos materiais no âmbito da produção como um dos elementos predominantes para a ampliação da produtividade do trabalho e para a melhoria da qualidade dos produtos. Por outro lado, para Che Guevara (2003), a supremacia econômica da produção no socialismo somente seria alcançada com a incorporação de novas técnicas e métodos à produção conjugados com uma nova consciência por parte dos trabalhadores. Dentro disso, defendia que os estímulos materiais deveriam ser combinados com estímulos morais, vislumbrando que o desenvolvimento futuro da sociedade socialista levasse, inclusive, à supressão dos estímulos materiais. Em sua argumentação, Che Guevara expressa a necessidade de se pensar esse aspecto a partir das novas relações que se estava buscando construir:

no hay, o no se conoce, una norma matemática que determine lo *justo* del premio de sobrecumplimiento (como tampoco del salario base) y, por tanto, debe basarse fundamentalmente en las nuevas relaciones sociales, la estructura jurídica que sancione la forma de distribución por la colectividad de una parte del obrero individual [...]  
el no cumplimiento de la norma significa el incumplimiento del deber social; la sociedad castiga al infractor con el descuento de una parte de sus haberes. La norma no es un simple hito que marque una medida posible o la convención moral del trabajador, *es su deber social* (CHE GUEVARA, 2003, p. 96)

Ao contribuir com o debate, Bettelheim (2003) apontou que, em relação a essa perspectiva de formação de uma nova consciência, era necessário, primeiramente, pensar o comportamento dos homens não pela *representação* que eles fazem de suas relações recíprocas e de suas respectivas ações, mas derivado das relações concretas nas quais estão inseridos. O que significa considerar a divisão técnica e social do trabalho, o próprio processo de produção e reprodução e o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Com isso, o autor concluiu dizendo que “un análisis de esta especie hace comprender, especialmente, que la

palanca decisiva para modificar el comportamiento de los hombres, está constituida por los cambios aportados a la producción y a su organización” (BETTELHEIM, 2003, p. 185). Embora nessa citação o autor quisesse enfatizar muito mais a introdução de novas tecnologias e métodos de trabalho, e, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas como alavanca principal para a formação de uma nova consciência, ela é central quando se considera entre essas mudanças na produção alterações no processo de trabalho e na participação dos trabalhadores no processo decisório da produção.

#### 4.3 O SOCIALISMO NA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 constitui-se, com toda certeza, em um marco importante para o debate e o ideário socialista mundial. Ela abarca não só o aprofundamento das reformas econômicas na URSS e nos países socialistas do Leste europeu, mas também a ascensão política de Deng Xiaoping na China e a introdução de mudanças para a construção do chamado “socialismo com características chinesas”, e, finalmente, o desaparecimento da URSS e do socialismo na Europa.

Conforme já exposto anteriormente, desde meados da década de 1950 a forma de organização econômica e social soviética que funcionava nos principais países do campo socialista era objeto de estudos e alvo de críticas, sobretudo porque já evidenciava sinais de limitações no que tange à criação das condições objetivas e subjetivas necessárias para se avançar na construção do socialismo. Em diferentes países, realizaram-se experimentos e reformas econômicas no sentido de ampliar a participação dos mecanismos de mercado na direção econômica das empresas, buscando realizar modificações no modelo de planificação centralizada.

Na China, após a morte de Mao Tsé-tung, as disputas internas no Partido Comunista Chinês acabaram resultando na chegada ao poder de Deng Xiaoping, e com ele a proposta de realizar no país um amplo processo de modernização que via na integração do país ao mercado mundial uma maneira de incorporar à economia nacional tecnologia e métodos mais modernos de administração (SILVA, 2017). As reformas estruturadas a partir do que foram chamadas “quatro modernizações” – agricultura, indústria, defesa nacional e ciência & tecnologia – foram paulatinamente sendo implantadas durante a década de 1980.

Nesse contexto, foi então se consolidando um conjunto de ideias muito bem sintetizadas por Nove (1989), as quais não apenas trataram de identificar as limitações do modelo que se originou na experiência soviética, mas, principalmente, apresentavam contribuições para o que foi denominado “socialismo de mercado”, ou, nas palavras do autor, “socialismo possível”.

Dentro daquilo que considerou um esboço inicial para expor algumas ideias, Nove (1989) considerou que o “socialismo possível” passava por uma heterogeneidade das formas de propriedade sobre os meios de produção em que forma estatal e cooperativa seriam predominantes, mas não exclusivas, enquanto que a forma privada deveria estar ausente dos meios de produção de grande escala. Indicou que a planificação deveria ter como objeto apenas os grandes investimentos estruturais e que a administração centralizada deveria ser limitada a setores e decisões que, em virtude da escala, da complexidade tecnológica e organizacional, fosse extremamente imprescindível.

Além disso, destacou a importância de se priorizar as unidades produtivas de pequena escala, como forma de participação e o sentimento de “pertencimento” por parte dos trabalhadores. Sendo que as decisões relativas à produção e a distribuição deveriam, sempre que possível, serem determinadas por negociações entre as partes interessadas, tendo como condição prévia a existência de disputa entre diferentes produtores (NOVE, 1989).

No âmbito do trabalho, apontou a necessidade de que os trabalhadores tivessem uma ampla mobilidade entre as diferentes possibilidades de exercer a atividade laboral, reconhecendo a necessidade de um grau de desigualdade, e, nesse sentido, apontou a combinação de incentivos morais para também estimular os trabalhadores e limitar essas desigualdades (NOVE, 1989).

Também tratou do papel do Estado frente ao funcionamento dos mecanismos de mercado, apontando para a necessidade de que o Estado exercesse funções relativas a minorar as desigualdades sociais que seriam produzidas a partir do funcionamento dos mecanismos de mercado, assim como na promoção de alguns serviços que estariam excluídos dos critérios de mercado, como saúde e educação. Além disso, ressaltou a necessidade de que fossem criadas barreiras para impedir o abuso de poder e estimular ao máximo as consultas populares (NOVE, 1989).

Na prática, a aplicação dessas e outras ideias que conformaram, a grosso modo, a tentativa de combinar os mecanismos de mercado ao funcionamento da

economia em países que buscavam construir uma sociedade socialista mostrou-se bastante complexa. As disputadas políticas internas, combinadas às incompreensões quanto ao ideário socialista clássico, à pressão externa exercida pelas potências ocidentais capitalistas e às mudanças no próprio sistema capitalista, conformaram parte dos obstáculos que impediram o denominado “socialismo real” de realizar as mudanças necessárias à sua continuidade.

Porém, o desaparecimento das experiências do “socialismo real” não deve ser confundido com o desaparecimento do ideário socialista no mundo, nem na prática, tampouco em teoria. Talvez, em realidade, esse fato tenha se constituído em um ponto de ruptura com um conjunto de conceitos e compreensões que, mesmo tendo cumprido um papel primordial para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, na medida em que engendrou uma disputa política mundial, foi limitado em realizar as transformações necessárias à construção de uma sociedade socialista.

Mas, de outro modo, é preciso destacar também que o desaparecimento do “socialismo real” trouxe profundas implicações sociais, políticas e ideológicas, tanto de caráter interno para os países que o vivenciaram como para os movimentos revolucionários e progressistas mundiais. Por outro lado, cabe destacar o auge e a consolidação dos valores e princípios que caracterizam a essência do capitalismo, como o individualismo, a concorrência e o consumismo.

#### 4.4 O DEBATE DO SOCIALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Em meados dos anos 2000, frente ao acirramento das lutas sociais na América Latina, desencadeadas pelos resultados produzidos pelas políticas neoliberais implantadas na região em termos de um aprofundamento do desemprego, da pobreza e da miséria, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, reitera a necessidade histórica do socialismo trazendo para o debate público a ideia de um “socialismo do século XXI”.

Segundo Borón (2016), esse momento foi sucedido por uma retomada da discussão sobre a construção do socialismo, com a produção de uma crescente literatura sobre o tema. Segundo o autor, uma rápida consulta realizada no gerenciador de conteúdo Google, em fevereiro de 2008, utilizando a expressão

“socialismo do século XXI”, o havia direcionado a 995 mil páginas sobre o tema. Em julho do mesmo ano, esse número já ultrapassava a marca de 5 milhões.

Mas, dentro do propósito de expor as questões centrais que pautaram o debate sobre o socialismo, tomando como marco inicial a vitória da Revolução de Outubro na Rússia, foram selecionados alguns textos dos principais expoentes do denominado “socialismo do século XXI”. E, nesse sentido, cabe reconhecer a limitação da abordagem aqui apresentada, tanto em relação à amplitude da literatura produzida, como à diversidade das ideias que perpassam as diferentes propostas que atualmente se classificam sob o termo de “socialismo do século XXI”.

Reconhecido como o precursor no uso do termo “socialismo do século XXI”, Dieterich Steffan (2002) descreveu o contexto a partir do qual foi retomado o debate sobre a construção do socialismo, creditando ao próprio desenvolvimento histórico, a criação das condições que o tornaram necessário. Conforme evidenciou o autor, no final dos anos noventa, as consequências do desenvolvimento capitalista e as políticas neoliberais haviam acirrado a luta de classe, que entre outras formas, se expressava em intensos conflitos sociais, sobretudo na periferia do mundo. Diante disso, se comprovou a vigência do imaginário socialista e a necessidade de retomar o debate sobre suas formas concretas.

Ao participar desse movimento, Dieterich Steffan (2002) propõe o que denominou “Nuevo Proyecto Histórico” que seria estruturado a partir de uma economia planificada de trocas equivalentes, na participação direta dos indivíduos nos assuntos de interesse público e a transformação das estruturas institucionais para a construção de um sujeito histórico coerente com a sociedade que se almeja alcançar. Cabe destacar, que o autor atribuiu um papel excessivo ao desenvolvimento científico e tecnológico como condições particulares e essenciais para o socialismo se desenvolver na atualidade, levando inclusive a uma compreensão que a ausência dessas condições para as experiências anteriores contribuiu para o desaparecimento das mesmas.

Outra importante proposta inserida nesse debate foi apresentada por Lebowitz (2006), que partindo da continuidade da experiência cubana na década de noventa, reafirma a necessidade de um socialismo centrado no desenvolvimento de um novo ser humano. Essa proposta, de alguma maneira estava radicada em uma



postura crítica ao enfoque que se deu ao desenvolvimento das forças produtivas no contexto da URSS.

Recolocando a centralidade nas relações sociais de produção, o autor partiu do questionamento de como reconstruir o sistema de relações sociais de produção, e indagou-se de como era possível promover mudanças, diante da impossibilidade de uma transformação total e imediata. E a resposta para essa questão foi encontrada nos próprios estudos de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo: submetendo todos os elementos do capitalismo e do capital a uma nova lógica centrada nos seres humanos, e ao mesmo tempo criando os elementos que por ventura ainda sejam necessários. Nesse sentido, apontou ainda que esses elementos seriam: “la propiedad social de los medios de producción, que es la base para b) la producción social organizada por los trabajadores, para c) satisfacer las necesidades y los fines comunales” (LEBOWITZ, 2006, p. 10).

Em que pese as contribuições expostas acima, a vigência do socialismo na atualidade e suas formas concretas também aparecem como objeto de estudo e reflexão de um conjunto variado de publicações entre quais destacam-se: Katz (2016), Sanchez Vasquez (2010), Amin (2010), Houtart (2008) e Harnecker (2009).

De maneira geral, a discussão sobre a construção do socialismo na contemporaneidade acaba sendo a expressão das avaliações que se faz da experiência do socialismo real combinadas com diagnósticos da conformação atual do sistema capitalista. Assim, como parte dos problemas apontados em relação às experiências anteriores, é possível destacar: centralismo excessivo das decisões, demasiada atuação e controle do Estado, ênfase exacerbada da dimensão econômica da sociedade, severos obstáculos para efetivação de uma democracia real e limitações na transformação da consciência. Em contraposição, a construção do socialismo no século XXI aparece resgatando o aspecto humanista do socialismo, tendo como tema central a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Enfatiza-se a construção de espaços para a participação efetiva da população, tanto nas decisões em âmbito mais geral como em âmbitos mais regionais e em temas mais específicos. E, em larga medida, reconhece-se a permanência de formas privadas de propriedade sobre os meios de produção e a manutenção de relações monetário-mercantis.

Porém, cabe apontar que algumas propostas, ao partirem dos problemas que se apresentaram no âmbito do “socialismo real”, trazem consigo o vício de buscar traçar um modelo para o que deveria se constituir um processo de transição ao socialismo. E, além disso, carregam consigo determinadas incompreensões em relação ao funcionamento de alguns mecanismos no âmbito do que consideram como transição ao socialismo.

**PARTE 3 – O MODELO CUBANO DE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL:  
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS**

## **5 OS FUNDAMENTOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM TEORIA E NA PRÁTICA DA REVOLUÇÃO CUBANA**

As transformações realizadas na estrutura das condições sociais de produção em Cuba, a partir de 1959, à medida que foram alterando a estrutura da propriedade e os mecanismos que combinavam os fatores de produção, significaram também transformações na forma como a riqueza produzida no país era apropriada no interior do processo de reprodução social. Isso implicou uma nova constituição do sistema de distribuição que, englobando tanto as condições de repartição dos meios de produção como as relações de distribuição a partir do produto social, foi estruturado a partir de diferentes esquemas e mecanismos de distribuição e redistribuição.

Partindo disso, este capítulo tratou de realizar uma síntese histórica de como se conformou o sistema de distribuição em Cuba no período de 1959 a 1989, fazendo isso a partir das diferentes dimensões distributivas que serão estabelecidas no bojo deste capítulo, apontando também os principais resultados alcançados nesse período, assim como os desafios que perpassavam o seu funcionamento no preâmbulo da crise que se abateu sobre o país com o desaparecimento da URSS e do CAME.

Assim, o capítulo está organizado a partir de três seções. A primeira buscou estabelecer os elementos para a construção de uma concepção acerca de um sistema de distribuição tendo em vista a construção do socialismo. A segunda seção procurou apresentar os elementos gerais e particulares que passaram incidir sobre as decisões relativas à apropriação do produto do trabalho social em Cuba durante o período de 1959 e 1989, evidenciando as diferentes mediações que separavam o produto dos produtores. De outro modo, a terceira seção tratou de apontar que esse sistema permitiu realizar importantes transformações objetivas e subjetivas no que tange à estrutura socioeconômica do país, em que se logrou uma elevação nas condições de vida da população realizadas sobre as bases do princípio da igualdade.

### **5.1 ELEMENTOS PARA UM SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Tendo presentes, então, os elementos teóricos que permitem qualificar a experiência concreta de Cuba como um projeto de construção do socialismo a partir de condições histórico-sociais particulares, para o objetivo desta tese ainda se faz necessário explicitar alguns fundamentos que devem assumir o sistema de distribuição nos marcos de um processo de construção do socialismo, fazendo isso ainda a partir do exercício de pensar uma sociedade socialista. Isso é importante porque, como já foi apontado, à medida que foram sendo realizadas transformações na estrutura social das condições de produção em Cuba, e que se alteraram a estrutura da propriedade e os mecanismos que combinavam os agentes da produção, também foi sendo modificada a forma como a população se apropriava da riqueza produzida no país, o que implicou na conformação de um novo sistema de distribuição.

Dentro do pensamento econômico hegemônico, a distribuição do produto sempre foi considerada um momento posterior à produção e desvinculado dessa última, sendo vista, inclusive, sob a perspectiva da remuneração dos chamados fatores de produção. Aliás, foi essa perspectiva teórica que, no campo das ciências sociais, nutriu, do ponto de vista da economia, o surgimento e a consolidação das políticas de redistribuição de renda como mecanismos de promoção de bem-estar e justiça social nos países capitalistas. Foi, inclusive, no bojo dessas políticas que se inseriu o conjunto de intervenções públicas, estatais e privadas, denominadas política social.

Contudo, para o âmbito desta tese, seria inadequado o uso desse corpo teórico. Pois, para além das limitações que ele possui para explicar o funcionamento da sociedade e a realidade concreta do modo de produção capitalista, não foi esse arcabouço conceitual que direcionou as políticas adotadas nos países do chamado “socialismo real”, entre os quais está Cuba. Tampouco parece constituir-se na base conceitual sobre as quais estão sendo formuladas as alterações em curso no país.

Assim, o objetivo desta seção é, partindo das contribuições teóricas dos clássicos do marxismo, identificar os aspectos gerais e particulares que atuam como determinantes das relações de distribuição em uma experiência de transição ao socialismo. Para isso, se levou em consideração tanto as análises que foram realizadas das relações de distribuição no sistema capitalista, como as contribuições que aportaram a partir das abstrações realizadas em relação à sociedade socialista.

Cabe destacar que, ao analisar os escritos dos clássicos do socialismo científico, observa-se que a constituição de relações de distribuição da produção era uma preocupação presente nos debates. Isso em alguma medida estava relacionado à necessidade de reafirmar uma posição contrária à reformista presente, não apenas dentro da pequena burguesia, mas também dentro dos partidos organizados pela classe trabalhadora. A concepção de que a miséria e a desigualdade presentes na sociedade capitalista pudessem ser solucionadas somente na dimensão das relações de distribuição é uma constante na luta política. Mas, por outro lado, ainda no século XIX, muitos correligionários do socialismo, partindo dos pontos elaborados por Marx na "Crítica ao Programa de Gotha", discutiam como se deveria proceder a distribuição em uma sociedade socialista. Engels apresenta um posicionamento bastante firme em uma carta escrita a Conrado Schmidt.

También en la Volks-Tribune ha habido una discusión acerca de si la distribución de los productos en la sociedad futura se hará de acuerdo con la cantidad de trabajo o de otra manera. La cuestión ha sido enfocada desde un punto de vista muy 'materialista', en oposición a ciertas frases idealistas sobre la justicia. Pero, por extraño que esto parezca, a nadie se le ocurrió pensar en que el modo de distribución depende esencialmente de la cantidad de productos a distribuir, y que esta cantidad varía naturalmente, con el progreso de la producción y de la organización social y que, por tanto, tiene que cambiar también el modo de distribución (ENGELS, 1890, p. 273-274).

O primeiro apontamento de Engels foi elencar os determinantes históricos que essencialmente agem, de maneira geral, sobre o modo de distribuição da produção. E, com isso, apontou para o caráter transitório deste, dentro, inclusive, de um mesmo modo de produção. Além disso, destacou que em um processo de transição de um modo de produção para outro, em que se tem um processo contínuo de mudanças e progresso, não se poderia pensar em um modo de distribuição específico, mas em qual poderia ser, a princípio, o modo de distribuição a ser adotado.

Sin embargo, para todos los que han participado en la discusión, la 'sociedad socialista' no es algo que cambia y progresa continuamente, sino algo estable, algo fijo de una vez para siempre, por lo que también debe tener un modo de distribución fijo de una vez para siempre. Razonablemente, lo único que se puede hacer es: 1) tratar de descubrir el modo de distribución que se haya de aplicar al principio, y 2) tratar de establecer la tendencia general que habrá de seguir el desarrollo ulterior (ENGELS, 1890, p. 274).

Durante a experiência concreta vivenciada pelos países que formaram o campo socialista soviético, como ainda hoje na experiência concreta de Cuba, a questão da distribuição ainda suscita debate, sendo, inclusive, identificada como fonte de contradições importantes para o processo revolucionário. A necessidade de reestruturar o salário e rever os mecanismos de distribuição e redistribuição da renda, buscando tornar o trabalho a principal fonte de apropriação da riqueza, que é tida como parte dos objetivos a serem alcançados com as mudanças no modelo econômico e social de Cuba, evidencia o que Engels apontava naquele momento: a impossibilidade de um modelo fixo de distribuição da produção em um processo de construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, o estudo das experiências concretas de transição ao socialismo pode ajudar a compreender e avançar nesse debate que ainda hoje se mostra insuficiente.

Assim, esta seção é também uma tentativa de fornecer uma pequena contribuição metodológica para o debate sobre os sistemas de distribuição em projetos de construção do socialismo. Para isso, assume-se a centralidade que exercem as relações de distribuição em sua unidade dialética com as relações de produção, ou seja, a relação produção-propriedade-apropriação, como determinantes do sistema de distribuição. Em virtude disso, a distribuição e a redistribuição são consideradas processos sociais derivados e vinculados às relações sociais de produção e aos seus condicionantes concretos.

Além disso, tem ainda a relevância de introduzir elementos que contribuem para o debate acerca do papel e da efetividade das políticas redistributivas em promover o bem-estar e a justiça social na ausência de um processo de transformação das relações de sociais de produção, assim como deixar assentadas reflexões para um debate quanto à assimilação do termo política social para tratar de aspectos relativos à distribuição da produção em experiências concretas de transição ao socialismo.

### **5.1.1 A reprodução social e os determinantes gerais da distribuição da produção**

A reprodução social, vista a partir de seus elementos mais simples, nada mais é do que a contínua e ininterrupta relação que o homem, em conjunto com outros homens, estabelece com a natureza, apropriando-se dela e a transformando em

coisas úteis para satisfazer a suas necessidades materiais e espirituais (MARX, 2008). No entanto, a forma como ocorre essa interação e as relações que se erguem a partir do processo de trabalho é que se diferenciam e terminam por caracterizar um determinado modo de produção. Portanto, as relações sociais que conformam o processo de produção e apropriação da riqueza refletem sempre um caráter específico, historicamente determinado e transitório, que se, por um lado, são correspondentes a determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, por outro são também produto do próprio modo de produção anterior.

Isso implica que as relações de distribuição que são partes constitutivas das relações sociais de produção também tenham um caráter historicamente determinado assumindo formas sociais distintas. Ou seja, as formas históricas de apropriação sobre os resultados do trabalho materializado na produção são determinadas pelas próprias relações de produção.

[...] as chamadas relações de distribuição correspondem e devem sua origem a formas especificamente sociais, historicamente determinadas, do processo de produção e das relações que os homens estabelecem entre si no processo de reprodução da vida. O caráter histórico dessas relações de distribuição é o caráter histórico das relações de produção das quais expressam apenas uma face (MARX, 2008, p. 1159).

Ao identificar que a maneira como os produtores participam na produção determina formas particulares de apropriação do produto do trabalho, Marx (2008) mostrou então que, antes da distribuição dos produtos, está a distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade nas diferentes atividades produtivas. Com isso, mostrou que a cota do produtor no produto total não é casual ou deslocada da produção, mas determinada no âmbito mesmo da produção. E concluiu que, embora sejam diferentes, condições de repartição e relações de distribuição possuem uma relação de determinação, em que as primeiras, ao fornecerem as determinações particulares das condições de produção e todo seu movimento, determinam também as relações de distribuição.

[...] mas, essa repartição difere totalmente do que se entende por relações de distribuição, reconhecendo-se nestas – o reverso das relações de produção - caráter histórico. As relações de distribuição significam os diferentes direitos à parte do produto destinado ao consumo individual. Aquelas condições de repartição, ao contrário, são os fundamentos de funções sociais particulares que dentro do próprio sistema de produção cabem a determinados agentes, em oposição aos produtores diretos. Dão às condições de produção e aos representantes delas qualidades sociais



específicas. Determinam por inteiro o caráter e o movimento da produção (MARX, 2008, p. 1155).

Partindo dessa compreensão mais ampla em relação à distribuição, faz-se necessário analisá-la, não como um momento de repartição do produto nacional criado a cada ciclo produtivo totalmente deslocado da produção, mas como um sistema composto de diferentes dimensões. Essas dimensões podem ser delimitadas da seguinte maneira:

- a) distribuição dos agentes da produção (instrumentos de produção e trabalho – relações de propriedade sobre os meios de produção);
- b) distribuição do produto entre as diferentes funções que desempenham na reprodução social (consumo e acumulação), e;
- c) distribuição da produção entre os diferentes produtores.

A forma que assume cada uma dessas dimensões da distribuição dentro de cada organização social, os determinantes particulares que atuam sobre cada forma e as relações que se estabelecem entre essas diferentes dimensões são elementos analíticos presentes na compreensão de determinados modos de produção.

Do exposto anteriormente, deriva-se que a distribuição, em sua generalidade, tem como determinantes elementos que assumem formas sociais distintas e historicamente condicionadas pelas relações de propriedade. Assim, são as relações de propriedade no âmbito da produção que determinam as diferentes formas de distribuição. Aqui cabe destacar as limitações das políticas de promoção de igualdade, que, por se situarem apenas no campo da redistribuição, não alteram os determinantes essenciais da distribuição.

### **5.1.2 Os determinantes particulares da distribuição no capitalismo**

Sob o modo de produção capitalista, o conjunto dos meios de produção e meios de subsistência aparecem como uma forma do capital, que são constantemente reconvertidos na produção. E, nessa organização social, a produção passou a ser comandada pelos proprietários do capital, a classe capitalista, que busca, de maneira incessante, aumentar o lucro de seu capital, apropriando-se cada vez mais de trabalho excedente não pago realizado pelo trabalhador ao longo da jornada de trabalho, também chamado por Marx de mais-valia.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo de uma perspectiva histórico-dialética, Marx mostrou como o desenvolvimento das contradições presentes na forma de organização da produção anterior forjou as condições necessárias para que os meios de produção e os meios de subsistência necessários à reprodução social aparecessem como capital. A ampliação das relações de produção mercantis, ao extrapolar o âmbito dos produtos do trabalho, alcançou a capacidade de trabalho do ser humano e a generalizou sob a forma de mercadoria, chamada de força de trabalho. Mas a generalização da mercadoria força de trabalho teve como condição a total separação do trabalhador de suas condições objetivas de se realizar enquanto trabalhador, restando-lhe apenas a venda de sua capacidade de trabalho como forma de obter os meios necessários à sua reprodução.

Nos manuscritos de 1864 e 1965, Marx, ao estudar o processo de produção do Capital, mostrou que o pressuposto para que as condições objetivas do trabalho assumissem a forma de capital foi um longo processo histórico de dissolução das diferentes formas em que o trabalhador é também o proprietário. Nesse sentido, o autor indicou:

- a) a separação da relação do trabalhador com a terra enquanto condição natural de produção e parte de sua natureza inorgânica;
- b) a dissolução das relações em que o trabalhador era o proprietário de seu instrumento de trabalho;
- c) a destruição das condições em que o trabalhador pudesse possuir, previamente à produção, meios de consumo necessários para sua sobrevivência; e
- d) a dissolução de relações em que o próprio trabalhador é condição objetiva da produção.

[...] a relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo, e que apenas mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar contrapartida de um equivalente. Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, a propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-

se do produto de seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos (MARX, 2013, p. 682).

Assim, do desenvolvimento da produção mercantil constituiu-se uma sociedade composta por uma massa de trabalhadores desprovidos dos meios necessários para produzir sua própria sobrevivência e de um pequeno grupo detentores dos meios de produção, que vive da expropriação do trabalho excedente produzido pela massa de trabalhadores. Essa organização social que surge do desenvolvimento da sociedade mercantil acabou por determinar uma forma particular de articulação do trabalho com os instrumentos e materiais do trabalho, o trabalho assalariado, o mercado e a propriedade privada capitalista. A generalização de relações de produção capitalistas alterou também as formas dos produtores se apropriarem da produção. Além de novas formas, as antigas também foram submetidas à lógica de reprodução das condições que garantem a organização da produção sob o domínio do capital. Assim, o salário, lucro, juros, aluguéis, dentre outras rendas, são velhas e novas formas de apropriação dos produtos do trabalho determinadas pela forma como se dão as relações de produção sob o modo de produção capitalista e pelo seu funcionamento.

Ao analisar o processo de produção no capitalismo, Marx observou que ele sempre se inicia com a compra da força de trabalho por um tempo estipulado, que, decorrido, inicia-se novamente. Porém, o pagamento ao trabalhador somente é realizado após a força de trabalho ter sido incorporada nas matérias-primas e mercadorias, na forma de uma nova mercadoria. Assim, a força de trabalho aplicada às matérias-primas com o uso dos instrumentos do trabalho não apenas transfere o valor dessas últimas para a nova mercadoria, como incorpora nela o valor da força de trabalho e a mais-valia. No final, conforme observou o autor, tanto o salário pago ao trabalhador em dinheiro como o lucro apropriado pelo capitalista foram produzidos pelo trabalho, portanto produzidos pelo trabalhador. Ainda em relação a isso, o autor explica que “[...] a classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob a forma de dinheiro, letras que a habilitam a receber parte do produto que produziu e do qual aquela se apoderou [...]” (MARX, 2013, p. 663). O trabalhador utiliza essas *letras* para adquirir parte do produto que ele mesmo produziu, devolvendo-as de maneira continuada aos capitalistas.

Com isso, Marx, mostrou que parte do capital que o capitalista desembolsa na forma de dinheiro para o pagamento de salários, chamado por Marx de capital variável, nada mais é que:

[...] uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou o fundo do trabalho, do qual precisa o trabalhador para manter-se e reproduzir-se e que ele mesmo tem de produzir e reproduzir em todos os sistemas de produção social. Esse fundo flui continuamente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, pois seu próprio produto se afasta sempre dele sob a forma de capital. Mas a forma sob que aparece o fundo em nada altera a circunstância de o capitalista antecipar ao trabalhador o que já é, na realidade, trabalho materializado por este (MARX, 2013, p. 663).

Nesse sentido, observa-se que os meios de subsistência assumem, sob o modo de produção capitalista, a forma de capital variável despendido pelos capitalistas na forma de meios de pagamentos correspondentes ao salário que o trabalhador recebe em virtude do cumprimento do contrato de venda de sua força de trabalho. Por outro lado, os meios de produção assumem a forma de capital constante, os quais o capitalista utiliza para se apropriar de trabalho não pago executado pelo trabalhador. Assim, não apenas a produção assume novas determinações, mas cada elemento da própria produção também é modificado por essas novas determinações.

[...] não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja a venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção (MARX, 2013, p. 721).

Ou seja, esse é o caráter que Marx observou como específico e um dos determinantes particulares da produção organizada sob domínio do capital. Sob essa determinação, o fundo dos meios de subsistência assume a forma de meios de pagamento que são entregues aos trabalhadores na forma de salário como pagamento pela compra da mercadoria força de trabalho. Conforme explica Marx (1865, p. 25), “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”.

Por outro lado, o trabalho excedente assume a forma de mais-valia que, ao se realizar na esfera da circulação, assume a forma de lucro, juros, renda da terra,

aluguel e outras rendas apropriadas pelos proprietários do capital. Segundo Marx (1865, p. 31), “a renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, [...] que o capitalista extorque do operário”. Com isso, um dos determinantes importantes sobre a mais-valia será a capacidade de prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho, e, dada a jornada de trabalho, a capacidade de reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução do valor da força de trabalho.

Em síntese, na sociedade capitalista, a relação capital-trabalho implica em uma ruptura da relação produtor-proprietário, o que acaba determinando o caráter das relações de distribuição. Assim, nessa sociedade, aquele que produz aliena aos proprietários dos meios de produção uma parte do produto do trabalho que não retorna a ele, nem mesmo na esfera da redistribuição. Isso significa inclusive que, do ponto de vista dos momentos que conforma a distribuição, o momento da distribuição social se resume apenas à esfera da redistribuição da produção.

### **5.1.3 Os determinantes particulares da distribuição na transição ao socialismo**

Como parte das condições para a construção de relações de produção socialistas, Marx sempre destacou a necessidade de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Essa condição, ao estar diretamente relacionada à capacidade de produção de riqueza da sociedade, constitui-se também em um elemento determinante, e condição primeira da distribuição em um projeto de transição ao socialismo.

Outra condição apontada por Marx é a necessidade de um processo de socialização dos meios de produção que, ao mesmo tempo, impeça o funcionamento da lógica de acumulação do capital e crie as condições para a organização de uma sociedade de produtores associados. Para o autor, trata-se do surgimento de uma nova organização social que ainda traz as marcas da sociedade anterior, portanto, qualquer projeto de transição terá ainda aspectos “econômicos, morais e espirituais” do capitalismo (MARX, 2012, p. 29). Assim, guarda em sua essência um caráter transitório e heterogêneo, em que as relações sociais não são mais capitalistas, mas que tampouco se constituíram socialistas. E, sendo as

relações de distribuição um momento das relações sociais de produção (MARX, 2008), participarão do mesmo caráter transitório e heterogêneo.

Daqui se pode concluir que os diferentes esquemas distributivos por meios dos quais se concretizam as relações de distribuição em um processo de construção do socialismo necessariamente expressarão também um caráter transitório, combinando diferentes formas e mecanismos de mediação entre a produção e os produtores.

Retornando às contribuições de Marx para buscar os elementos analíticos das relações de distribuição para uma organização social socialista, tem-se que em pouquíssimas ocasiões o autor tratou de maneira mais detalhada sobre o tema. Aliás, considerou um equívoco colocar a distribuição da produção como aspecto central das transformações pelas quais deveria passar a base econômica em um projeto de construção do socialismo, deixando isso expresso ao realizar uma crítica do programa político do Partido Operário Alemão, escrito sob influência de Ferdinand Lassalle, uma das lideranças políticas e intelectuais do partido a época.

Nessa crítica, que se configurou na obra denominada *Crítica do Programa de Gotha*, Marx, para se contrapor à ideia lassalliana de “fruto integral do trabalho”<sup>54</sup>, supõe diferentes pressupostos sobre a distribuição da produção para o que concebia como sociedade comunista.

Assim, tomando como ponto de partida uma sociedade futura formada por produtores associados e fundada na propriedade comum dos meios de produção, Marx tratou do que pode ser considerado um esquema de distribuição da produção para uma sociedade comunista, porém demarcando os movimentos internos que particularizam o que chamou de *primeira fase da sociedade comunista*, aqui tratada como socialismo, da denominada *fase superior da sociedade comunista*, conforme já apontado na seção anterior deste capítulo.

Nesse esquema, o autor partiu do resultado do trabalho coletivo de todos os produtores configurado na produção social total e mostrou que, dada a necessidade econômica de reprodução ampliada da sociedade, se faz necessário deduzir uma parte da produção e destiná-la para: a substituição os meios de produção

---

<sup>54</sup> Em nota acrescida por Engels à obra “Crítica do Programa de Gotha”, ele explica que Lassalle havia usado o termo “fruto integral do trabalho” para fazer referência aos salários que os trabalhadores iriam receber nas associações de produção a serem fundadas à época, em Berlim (MARX, 2012).

consumidos durante o ciclo produtivo, a ampliação da capacidade produtiva e a formação de um fundo de reserva para contingências. E indicou como determinante da grandeza dessas deduções “os meios e as forças disponíveis” (MARX, 2012, p. 28).

A outra parte da produção seria, então, destinada para o consumo. Porém, antes de ser distribuída individualmente aos produtores sob a forma do que ele denominou “certificados”, seriam ainda realizadas as seguintes deduções: primeiramente, uma parte para cobrir os “*custos gerais de administração*” não contabilizados diretamente na produção – parte que diminuiria na medida em que a nova organização social se desenvolvesse –, uma segunda dedução destinada para a “*satisfação das necessidades coletivas*” – parte que se tornaria cada vez mais significativa com o avanço da sociedade rumo à fase superior –, e uma terceira dedução para manter um “*fundo para os incapacitados para o trabalho*” (MARX, 2012, p. 28-29).

Dessa forma, explicou que somente o remanescente da produção, depois de realizadas todas essas deduções, é que seria distribuído individualmente aos trabalhadores. Esses, por sua vez, receberiam certificados conferidos pela sociedade em virtude da contribuição laboral individual na jornada social de trabalho, que lhes dariam acesso aos meios de consumo em que se configurou parte do produto do trabalho social. Sendo que, durante a chamada fase inferior, ou socialista, a distribuição entre os produtores foi definida como proporcional ao aporte laboral individual. Para Marx (2012), esse critério estava relacionado ao caráter heterogêneo que apresentam as relações sociais de produção nesse momento inicial da nova organização social, estando sua superação condicionada pela ampliação da capacidade de produção de riqueza e pelo desenvolvimento dos próprios indivíduos enquanto seres humanos livres.

Ao realizar essa suposição em relação à distribuição da produção, Marx explicitamente está apontando que, conforme as relações de propriedade sobre os meios de produção são alteradas e vão assumindo um caráter cada vez mais social, a apropriação sobre os resultados da produção vai se configurando em relações de distribuição que devem ser correspondentes à natureza das novas relações de produção em construção. Isso significa que, independente das mediações pelas quais passem o produto e que, portanto, o distancie do produtor, dado o caráter

social dos meios de produção, ele precisa retornar totalmente aos produtores enquanto membros da sociedade.

Ou seja, independente da heterogeneidade das formas e mecanismos que conformam a base econômica, cabe ao sistema de distribuição garantir que o produto do trabalho esteja em função dos objetivos societários, que, no caso de uma transição ao socialismo, é a criação das condições necessárias ao avanço e consolidação da sociedade socialista. Isso implica combinar interesses individuais e coletivos, subordinando-os aos interesses societários, que, inclusive, mesmo dentro de projetos de transição ao socialismo, podem ser expressos em objetivos econômicos e sociais particulares, dadas as condições históricas de cada país. Além disso, os próprios objetivos podem ir se transformando e exigindo adaptações do sistema de distribuição para que continue cumprindo sua função.

Ou seja, para além das próprias particularidades que estarão relacionadas ao caráter das novas relações sociais de produção que implicam a construção do socialismo, outras especificidades relacionadas às condições sócio-históricas de cada país serão combinadas na conformação do sistema de distribuição. Assim, este último assumirá, no bojo do processo de transição ao socialismo, aspectos particulares e específicos, que conforme apontado por Engels (1890), não serão imutáveis, ou fixos.

Partindo ainda dessa abordagem, é possível estruturar dois importantes momentos das complexas relações de distribuição: a distribuição como um momento social; e a distribuição como um momento individual. No primeiro, em que os resultados do produto chegam ao indivíduo por sua condição de membro da sociedade, engloba: a distribuição como momento de repartição dos meios de produção, a distribuição a partir das variantes acumulação e consumo, e a esfera redistributiva em que a apropriação está relacionada aos objetivos econômicos e sociais que se pretende alcançar enquanto sociedade. No segundo, a distribuição como um momento individual, o produto chega a partir de mecanismos como o salário e outras formas complementares, como aposentadorias e benefícios monetários. Como interseção desses dois momentos, tem-se as políticas redistributivas que também estarão relacionadas aos objetivos societários e que unem e subordinam os interesses individuais aos sociais.

Esses dois momentos das relações de distribuição são a expressão da apropriação social que caracteriza as relações socialistas de produção derivadas da



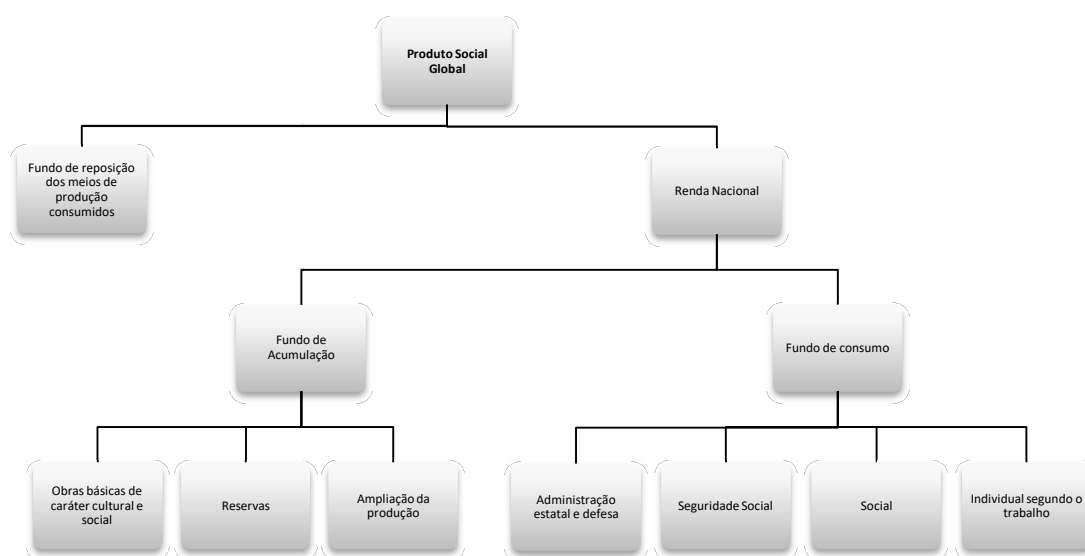
propriedade social, que não, necessariamente, se confunde com o tipo estatal ou cooperativo, mas significa um sistema de propriedade que abarca diferentes tipos.

Cabe agora trazer essas reflexões para a experiência de Cuba e analisar o caráter particular que assumiu o sistema de distribuição estruturado a partir das transformações que foram realizadas no país após 1959. Nesse sentido, é importante compreender como ele foi se conformando a partir da constituição de novas relações de propriedade, observando os diferentes mecanismos que foram combinados dentro do propósito de garantir que o produto do trabalho estivesse em função do projeto societário, ou seja, em função de criar as condições para a construção do socialismo.

## 5.2 O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CUBA: BASES GERAIS

Com evidente influência do chamado paradigma marxista-leninista que sintetizava, a partir da teoria e da prática, um modelo de funcionamento da economia para uma sociedade socialista, as relações de distribuição em Cuba se configuram em sistema de distribuição do produto social do trabalho que tem no esquema a seguir uma expressão sintética.

Figura 1 - Estrutura do Produto Social Global



Fonte: Rumiántsev, *et. al.* (1980, p. 436). Adaptação da autora.

À medida que os meios de produção foram socializados e passaram a ser geridos pelo Estado enquanto representante dos interesses da massa popular, foi necessário também realizar um esforço no sentido de estruturar um novo sistema de distribuição. Conformado a partir de diferentes mecanismos, esse sistema buscou submeter o produto do trabalho social aos objetivos econômicos e sociais definidos pela população em seus diferentes espaços de participação política, tendo, porém, como horizonte a criação das condições necessárias para a consolidação de uma sociedade socialista. Isso, para um país como Cuba, marcado pela dependência econômica e por desigualdades sociais profundas, implicava um grande esforço no sentido de alterar a estrutura produtiva e suprir carências materiais históricas.

Assim, o objetivo desta seção é demonstrar que o sistema de distribuição que se conformou em Cuba durante os primeiros trinta anos da revolução logrou cumprir com sua função de submeter o produto do trabalho aos objetivos econômicos e sociais, uma vez que, a partir dos diferentes mecanismos distributivos, foi possível elevar as condições de vida da população sobre a base da equidade e da justiça social e, ainda que insuficientes, produzir importantes alterações na estrutura produtiva do país. Dessa forma, independente das contradições presentes em seu funcionamento, o sistema de distribuição garantiu que os resultados do trabalho retornassem aos produtores, seja individualmente através do salário, seja como membro da sociedade através dos bens e serviços ofertados a partir do fundo de consumo social, seja na condição de proprietário dos meios de produção.

Para isso, esta seção irá apresentar como foi estruturado o sistema de distribuição em Cuba em suas diferentes dimensões, levando em consideração as diferentes esferas e mecanismos distributivos que realizavam a mediação entre o produto e os produtores. Porém, dada a motivação desta tese e os limites do tempo para a realização da pesquisa, buscou-se realizar um detalhamento maior no que tange à distribuição do produto que se destina ao fundo de consumo e que chega diretamente à população, seja na forma de meios monetários ou de bens e serviços.

Outra limitação importante desta seção está relacionada à dificuldade de acesso e, em alguns aspectos e períodos, a ausência de dados e estudos tratando sobre essa temática. Assim, esta seção foi construída a partir de estudos gerais e específicos produzidos no âmbito acadêmico e governamental.

### 5.2.1 A distribuição dos meios de produção

Retomando novamente os escritos do primeiro capítulo, cabe lembrar que, após a vitória do movimento revolucionário, em 1959, os meios de produção em Cuba passaram por um rápido processo de socialização, em que a principal forma de propriedade sobre os meios de produção foi a estatal. Assim, no período de 1968 até 1975, por ocasião da chamada ofensiva revolucionária, à exceção de algumas poucas pequenas propriedades rurais e alguns proprietários de caminhões e táxis, todos os demais meios de produção eram geridos por organismos estatais, de maneira centralizada, a partir da planificação (TORRAS RODRÍGUEZ; YERA, 1995).

Segundo dados apresentados por Rodriguez Garcia (1990), com exceção da produção agrícola, 100% da produção industrial, do comércio exterior, atacadista e varejista, dos transportes e do setor bancário tornaram-se propriedade estatal. Apesar de que se observe, a partir de 1975, um movimento de criação de cooperativas agropecuárias, segundo dados de Figueroa Albelo (2006), elas representavam apenas 10,2% das terras agrícolas nacionais no início da década de 1990.

Nesse sentido, o Estado se configurava no âmbito econômico como, praticamente, o único agente econômico funcional, cumprindo, quase que exclusivamente, o triplo papel de proprietário, produtor e regulador. Com isso, a distribuição dos meios de produção expressava-se em decisões tomadas de maneira planejada e consciente a partir dos organismos centrais do Estado, e era realizada a partir de instrumentos e mecanismos baseados essencialmente em fluxos materiais e procedimentos administrativos. Cabe destacar que, o plano central da economia nacional cumpriu essa função distributiva, estabelecendo de maneira verticalizada as decisões concernentes à aplicação e distribuição dos recursos com um detalhamento bastante específico (U-ECHEVARRÍA VALLEJO, 1996).

Conforme apontou U-Echevarría (1996), o modelo de direção econômica baseado na alocação direta dos meios de produção nos diferentes setores e unidades produtivas permitiu ao país levar a cabo importantes mudanças estruturais concernentes à base material e técnica da produção. Isso se expressou em uma elevação da capacidade produtiva da indústria açucareira durante a década de 1960. E, posteriormente, na instalação de importantes plantas industriais no país, concretizando os objetivos econômicos, estabelecidos no bojo do I Congresso do

Partido Comunista de Cuba, relativos à criação interna de uma indústria de bens de capital e intermediários. Mas tudo isso tinha como objetivo maior concretizar o princípio de garantir a satisfação das crescentes necessidades materiais e espirituais da população.

Embora esse tenha sido o objetivo assumido no âmbito da construção do socialismo adaptando, inclusive, o modelo soviético à realidade cubana, as estratégias econômicas adotadas para isso apresentaram variantes que se expressaram no direcionamento setorial dado ao fundo de acumulação, como será tratado a seguir.

### **5.2.2 A acumulação e o consumo como expressão do processo de distribuição e redistribuição do produto do trabalho em Cuba**

A socialização dos meios de produção que se processou em Cuba, a partir da tomada do poder político em 1959, imprimiu aspectos particulares à distribuição do produto novo criado entre acumulação e consumo. Cabe destacar que no capitalismo essa distribuição assume a forma de um permanente antagonismo de classes em que a apropriação privada de uma parte do produto pela classe capitalista é usada para criar as condições para que essa apropriação seja ainda maior, à custa da permanente redução da parte do produto apropriado pelos trabalhadores. A socialização dos meios de produção que se expressa também em uma apropriação social dos resultados do trabalho permite a superação desse caráter antagônico. Para o caso de Cuba, é possível considerar que a totalidade do produto passou a retornar aos produtores: primeiro, pela apropriação direta via o trabalho e os bens e serviços ofertados pelo Estado; e, segundo, enquanto membros da sociedade e, portanto, proprietários dos meios de produção.

Da mesma maneira, as decisões relativas à proporção entre acumulação e consumo deixaram de expressar o resultado das relações anárquicas estabelecidas no âmbito do mercado, como ocorre no capitalismo. Com a direção planejada da economia, a partir de 1961, a relação entre acumulação e consumo assumiu a forma de decisões conscientes e planejadas que buscavam concretizar os objetivos econômicos e sociais que requeriam a construção de uma sociedade socialista no país.

Contudo, não foram apenas essas particularidades, comuns aos países que vivenciaram processos de construção socialistas, que passaram a caracterizar essa dimensão da distribuição do produto novo criado entre acumulação e consumo. Para o caso de Cuba, a distribuição entre consumo e acumulação assumiu especificidades que estiveram relacionadas às condições sócio-históricas herdadas pela revolução, como por exemplo o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, condicionantes conjunturais que se manifestaram no contexto interno e externo, também atuaram sobre essa dimensão da distribuição, e em relação a isso cabe destacar: a ausência de meios para importar equipamentos e máquinas; a evasão de trabalhadores qualificados do país; a impossibilidade de adquirir peças para a manutenção do parque produtivo; a falta de acesso ao crédito e a tecnologias desenvolvidas nos países ocidentais; a necessidade de realizar vultosos gastos com a defesa do país; e demais consequências resultantes do bloqueio econômico imposto à ilha (RODRIGUEZ GARCIA, 1990).

Em realidade, durante o período que se iniciou em 1959 e se estendeu até 1989, as decisões relativas ao consumo e acumulação sempre estiveram tensionadas por dois aspectos principais: limitações no que tange à criação de um excedente econômico correspondente às demandas estruturais do país em termos de criação das condições para a consolidação de uma sociedade socialista; e, frente a essa limitação, a necessidade de transferência líquida de recursos do exterior para a economia interna.

Essa relação se configurou em um modelo de acumulação, que embora tenha assumido variantes<sup>55</sup> quanto aos setores econômicos estratégicos priorizados, esteve sempre baseado na incorporação crescente de novos trabalhadores e recursos materiais, garantidos, inclusive, pela incorporação de recursos do exterior

---

<sup>55</sup> Até 1963, optou-se por um acelerado processo de industrialização do país, combinado com uma diversificação no setor agrícola e uma política de redistribuição de renda e da riqueza, que, dadas as dificuldades do contexto interno e externo, não resultaram exitosas em termos de crescimento econômico. A partir de 1964, adotou-se como estratégia redirecionar os recursos produtivos para o setor monoprodutor e monoexportador de açúcar de cana, que assumiu novamente o papel principal no processo de reprodução social no país, com o intuito de criar as condições futuras para um processo de industrialização. Com uma aproximação cada vez maior com os países do Sistema Socialista Mundial e a ampliação das relações de dependência com eles, combinadas ao esgotamento dessa estratégia baseada apenas no crescimento extensivo da agroindústria açucareira, o país redirecionou os objetivos econômicos apostando, a partir de 1976, na implantação de unidades industriais para produção de bens intermediários e de capital. Assim, o período que se iniciou em 1976 e se estende até 1989 foi marcado pelos esforços de ampliar o parque industrial interno. Para mais informações, ver: Rodrigues (1990), Álvarez González (1998) e Cepal (2000).

via um expressivo déficit externo compensado pelas relações mantidas com os países do campo socialista (CARRANZA; MOREAL, 1997).

Nesse sentido, a entrada de Cuba no CAME em 1972 foi central para os resultados alcançados pelo país em termos do desenvolvimento da estrutura produtiva do país e da elevação das condições de vida da população que ocorreu após 1976. Um estudo publicado por CEPAL (2000) elencou as condições favoráveis conferidas à economia cubana pelos acordos bilaterais firmados no âmbito do CAME, dentre as quais cabem destacar:

- a) mercados e preços para as exportações cubanas garantidos em contratos de cinco anos;
- b) relação estável entre os preços das exportações nacionais e as importações de bens intermediários e de capital provenientes dos países membros;
- c) preços das exportações nacionais sempre acima dos vigentes no mercado internacional e condições mais favoráveis para as aquisições realizadas a partir dos países membros;
- d) financiamento quase automático dos déficits comerciais bilaterais concedidos pela URSS; e,
- e) reexportação de parte do petróleo enviado no âmbito dos acordos.

Isso resultou em um incremento do que se chamava em Cuba “*Ingreso Nacional Disponible*”, tratava-se do indicador que representava o valor novo criado no país acrescido do resultado do comércio exterior. Segundo dados apresentados por Álvarez Gonzalez (1995), durante toda a década de 1980, a participação do saldo comercial na composição desse indicador o incrementou em mais de 5%, sendo que nos últimos cinco anos da referida década essa participação foi superior à média anual de 15%.

Todos esses elementos corroboram as análises já realizadas no primeiro capítulo sobre os problemas de acumulação da economia cubana, que, além de um esgotamento em relação à criação de excedente econômico, também se expressaram em dificuldades em manter os crescentes níveis de consumo garantidos em termos salariais e em serviços e bens distribuídos no âmbito das políticas universais que serão apresentados a seguir.

### **5.2.3 O trabalho e os ingressos monetários das famílias**

Conforme já exposto, os graves problemas em Cuba, até 1959, eram o desemprego, os baixos salários e a dificuldade da população em ter uma renda em quantidade suficiente para adquirir no mercado os bens de consumo para sua própria sobrevivência. Problemas que não estavam restritos à área urbana, dado que a principal atividade agrícola do país estava organizada em grandes extensões de terras e o trabalho nos grandes engenhos de açúcar era a principal ocupação da força de trabalho no campo.

Nesse sentido, uma das maiores preocupações do governo revolucionário, assim que assumiu o poder político, foi garantir a todos uma fonte de ingressos monetários e adotar medidas para elevar o poder de compra da população. Se, por um lado, distribuiu terras aos trabalhadores rurais, por outro, deu início a um levantamento sobre a força de trabalho e realizou intervenções nas companhias de serviços públicos reduzindo tarifas e rebaixando os preços de aluguéis de imóveis.

Quando o Departamento da Indústria foi criado, e posteriormente transformado no Ministério da Indústria, e foram estatizadas as primeiras unidades industriais no país, a estratégia adotada foi alocar a mão de obra desempregada nos setores em que mais necessitava de trabalhadores, e aqueles que ainda ficaram disponíveis foram encaminhados para cursos de formação e capacitação, tendo garantido o salário mensal<sup>56</sup>. Com isso, segundo Carriazo Moreno e Rodríguez (1987, p. 62), “el desempleo estructural que afectava a la economía cubana se fue transformando paulatinamente en una situación de virtual pleno empleo”.

Após a estatização da maioria dos meios de produção do país, o Estado se tornou o principal responsável por organizar a produção e o trabalho nas empresas estatais. Essas, por sua vez, se converteram na principal fonte de ocupação dos trabalhadores, tanto na área urbana quanto na área rural. O salário seguiu existindo como forma de os trabalhadores se apropriarem de parte do produto de seu trabalho, mas seu conteúdo foi alterado. Como bem assinalaram Carriazo Moreno e Rodríguez (1987), o salário foi deixando de ser a única maneira dos trabalhadores obterem os meios de consumo e se tornou somente um dos mecanismos do sistema de distribuição do produto em Cuba.

---

<sup>56</sup> Essa estratégia de direcionar os trabalhadores para se qualificarem, garantindo-lhes o salário, foi veementemente defendida por Ernesto Che Guevara como uma maneira de não inflar as plantas industriais. Além disso, ele defendia a necessidade de se investir na formação dos trabalhadores frente à escassez de técnicos e especialistas que havia naquele momento.

Além disso, ele deixou de ser a remuneração que os trabalhadores recebiam pela venda de sua força de trabalho a outrem, pois, na medida em que os trabalhadores estavam representados no Estado, e esse se tornou o sujeito responsável pela gestão dos proprietários dos meios de produção, logo os próprios trabalhadores, como membros da sociedade, tornaram-se proprietários dos meios de produção. Dessa maneira, o salário, como bem definiu Che Guevara (2006, p. 153), converteu-se no

[...] reconocimiento por parte de la sociedad de que un individuo ha cumplido su deber social. Se basa en las necesidades de los obreros en cada etapa, es decir, es el valor de la fuerza de trabajo gastada, cuyo precio fija la sociedad de acuerdo con su nivel de desarrollo.

Com efeito, o montante dos meios monetários que cada trabalhador continuou recebendo individualmente, sob a denominação de salário, dava-lhe direito a se apropriar de uma cesta de bens e serviços para a satisfação de suas necessidades individuais, sendo, portanto, a parte do produto que lhe chegava em função de seu aporte individual de trabalho à sociedade. A outra parte do produto do trabalho que retornava ao trabalhador assumia a forma de bens e serviços garantidos pelas políticas universais gratuitas ou subsidiadas, que serão tratadas ainda nesta seção.

Dentro disso, o objetivo do governo revolucionário se tornou organizar as relações laborais e criar um sistema salarial compatível com as novas bases estruturais da sociedade. Isso significava tornar o salário também, em um mecanismo de realização da distribuição segundo o aporte laboral e, dessa forma, transformá-lo em um importante estímulo para a elevação da produtividade e da qualificação dos trabalhadores.

Cabe destacar que, se a questão salarial, em Cuba, mesmo antes da revolução, já era muito complicada conforme foi exposto acima, ela acabou se tornando ainda mais complexa quando, nos dois primeiros anos da revolução, a burguesia cubana que não fugiu do país ofereceu aumentos salariais em uma tentativa de dividir os trabalhadores e influenciar suas posições políticas frente ao forte acirramento da luta de classes. Isso, de imediato ampliou ainda mais as dispersões salariais, inclusive dentro das mesmas categorias.

Em decorrência disso, durante o ano de 1962, técnicos do Ministério da Indústria e do Ministério do Trabalho empenharam-se na construção de um novo



sistema salarial que passou a vigorar em 1963<sup>57</sup>. Estruturado a partir de 5 aspectos principais (escala salarial, qualificadores de ocupação, tarifas, normas de trabalho e formas e sistemas de pagamentos), é possível destacar que foram criados grupos de ocupações de acordo com a complexidade do trabalho e definidos coeficientes que levavam em consideração a qualificação indispensável dos trabalhadores, a tecnologia e a complexidade das atividades desenvolvidas para a produção. Em conjunto, estabeleceram-se oito grupos salariais que se diferenciavam pela complexidade do trabalho envolvido e, dentro de cada grupo, ainda se levava em consideração as condições de trabalho que variavam entre normais, nocivas e perigosas (TABLADA, 1987).

Um dos pilares do sistema salarial que se buscou implantar era estimular o trabalhador a aumentar sua qualificação e capacitação, por isso a mudança de grupo salarial somente era possível por meio da elevação da qualificação do trabalhador. Além disso, foram definidas as normas de trabalho que deveriam ser cumpridas pelos trabalhadores e formas de pagamento de prêmios aos trabalhadores que excedessem às normas e as metas estabelecidas no plano (TABLADA, 1987).

Cabe destacar que, a partir de abril de 1965, esse sistema salarial começou a sofrer uma série de modificações que, combinadas ao que se chamou concepções idealistas e voluntaristas<sup>58</sup> a respeito da construção do socialismo, resultou em sua supressão. Segundo descrevem González Rodríguez e Pérez Romero (2013), durante a segunda metade da década de 1960 foram fixados salários iguais para diferentes setores econômicos, eliminou-se o pagamento de horas extras e prêmios para cumprimento das metas e se limitaram os salários dos dirigentes e trabalhadores mais qualificados.

---

<sup>57</sup> A implantação do novo sistema foi realizada de forma paulatina. Segundo Tablada (1987), primeiro o sistema foi implantado em 36 estabelecimentos agrícolas e em 247 unidades industriais e de serviços. No ano seguinte, alcançou todas as demais unidades industriais. E, em 1965, o sistema foi implantado para os trabalhadores administrativos.

<sup>58</sup> O Informe Central apresentado por Fidel durante o I Congresso do Partido Comunista de Cuba traz em seu bojo uma seção em que, de maneira bastante crítica, são elencadas várias medidas adotadas durante a década de 1960, que evidenciam alguns aspectos do que têm sido classificados como concepção idealista e voluntarista desse período. E, nesse sentido, cabe destacar a ideia de que era possível chegar ao comunismo rapidamente, e que o caminho para isso era suprimir as formas mercantis, o orçamento do estado e aumentar os bens e serviços fornecidos sem intercâmbio monetário. Como parte disso, foi dissolvido o Ministério da Fazenda e reestruturado o Banco Central, tendo sido também eliminados os estudos de Economia Política do Socialismo e de Contabilidade Pública da Universidade (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975).

Por outro lado, a década de 1970 foi caracterizada por um esforço de restabelecer no país a chamada distribuição por aporte laboral, reconhecendo os erros cometidos durante o período anterior. Assim, empreenderam-se medidas no sentido de reestruturar o sistema salarial e retomar o estabelecimento de normas em relação à organização do trabalho, de maneira a vincular os salários dos trabalhadores ao cumprimento dos padrões e metas de trabalho, construídas a partir de critérios científicos. Mas os esforços nesse sentido resultaram na aplicação da reforma salarial para todos os setores a partir de 1979 sem que o processo de estabelecimento das normas laborais houvesse sido concluído (GONZÁLEZ RODRÍGUEZ; PÉREZ ROMERO, 2013).

Com isso, a nova estrutura salarial, que tinha como objetivo principal reintroduzir no país os estímulos materiais ao trabalho como forma de elevar a produtividade e a qualificação dos trabalhadores representou de fato uma elevação nos salários. Segundo Carriazo Moreno e Rodríguez Garcia (1987), o que ocorreu foi uma elevação no salário mínimo e a incorporação neste último de prêmios por resultados alcançados em relação às metas estabelecidas nos planos, adicionais por condições anormais de trabalho e estímulos econômicos para trabalhadores de setores prioritários dentro da estratégia de desenvolvimento.

Conforme apontaram González Rodríguez e Pérez Romero (2013), os sistemas de pagamentos e estímulos aprovados a partir de 1980, além de não resultarem em um aumento da produção e da produtividade, acabaram provocando aumentos salariais sem a correspondente contrapartida no âmbito da produção. Como consequência, produziu-se no interior da economia cubana um acúmulo de meios monetários que não tinham correspondência na oferta de bens e serviços e a reforma salarial acabou não cumprindo os objetivos estabelecidos. Além disso, colaborou para aprofundar a dependência interna na medida em que pressionou para um aumento das importações e estimulou o surgimento de um mercado ilegal de comercialização de produtos derivados de desafios e roubos.

Cabe ainda destacar que as dificuldades de concretizar em Cuba uma distribuição que permitisse uma vinculação maior à contribuição laboral de cada trabalhador também esteve associada ao papel que foram assumindo os bens e serviços sociais básicos ofertados no âmbito da satisfação das necessidades coletivas, conforme será tratado a seguir.

#### 5.2.4 O conjunto das políticas universais como mecanismo de apropriação do produto social

Para cumprir o “Programa de Moncada”, desde os primeiros dias, o governo revolucionário iniciou transformações relativas aos serviços públicos. A habitação<sup>59</sup>, a cultura<sup>60</sup>, a seguridade social<sup>61</sup> e a educação<sup>62</sup> foram as primeiras áreas impactadas pelas novas leis, instituições e ações constituídas nos dois primeiros anos da revolução. Cabe assinalar que, inicialmente, as medidas adotadas visavam concretizar um projeto político bastante progressista em relação aos objetivos sociais, inclusive apresentando similitudes a muitos governos de caráter mais populistas e reformistas. Mas, à medida que as reformas foram sendo implantadas, e promoviam alterações estruturais que afetavam o poder econômico da elite nacional, acabaram gerando reações internas e externas que conduziram as mudanças para um campo de maior confronto, resultando na estatização de quase todos os meios de produção. Conforme apontou o estudo produzido pela Cepal (1979, p. 16),

<sup>59</sup> Em fevereiro, a Lei nº 86 criou o Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda, que tratou de enfrentar os problemas derivados dos jogos de azar em Cuba, direcionando os recursos deles para solucionar outros males sociais, como a falta de moradia. Nesse sentido, substituiu a Renta de la Lotería Nacional de Cuba, pelo Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda, que tinha como objetivo redirecionar os recursos provenientes dos jogos para a construção e financiamento de habitações.

<sup>60</sup> Em março, começaram a ser aprovadas as ações para estimular o desenvolvimento cultural do país. A lei nº 169 criou o Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) que ficou encarregado de impulsionar a indústria cinematográfica do país, valorizando a cultura nacional, enquanto que a Lei nº 187 criou a Imprenta Nacional de la República de Cuba responsável pela impressão de materiais didáticos e funcionais das escolas públicas e de livros indicados pela área cultural e educacional.

<sup>61</sup> Ainda em 1959, a Lei nº. 351 criou o *Banco de Seguros Sociales de Cuba* (BANSESCU), que integrou 20 caixas de seguro de trabalhadores sob a direção de um novo organismo. A instituição da Lei nº. 677 tornou obrigatório o seguro social para todos os trabalhadores. A lei estabeleceu a contribuição obrigatória para empregadores e empregados e fixou um benefício mínimo de 40 pesos. Segundo Bell, López e Caram (2006, p. 184), “*a partir de este momento se inició el acceso universal a la seguridad social, que constituye uno de los pilares de la protección social en la sociedad cubana*”.

<sup>62</sup> Cabe lembrar que, ainda durante a luta armada em Sierra Maestra, começaram as primeiras ações educacionais direcionadas, principalmente para o combate ao analfabetismo. Já em setembro de 1959, promoveu-se a criação de dez mil salas de aula em toda a ilha, transformando antigos quartéis militares em escolas. Em dezembro, foi aprovada a Lei nº 680, que estabeleceu as *Bases y normas reguladoras de la Reforma Integral de la Enseñanza en Cuba*. Os aspectos mais importantes da lei estavam relacionados à reorganização do ensino público que buscou garantir uma articulação e continuidade entre os diferentes níveis de ensino e a necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento integral do ser humano. O ano seguinte foi declarado o “Año de la Educación” e teve início uma grande campanha de alfabetização que mobilizou professores e voluntários que percorreram o país e ensinaram 979.207 pessoas a ler e escrever.

En el momento en el que este proceso de reto y respuesta alcanzó el hito principal de fines de 1961, con la proclamación del socialismo con el objetivo central y del marxismo-leninismo como la teoría básica, todas las grandes empresas del país, nacionales y extranjeras, ya habían sido nacionalizadas, y se habían logrado en buena medida los objetivos iniciales del empleo, alfabetización y de políticas distributivas.

O que seguiu a esse momento, foi a estruturação de um sistema de distribuição que, baseado nas novas relações de produção em construção, passou a garantir à população um conjunto de serviços públicos custeados pelo orçamento estatal ou pelos fundos das empresas estatais e cooperativas. Dessa maneira, proporcionavam a todos os cidadãos cubanos uma parcela da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores na forma de serviços sociais básicos que tinham por objetivo a satisfação das necessidades coletivas das famílias em áreas como educação, saúde, esporte, cultura e seguridade social, alimentação e habitação.

Ao descrever o que significava esse conjunto de serviços, Carriazo Moreno e Rodríguez (1987, p. 73) afirmaram que

En Cuba existen toda una serie de servicios que corren a cuenta del Estado y que se financian centralmente por la vía de los fondos sociales de consumo y los que constituyen aproximadamente la cuarta parte de los ingresos per capita de la población cubana. Los fondos sociales de consumo constituyen una vía de distribución de los ingresos y servicios a la población, independientemente de la calidad y cantidad de trabajo, y cumplen la función de satisfacer las necesidades sociales básicas.

Ou seja, diferentemente de outros países, em que as políticas públicas executadas pelo Estado concentram-se na esfera da redistribuição que se promove a partir do orçamento público, em Cuba, a partir da socialização dos meios de produção e da planificação, um conjunto de bens e serviços foram reconhecidos e institucionalizados como necessidades sociais básicas a serem garantidos a todos os membros da sociedade independente de qualquer contribuição tributária, aporte de trabalho ou posição social.

Do mesmo modo, Odriozola Guitart e Colina Hernández (2016) ao explicarem os chamados *fondos sociales de consumo*, apontaram as diferentes formas que os mesmos assumiam na realidade cubana e os classificaram da seguinte maneira:

- a) serviços gratuitos ofertados à população (ensino, atenção à saúde, serviços comunitários, etc.);

- b) serviços em forma monetária (aposentadorias do sistema de seguridade social, benefícios da assistência social, ajuda a estudantes universitários, etc.);
- c) serviços em espécie (infraestrutura e bens de consumo nos lares para idosos e pessoas desamparadas, medicamentos e equipamentos de reabilitação para pessoas com ingressos monetários insuficientes etc.); e,
- d) subvenções estatais ou subsídios (creches, internatos, alimentação social, etc.).

Nesse sentido, logo nos primeiros anos da revolução o ensino foi reconhecido como um dever do Estado que não deveria ser exercido por outrem, assim como não deveria ser mediado por intercâmbio monetário, efetivando-se, dessa maneira, como um direito de todos os cidadãos, o que resultou na completa estatização da rede de ensino ainda em junho de 1961 (BELL, LÓPEZ, CARAM, 2008). Com isso, a educação passou a ser concebida como parte das condições necessárias para o desenvolvimento do país, e buscou-se adaptar o sistema educacional às necessidades de desenvolvimento econômico e social da ilha (CEPAL, 1979). Dito de outra forma, além de reconhecer o direito de todos à educação, essa lei inseriu o sistema educacional cubano como parte do processo de construção de uma nova sociedade e de um novo homem.

Além da grande campanha de alfabetização que reduziu ao mínimo o número de pessoas que não sabiam ler e escrever, o sistema buscou garantir cobertura universal da educação básica no país, envolvendo, dessa maneira, um grande grupo populacional formado pelas crianças, adolescentes e jovens.

Ademais, um dos aspectos fundamentais na reorganização do sistema de ensino em Cuba foi sua concepção integrada de educação vista como uma unidade de todos os níveis de ensino, ou seja, desde a pré-escola até o ensino superior. Nesse sentido, o sistema foi composto por subsistemas específicos voltados também para os adultos e pessoas com necessidades especiais, educação técnica e profissional, educação superior e formação de docentes (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Em todo o sistema educacional, aplicou-se o princípio da combinação do estudo com o trabalho como forma de desenvolver a condição humana de trabalhador nos indivíduos e a disciplina laboral no sentido de desenvolver a ideia de

que todos precisam aportar à sociedade, desde as crianças até o ensino superior (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Na saúde, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo depois de declarado o caráter socialista da revolução foi a instituição da Lei 959/1961, que criou o Ministério da Saúde Pública e definiu novas funções e objetivos para os diversos órgãos estatais relacionados à área da saúde. Foi a partir desse momento que os serviços médicos começaram a ser oferecidos à população cubana sem o obrigatório intercâmbio monetário, que desapareceu completamente apenas em 1969, quando se extinguiu completamente o setor privado de serviços de saúde no país (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Segundo a Cepal (1979), em Cuba, tratou-se de superar a concepção tradicional da saúde como sinônimo da ausência de enfermidades, adotando um conceito que não levava em consideração apenas a condição física e mental das pessoas, mas o seu modo de vida. Nesse sentido, o fundamento do sistema de saúde foi a medicina preventiva em que a elevação do nível de saúde não era dada apenas por curar as enfermidades, mas no desenvolvimento de ações que asseguravam a promoção e proteção da saúde. Esse aspecto estava presente desde as primeiras grandes ações de imunização da população contra um conjunto de doenças.

Como parte dessa concepção, desde os primeiros anos se ampliou a rede de serviços da saúde para concretizar a cobertura de toda a população, e se alterou a relação médico-paciente. Estruturou-se um sistema nacional e único de saúde que centralizava a formulação da política de saúde em âmbito e descentralizava sua aplicação em unidades regionais e locais (CEPAL, 1979).

Um grande obstáculo no desenvolvimento da política de saúde nos primeiros anos da revolução foi a falta de recursos humanos, pois o êxodo de profissionais ligados à saúde foi muito grande, exigindo um esforço concentrado na formação desses profissionais. Assim, além da ampliação da rede instalada para a prestação dos serviços, foram concentrados esforços na formação de recursos humanos para o atendimento da população com a construção de instalações docentes para a formação de profissionais do sistema de saúde pública. Dessa forma, garantiu-se o atendimento universal de saúde à população e aumentou-se a quantidade de especialistas, elevando a qualidade do serviço prestado (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Ao reconhecer a moradia como parte da proteção integral das famílias, o Estado cubano buscou materializar o direito à habitação, reduzindo os gastos mensais familiares com moradia. Para isso, promoveu uma amortização nas dívidas com moradia das famílias cubanas que já possuíam uma habitação, entregou novas moradias às famílias mediante pagamentos mensais não superiores a 10% da renda familiar e proibiu o aluguel de imóveis.

Segundo dados apresentados por Carriazo Moreno e Luíz Rodríguez (1987), de 1959 a 1963, foram construídas em Cuba mais de 85 mil novas moradias. Contudo, nos anos seguintes à década de 1960, o incremento de novas moradias foi pequeno (crescimento de 2,5% no total de moradias), em virtude dos esforços demandados na construção agrícola e industrial, em obras sociais e pelas limitações impostas pelo bloqueio econômico. Mas, a partir da década de 1970, é possível verificar um substancial incremento na construção de novas unidades habitacionais, em especial no período de 1972 a 1975, quando foram construídas aproximadamente 75 mil moradias. Além de reduzir o déficit de moradias, a política desenvolvida pelo Estado cubano buscou erradicar áreas urbanas insalubres e solucionar problemas relativos à saúde, trabalho e educação.

Um elemento central que incrementou a construção de novas moradias nesse período foram as brigadas que eram formadas por trabalhadores eleitos nos centros de trabalhos que, por sua dedicação ao trabalho e capacidade física, poderiam apresentar um bom desempenho na construção civil. A empresa à qual estavam vinculados seguia pagando seus salários e os demais trabalhadores ampliavam suas jornadas normais de trabalho para manter, na empresa, a mesma produtividade apesar da ausência dos trabalhadores que formavam as brigadas. Em contrapartida, aqueles que recebiam as habitações construídas pelas brigadas pagavam por elas o equivalente a 6% de sua renda familiar, independentemente do tamanho e das características da habitação (CEPAL, 1979).

Na área cultural, a estratégia adotada seguiu por dois caminhos distintos. O primeiro foi a superação da tradicional separação entre a cultura popular e a cultura elitista. Nesse sentido, foram publicadas várias edições de livros ofertados à população a preços muito baixos e realizadas amplas seções de cinema em zonas distantes e isoladas do país, buscando levar até a população a produção artística existente. A outra estratégia foi estimular a participação popular em atividades culturais (CEPAL, 1979).

O esporte também assumiu as mesmas características já identificadas no campo cultural. Tratou-se de eliminar o profissionalismo e se estimulou a prática maciça de esporte em todo o país e o desfrute do mesmo pelo conjunto da população. O Estado tornou-se o grande responsável por disseminar e promover a prática esportiva, garantindo aos atletas e praticantes todo o suporte necessário em termos de infraestrutura, equipamentos e serviços (CEPAL, 1979).

Ainda como parte das políticas universais garantidas no âmbito do Estado, é preciso destacar a *libreta*, mecanismo de distribuição dos bens racionalizados garantido a todos os cidadãos. Na verdade, esse mecanismo surgiu das dificuldades ocasionadas pela ampliação do poder de compra da população logo nos primeiros anos da revolução e as restrições impostas pelo bloqueio econômico ao aumento da oferta de produtos, em que se observou um processo especulativo em relação aos preços de alguns artigos de consumo, em especial de alimentos. Para enfrentar essa situação, o governo revolucionário, através da Lei nº 1015, criou a *Junta Nacional para la Distribución de los Abastecimientos*, com o objetivo de promover uma melhor distribuição no abastecimento dos artigos de consumo (CUBA, Lei nº 1015, 1962). Com isso, buscou-se garantir acesso equitativo de todos os setores sociais aos bens de consumo considerados essenciais.

Por meio da *libreta*, uma espécie de caderneta, garantiam-se quotas semanais de determinados alimentos às famílias, e os cupons, distribuídos pelos centros de trabalho e pelos CDRs, eram utilizados para a aquisição de bens industriais. Para adquirir os produtos distribuídos de maneira racionada pela *libreta*, a população recorria a determinados estabelecimentos de venda aos quais estavam vinculados, nos dias e horários estipulados pela Junta de Distribuição. Já os bens industriais podiam ser adquiridos em qualquer estabelecimento comercial que os ofertassem (DÍAZ ACOSTA, 2010).

Segundo Carriazo Moreno e Rodríguez (1987), durante a década de 1960, o racionamento foi estabelecido para praticamente todos os alimentos, roupas, calçados e bens de consumo duráveis. Em relação ao preço, os autores colocam que o sistema de racionamento acabou estabelecendo uma distribuição que era independente do poder de compra da população, embora tenha se mantido o intercâmbio monetário na aquisição de tais produtos.

Mas, se em um primeiro momento o racionamento buscou enfrentar os problemas derivados das dificuldades em aumentar a oferta de alguns produtos e,



portanto, estava relacionado a questões conjunturais, a decisão de impulsionar a produção de açúcar, tendo em vista atender os mercados dos países do bloco socialista, incrementou as restrições de consumo. Assim, o racionamento também esteve relacionado à própria dinâmica de organização da produção e da distribuição dentro das novas bases e objetivos, na medida em que colaborou para direcionar os recursos internos para o processo de acumulação no sentido de ampliar a capacidade produtiva interna e desenvolver as forças produtivas do país.

Em síntese, todos esses serviços e bens ofertados no âmbito estatal constituíram-se em mecanismos distributivos que, ao repartirem de maneira universal e equitativa uma parte do produto do trabalho social destinado à satisfação das necessidades coletivas, elevavam as condições de vida da população e contribuíam para tornar efetiva a propriedade social dos meios de produção. Em realidade, esses mecanismos possibilitavam que todos se apropriassem, de maneira equitativa, de uma parte do produto social.

Essa distribuição de bens e serviços realizada, com um mínimo de intercâmbio de meios monetários, foi inicialmente determinada pela necessidade de cumprir os objetivos sociais pactuados no Programa de Moncada e que garantiram a coesão política que levou ao poder o movimento 26 de Julio. Posteriormente, com a declaração do caráter socialista da revolução, essa distribuição passou a ser determinada pela necessidade de se criar no país as condições objetivas e subjetivas para se avançar na construção de uma sociedade socialista, o que implicava não apenas o desenvolvimento das forças produtivas para ampliar a quantidade da riqueza produzida, mas a criação de uma nova relação do ser humano com o trabalho que seria refletido em uma nova consciência, chamado por Che Guevarra de “homem novo”.

Segundo assinalam Garcia Baéz y Sanches Noda (2002), a essência dessa distribuição realizada a partir do que tradicionalmente se denomina *Fondos Sociales de Consumo* é reduzir paulatinamente as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores no âmbito da produção de maneira a tornar real a igualdade que já é formal, dado que todos os membros da sociedade são proprietários dos meios de produção. Entretanto, para países caracterizados por elevada desigualdade social refletida em carências sociais históricas, como o caso de Cuba, avançar na concretização dessa essência implicou dar a essa distribuição na forma de bens e serviços básicos coletivos, logo nos primeiros anos da experiência de transição, um

peso que não apenas impactou negativamente a própria capacidade de acumulação, como atuou desvinculando totalmente a distribuição do aporte laboral, criando sérios obstáculos para o crescimento da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva do país.

E, conforme mostrou Garcia Baéz (1987), o peso dessa distribuição na forma de bens e serviços coletivos foi crescente durante todos os primeiros trinta anos da revolução. Segundo o autor, em 1975, os recursos destinados aos *fondos sociales de consumo* haviam absorvido 22,6% da Renda Nacional e, em 1984, esse percentual chegou a 26%, sendo que, considerando o gasto por pessoa, o aumento registrado foi de 36,8% para o quinquênio 1975-1980. Esse peso também se refletia no percentual de trabalhadores ocupados nos setores vinculados à prestação desses serviços. Como exemplo, o autor citou os serviços de educação e saúde, que, no ano de 1982, absorviam mais de 17% dos trabalhadores, levando-o a concluir que

es incuestionable que el hecho de que casi una quinta parte de los recursos laborales están ocupados en estas dos esferas, sin considerar el resto de los elementos de los fondos sociales de consumo, indica el alto nivel alcanzado en estos campos pero también muestra una distorsión que alcanzados ya los niveles satisfactorios, debe ser corregida en correspondencia con las necesidades, posibilidades y objetivos económicos (GARCIA BAÉZ, 1987, p. 30).

Mas, se por um lado, esses bens e serviços distribuídos a partir dos *fondos sociales de consumo* cumpriram o objetivo de elevar as condições de vida da população e, dessa forma, garantiam a materialização da propriedade social dos meios de produção na medida em que aproximava todos os trabalhadores quanto ao padrão de consumo, por outro lado, apresentavam algumas limitações quanto à redução das diferenças entre os trabalhadores no âmbito do trabalho, dado que alguns de seus elementos acabavam não sendo utilizados pelas famílias com maiores desvantagens.

Em relação a isso, Garcia Baéz (1988) apontou a insuficiente oferta de instituições pré-escolares e como isso acabava perpetuando as desigualdades entre as futuras gerações de trabalhadores, dado que as famílias em piores condições sociais, ao não terem acesso a essas instituições, não conseguiam oferecer aos filhos condições objetivas equivalentes de desenvolvimento. O autor exemplificou ainda as diferenças que se verificava em outros países socialistas, relacionadas ao conhecimento adquirido pelos jovens que concluíam o ciclo escolar a partir da

inserção laboral das famílias, argumentando que, embora não houvesse dados para o caso de Cuba, era inquestionável o fato de que os filhos das famílias que tinham melhores ocupações dentro das atividades laborais acabavam tendo um desempenho escolar superior aos filhos de operários.

Ainda em relação a isso, Garcia Baéz y Sanches Noda (2002) ressaltaram que a distribuição dos bens e serviços coletivos esteve vinculada a uma ideia de justiça social baseada em uma tendência igualitarista, em que a promoção de justiça social implicava igualar todos na esfera da distribuição por meio do consumo, sem um esforço, inclusive, de promover uma distribuição que garantissem às famílias com maiores necessidades maior participação em termos de benefícios e serviços.

#### 5.2.5 As garantias da seguridade social

Para completar a integralidade do sistema de distribuição que se estruturou em Cuba após 1959, foi criado um sistema de seguridade social, que, instituído pela primeira vez por meio da Lei nº1.100 de 1963, foi sendo aperfeiçoado ao longo do período analisado nessa seção. Esse sistema baseou-se no entendimento de que era responsabilidade do conjunto da sociedade garantir, aos incapacitados para o trabalho, a satisfação de suas necessidades individuais, sendo para isso destinado uma parte do produto social.

Assim, a lei reconheceu o direito de todos os trabalhadores à proteção garantida no âmbito da seguridade social e extinguiu todas as contribuições individuais, passando os serviços e benefícios a serem custeados pelo orçamento público. De maneira expressa, o Estado tornou-se responsável por garantir, a todos os trabalhadores e suas famílias, proteção em caso de maternidade, acidente, enfermidade comum e profissional, invalidez, velhice e morte.

A lei estabeleceu que os benefícios podiam assumir três formas diferenciadas: serviços, bens e monetárias. Foram considerados benefícios na forma de serviços, a assistência médica e odontológica e a reabilitação ou reeducação médico-social. Os chamados benefícios em espécie eram os medicamentos e alimentação aos pacientes hospitalizados, próteses ortopédicas, dentre outras coisas necessárias à reabilitação dos trabalhadores e suas famílias. Por fim, os benefícios monetários eram os subsídios, pensões e aposentadorias (CUBA, Ley nº 1.100, 1963).

A lei ainda fixou um valor mínimo e máximo para as pensões, aposentadorias e subsídios, proibiu o acúmulo de benefícios monetários e considerou incompatível o recebimento de benefícios monetários com atividades laborais remuneradas salvo algumas exceções. O direito à aposentadoria foi garantido a todos os trabalhadores, sendo 60 anos a idade mínima para os homens e 55 para as mulheres (CUBA, Ley nº 1.100, 1963).

Em 1979, esse sistema foi aperfeiçoado com a aprovada a Lei 24. A primeira modificação importante foi a inclusão da assistência social como parte integrante do sistema de seguridade social. Em seu artigo 3º, a lei definiu que a assistência social estava direcionada para proteção dos idosos, das pessoas não aptas para o trabalho, e para todas as demais, que, por alguma condição, não tivessem suas necessidades essenciais asseguradas e que demandassem proteção e ajuda da sociedade (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Diferente da lei anterior, a nova regulamentação previu que os benefícios monetários poderiam alcançar até 80% do salário médio do trabalhador e ampliou o conceito de salário para o cálculo da aposentadoria, incluindo benefícios recebidos pelos trabalhadores. Além disso, estabeleceu um tratamento diferenciado aos trabalhadores no momento da aposentadoria, levando em consideração os anos trabalhados (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Em relação à assistência social, da mesma maneira como a seguridade social, ficou fixado que os benefícios poderiam ser serviços, produtos e bens ou monetários. Como serviços garantidos pelo regime da Assistência Social, foram elencados os seguintes: o ingresso nos lares para idosos para aqueles que necessitavam desses serviços, serviços sociais de atenção aos aposentados, pensionistas e idosos por invalidez ou por idade, o ingresso em lares para impedidos físicos e mentais, alojamento e atenção em caso de atendimento médico fora da localidade de residência, assistência cultural e recreativa aos idosos, aposentados e pensionistas por invalidez ou por idade, proteção às crianças via o sistema de educação nos casos de problemas sociais e outros serviços especializados em matéria de saúde, reabilitação, moradia, educação e atenção ao idoso (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Com isso, garantiu-se a todos os membros da sociedade não apenas a satisfação de um conjunto de necessidades básicas consideradas essenciais, mas também a satisfação das necessidades individuais para aqueles que, tendo já

contribuído para o produto social, encontravam-se incapazes para o trabalho, ou, em virtude da idade ou pela condição física e mental, não estavam aptos para a atividade laboral. Esse mecanismo distributivo retirava das famílias a responsabilidade pela renovação da capacidade de trabalho no âmbito do processo de reprodução social e a compartilhava com o conjunto da sociedade.

### 5.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DESAFIOS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NO FINAL DOS ANOS 1980

Um balanço dos primeiros trinta anos das transformações iniciadas em Cuba a partir de 1959, tendo como objeto de avaliação o sistema de distribuição da riqueza que se estruturou a partir de então, deixa evidente que não apenas se cumpriu o Programa de Moncada, como a ele foram sendo acrescentados novos objetivos decorrentes do caráter socialista que assumiu o processo revolucionário no país. Com isso, o horizonte que se delineou foi a construção de uma sociedade com altos níveis de justiça social.

Nesse sentido, as transformações levadas a cabo resultaram na concretização de um sistema de distribuição da produção que, influenciado pelo paradigma marxista-leninista, hegemônico no campo socialista soviético, teve seus mecanismos de funcionamento organizados a partir do monopólio do Estado sobre a gestão dos meios de produção e da direção planificada da economia. Dentro disso, buscou-se garantir que o produto do trabalho social estivesse em função de concretizar os objetivos econômicos e sociais que permitiriam ao país avançar em sua experiência de transição ao socialismo.

Todavia, esse sistema também assumiu as especificidades conferidas pelas condições sócio-históricas herdadas pelo país e as condicionalidades que foram surgindo no desenrolar do processo histórico, em que se destacam: as crescentes dificuldades econômicas engendradas pelas agressões praticadas pelo movimento opositor, o bloqueio econômico instituído à ilha pelo governo estadunidense e a parceria de Cuba com os países que compunham o Sistema Socialista Mundial.

Conforme já relatado anteriormente, em termos de resultados alcançados nesses primeiros trinta anos o país conseguiu superar carências históricas nas áreas da saúde e da educação, investiu no desenvolvimento cultural e intelectual da população, criou as condições para a disseminação da prática esportiva e, por meio

do emprego e da seguridade social, garantiu a todos os cidadãos acesso a meios monetários para a satisfação das necessidades individuais. Além disso, tratou de assegurar que todos igualmente tivessem acesso a uma quota de alimentos e de bens de consumo, frente aos períodos de maior restrição<sup>63</sup> na oferta de produtos. A isso, posteriormente se agregou um subsídio conferido pelo Estado no âmbito da produção ou da importação de tais produtos.

Os resultados se expressaram em uma sociedade com estreitas margens de desigualdade social, alto nível de escolaridade e baixo índice de criminalidade e violência, diferenciando o país dos demais países da América Latina. O país foi inclusive, apontado como uma exitosa experiência que uniu crescimento econômico com desenvolvimento social. Além disso, esses resultados garantiram coesão interna e sustentabilidade política para ao projeto de construção do socialismo, que, mesmo frente às dificuldades econômicas que se manifestavam no final da década de 1980, mantinha o apoio da população.

Mas a estrutura e o funcionamento desse sistema de distribuição não foram isentos de contradições e desafios que foram paulatinamente se manifestando ao longo do período analisado. Ao tratar sobre esse tema, Garcia Baéz y Sanches Noda (2002) apontaram como parte dos principais problemas: um sistema salarial que não garantia uma retribuição que estivesse de alguma maneira vinculada ao aporte laboral individual; os meios monetários entregues aos trabalhadores em retribuição à atividade laboral não encontrava correspondência na oferta de produtos; uma distribuição de bens e serviços coletivos baseados em preceitos igualitaristas em que alguns mecanismos não eram utilizados pelos grupos mais necessitados; e uma utilização bastante restrita dos meios monetários como forma de distribuição e acesso aos resultados do trabalho social.

A experiência cubana enfrentou sérias dificuldades em tornar o salário um estímulo material para a elevação da produtividade e da produção. Isso porque os primeiros anos foram marcados por uma desestruturação salarial dado o acirramento dos conflitos com a burguesia nacional. Posteriormente, na segunda metade da

---

<sup>63</sup> Em relação a isso, cabe mais uma vez destacar que essas restrições inicialmente estiveram relacionadas às agressões do governo americano, que, com a instituição do bloqueio econômico ocasionou uma queda brusca na oferta de produtos, principalmente de alimentos. Posteriormente, as restrições estiveram relacionadas às escolhas realizadas pela própria sociedade, em que se buscou garantir a oferta de um conjunto de bens e serviços considerados básicos, e em contrapartida direcionar os recursos internos para a ampliação da capacidade produtiva de alguns setores considerados estratégicos, para com isso criar as condições materiais necessárias ao processo de desenvolvimento da produção industrial.

década de 1960, foram fixadas estreitas faixas salariais e o montante monetário recebido pelo aporte laboral ficou totalmente desvinculado do esforço realizado no âmbito da produção. Já na década de 1970, quando se restabelecem uma correlação entre a renda individual e o trabalho, as dificuldades em manter uma oferta diversificada de produtos e a impossibilidade de investir as economias em pequenos negócios particulares acabavam sendo desincentivos para uma dedicação maior dos trabalhadores à produção, embora a aplicação da reforma tenha elevado os salários dos trabalhadores, sobretudo de alguns setores estratégicos.

Além disso, os chamados *fondos sociais de consumo* começaram a ganhar cada vez mais importância dentro dos recursos destinados ao consumo, e isso foi consequência tanto da ampliação e melhoria dos serviços e bens ofertados pelo Estado para a satisfação das necessidades coletivas como do crescimento populacional ocorrido no período, que representou uma demanda maior por tais bens e serviços. No final dos anos 1980, estimativas apresentadas por Ferriol (2001) dão conta que apenas 49% dos bens e serviços consumidos pelas famílias eram cobertos com os ingressos monetários vinculados ao fundo de consumo individual e, portanto, provenientes do aporte laboral; o restante chega à população via políticas universais e da assistência social (FERRIOL, 2001).

Com isso, é possível observar que, durante os trinta anos aqui analisados, o peso relativo de alguns determinantes da distribuição foi sendo alterado, e, nesse sentido, o salário foi perdendo espaço como mecanismo garantidor das condições de vida e foram ganhando protagonismo os mecanismos relativos aos chamados *fondos sociais de consumo* que se concretizavam em diferentes bens e serviços ofertados à população, como educação, saúde, cultura, esportes, alimentação, habitação, dentre outros. Se isso contribuiu de maneira tangível para elevar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades sociais, por outro engendraram algumas contradições.

Todavia, cabe destacar que, em diferentes momentos dentro desse lapso temporal se realizaram profundas autocríticas que, alinhadas com o compromisso de levar adiante a experiência de construção do socialismo em Cuba, buscaram desde o ponto de vista da teoria como da prática, identificar e corrigir os erros cometidos na condução da economia e na interpretação dos conceitos. Sendo que esses processos sempre foram conduzidos pelos altos dirigentes políticos do país e se desenvolviam a partir de reflexões coletivas juntas à população.

Como exemplo disso, tem-se a discussão que se realizou no bojo do I Congresso do PCC a partir da subseção presente no Informe Central do congresso denominada “Erros cometidos”, assim como, posteriormente, os discursos de Fidel Castro Ruz e os debates travados no âmbito do que foi também denominado “Processo de retificações de erros e tendências negativas”. Em todos esses momentos, o funcionamento do sistema de distribuição foi objeto de avaliação e críticas, que seguramente também se refletiram na maneira como ele foi se conformando durante esse período.

Um dos aspectos que esteve presente nesses momentos de autocrítica, mas sobretudo nas reflexões que foram realizadas em meados dos anos 1980, foram os reflexos que a manifestação das contradições presentes no sistema de distribuição produziam sobre a consciência social e a gestão da economia, convergindo para um desinteresse dos indivíduos pelo trabalho e pelo aumento da produtividade e da eficiência econômica no uso dos recursos, demonstrando que ainda era preciso um longo caminho para a construção de uma cultura econômica coletiva.

Assim, esse período que reconhecidamente foi de intenso investimento no desenvolvimento social foi com o tempo gerando novas contradições distributivas que se expressaram, em um funcionamento limitado do sistema de distribuição no que tange ao horizonte de construção ao socialismo. E o que será analisado no último capítulo dessa tese, no que tange ao processo de atualização do modelo econômico e social que está em curso atualmente na ilha, está relacionado não apenas as contradições engendradas pelas mudanças levadas a cabo durante os anos 1990 no enfrentamento da crise, mas busca também resolver as contradições que, na década de 1980, eram objeto do processo de retificações de erros e tendências negativas, que foi interrompido com o desaparecimento do campo socialista.

Além disso, cabe acrescentar que os resultados alcançados em termos distributivos nos primeiros trinta anos da experiência de transição ao socialismo se refletiram em resultados tangíveis e reconhecidos mundialmente quanto ao desenvolvimento social alcançado no país, tanto que, no momento em que os países desenvolvidos e suas instituições internacionais começavam a ensaiar as metas do milênio, Cuba já havia cumprido as consideradas mais fundamentais. E, como será exposto no próximo capítulo, quando os países, sobretudo da América Latina, assumiam como estratégias para enfrentar os problemas econômicos internos a



aplicação das políticas neoliberais que implicaram redução de garantias sociais, Cuba em meio a uma profunda crise interna, manteve e potencializou suas conquistas sociais.

## **6 AS RELAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO EM CUBA E OS DILEMAS DISTRIBUTIVOS NA ATUALIDADE**

O final dos anos 1980 e início dos 90 representaram para Cuba um momento extraordinário em sua experiência de construção do socialismo. Já devidamente retratado no primeiro capítulo desta tese, esse momento histórico foi caracterizado pela constituição de novas condições internas e externas que exigiriam mudanças substanciais na forma como estava organizado o projeto de socialismo no país.

Essas mudanças que se estenderam durante toda a década de 1990 permitiram ao país superar os momentos de maior escassez material e possibilitaram um retorno do crescimento econômico. Porém, não foram suficientes para garantir o retorno das condições de vida aos patamares existentes antes de 1989, assim como produziram mudanças no funcionamento do sistema de distribuição que debilitaram sua capacidade de continuar garantindo a todos, os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades materiais e espirituais.

Essas modificações nas relações de distribuição e seus desdobramentos constituem o objeto deste capítulo. Este terá por objetivo demonstrar que o novo momento de mudanças, que se iniciou no país em 2011, tem como um de seus objetivos restaurar a capacidade do sistema de distribuição de atender aos objetivos econômicos e sociais de construção do socialismo no país.

Para isso, primeiramente, serão analisadas as modificações que as medidas estruturais da década de 1990 provocaram nos diferentes esquemas distributivos existentes em Cuba, considerando o período compreendido entre os anos 1990 a 2010. Conforme será descrito abaixo, nesse período foram adotadas medidas que buscaram mitigar os efeitos negativos provocados pelas mudanças da década de 1990, dentro do que foi chamado “Batalla de ideas”.

Mas as dificuldades que se apresentaram no contexto externo no final dos anos 2000 impuseram ao país um novo momento de reflexão e autocrítica que resultou na retomada das mudanças. Assim, a segunda parte do capítulo tratará, então, do denominado “processo de atualização do modelo econômico e social”, analisando as medidas que foram implementadas e que se relacionam com os esquemas distributivos e redistributivos do produto novo criado.

## 6.1 CONTINUIDADES E RUPTURAS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO NA EXPERIÊNCIA CUBANA

Conforme exposto anteriormente, embora o sistema de distribuição cubano continuasse respondendo aos objetivos sociais de elevação das condições de vida da população e de construção de uma sociedade menos desigual no final da década de 1980 algumas contradições e desafios evidenciavam suas limitações quanto à sua capacidade de estimular a inserção e o esforço laboral. Esses problemas combinados com outras dificuldades derivadas da forma como era realizada a regulação planificada da economia acabaram sendo objeto do processo de *Retificações de erros e tendências negativas*, já relatado no capítulo primeiro.

Mas essas limitações se tornaram problemas menores quando, no início da década de 1990, ocorreu o desaparecimento do Sistema Socialista Mundial. Com o fim do CAME, Cuba perdeu seus principais parceiros comerciais e sofreu uma abrupta redução em sua capacidade de produzir riquezas. Diante da situação de escassez, ampliada, sobretudo pelo recrudescimento do bloqueio americano, os dirigentes políticos cubanos adotaram um conjunto de medidas emergências de enfrentamento à crise que se instalou no país. Posteriormente, tais medidas foram acompanhadas de mudanças mais estruturais que começaram a alterar o funcionamento da base econômica do país.

Em que pesem todos os esforços realizados, os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por uma profunda redução no consumo das famílias, sobretudo no que tange aos bens de consumo não alimentícios, uma diminuição da qualidade dos serviços prestados na área da saúde e da educação, uma escassez de materiais de construção para a reforma e construção de moradias e uma grave deterioração das condições de transporte. Em termos da dieta alimentar, durante o período de 1990 a 1993, a redução na ingestão calórica foi estimada em 34% e em 40% a diminuição do consumo de proteínas, em relação à média consumida em 1989. Também foi afetado o abastecimento de água e as condições de higiene dadas as dificuldades no manejo dos resíduos sólidos. Todos esses aspectos significaram uma redução das condições de vida da população em relação aos patamares alcançados anteriormente (FERRIOL; RAMOS; AÑE, 2006).

Com a retomada do crescimento econômico durante a segunda metade da década de 1990, o governo iniciou os anos 2000 buscando reverter os efeitos negativos derivados do contexto de crise e das mudanças. No que tange ao sistema de distribuição, destaca-se um conjunto de iniciativas denominadas *Batalla de Ideas*. Elas estiveram direcionadas a melhorar a eficiência dos serviços básicos ofertados à população no âmbito das necessidades coletivas. De alguma maneira, essas iniciativas buscaram retificar, inclusive algumas das limitações que se apresentavam desde os anos 1980, como a ausência de políticas focalizadas nos grupos que historicamente estiveram em desvantagem social como as mulheres e os negros. Mas, como será tratado a seguir, essas medidas implementadas não foram suficientes para mitigar os problemas internos relacionados à distribuição do produto do trabalho social.

Dentro disso, o objetivo desta seção é demonstrar como as contradições e desafios que já estavam presentes no funcionamento do sistema de distribuição, que se conformou no bojo dos primeiros trinta anos da experiência socialista de Cuba, foram se ampliando devido às mudanças realizadas a partir da década de 1990. E mostrar como isso resultou em uma deterioração da capacidade desse sistema de distribuir o produto do trabalho social em função dos objetivos econômicos e sociais que requeriam a construção do socialismo no país, sobretudo em um contexto ainda mais adverso do que o vivenciado anteriormente.

Embora alguns desses aspectos tenham sido revertidos posteriormente através das medidas implementadas, isso não apenas foi insuficiente para que as condições de vida da população voltassem aos níveis anteriores, como afetou os níveis de igualdade alcançados durante a década anterior. Segundo Ferriol, Ramos e Añe (2006) não apenas as mudanças institucionais realizadas na década de 1990, como as estratégias adotadas pela população para enfrentar os momentos mais difíceis da crise, engendraram um processo de diferenciação social que no final da década de 1990 já era evidenciado em vários estudos<sup>64</sup> realizados no país.

Em realidade, as modificações decorrentes das medidas implementadas durante toda a década de 1990 acabaram refletindo em alterações nas relações de distribuição no país e no funcionamento dos mecanismos de distribuição. Como consequência, Cuba viu ressurgir fenômenos que há muito se consideravam

---

<sup>64</sup> Uma síntese desses diferentes estudos pode ser consultada em Ferriol, Ramos e Añe (2006).

superados, dentre os quais se destacam a pobreza e a desigualdade social. Além disso, uma série de comportamentos corruptivos foi sendo incorporada nas relações de trabalho no interior das empresas e entidades estatais, assim como se ampliaram os negócios ilegais.

Seguindo a estrutura estabelecida na primeira seção do capítulo anterior, a presente seção, que tratará do período compreendido entre 1990 e 2010, irá realizar uma sucinta abordagem sobre as modificações que as novas formas de gestão dos meios de produção produziram na distribuição dos mesmos e nas decisões sobre a destinação do produto entre acumulação e consumo. Em seguida, serão analisadas as alterações no âmbito da distribuição do fundo de consumo individual, mostrando como as novas formas de gestão dos meios de produção, a dolarização e a consequente segmentação da economia deram origem a diferenciações na apropriação dos bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais das famílias. E, dentro disso, o papel que cumpriram as remessas enviadas do exterior, na medida em que colaboraram para tornar essas diferenciações ainda maiores.

Posteriormente, também serão analisadas as modificações que se produziram sobre a distribuição dos bens e serviços direcionados à satisfação das necessidades coletivas, destacando o papel que essa distribuição cumpriu nos momentos mais difíceis da crise dos anos 1990. E como, durante os anos 2000, se configuraram em uma estratégia para mitigar os efeitos adversos gerados pelas mudanças da década de 1990.

#### **6.1.1 A distribuição dos meios de produção e as decisões de acumulação e consumo em um novo contexto**

Com a introdução das novas formas de gestão dos meios de produção, já descrita no primeiro capítulo, começou a se constituir em Cuba uma base econômica um pouco mais heterogênea em que novos agentes foram, paulatinamente, incorporados à dinâmica econômica. Com isso, modificaram-se as bases objetivas em que estavam estruturados os mecanismos e instrumentos através dos quais se realizava a distribuição dos meios de produção.

Essas novas formas de gestão da propriedade, configuradas nas empresas mistas, sociedades mercantis, representações de empresas estrangeiras,

cooperativas e pequenos negócios particulares, representaram uma diversificação dos agentes econômicos e implicaram em uma descentralização do processo de tomada de decisões sobre parte da produção e, portanto, sobre parte dos meios de produção. Esses, ainda que de maneira bastante restringida, passaram a uma regulação econômica em que os mecanismos de mercado assumiam um papel mais significativo (TORRAS; YERAS; GARCIA, 1995). Em realidade, isso significou que a função de alocação dos recursos deixou de ser uma exclusividade centralizada nos organismos estatais e passou a ser compartilhada com os diferentes agentes que se constituíram na dinâmica econômica, sendo exercida também via relações monetário-mercantis impulsionadas por interesses individuais e empresariais (UCHEVARRÍA VALLEJO; YERA, L. M., 1999).

No setor agrícola, isso se concretizou a partir da transferência da gestão das terras agrícolas do setor estatal para o setor não estatal, em que as UBPCs – Unidades Básicas de Produção Cooperativa, criadas a partir de 1993, foram assumindo um papel preponderante. Segundo Nova González (1998), em 1989 o setor estatal era responsável por 82% da superfície total das terras cubanas, e, em 1996, esse percentual já havia se reduzido para 54,3%. Com isso, o setor não estatal havia se tornado o responsável por 69,6% da área total cultivada, enquanto que o setor estatal mantinha sob sua gestão apenas 30,4%. Os dados da Tabela 1 mostram que a participação do setor não estatal, em que predominava a forma cooperativa de gestão dos meios de produção, foi se ampliando e, em 2006, mantinha sob sua gestão mais de 70% da área cultivada.

Tabela 1 - Gestão da superfície agrícola dos anos 1996, 2000 e 2006 em %

Forma de Gestão	1996	2000	2006
Área agrícola estatal	34,1	33,1	35,4
Área cultivada por entidade estatal	30,4	22,6	23,1
Área agrícola não estatal	65,8	66,9	64,6
Área cultivada não estatal	69,6	77,4	76,9
UBPC	42,0	-	53,6
CPA	9,5	-	13,2
CCS	10,9	-	33,3

Fonte: Elaboração própria. NOVA GONZÁLEZ, (1998, p. 42); ONE. Série Estadísticas (2015).

Porém, o Estado seguiu exercendo um controle bastante acentuado sobre a produção, pois, com a ausência de um mercado de insumos, as cooperativas seguiam submetidas às decisões centralizadas pelo Estado. Em contrapartida, seguiam tendo de cumprir com o chamado “*encargo estatal*”, ou seja, com a entrega ao setor estatal de uma parte da produção previamente estabelecida e com preço prefixados pelo Ministério de Finanças e Preços. Somente o excedente produzido era destinado aos mercados agropecuários autorizados a funcionar (NOVA GONZÁLEZ, 1998).

Mas essas modificações quanto às formas de gestão dos meios de produção não se restringiram ao uso da terra. A entrada de capital externo fez surgir a figura das empresas mistas, também chamadas de “associações econômicas com o capital estrangeiro”, que, embora controladas pelo sócio cubano vinculado a organismos estatais, representaram uma nova modalidade de gestão sobre os meios de produção. Segundo dados apresentados por Pérez Villanueva (2006), em 1995, ano em que foi aprovada a lei relativa aos investimentos estrangeiros direto, havia em Cuba 226 empresas mistas. Durante a década de 1990, o número dessas entidades seguiu crescendo e, em 2002, totalizaram 403 empresas. Posteriormente, esse número se reduziu e, em 2005, contabilizavam 258 empresas. Conforme apontado no capítulo segundo, essa redução esteve relacionada, entre outras coisas, ao não cumprimento dos objetos sociais dessas empresas.

Essas empresas que se formaram a partir da associação do capital externo com sociedades mercantis totalmente cubanas, criadas e controladas diretamente pela alta cúpula do Estado, funcionavam essencialmente a partir dos mecanismos de mercado, porém tinham uma inserção econômica setorial completamente alinhada com as decisões estratégicas de governo. Desse modo, tiveram sua atuação limitada aos setores considerados prioritários pelo governo, como na indústria na extração de níquel e petróleo, e no turismo (TORRAS; YERAS; GARCIA, 1995). Além disso, tinham obrigações fiscais a serem cumpridas junto ao Estado e regras particulares para a contratação de trabalhadores, conforme já exposto no capítulo segundo dessa tese.

Aqui também cabe destacar os pequenos negócios particulares geridos a partir das licenças para o trabalho por conta própria. Embora bastante limitados em termos das atividades autorizadas e do volume de investimentos, e impedidos de contratar pessoal, significaram uma nova forma de ocupação para os trabalhadores

e a transformação de bens pessoais, como casas e automóveis, em meios para o exercício de atividades econômicas. Segundo dados apresentados por CEPAL (2000), entre 1996 e 1999, existiam em torno de 167 mil trabalhadores por conta própria. Em 2010, esse número era superior a 228 mil trabalhadores (ONEI, 2016).

Assim, cabe destacar que a atuação desses novos agentes econômicos esteve sempre restrita a alguns setores e atividades específicas e limitados quanto à sua possibilidade de expansão. Dentro disso, a empresa estatal seguiu sendo a principal forma de gestão dos meios de produção. Mas, conforme já abordado no capítulo segundo, tampouco essas entidades econômicas estiveram isentas de modificações. Nesse sentido, cabe destacar a criação das sociedades mercantis enquanto uma modalidade distinta de entidade empresarial. Essa modalidade que se desenvolveu a partir de 1992, apesar de registrada juridicamente como privada, tinha sua origem vinculada a alguma necessidade do Estado cubano, como, por exemplo, a criação de uma entidade para a formação das empresas mistas. Segundo conceituaram Yeras, Torras e Garcia (1995, p.17), as sociedades mercantis eram “*uma transfiguração do patrimônio estatal*”. Como estavam diretamente ligadas à administração central do Estado, tinham maior flexibilidade no processo de tomada de decisões.

Nessa mesma direção de descentralização, é preciso acrescentar a implementação dos esquemas de autofinanciamento em divisas que funcionaram até meados dos anos 2000 e o processo de “*perfeccionamento empresarial*”, também citado anteriormente. Esse último teve uma abrangência bastante limitada – ao final de 2005 havia alcançado apenas 775 empresas de um total de 3.311 –, mas também visou conceder às empresas um pouco de autonomia no que tange às decisões relativas à produção, compra de insumos, vendas, preços e investimentos (YERA, 2006; MARQUETTI NORDASE, 2006).

Assim, as mudanças realizadas a princípio dos anos 1990 contribuíram para a criação de uma estrutura econômica mais heterogênea e abriram um espaço maior para a atuação de outros tipos socioeconômicos e diversificaram as formas de gestão sobre os meios de produção. Porém, o Estado não deixou de exercer um controle direto sobre as atividades produtivas desenvolvidas por esses agentes. Inclusive, posteriormente, voltou a restringir a participação dessas novas formas e reduziu a margem de autonomia concedida às empresas estatais, conforme se indica no capítulo segundo.



Essa forte atuação estatal conduziu, inclusive, uma alteração na estrutura produtiva do país, em que novos setores econômicos foram assumindo o papel de dinamizador das atividades econômicas, porém, conforme apontaram Moreal e Carranza (1997, s.p.), tratou-se de uma transformação inconclusa.

La última década del siglo XX ha sido el escenario de una transformación inconclusa de la estructura económica de Cuba. El entramado económico del desarrollo durante los primeros treinta años de la Revolución Cubana (1959-1989) – fundamentalmente asentado en un complejo agroindustrial nacional con financiamiento, tecnología y mercados asegurados en el entonces llamado campo socialista – ha ido cediendo lugar en los años noventa a una estructura donde sobresalen actividades orientadas hacia mercados externos como el turismo y minería, y otras ramas económicas cuyas ofertas se han visto favorecidas por la expansión de un mercado interno de divisas impulsado en medida considerable por el turismo y por las transferencias corrientes desde el exterior.

Em virtude disso, os autores acentuam que não foi uma mudança no padrão de acumulação que havia vigorado no período anterior, mas uma continuidade dele, em que apenas se modificaram as estratégias de governo. Em realidade, a retomada do crescimento econômico continuou baseada na utilização intensiva de recursos e nas transferências desde o exterior, realizadas agora a partir de outros mecanismos como remessas de familiares e a entrada de capital externo. Ao que cabe acrescentar os acordos comerciais firmados no âmbito das relações externas.

Entre 2004 e 2007, o país apresentou um período de rápido crescimento econômico em virtude das novas relações externas com a Venezuela e demais países da região, assim como com China e Vietnã. No âmbito desses acordos, o país pôde aproveitar seu potencial de mão de obra qualificada, e ofereceu aos países serviços de alto valor na área de educação e saúde. Com isso, o PIB cresceu a uma taxa média anual superior a 9% e o número de ocupados a 1,4%. No mesmo período, a produtividade se elevou em 7,6%. Por meio desses acordos, Cuba garantiu também o abastecimento de petróleo com preços mais favoráveis do que o comercializado no mercado internacional (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2011).

Assim, as mudanças realizadas não foram suficientes para elevar a capacidade de produção de riqueza a partir de um modelo de acumulação distinto. Em relação a isso, certamente um importante obstáculo para uma transformação efetiva de sua estrutura produtiva está relacionado ao fato de Cuba se caracterizar

como um país pequeno e periférico, e por uma economia com baixa capacidade de se autofinanciar. Tampouco a existência do bloqueio econômico mantido pelos Estados Unidos ao país pôde ser menosprezada como um fator determinante. Porém, como também acrescentaram Monreal e Carranza (2000), a ausência de uma reestruturação econômica que fosse capaz de ultrapassar o âmbito das mudanças e ajustes de mecanismos constituídos anteriormente foi também uma barreira que não apenas impossibilitou avançar na superação dos problemas estruturais no que tange à ampliação da capacidade de riqueza no país, como manteve o caráter extensivo do crescimento econômico que havia caracterizado o período anterior. Aspecto que também foi preocupação de Figueroa e García (2008) que, ao refletir sobre as mudanças iniciadas na década de 1990, alertou para que elas não se situassem apenas no âmbito conjuntural.

La reforma económica que nació como respuestas aisladas, emergentes ante situaciones dadas originadas por el agravamiento de la crisis económica, debe ir tomando paulatinamente un carácter sistémico: de no enfilar ese rumbo, a las desproporciones estructurales heredadas se sumarían otras muchas más graves. Los cambios deben dirigirse a la búsqueda de un modelo económico propio que corrija errores, elimine desajustes, y sobre todo, prejuicios de nuestras mentes. Hay que reconocer que en parte somos responsables de la crisis económica que enfrentamos. Las políticas económicas desajustadas y en fin de cuentas, la copia descontextualizada no escapan también nuestra responsabilidad. (FIGUEROA, V.; GARCÍA, R., 2008, p. 424).

Em suma, o desenrolar das limitadas mudanças durante a década de 1990, assim como a reversão de parte delas em meados dos anos 2000, parece indicar que elas foram, durante muito tempo, compreendidas pelos dirigentes políticos e também pelo conjunto da sociedade como um mal necessário, e não como uma necessidade de adaptar a experiência cubana de transição ao socialismo às novas condições do contexto externo. Esse aspecto começou a ser alterado a partir de 2008, com um conjunto de medidas implementadas pelo presidente Raul Castro relacionadas à ampliação da entrega de terras em usufruto, à retirada de proibições relativas ao consumo e à redução dos empregos nas empresas estatais, conforme já mencionado no capítulo segundo.

### **6.1.2 O salário e a diversificação dos mecanismos de apropriação da renda individual**

Conforme já exposto anteriormente, com as transformações que foram ocorrendo nas relações sociais de produção após 1959, o salário foi deixando de representar a magnitude do valor da força de trabalho expressa em meios monetários. Em contrapartida, foi se tornando apenas um dos mecanismos por meio dos quais os trabalhadores se apropriavam do produto social. O salário pago aos trabalhadores, na forma de meios monetários e em espécie, passou a ser garantido pela sociedade aos produtores por seu aporte individual ao trabalho social e, por meio dele, eles conseguiam satisfazer a suas necessidades em termos dos bens e serviços individuais. Nesse sentido, era o salário, até final dos anos 1980, a principal, e quase única, forma de as famílias se apropriarem da parte do produto destinada ao que foi identificado no capítulo anterior como fundo de consumo individual.

Mas o contexto de crise e mudanças da década de 1990 produziram significativas modificações nessa esfera da distribuição do produto. Como será apresentado a seguir, a redução da capacidade de produção de riquezas diminuiu também os bens e serviços ofertados às famílias para a satisfação de suas necessidades individuais, afetando diretamente o poder dos salários em garantir a realização dos interesses individuais dos trabalhadores quanto ao consumo.

Em contrapartida, a diversificação das formas de gestão sobre os meios de produção, na mesma medida em que criaram novas formas de inserção laboral dos trabalhadores, ampliou as fontes de ingressos monetários para as famílias. Além disso, a liberação da posse e uso do dólar e a segmentação dos mercados estimularam o envio de remessas do exterior aos parentes residentes em Cuba, o que se tornou uma importante fonte de ingressos monetários para as famílias, sendo essa completamente desvinculada do exercício da atividade laboral interna.

Nesse sentido, o objetivo desta subseção é mostrar que o resultado dessas modificações foi a conformação de uma estrutura social heterogênea marcada por uma diferenciação social quanto ao nível de vida que tem sido determinada pelo acesso das famílias aos ingressos monetários e ao consumo.

#### **6.1.2.1 A dinâmica dos salários**

Quando, na década de 1990, o país começou a sofrer com os impactos da crise sobre sua capacidade de produção de riquezas, uma das principais estratégias

adotadas em caráter emergencial foi a preservação dos empregos e salários de todos os trabalhadores e a tentativa de distribuir de forma equitativa os prejuízos ocasionados ao país. Dado que as empresas estatais e as instituições governamentais eram as responsáveis pela ocupação de quase a totalidade dos trabalhadores, o governo manteve o pagamento dos salários de todos os trabalhadores com a emissão de papel moeda. Segundo Ferriol (1995), essa decisão de manter os trabalhadores em seus postos de trabalho sem que pudessem usar toda a sua capacidade física e mental em virtude da ausência de insumos e matéria-prima resultou em uma espécie de “subemprego”, que de acordo com estudos apontados pela autora chegou a quase 50% do total de ocupados.

Em paralelo a isso, durante esses primeiros anos da crise, praticamente todos os produtos ofertados no âmbito estatal foram submetidos ao sistema de racionamento com preços subsidiados. Partindo da ideia de evitar a exclusão no acesso aos escassos produtos alimentícios disponíveis, buscou-se garantir quotas individuais para todos de acordo com a disponibilidade de bens alimentícios, mas que em alguns momentos chegaram a ser insuficientes para cobrir as necessidades básicas em termos de calorias diárias (FERRIOL, 2001).

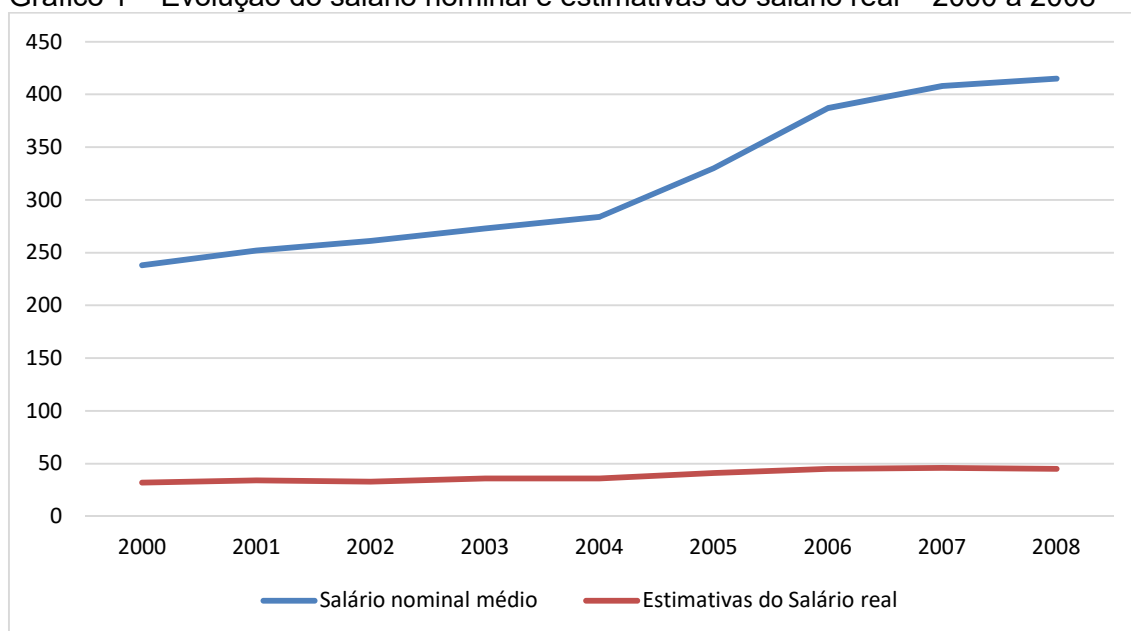
O acúmulo de meios monetários em posse das famílias, frente à não correspondente oferta estatal de bens e serviços, fez crescer rapidamente a latente comercialização não oficial de produtos. A internamente denominada “*economia sumergida*” alcançou, entre 1989 e 1995, montantes de transações que foram similares ou superiores aos efetuados no âmbito estatal (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, 1995). Como os preços eram estabelecidos a partir da oferta e demanda, o que ocorreu foi uma permanente elevação dos preços cobrados pelos produtos, em que foi ficando evidente a profunda deterioração do poder de compra da moeda nacional – a taxa de câmbio praticada no mercado não oficial chegou a 120 pesos por 1 dólar, em 1994 – e, consequentemente, dos salários.

Em que pesem as dificuldades relativa aos dados oficiais e à apuração de um índice geral de preços, o Gráfico 1 traz as estimativas de evolução do salário real com base no poder de compra de 1989, para o período de 2000 a 2008. Em conjunto, também é apresentada a evolução do salário nominal médio pago no âmbito do setor estatal.

Como é possível observar, se, por um lado, o salário nominal apresentou algum crescimento, sobretudo em virtude da introdução de estímulos laborais

vinculados ao cumprimento de metas e da reforma salarial realizada em 2005, por outro, o salário real permaneceu em níveis muito baixos. Essas estimativas do salário real dão conta que, no ano 2000, o poder de compra do salário nominal médio equivalia a 17% do salário médio pago em 1989, isso considerando os preços dos produtos necessários à satisfação das necessidades individuais dos trabalhadores, comercializados fora do sistema de racionamento (VIDAL ALEJANDRO, 2009a).

Gráfico 1 – Evolução do salário nominal e estimativas do salário real – 2000 a 2008



Fonte: Elaboração Própria. VIDAL ALEJANDRO, 2009a; ONEI. Série Estadísticas 1985-2015, 2016.

A reforma salarial realizada em 2005 não foi suficiente para reestruturar o sistema salarial e tornar o salário no setor estatal uma fonte de ingresso mais atrativa aos trabalhadores. Em contrapartida, como será exposto a seguir, o setor não estatal oferecia possibilidades maiores de ingressos monetários, inclusive em CUC – o que com a dualidade monetária possibilitava uma taxa de câmbio de 1 dólar por 25 pesos cubanos. Como consequência, ocorreu uma redução da participação dos salários pagos pelas empresas e instituições estatais no total dos ingressos monetários recebidos pela população.

Segundo Galtés Galeano (2016), além da manutenção do salário mínimo muito reduzido, não sendo suficiente para cobrir as necessidades básicas individuais dos trabalhados, outra variável importante que determinou esse comportamento decrescente dos salários nos ingressos monetários foi a escala salarial, que, além

de não apresentar variações ao longo do tempo, era constituída por margens muito estreitas entre o montante mínimo e o máximo pago aos trabalhadores.

Como evidenciou a autora, a reforma implementada em 2005, ao mesmo tempo que elevou o salário mínimo de 100 pesos para 225 pesos, reduziu a relação entre o maior salário e o menor para 2,9 vezes. Além dos itens da escala salarial (Salário Mínimo combinado com a Escala por complexidade), os salários do setor estatal, até 2010, também eram compostos pelo pagamento de um adicional chamado de *sobrecalificación* e pagamentos por cumprimento de metas aos trabalhadores das empresas que haviam passado pelo *perfeccionamiento empresarial*.

Em complementação ao sistema salarial, em algumas empresas ligadas ao chamado setor emergente, havia também o pagamento de estímulos em CUC, que, conforme exposto por Galtés Galeano (2016), representava um importante ingresso monetário para os trabalhadores. Porém, esses estímulos não eram reconhecidos dentro da regra salarial estabelecida no âmbito da escala salarial, sendo também um fator de maior diferenciação entre os trabalhadores. Estimativas apresentadas por González Rodríguez (2005) dão conta de que, em 2004, quando foram instituídos, esses estímulos significavam incrementos salariais mensais que poderiam variar entre P\$151,74 pesos a 825,39 pesos.

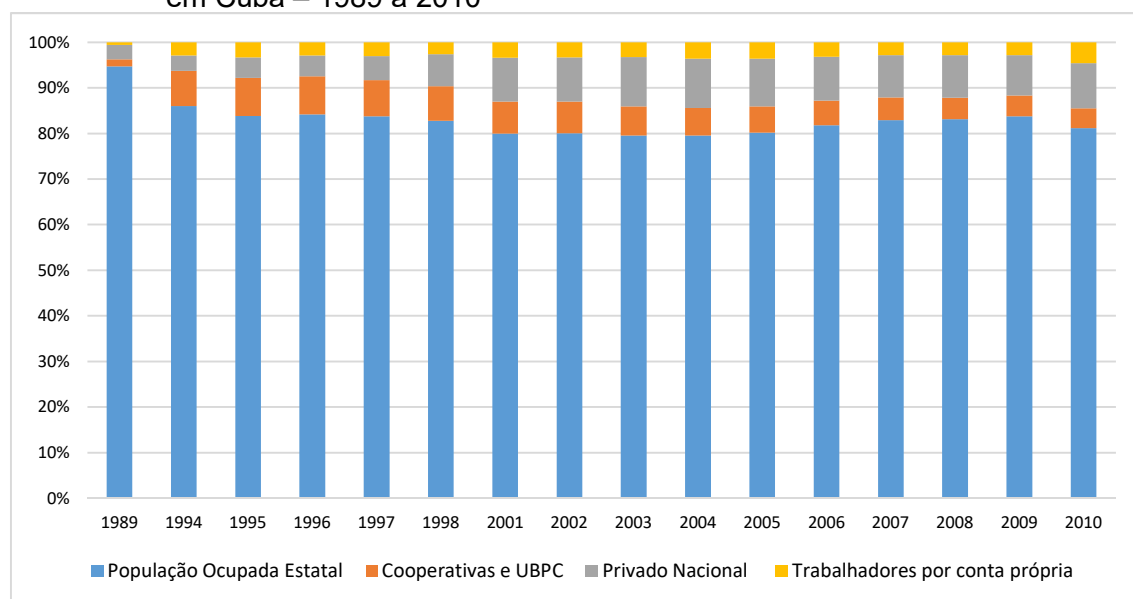
#### **6.1.2.2 Outros mecanismos de apropriação individual do produto**

Conforme explicado no capítulo segundo, como parte das medidas para reduzir o excesso de meios monetários em circulação e aumentar a oferta de bens e serviços, foram então introduzidas mudanças de caráter mais estruturais que passaram por uma diversificação nas formas de gestão dos meios de produção e no funcionamento de um esquema monetários caracterizado pela circulação de três moedas (peso cubano, CUC e dólar). Em virtude disso, uma das principais modificações em relação à distribuição do fundo de consumo individual entre os produtores foi uma diversificação das fontes de ingressos monetários, resultando também em novos mecanismos de apropriação sobre o produto individual.

Em realidade, as novas formas de gestão dos meios de produção, à medida que representaram novas oportunidades de ocupação para os trabalhadores, desencadearam também uma diversificação das fontes de ingressos monetários

provenientes do trabalho. Conforme se pode verificar no Gráfico 2, até 1989 as empresas estatais eram responsáveis por quase 95% dos trabalhadores ocupados. Mas, após as medidas que criaram as UBPC, autorizaram o trabalho por conta própria e reduziram as planilhas de mão de obra das empresas estatais, o setor privado foi ampliando sua participação no número total de ocupados, chegando a ser responsável por cerca de 20% em 2001, e se manteve nesse nível até 2010.

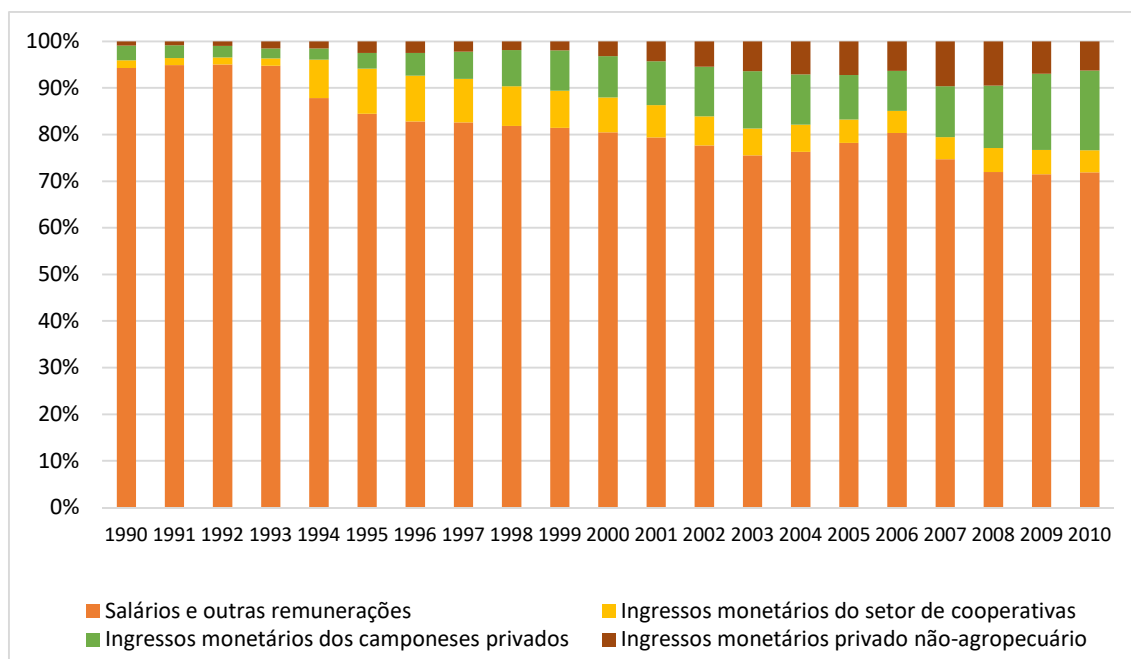
Gráfico 2 – Evolução do emprego segundo a forma de gestão dos meios de produção em Cuba – 1989 a 2010



Fonte: ONEI. Série Estadísticas 1985-2015. 2016.

O Gráfico 3, construído a partir dos ingressos monetários provenientes das relações entre o Estado e a população, excluídas as aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais, mostra como os ingressos monetários provenientes das novas formas de gestão dos meios de produção foram se ampliando paulatinamente, enquanto que os salários foram diminuindo.

Gráfico 3 – Evolução dos ingressos monetários em Cuba – 1990 a 2010



Fonte: ONE. Séries Estatísticas 1985-2010. 2011.

Cabe destacar que, embora esses dados não incluam os ingressos provenientes das relações entre a própria população, eles ajudam a demonstrar a heterogeneidade que foi se constituindo no âmbito da distribuição do fundo de consumo individual. Como é possível perceber, ocorreu uma redução da participação dos salários pagos pelas empresas e instituições estatais no total dos ingressos monetários recebidos pela população. Pois, enquanto mais de 80% dos trabalhadores seguiam ocupados em postos de trabalhos ligados ao setor estatal, os salários e outras remunerações pagas no âmbito do setor estatal representavam pouco mais de 70% dos ingressos monetários pagos por essas formas de ocupação.

Além disso, essa diversificação dos ingressos monetários não ficou restrita à forma, mas produziu também uma diferenciação quanto ao montante médio recebido a partir da atividade econômica desenvolvida. Embora inexistindo dados oficiais para apurar essa diferenciação, segundo Ferriol (2001), esses trabalhadores que migraram para as novas formas de gestão dos meios de produção, que, pelas características das atividades que desenvolviam, se tratavam de pequenos proprietários (arrendatário de habitações, donos de restaurantes, pequenos proprietários rurais), passaram a receber ingressos monetários bastante superiores aos ingressos pagos na forma de salários. As estimativas apresentadas por Ferriol (2009), para 2008, indicaram que as famílias que possuíam acesso direto a divisas obtinham um ingresso monetário médio per capita superior em 85% aos lares que



não tinham acesso direto a divisas. Além disso, os núcleos familiares que possuíam algum membro exercendo atividade no âmbito do trabalho por conta própria obtinham ingresso monetário médio per capita 82% maior do que aqueles que nenhum membro exercia trabalho por conta própria.

Ao analisar os marcos institucionais relativos ao trabalho e às remunerações no setor não estatal, Galtés Galeano (2016, p. 65) constatou que o tratamento dado às pequenas e médias empresas e aos trabalhadores por conta própria é inadequado, mas estas atividades atraem mais os trabalhadores pois os salários são maiores.

Entre los principales problemas de la institucionalidad del sector no estatal se identifica la falta de reconocimiento legal como pequeñas y medianas empresas (PYMES) a emprendimientos con una actividad económica y dimensión correspondiente a esta clasificación, y el tratamiento a todo trabajador por cuenta propia como persona natural, de lo que se derivan otras deformaciones. Las reglas de contratación y determinación de salarios son prácticamente libres (también a excepción del sector mixto y extranjero), lo que unido a sus niveles salariales y de ingresos significativamente superiores respecto al sector público lo convierten en un fuerte competidor en la demanda de trabajo. Esta elevada desregulación en cuanto a empleo y salarios en el sector no estatal genera brechas de regulación en comparación con el sector estatal, a quien se dirigen fundamentalmente las políticas de empleo y salarios.

Além disso, as modificações, no ingresso monetário das famílias, não foram apenas derivadas da ampliação do setor não estatal. A liberação para a posse e uso de divisas combinada à criação dos mercados de comercialização em divisas impulsionou as remessas de parentes no estrangeiro aos seus familiares em Cuba. Essa fonte de obtenção de divisas que não está relacionada ao trabalho, tampouco à criação interna de produto, além de constituírem um montante relevante para a satisfação das necessidades básicas das famílias, também acabaram apresentando um peso importante na diferenciação do nível de vida alcançado pelas famílias.

Em meados da década de 1990, Ferriol (1995) relatou com preocupação o surgimento de grupos sociais que obtinham ingressos monetários, completamente desvinculados do trabalho e do exercício profissional qualificado, muito superiores aos assalariados do setor estatal. Isso devido ao contexto de crise e mudanças efetuadas.

Nos anos seguintes à década de 1990, esse cenário foi se consolidando. O recebimento de remessas do exterior, assim como o acesso a alguma fonte interna

de ingresso em divisas se tornaram os principais motores da diferenciação social. Além disso, o peso que haviam assumido as remessas enviadas do exterior já se mostrava incompatível com a necessidade de melhorar o desempenho econômico interno, sobretudo dentro da perspectiva de construção do socialismo.

Ferriol, Ramos e Añe (2006), buscando identificar com maior precisão os principais aspectos que perpassavam essa diferenciação social, confirmaram, de acordo com os dados da Tabela 2, a dinâmica que relacionava algumas fontes específicas de acesso a divisas com a possibilidade de maiores ingressos monetários. Embora os dados tenham sido coletados em 2001 e restritos a uma amostragem da província Ciudad La Habana, eles mostram que as famílias que apresentavam maiores ingressos eram também as que apresentavam maiores ingressos eram aquelas que tinham maior participação das remessas, viagens ao exterior e gorjetas recebidas a partir das atividades desenvolvidas no setor de turismo, na composição dos ingressos monetários recebidos pela família.

Tabela 2 - Distribuição dos ingressos monetários provenientes de outras fontes por decil

	Seg. Social	Outras em pesos cubanos	Remessas	Por viagem ao exterior	Estímulos laborais	Divisas de Gorjetas	Divisas de amigos
Decil 1	7,3	15,5	8,4	4,3	0	0	9,4
Decil 2	10,9	10,3	5,1	0	5,2	0	2,5
Decil 3	14,3	11,9	5,8	0	2,8	0	6,3
Decil 4	12,2	11,6	3,5	0	2,3	3,7	6
Decil 5	12	9,7	4,5	8,2	4	0	3
Decil 6	9,1	1,8	2,7	0	11,8	8,8	5,2
Decil 7	7,3	8,8	3,8	3,8	10,5	9,1	10,5
Decil 8	7,8	9,8	7,1	21,3	22,6	19,9	17,3
Decil 9	9,5	9	20,4	11	25,8	37,5	29,3
Decil 10	9,7	5,7	38,7	51,5	15,11	21	10,4
Ciudad La Habana	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: In: FERRIOL; RAMOS; AÑE, (2006, p. 49, tradução nossa).

Ainda em relação aos ingressos monetários das famílias, cabe destacar o crescimento daqueles pagos pelo Sistema de Seguridad e Assistência Social. Em 1990, o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios da seguridade social somava quase 1,4 bilhões de pesos cubanos, em 2010, esse montante foi superior a 4,8 bilhões de pesos cubanos. Comparando com os salários pagos no setor estatal, eles representavam 23,4% em 2010, e apenas 15% em 1990. Esse comportamento da seguridade e da assistência social será explicado na próxima parte dessa seção.

O Quadro 3 apresenta uma síntese de como passou a se estruturar o acesso aos meios monetários a partir das reformas.

Quadro 3 - Diversificação das fontes de ingressos monetários das famílias em Cuba

Tipo	Setor da economia	Rendimento
Ingressos monetários relacionados ao trabalho	Estatal	Salários e benefícios da seguridade social
	Não estatal	Salários
		Rendimentos do setor cooperativo
		Rendimentos do trabalho por conta própria
Ingressos monetários não relacionadas ao trabalho	Estatal	Benefícios da Assistência Social
	Não estatal	Remessas do exterior

Fonte: Elaboração própria. TOGORES GONZÁLEZ (2007, tradução nossa).

Mas as diferenciações sociais não estavam relacionadas apenas às fontes de ingressos monetário das famílias; elas também tinham uma estreita relação com as possibilidades de realização do consumo frente à segmentação que ocorreu nos mercados após as reformas, e que será apresentada a seguir.

### **6.1.2.3 A segmentação dos mercados e as dificuldades em satisfazer as necessidades materiais**

Até o início da década de 1990, o Estado foi o principal e quase exclusivo ofertante de bens e serviços para a população cubana. Porém, essa situação passou por uma profunda mudança a partir da crise e as mudanças implementadas no decorrer da década de 1990. Logo nos primeiros anos da crise, o que ocorreu foi a inclusão ao sistema de racionamento de praticamente toda a oferta de bens de consumo. Assim, o mercado ilegal, também chamado de “*economia submergida*”, que oferecia bens e serviços a preços elevados constituiu-se em alternativa.

A partir de 1993, essa situação começou a ser alterada. E o que se conformou posteriormente foi um ambiente complexo e singular para o acesso aos bens e serviços de consumo. Em realidade, a dualidade monetária e a constituição de espaços de consumo sob regulações diferentes promoveram uma segmentação dos mercados. O Quadro 4 permite compreender tal complexidade.

Quadro 4 - Segmentação dos mercados em Cuba: moeda e regulação

Tipo de mercado			Tipo de moeda	Controle estatal	Preços
Setor da população	Mercado racionado		CUP	Total	Regulados
	Mercados agropecuários:	MINAGRI*	CUP	Parcial	Custos
		MINCIN**	CUP/taxa de câmbio	Parcial	Custos e equidade
		EJT	CUP	Parcial	Custos e equidade
	Mercado em divisas		CUC	Total	Regulados
	Mercado informal ou negro		CUP e CUC	Nenhum	Livres

\* Ministério da agricultura; \*\* Ministério do Comércio Interior;

Fonte: In: SÁNCHEZ-EGOZCUE; TRIANA CORDOVÍ (2010, p. 111, tradução nossa).

Adaptação do autor.

Ou seja, ao chamado mercado “normado” ligado ao sistema de racionamento, foram acrescentados os mercados livres de produtos agropecuários e o mercado de produtos comercializados em CUC. O mercado “normado” ou racionado, criado desde meados da década de 1960, era totalmente controlado pelo Estado. Por meio dele, as famílias tinham acesso aos bens distribuídos através da “libreta” de abastecimento, instrumento que garantia às famílias uma quota de alimentos da cesta básica, fixada a partir do tamanho da família e do perfil etário. Os produtos eram comercializados a preços subsidiados em pesos cubanos e retirados na denominada “*botega*”.

A partir de 1994, para estimular o aumento da produção agrícola das UBPC, o governo autorizou novamente o funcionamento dos mercados agropecuários. Nesses espaços, os cooperados foram autorizados a vender o excedente da produção agrícola depois de cumpridas as obrigações com o setor estatal. Esses mercados também se caracterizavam por uma diversificação quanto ao controle do Estado e à realização das transações em diferentes moedas (NOVA GONZÁLEZ, 2006).

As “Tiendas de Recuperacion de Divisas – TRD” também criadas no bojo das mudanças da década de 1990 ofereciam produtos alimentícios não ofertados na libreta, artigos de higiene pessoal, utilidades para o lar, eletrodomésticos, entre outros, em pesos conversíveis. Os preços dos produtos ofertados nas TRD eram bastante elevados, pois sobre eles incidia um imposto que correspondia a no mínimo 200% sobre o preço dos produtos, tanto importados como nacionais. Com isso, o

governo conseguia captar as divisas em circulação e utilizá-las de forma a beneficiar toda a população, direcionando-as para suprir as necessidades de importação e financiamento dos gastos públicos (NOVA GONZÁLEZ, 2006).

Ainda existiam os mercados paralelos estatais de ofertada liberada, onde a população podia adquirir outros produtos para complementar o consumo e proporcionar a satisfação das necessidades básicas de roupas, calçados, alimentos, medicamentos, entre outros. Fora do sistema de racionamento, esses mercados eram a principal forma de acesso ao consumo de bens para a satisfação das necessidades básicas da maioria da população cubana, em especial dos trabalhadores do setor estatal. Com preços controlados, eram comercializados em pesos cubanos.

Em relação ao acesso ao consumo por parte da população, existia também a alternativa do mercado informal, chamado de mercado “negro”, onde eram ofertados produtos de procedência ilícita ou que estavam proibidos de serem comercializados. Sobre esse mercado, o governo não possui controle algum. Tanto pesos nacionais como pesos conversíveis eram utilizados na comercialização e nos preços dos produtos regulados pela oferta e demanda, sendo geralmente bem superiores aos dos produtos ofertados na *libreta*, mas inferiores aos preços dos produtos comercializados nas TRD (NOVA GONZÁLEZ, 2006).

A liberação para o exercício do trabalho por conta própria, em 1993, permitiu a constituição de um mercado onde trabalhadores podiam oferecer alguns serviços como: reparos em geral, salão de cabeleireiro, carpintaria, táxi, costura e refeições rápidas. Esse mercado era parcialmente controlado pelo governo, as transações realizadas tanto em pesos nacionais como em pesos conversíveis, e os preços eram regulados pela lei da oferta e da demanda.

Essa heterogeneidade no âmbito da oferta, apesar de tornar a estrutura de acesso ao consumo extremamente complexa, foi importante para ampliar as possibilidades de consumo da população, estimulando uma expansão da produção. Por outro lado, também foi determinante para a constituição de um estrato social caracterizado pela carência em relação à satisfação de suas necessidades individuais.

#### **6.1.2.4 Reestratificação social no contexto de crise e de mudanças**

No início dos anos 2000, a preocupação não se restringia apenas ao surgimento de grupos sociais com ingressos monetários elevados logrados a partir do recebimento de remessas do exterior ou de atividades laborais que requeriam baixo nível de qualificação. Mas os estudos apontavam para a existência de um grupo de famílias cujos ingressos monetários eram insuficientes para adquirir uma cesta básica de bens de consumo alimentícios e não alimentícios.

A necessidade de realizar uma caracterização dessas famílias levou Ferriol (2001) a denominá-la como uma população pobre com proteção e garantias. Posteriormente, optou-se pelo uso da expressão população “em risco de pobreza”. O uso de uma nomenclatura distinta estava relacionada ao fato de que, apesar dessa insuficiência de ingressos monetários para cobrir uma cesta básica, esse grupo tinha acesso ao conjunto de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas, o que implicava não apenas os serviços de educação saúde, cultura, esportes, moradia a baixo custo, mas uma quota de alimentos correspondente a 74% da dieta nutricional mínima requerida para a manutenção da saúde (FERRIOL, 2003).

Em termos das dimensões quantitativas desse grupo, as estimativas apresentadas por Ferriol (2003) indicaram que, em 1996, esse grupo alcançava 15% da população cubana. As estimativas realizadas para o ano de 1999 apresentaram uma tendência ao crescimento para 20%, mas este percentual foi mantido para o ano de 2001. Como principais fatores que davam origem a essa conformação, foi apontado o grau de desigualdade em relação aos ingressos monetários. Desigualdade que estava determinada pela situação dos membros da família quanto ao exercício de alguma atividade laboral, pelo setor econômico em que estavam inseridos, pela forma de gestão dos meios de produção e pela ausência de uma fonte de ingressos em divisas ou moeda conversível.

Para 2008, os estudos voltaram a confirmar essa estratificação. Segundo Ferriol (2009), era evidente no país a existência de quatro estratos sociais com características bastante delimitadas. O primeiro tratava-se do grupo composto por famílias consideradas em “risco de pobreza”, cujos ingressos monetários não lhes permitiam cobrir as necessidades básicas no que tange à alimentação e outros bens e serviços essenciais, muito embora tivessem acesso aos bens e serviços

distribuídos por meio das políticas universais, dentro dos quais se destaca uma quota de alimentos.

O segundo grupo, embora não apresentasse situação de carência, foi identificado com vulnerável economicamente. Isso porque era composto por núcleos familiares que apresentavam limitações quanto ao acesso aos ingressos monetários, pois em mais da metade deles se declarou a ausência de pessoas exercendo atividade laboral, sendo compostos por um grande número de pessoas idosas e crianças. Além disso, apresentavam uma escolaridade média relativamente baixa quando comparada à média nacional e um acesso limitado a divisas (FERRIOL, 2009).

Os dois outros estratos identificados foram: um formado pelas famílias que recebiam ingressos monetários médio per capita 2,6 vezes superiores aos recebidos pelas famílias do estrato mais inferior, e; um grupo com ingressos monetários mais elevados, em que a média *per capita* era sete vezes maior do que o grupo com menores ingressos. Ainda, segundo os resultados apresentados por Ferriol (2009), em virtude do montante maior de ingressos monetários, essas famílias conseguiam não apenas complementar sua dieta alimentar como também adquiriam bens de consumo duráveis.

Porém, cabe destacar que essa maior heterogeneidade nos estratos sociais continuou sob margens estreitas de diferenciação quanto ao montante de ingresso monetário das famílias, especialmente quando comparadas às desigualdades distributivas existentes em países capitalistas que possuem altos níveis de concentração do estoque de riqueza.

Mas, em realidade, o problema maior identificado pelos estudos relativos ao tema foi a alteração que essas mudanças provocaram nas possibilidades de ampliação do nível de vida e ascensão socioeconômica que se havia construído no bojo dos primeiros trinta anos da experiência de construção do socialismo em Cuba, pois as transformações realizadas nas relações de propriedade e a construção de novas relações sociais de produção haviam eliminado os extremos mais agudos que caracterizavam a distribuição dos ingressos monetários familiares. Por outro lado, haviam buscado tornar o desempenho laboral e o exercício profissional qualificado como os principais fatores para diferenciações relacionados à elevação das condições materiais de vida das famílias, sendo garantido a todos o acesso ao ensino e à qualificação profissional, assim como o direito ao exercício laboral.

Segundo Ferriol, Ramos e Añe (2006), era possível identificar, como resultado das mudanças, uma deterioração dessa tríade educação-ocupação-ingressos como canais de ascensão e progresso e um claro favorecimento de outros fatores e recursos, entre os quais destacaram o mercado ilegal.

Em síntese, essa heterogeneidade no âmbito da ocupação e da oferta de bens e serviços, marcada por traços profundo de diferenciação de ingressos monetários e preços, que foi combinada a um esquema salarial incapaz de responder às necessidades individuais dos trabalhadores em termos de acesso aos bens e serviços, terminou revelando uma ausência de critério, ou de um conjunto deles, no que tange à distribuição do fundo de consumo individual.

### **6.1.3 A dinâmica distributiva das políticas universais**

No contexto de crise e mudanças que se conformou em Cuba com a chegada aos anos 1990, as políticas universais mediante as quais se distribuíam os bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas também sofreram alterações em sua dinâmica. E isso foi derivado tanto de mudanças realizadas no modelo institucional das políticas como da interação dessas com os demais mecanismos de funcionamento do sistema de distribuição. Isso porque o caráter universal e homogêneo assegurado a praticamente todos os bens e serviços distribuídos por essa via, em um contexto de diferenciação social, tem contribuído para manter algumas desigualdades, ao invés de atuar de maneira efetiva para construir uma sociedade com maior justiça e igualdade social.

Como será evidenciado nesta subseção, é possível delimitar quatro momentos distintos no que tange ao funcionamento dessas políticas durante os vinte anos que compreende o período delimitado entre os anos de 1990 e 2010. Um primeiro momento trata do período mais difícil da crise, o que compreende os anos de 1990 a 1994. O segundo momento caracteriza-se pela consolidação das mudanças de caráter estruturais e abrange o período de 1995 a 1999. O período seguinte tem como principal aspecto a expansão das políticas universais e abrange os oito primeiros anos que compõem a década dos 2000. Por fim, o último período se inicia em 2008, quando, dado o contexto externo de crise, o país começa a registrar redução no crescimento econômico e na entrada de divisas necessárias ao financiamento das importações.



Dessa maneira, o primeiro período aqui delimitado foi caracterizado pela estratégia adotada pelo país de, diante da escassez de recursos, buscar distribuir de maneira equitativa os impactos negativos. Nesse sentido, além da manutenção dos empregos e salários, e da inclusão de praticamente toda a oferta estatal de bens de consumo ao sistema de racionamento, decidiu-se também por preservar os serviços de saúde e educação e garantir os compromissos governamentais em termos das transferências monetárias à população na forma de aposentadorias, pensões e ajudas de caráter assistenciais. Segundo Ferriol (1995), essas medidas foram essenciais para preservar os níveis de equidade no interior da sociedade cubana frente à enorme escassez imposta pelas mudanças do entorno externo. Dessa maneira, os efeitos negativos causados pela crise não recaíram apenas sobre um grupo de famílias, como também ocorreram em vários países da América Latina frente às reformas neoliberais implementadas no final do século XX.

A partir da segunda metade da década de 1990, em que começaram a se consolidar as medidas de caráter estrutural, a estratégia foi adaptar o conjunto das políticas universais às novas condições econômicas e sociais. Como forma de reduzir o excesso de meios monetários em circulação, buscou-se diminuir o déficit fiscal das contas governamentais. Ao caracterizar essa etapa, Perez Izquierdo (2006) destaca que, embora se tenha seguido com o firme propósito de manter os resultados alcançados em termos dos indicadores sociais no que tange à educação, saúde e equidade, buscou-se reduzir os recursos destinados aos bens e serviços ofertados por meios das políticas universais. Isso se concretizou em um redesenho da prestação de alguns serviços, descentralização, fortalecimento de instâncias locais, estímulo ao autofinanciamento de algumas instituições e participação de instituições sem fins lucrativos na gestão. Segundo a autora,

[...] se aplicaron mecanismos de gestión en que la escuela y el hospital adquirieron un papel más protagónico en el control de recursos, se iniciaron y desarrollaron programas de autoabastecimiento alimentario municipal, se descentralizó hacia las comunidades las acciones en vivienda, entre otras transformaciones. Las organizaciones sociales en la comunidad y las familias incrementan su iniciativa y participación en la revitalización y recuperación de los proyectos sociales (PEREZ IZQUIERDO, 2006, p. 4).

Em relação a isso, cabe destacar ainda a aprovação da Lei nº 73/1994, que promoveu uma reestruturação global no sistema de tributário cubano, não apenas estabelecendo impostos e tributos no que tange às novas formas de gestão dos

meios de produção, mas ampliando os recursos no âmbito do orçamento público, frente à redução no montante de impostos e contribuições arrecadados na primeira metade da década de 1990. Além disso, foi introduzida uma contribuição direta dos trabalhadores ao regime de seguridade social, que ficou restrita aos trabalhadores de algumas empresas estatais que haviam passado pelo sistema de *perfeccionamiento empresarial* e aos inseridos no setor não estatal (PÉREZ IZQUIERDO; VEGA GUTIÉRREZ; 2003).

No começo dos anos 2000, ficou perceptível que, embora o país tivesse superado o pior momento da crise e retomado o crescimento econômico, as medidas adotadas haviam sido insuficientes para retomar as condições de vida aos níveis anteriores. Isso, combinado às mudanças estruturais introduzidas no país, havia dado origem a um grupo de pessoas que não tinham ingressos monetários suficientes para cobrir suas necessidades básicas, sobretudo para a alimentação. Como já explicado anteriormente, esse fenômeno, denominado como o ressurgimento da pobreza, foi caracterizado a partir da ideia de população em *risco social*, pois é diferente do que ocorre em outros países, em especial da América Latina. Embora esse grupo apresentasse necessidades insatisfeitas quanto à alimentação tinham acesso aos serviços de saúde, educação, emprego, habitação, seguridade social e a uma quota de alimentos, o que tornava a aplicação do conceito de pobreza somente a partir do montante de ingressos monetários inadequado para o caso de Cuba (FERRIOL, 2003).

Em resposta a esses problemas, identificados como consequências negativas produzidas pela crise e pelas mudanças realizadas na década de 1990, deu-se início a uma reestruturação no conjunto das políticas universais. A partir de então, buscou-se conferir à distribuição dos bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas um caráter mais personalizado, com uma preocupação particular em reverter essas situações de risco e vulnerabilidade, e, ao mesmo tempo, elevar o nível cultural da população, conforme descrito no capítulo segundo desta tese.

Como aspecto geral, essas políticas foram redesenhadas para proporcionar um atendimento mais personalizado, sem renunciar à universalidade garantida no acesso aos bens e serviços direcionados à satisfação das necessidades coletivas. Nesse sentido, incorporou-se a figura do “trabajador social” no desenho institucional das políticas, que tinha como função identificar, avaliar e buscar soluções para os

problemas sociais identificados na comunidade em que estava inserido. Com uma atenção integral mais focalizada, esperava-se melhorar a efetividade no uso dos recursos, refletida na elevação dos indicadores sociais usados para avaliar o bem-estar e as condições de vida dos países.

As ações empreendidas nesse sentido foram múltiplas. Na educação básica os esforços se concentraram em reformar e construir as salas de aula buscando melhorar a infraestrutura escolar bastante deteriorada em função da crise, universalizar o acesso a computadores e equipamentos audiovisuais no espaço escolar, estimular o uso de ferramentas tecnológicas no processo de ensino, reduzir o número de alunos por sala e ampliar o número de docentes, sobretudo nas áreas identificadas como maior defasagem no número de professores.

No ensino superior, a principal estratégia foi garantir a universalização do acesso como forma de compensar as desigualdades criadas em relação a esse tema no âmbito das reformas da década de 1990. Além disso, o governo entendia que a elevação da escolaridade da população era um fator central para a construção de uma sociedade com baixos níveis de violência social e marginalidade.

Ainda cabe destacar as reformas realizadas em espaços culturais e bibliotecas, assim como ampliação de acervos, do número de trabalhadores e de equipamentos nesses espaços. Para incentivar a diversidade artística das províncias, descentralizou-se o ensino artístico e investiu-se na formação de instrutores de artes (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007).

Na área da saúde, a estratégia foi o fortalecimento do caráter preventivo dos serviços realizados no âmbito do sistema de saúde, assim como a ampliação dos serviços voltados à recuperação e reabilitação das pessoas afetadas por enfermidades. O objetivo central foi manter a cobertura e a qualidade dos serviços já alcançados e direcionar esforços para alterar hábitos e estilo de vida de diferentes grupos populacionais.

Outras áreas que assumiram papel importante na mitigação dos efeitos causados pelas mudanças da década de 1990 foram a seguridade e a assistência social. Desde o início dos anos 1980, a assistência social havia sido incorporada ao sistema de seguridade social, garantindo proteção e apoio não apenas aos trabalhadores e suas famílias, mas a todas as pessoas que, dadas as suas condições de vida ou saúde, estivessem impossibilitadas de satisfazerem a suas necessidades essenciais.

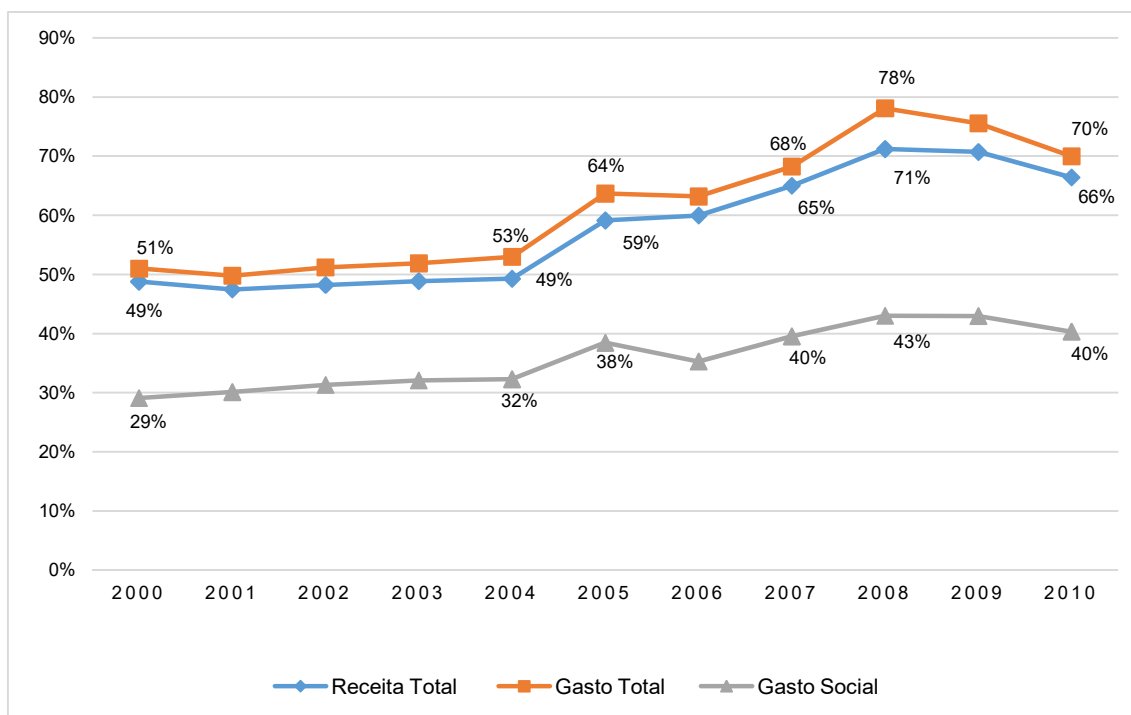


Fonte: Elaboração própria. ONE. Série Estadísticas 2015.

Por outro lado, o número de beneficiários da assistência social, depois de experimentar um crescimento superior a 200% de 2000 a 2006, começou a se reduzir, sobretudo a partir de 2008, quando o então presidente Raul Castro deu início a algumas mudanças do que pode ser considerado o preâmbulo do processo de atualização do modelo econômico e social, iniciado em 2011.

Em realidade, esse conjunto de medidas adotadas a partir dos anos 2000 resultou em um substancial aumento dos recursos distribuídos no âmbito dos chamados *fondos sociales de consumo*, que se expressaram em uma elevação das despesas registradas no orçamento estatal no que tange a essas áreas. Considerando como gasto social anual o somatório das despesas executadas com educação, saúde, seguridade e assistência social, alimentação social, cultura, esporte, habitação e serviços comunitários, é possível observar que, entre 2000 a 2008, o gasto na oferta desses bens e serviços saiu de um montante equivalente a 29% do PIB, para um percentual correspondente a 43%. Em parte, essa elevação, ocorreu em virtude da ampliação dos bens e serviços diretamente ofertados à população, mas em parte à reforma salarial que elevou os salários pagos aos trabalhadores envolvidos na execução desses serviços. Assim como cabe destacar que, em 2008, se realizaram alterações no regime de seguridade social, elevando o valor das pensões e benefícios pagos no âmbito do regime de seguridade social.

Gráfico 4 – Evolução das receitas e dos gastos orçamentários do Estado – 2000 a 2010 em % do PIB



Fonte: Elaboração Própria. ONEI. Série Estadísticas 1985-2015 (2016)

Esse crescimento dos gastos sociais contribuiu também para um aumento do gasto total do Estado, contribuindo para um aumento do permanente déficit fiscal registrado durante o período analisado, sendo que, em 2008, esse resultado negativo chegou a 6,9% do PIB. Como é possível observar no Gráfico 4, a partir de 2004 tanto as receitas como os gastos estatais assumem uma forte tendência de crescimento, que se manteve até 2008. Nesse período, a receita total do Estado que era inferior a 50% do PIB, até 2004, ultrapassou os 70% do PIB em 2008. Em contrapartida, os gastos também se elevaram em mais de 25 pontos percentuais quando comparados ao PIB.

Assim, a partir de 2008, abre-se um novo período no que tange à dinâmica das políticas universais, dado pelas dificuldades enfrentadas no âmbito econômico e pelas mudanças na direção política do país. Conforme já descrito no capítulo 2 desta tese, a partir de 2008 Cuba também tem seu desempenho econômico reduzido em função da crise econômica dos países centrais. A queda do preço do níquel e no número de turista na ilha reduziu o volume de divisas e impactou negativamente a capacidade de importação. De imediato, o PIB se reduziu em três pontos percentuais em relação ao crescimento registrado em 2007 e o déficit fiscal aumentou (VIDAL ALEJANDRO, 2009b).

Foi a partir desse contexto de restrição quanto às relações comerciais externas e de redução do crescimento econômico que o governo adotou novamente estratégias para reduzir o déficit fiscal do Estado. Dentre as medidas adotadas, cabe destacar uma revisão no número de benefícios concedidos no âmbito da assistência social, o que resultou em uma importante redução do número de pessoas beneficiadas. Também foram adotadas medidas para reduzir o número de ocupados no setor estatal (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2011).

Para Ferriol (2007) o conjunto de medidas implementadas nos anos 2000 reforçou ainda mais a participação secundária que os ingressos monetários tinham para a promoção do bem-estar no interior da construção do socialismo em Cuba. Por outro lado, manteve-se o predomínio do papel dos bens e serviços distribuídos no âmbito dos *fondos sociales de consumo*.

Cabe destacar a impossibilidade<sup>65</sup> de estimar para os anos de 1990 e 2000 o percentual de bens e serviços consumidos pelas famílias adquiridos com ingresso monetários provenientes do aporte laboral como foi apresentado para a década de 1980 no capítulo anterior. Contudo, desde 2002, têm sido publicados dados referentes aos gastos realizado pelo governo na execução dessas políticas que chegam aos indivíduos mediante bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas.

Considerando o consumo total das famílias a partir do que é consumido através das relações monetário-mercantis efetuado com os ingressos monetários e o consumo realizado pelo governo, na oferta dos bens e serviços coletivos, é possível estimar que estes últimos representaram, em média 28,7% do consumo total, entre 2002 e 2010. Comparado ao consumo realizado por meio dos ingressos monetários, as famílias receberam em média, uma complementação anual para o consumo na ordem de 40,3%.

---

<sup>65</sup> Essa impossibilidade está relacionada à ausência de informações sobre a metodologia de cálculo utilizada na estimativa apresentada por Ferriol (2001).

Tabela 4 - Evolução do consumo total das famílias – 2002 a 2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Consumo Total das Famílias	24.260,8	25.870,8	26.976,4	27.832,8	32.191,6	33.430,1	33.282,0	33.329	35.118
Consumo das famílias no mercado	17.971,8	19.086,1	19.380,0	19.453,3	23.093,1	23.443,4	23.029,5	23.236	25.061
Serviços ofertados às famílias pelo Estado	6.289,0	6.784,7	7.596,4	8.379,5	9.098,5	9.986,7	10.252,5	10.093	10.057
% dos serviços estatais no consumo total	25,9%	26,2%	28,2%	30,1%	28,3%	29,9%	30,8%	30,3%	28,6%

Fonte: Elaboração própria. ONE. Série Estadísticas 2015.

Esses dados mostram ainda que, enquanto o consumo das famílias no mercado cresceu a uma taxa média anual de 4,2% durante o período de 2002 a 2010, o montante consumido pelas famílias na forma de serviços ofertados pelo Estado de maneira universal registrou um crescimento médio anual de 6%. Isso evidencia o peso dos bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas para a manutenção das condições de vida da população cubana.

## 6.2 OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DOS LINEAMENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL: NOVAS BASES DISTRIBUTIVAS?

A partir de 2007, na medida em que as condições externas começaram a apresentar algumas dificuldades, os problemas nas relações de distribuição começaram a se tornar evidentes, pois, diante das dificuldades em seguir financiando as importações, sobretudo de petróleo e alimentos, o país viu reduzir sua capacidade de produção de riquezas e de manter a oferta de bens e serviços.

Assim, os dilemas distributivos apontados acima conformaram parte dos problemas que deram origem ao novo momento de mudanças que se iniciou em Cuba a partir de 2010. Internamente denominado processo de atualização do modelo econômico e social, teve na apresentação e aprovação do documento “Lineamientos de la Política económica y social” os marcos iniciais mais representativos. Apresentado à população no final de 2010, em sua introdução o documento apontou um conjunto de objetivos que foram considerados necessários à superação de problemas que limitavam o desempenho econômico do país.

Dentre essas medidas, algumas se relacionavam diretamente com o funcionamento do sistema de distribuição: elevar o que foi chamado “rendimentos” agrícolas, estimulando a exploração das terras ociosas no país; eliminar o “subemprego” no setor estatal a partir de uma reestruturação do emprego e do sistema salarial combinado nesse processo à ampliação do setor não estatal;



aumentar a produtividade do trabalho mediante o que foi qualificado como eliminação do igualitarismo nos mecanismos de distribuição e redistribuição dos ingressos monetários; e como parte disso previa-se também a eliminação de gratuidades consideradas indevidas e de subsídios pessoais que também fossem considerados excessivos. Ademais, essas medidas foram inseridas em uma concepção de que “[...] el socialismo significa igualdad de derechos y de oportunidades para todos los ciudadanos, no igualitarismo, y se ratifica el principio de que en la sociedad socialista cubana nadie quedará desamparado” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011, p. 5).

No interior do documento aprovado, tratou-se de assegurar a concretização dessa concepção de socialismo a partir do fortalecimento de alguns princípios e o estabelecimento de diretrizes e medidas, dentre as quais é possível destacar (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011):

- a) a planificação e a empresa estatal como formas principais de regulação social e gestão dos meios de produção, respectivamente;
- b) a proibição quanto à concentração da propriedade nas formas de gestão não estatal;
- c) a realização de uma adequada distribuição da riqueza criada entre o consumo imediato e a acumulação;
- d) a priorização das atividades que garantem maior respaldo aos serviços sociais básicos, em termos de recursos;
- e) a conformação de um sistema tributário baseado no princípio da equidade da carga tributária, estabelecendo um encargo maior para os ingressos monetários mais altos e fortalecer o caráter redistributivo dos tributos;
- f) a busca de uma estabilidade dos preços dos bens e consumo ofertados no âmbito do setor não estatal e manter o caráter centralizado dos preços dos produtos e serviços considerados de interesse econômico e social.
- g) o asseguramento das conquistas sociais em relação à atenção médica, a educação cultura, esportes, recreação, tranquilidade cidadã, seguridade social e assistência social, assim como o aperfeiçoamento desses serviços básicos ofertados no âmbito do Estado;
- h) o aperfeiçoamento das diferentes formas de proteção dos grupos populacionais com maiores carências.

No que tange aos aspectos distributivos, cabe destacar que o documento apontou a necessidade de pensar a distribuição da riqueza criada a partir de uma perspectiva de sistema reestabelecendo a lógica dos fundos de consumo individual e fundos sociais de consumo.

Mas, conforme apontado no capítulo segundo desta tese, passados já cinco anos da aprovação desse documento, os relatórios oficiais indicavam que muitos dos pontos aprovados ainda não haviam sido efetivados e outros estavam em fase de implantação. Nesse sentido, cabe questionar quais mudanças foram efetivadas no que tange à distribuição e que modificações produziram no sentido de recuperar a capacidade do sistema de distribuição de responder aos objetivos econômicos e sociais que envolvem a continuidade da construção do socialismo em Cuba.

Ao buscar respostas a esses questionamentos, é necessário reconhecer que cinco anos se constituem um período de tempo bastante curto para realizar importantes mudanças estruturais, sobretudo em um país submetido a constantes ameaças e agressões por parte de grupos contrarrevolucionários sediados no Estados Unidos, além do bloqueio econômico imposto ao país e de um ambiente econômico externo marcado por profundas instabilidades e crise.

Porém, estudos produzidos internamente no âmbito da academia cubana, assim como os dados gerais publicados oficialmente, permitem realizar algumas indicações dos resultados produzidos pelas medidas implementadas a partir de 2011. Assim, esta seção buscará apresentar as principais modificações que podem ser identificadas no que tange ao funcionamento do sistema de distribuição em Cuba, produzidas dentro do denominado processo de atualização do modelo econômico e social.

Conforme já indicado no capítulo 2 desta tese, as principais mudanças implementadas a partir de 2011 foram referentes à diversificação das formas de gestão dos meios de produção. Nesse sentido, a Tabela 5 demonstra como evoluiu o número de unidades produtivas no país no período de 2010 a 2015. Fica evidente uma significativa redução no número das empresas estatais, o que pode ser atribuído ao processo de reordenamento pelo qual passaram essas instituições. Além disso, chama a atenção o surgimento das cooperativas não agropecuárias a partir de 2013. Por outro lado, o número de cooperativas agropecuárias tem se reduzido. Cruzando essas informações com a posse da terra segundo a característica dos proprietários (jurídica ou física), é perceptível o crescimento no

número de proprietários pessoa física e de usufrutuários, o que pode indicar uma migração da gestão da terra a partir de cooperativas para pequenas propriedades privadas.

Tabela 5 - Expansão das formas de gestão não estatal dos meios de produção em Cuba

<b>Unidades Produtivas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Empresas Estatais	2.810	2.422	2.250	2.235	1.992	1.956
Sociedades Mercantis	280	275	236	237	229	224
Cooperativas Não Agropecuarias	-	-	-	198	345	367
Cooperativas Agropecuarias	6.253	5.811	5.688	5.222	5.161	5.106
<i>UBPC</i>	2.256	2.165	2.038	1.811	1.754	1.699
<i>CPA</i>	1.048	1.002	1.006	909	903	897
<i>CCS</i>	2.949	2.644	2.644	2.502	2.504	2.510

Fonte: Elaboração própria. ONEI. Série Estadísticas 1985-2015 (2016).

Ainda em relação à gestão da terra, a Tabela 6 permite corroborar o movimento apontado acima, pois fica evidente a redução da gestão da área agrícola na forma das UBPC e CPA, e o crescimento da área agrícola sob a gestão das CCS e os pequenos proprietários privados e usufrutuários. Segundo dados do documento “Panorama del uso de la tierra”, em 2014, 40% da superfície agrícola cultivada foram geridos pelos pequenos proprietários privados e usufrutuários. Em relação a isso, cabe destacar a importância que o setor não estatal vem assumindo na produção de alimentos, tema muito sensível em relação ao padrão de vida em Cuba e ao consumo.

Tabela 6 - Gestão da área agrícola em Cuba – 2012 e 2014

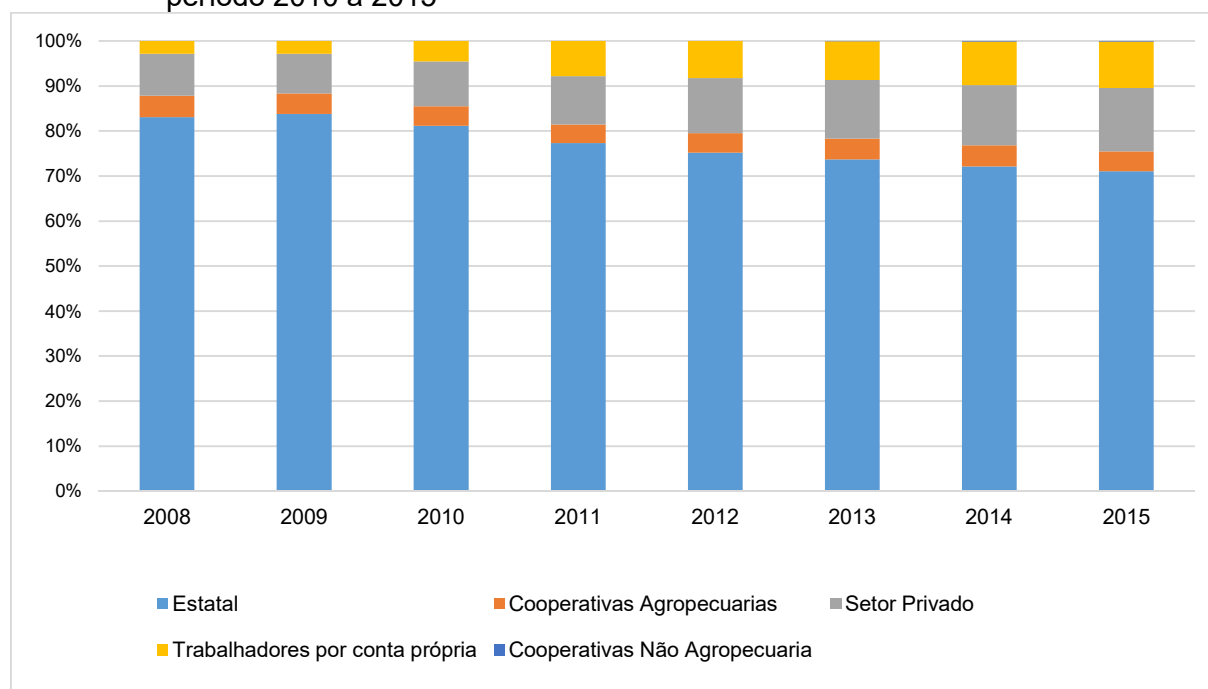
<b>Forma de Gestão – (%)</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>
Área agrícola estatal	31,3	30,9
Área cultivada por entidade estatal	28	18,6
Área agrícola não estatal	68,6	69,1
Área cultivada não estatal	71,9	81,4
<i>UBPC</i>	33,6	30,8
<i>CPA</i>	11,4	10,1
<i>CCS e privados</i>	54,9	59,1

Fonte: Elaboração própria. ONE. Anuários Estadísticos vários anos.

A implementação dos “*lineamientos da política económica y social*” também resultou em mudanças tangíveis em relação à estrutura ocupacional dos

trabalhadores. O Gráfico 5 mostra que, a partir de 2009, a participação dos trabalhadores do setor estatal no total de ocupados começou a diminuir e durante o período apresentado foi reduzida de 83,1% para 71% em 2015. Em contrapartida, o número de trabalhadores realizando atividades por conta própria mais que dobrou.

Gráfico 5 – Perfil dos empregos segundo a forma de gestão dos meios de produção no período 2010 a 2015



Fonte: ONEI. Série Estadísticas 1985-2015. 2016.

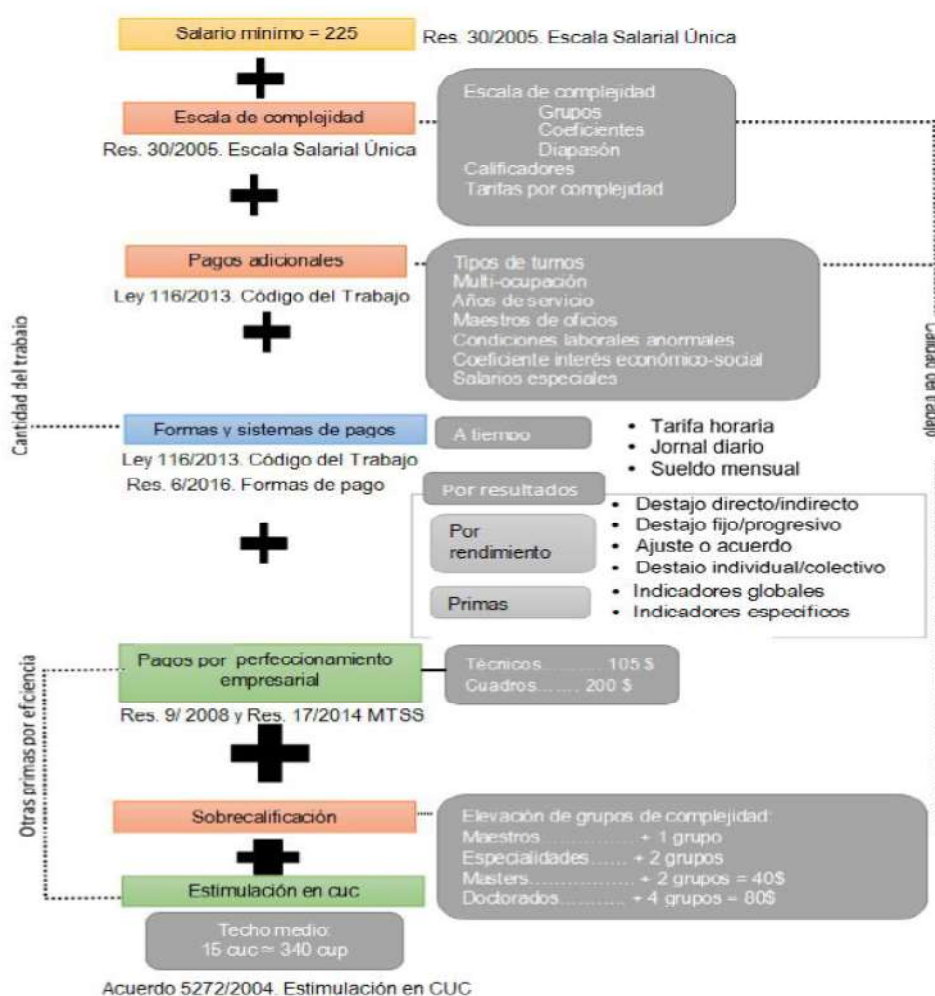
A ampliação do número de trabalhadores por conta própria durante esse período foi diretamente influenciada pelas mudanças institucionais que não apenas ampliaram as atividades autorizadas ao exercício por conta própria, como também permitiram a contratação de trabalhadores fora do círculo familiar, criaram a possibilidade de estabelecer contratos com outros setores da economia e ampliaram o limite máximo dos negócios constituídos. Porém, não foram suficientes para garantir um tratamento adequado a esses pequenos negócios particulares que seguem sendo tratados como trabalhadores por conta própria, assim como incorporam a essa modalidade a contratação de força de trabalho. Conforme verificou Galtés Galeano (2016, p. 66), as fragilidades também estão circunscritas à questão salarial.

En el caso del trabajo por cuenta propia y asalariados de las cooperativas, el Código del Trabajo establece que el salario no puede ser inferior al

salario mínimo en proporción al tiempo trabajado (Asamblea Nacional del Poder Popular, 2014, pág. 465) y establece la formalización de los contratos de trabajo entre empleadores y empleados. Sin embargo, la no obligatoriedad de formalización de los contratos exime implícitamente del cumplimiento de las normas establecidas.

Aliás, a ausência de dados não permite fazer um balanço de como tem evoluído os ingressos monetários dos trabalhadores inseridos no setor não estatal. Por outro lado, durante esse período foram introduzidas mudanças no sistema salarial com o objetivo de aumentar os ingressos monetários dos trabalhadores do setor estatal. Foi incluído o pagamento de estímulos por resultados em alguns setores e criados sistemas salariais específicos, dentre os quais cabe citar o Ministério de Cultura, o Sistema Bancário Nacional e o Ministério de Comércio Exterior.

Figura 2 - Regulações e componentes do Sistema Salarial



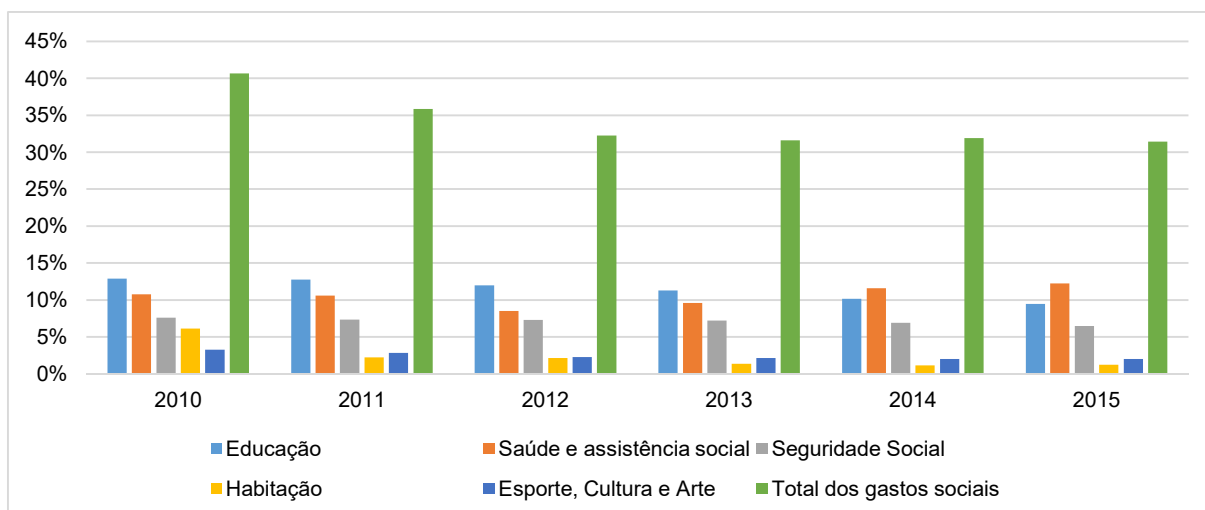
Fonte: GALTÉS GALEANO (2016, p. 68).

Todavia, conforme destacado por Galtés Galeano (2016), essa discricionariedade quanto a atividades e setores econômicos, se, por um lado, permite estimular alguns setores estratégicos importantes, por outro, acaba sendo contraproducente para o conjunto dos trabalhadores do setor estatal, na medida em que postergam uma real reestruturação salarial. Em contrapartida, mantém-se um esquema bastante complexo que pode ser visualizado na Figura 2.

Aliás, a reestruturação do sistema salarial precisa estar centrada em garantir ingressos monetários capazes de satisfazer às necessidades individuais dos trabalhadores e suas famílias, pois, ainda que nesse período o salário nominal médio tenha saído do patamar de 448 CUP, em 2010, para 687 CUP, em 2015, em alguns setores como educação, serviços comunitários e administração pública, os montantes pagos seguem bastante reduzidos. Além disso, a dualidade monetária e a segmentação dos mercados continua sendo um elemento de forte distorção no âmbito do sistema salarial e do acesso aos bens e consumo individuais básicos.

Isso torna-se ainda mais necessário quando se analisam as modificações realizadas no âmbito das políticas universais a partir de 2011. Os dados quanto aos gastos sociais realizados pelo Estado na oferta de bens e serviços para a satisfação das necessidades coletivas apresentam uma redução permanente quando comparados ao PIB. Com exceção da área da saúde, que, a partir de 2014, voltou a crescer, todas as demais áreas apresentaram uma redução dos recursos enquanto participação no PIB. Comparando esses dados com uma série histórica que inclui os últimos vinte anos, é possível perceber que essa redução retorna os investimentos com as políticas universais, em percentual do PIB, para os patamares do realizado no ano 2002.

Gráfico 6 – Evolução dos gastos sociais em (%) do PIB – 2010 a 2015



Fonte: ONEI. Séries Estadísticas 1985-2015. 2016.

Esse resultado se confirma também quando se analisam os dados concernentes ao que tem sido calculado como “Serviços individuais ofertados pelo Estado”. Conforme evidenciado pela Tabela 7, de 2010 para 2015, os montantes destinados a esses serviços em comparação com o total do consumo realizado pelas famílias vem registrando uma redução importante. Inclusive, o percentual apresentado em 2015 foi inferior ao registrado no ano de 2002, quando esses dados começaram a ser divulgados.

Tabela 7 - Evolução do consumo total das famílias – 2010 a 2015

	Em milhões de pesos cubanos - Em valores de 1997					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo Total das Famílias	35.118	35.383	36.040	37.459	38.699	40.851
Consumo das famílias no mercado	25.061	25.412	26.239	27.593	28.858	30.980
Serviços individuais ofertados pelo Estado	10.057	9.971	9.801	9.866	9.841	9.871
(%) dos serviços individuais no consumo total	28,6%	28,2%	27,2%	26,3%	25,4%	24,2%

Fonte: Elaboração própria. ONE. Série Estadísticas. 2015.

Essa tabela confirma a estratégia de reduzir o montante de bens e serviços distribuídos no âmbito das políticas universais, de maneira a conceder um espaço maior aos ingressos monetários no acesso ao consumo. Porém, isso pode ampliar as desigualdades, à medida que isso não seja acompanhado de uma reestruturação salarial que garanta às famílias acesso a ingressos monetários suficientes para permitir que parte desses bens e serviços sejam adquiridos nos complexos circuitos comerciais. Além disso, conforme destaca Zabala (2015, p. 2), “para Cuba la

equidad constituye un pilar esencial de su modelo social, alrededor de cual se articula el consenso sociopolítico”, portanto, a possibilidade de ampliação quanto às diferenciações sociais constitui-se em um risco para a continuidade da própria experiência cubana de transição ao socialismo.

Para García Álvarez e Anaya Cruz (2015, p. 25), um grande desafio que precisa ser resolvido no país em relação aos esquemas de distribuição, e que ainda não encontraram respostas com as mudanças realizadas a partir de 2011, trata-se do que consideraram “tensão” existente entre a distribuição do produto criado entre as funções de acumulação e consumo. Segundo as autoras,

[...] el crecimiento económico aún no alcanza el ritmo que se precisa para poder emprender un proceso de desarrollo que permita alcanzar el propósito de construir un socialismo próspero y sostenible. Es evidente la tensión entre los dos destinos fundamentales del producto creado: el consumo y la acumulación. En particular, se precisa incrementar la tasa de acumulación a no menos del 25%. Después de 1989, esta se mantuvo por muchos años en niveles que apenas si permitían la reproducción simples de la economía y los efectos de esa proporción se sienten hoy con mucho más rigor. El fondo de consumo tampoco provee del nivel que necesita y demanda la población, por lo que no se puede comprimir más [...].

Em realidade, isso reforça a ideia já exposta nessa tese, sobre as dificuldades enfrentadas pelo socialismo em Cuba no que tange ao processo de acumulação e ampliação da capacidade de produção de riquezas. Mas, em relação a isso, cabe também lembrar as dificuldades que o país enfrentou nos primeiros anos da revolução, quando, além da fuga dos trabalhadores mais qualificados, precisou alterar o parque produtivo nacional, em virtude da impossibilidade de adquirir peças de reposição e equipamentos compatíveis com o padrão tecnológico herdado. Posteriormente, com o fim do campo soviético, o país novamente vivenciou essa situação. Isso evidencia os obstáculos que, para além de decisões tomadas no âmbito da planificação da economia nacional, estiveram presentes no processo vivenciado por Cuba e dão a ele particularidades relevantes.

Para as autoras, os caminhos que poderiam aliviar esse conflito na distribuição do produto entre consumo e acumulação seriam “conseguir un importante flujo de inversión externa o persistir en el avance de medidas que estimulen um despegue de la productividad nacional, o preferiblemente una combinación de ambas opciones” (GARCÍA ALVAREZ; ANAYA CRUZ, 2015, p. 25).



Um balanço das medidas adotadas durante a implementação dos “Lineamientos de la política económica y social”, apresentado no capítulo dois desta tese, parecem indicar que o governo tem adotado como estratégia exatamente a última opção apontada pelas autoras, pois foram adotadas várias medidas para estimular a entrada de investimentos estrangeiros no país, como a aprovação de uma nova legislação e o pagamento da dívida externa. E a ampliação do setor não estatal e das relações monetária-mercantis é apresentada como medida para estimular o desempenho laboral dos trabalhadores e aumentar a produtividade interna.

Agora, independente das reais possibilidades que essa estratégia tem de elevar o desempenho econômico do país, a forma como elas têm sido implementadas coloca sob tensão também a equidade, elemento apontado por Zabala (2015) como pilar essencial do consenso político no país, uma vez que, passados cinco anos do início das novas mudanças, o país ainda mantém os mecanismos de distorção quanto aos ingressos monetários no setor estatal e permanecem as fragilidades quanto às garantias dos trabalhadores inseridos no setor não estatal.

Por outro lado, avançou-se com medidas que ampliam a participação dos ingressos monetários como forma de satisfação das necessidades materiais das famílias, assim como a participação do setor não estatal na produção e comercialização de bens e serviços. Essa combinação tem resultado em dificuldades para uma parte da população acessar bens e serviços comercializados pelo setor não estatal, pois, como os preços nesse setor não são controlados pelo Estado e são influenciados pelos preços internacionais, são em geral bastante elevados em relação aos ingressos monetários dos trabalhadores do setor estatal.

Além disso, a demora em criar novos mecanismos de regulação social que levem em consideração o caráter das relações econômicas que se estabelecem no âmbito do setor não estatal tem permitido que eles se sobreponham aos interesses sociais, elevando os preços e garantido ganhos elevados, em prejuízo, sobretudo, dos trabalhadores do setor estatal, fato bastante recorrente nos mercados de produtos agropecuários.

Em realidade, as limitações que já estavam presentes no documento aprovado em 2011 e que orientaram as mudanças também se refletem em sua execução. A ausência de uma estratégia sistêmica na implantação das medidas faz

com que se avancem em algumas áreas e não em outras. Além disso, algumas medidas implantadas acabam gerando resultados que conflitam com os objetivos estabelecidos. E, nesse caso, o exemplo dos mercados de produtos agropecuários também se torna mais uma vez um exemplo importante, porque se avançou em conceder maior espaço a esses estabelecimentos na comercialização dos produtos, permitindo aos produtores realizarem a venda de seus produtos diretamente aos consumidores, para que dessa forma os preços desses produtos diminuíssem, mas o resultado acabou sendo o contrário.

Por fim, cabe ainda lembrar que, como parte das mudanças aprovadas em 2011, foram elaborados dois novos documentos – Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030 –, que têm por objetivo aprimorar o que já foi anteriormente aprovado e superar essas limitações apontadas quanto ao processo de implementação.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto ao longo desta tese podemos sintetizar algumas notas conclusivas que serão aqui apresentadas da seguinte maneira: primeiramente, as principais reflexões quanto às teses de construção histórica do socialismo e de suas aplicações e todas as polêmicas que se desenvolveram frente às dificuldades enfrentadas nas experiências concretas; posteriormente, as contribuições da experiência cubana tanto no que se refere à vigência das teses de construção histórica do socialismo e de suas aplicações, quanto aos temas de promoção da igualdade e justiça social a partir do sistema de distribuição que se configurou no país.

Conforme foi possível resgatar anteriormente, foram Marx e Engels, no século XIX, que ao analisarem o capitalismo, suas leis e contradições, mostraram a necessidade histórica de superação do mesmo, e derivaram disso a construção de uma nova organização econômico e social, chamada comunismo. Ao fazerem isso, conceberam a formação e o desenvolvimento de um novo modo de produção, que em virtude disso teria necessariamente que assumir um caráter mundial. Além disso, a internacionalização da luta política dos trabalhadores, o amadurecimento da aplicação do método e o aprofundamento nos estudos sobre o capital, levaram os autores efetuarem reflexões a partir de outras realidades. Reflexões que, em seu tempo, ficaram inconclusas.

Foi Lênin, em seu tempo histórico, quem avançou nessas reflexões, indicando que um processo revolucionário de superação do capitalismo se daria a partir de países em que a inserção no sistema capitalista mundial tivesse sido periférica e desigual. Lênin, diferentemente de Marx e Engels, vivenciou e dirigiu uma experiência concreta de revolução socialista. E, partir das dificuldades enfrentadas pela Revolução Russa, deixou importantes contribuições para as teses de construção do socialismo, mas sobretudo em relação às formas que o mesmo assumiria.

Dentre suas contribuições, cabe destacar as estratégias econômicas formuladas e adotadas no âmbito da NEP – Nova Política Econômica, que pode ser caracterizada como um momento crucial em que se buscou pensar e construir novas relações sociais de produção, de caráter socialista, a partir das condições socioeconômicas que se apresentavam à Rússia naquele momento levando em

consideração também o contexto histórico mundial. Nesse sentido, a propriedade social seria a expressão de um sistema heterogêneo composto de diferentes formas de gestão dos meios de produção submetidas a um processo de regulação social planejada, exercido a partir de controles estatais diretos e indiretos, tendo como objetivo maior a criação das condições objetivas e subjetivas necessárias para a consolidação da sociedade socialista. Vale ressaltar que as estratégias da NEP foram abandonadas e o imediatismo em consolidar a nascente sociedade socialista russa acabou resultando em estratégias que em muito contribuíram para seu desaparecimento posterior.

Mas as discussões que envolveram as formas concretas que as teses de construção do socialismo assumiriam nos países onde a revolução socialista foi vitoriosa não ficou restrito à NEP. As particularidades de cada país resultaram em formas de organização econômica e social diferentes, marcadas por especificidades próprias. Da mesma maneira, enfrentaram obstáculos diferentes e se desenvolveram em momentos históricos distintos, em que pesem, todas tinham como objetivo a construção do socialismo.

Ademais, cumpriram um papel histórico importante, pois se constituíram em um polo de oposição ao capital, permitindo às classes trabalhadoras avançar em algumas conquistas sociais que se efetivaram em direitos sociais garantidos no âmbito do Estado Capitalista e que proporcionaram melhoria nas condições de vida.

É neste momento, em que a classe trabalhadora sofre a perda dessas conquistas sociais, e que o capitalismo mostra sua face mais dura, em especial nos países periféricos marcados pelo desemprego, pobreza e exploração, que o ideal socialista reafirma sua vigência e exige novas reflexões sobre formas concretas de existência. Essas novas reflexões não podem ser desenvolvidas sem incluir os avanços obtidos pelas experiências concretas, como não podem negligenciar as incompreensões e equívocos que estiveram presentes.

Dentro disso, Cuba não apenas se caracteriza por uma experiência de construção do socialismo, como passa por um processo que deve contribuir para as reflexões sobre as formas de organização econômica e social que podem assumir as teses de construção do socialismo tendo em vista as condições particulares de cada país e do contexto internacional.

Além disso, a ilha segue ocupando posição de destaque internacional nos indicadores de desenvolvimento da educação, saúde, esportes, políticas de combate

à pobreza e a miséria. Essas conquistas foram obtidas no processo de construção do socialismo que o país busca manter, mesmo sob novas condições econômicas, sociais e políticas internas e externas. E como foi tratado ao longo desta tese, essas conquistas sociais obtidas por Cuba são o resultado das relações de distribuição que se conformaram como parte das novas relações de produção que começaram a ser construídas a partir de 1959, visando o socialismo.

Essas relações de distribuição de caráter socialista se concretizaram em diferentes formas que permitiram ao país colocar o produto do trabalho social em função de criar as condições objetivas e subjetivas de construção do socialismo. Com objetivos econômico e sociais definidos a partir das condições histórico-sociais que se apresentavam no país, o sistema de distribuição permitiu elevar as condições de vida da população, eliminando carências sociais históricas como o analfabetismo e ausência de serviços de atenção à saúde.

Mas essas relações de distribuição tiveram como determinantes históricos um intenso e rápido processo de socialização dos meios de produção, em que a forma estatal de gestão se tornou quase exclusiva. E a planificação centralizada tornou-se a principal forma de regulação das relações sociais. As agressões promovidas pelo governo norte-americano em conjunto com a burguesia cubana foi um dos fatores que contribuiu diretamente para a forma como esse processo de socialização foi conduzido. Deve-se destacar que desde os primeiros anos da revolução a burguesia cubana abandonou o país e se instalou no vizinho do Norte.

Além disso, o bloqueio econômico e o isolamento ao qual Cuba foi submetida constituem outros fatores específicos que contribuíram para dar às formas econômicas e sociais do socialismo cubano os aspectos que elas assumiram. Da mesma maneira, a aproximação de Cuba com os países do campo socialista e, posteriormente, sua inserção no Sistema Socialista Mundial como país membro do CAME, também influenciou a organização da sociedade socialista no país.

Com isso, o sistema de distribuição que foi sendo organizado durante os primeiros trinta anos do processo cubano foi composto por diferentes esquemas que, além de garantirem a reprodução social ampliada no país, garantiam também que o produto social do trabalho, de maneira direta ou indireta, retornasse aos produtores em sua condição de membros da sociedade. Isso porque, do ponto de vista individual, além dos ingressos monetários distribuídos na forma de salário para aquisição de bens e serviços individuais, eram entregues um conjunto de bens e

serviços distribuídos de maneira universal para a satisfação das necessidades coletivas. E ainda na condição de membros da sociedade, e, portanto, de proprietários dos meios de produção, também se apropriavam do produto do trabalho social destinado ao processo de acumulação, assim como da melhoria das condições materiais e espirituais geradas por estes, das quais a sociedade em seu conjunto também se beneficiava. Dessa forma, o produto do trabalho social ao ser distribuído, assumia diferentes formas retornando, direta ou indiretamente, aos produtores.

Até 1989, os salários pagos pelas empresas estatais aos trabalhadores era um dos principais mecanismos desse sistema de distribuição. Pois esta era a principal e quase única fonte de ingressos monetários das famílias. O montante pago era definido por um sistema salarial que buscava ter como critério fundamental o aporte de trabalho. E partir desses ingressos monetários, os trabalhadores adquiriam bens e serviços para a satisfação de suas necessidades individuais e de suas famílias. Essa aquisição ocorria a partir de estabelecimentos estatais, em que os preços, ademais de controlados, eram subsidiados.

Além disso, parte da riqueza criada era distribuída mediante *fondos sociais de consumo* que chegavam às famílias sob a forma de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas, assim como na forma de transferências e ingressos monetários e de subvenções estatais. Por esta via, se garantia a todos os serviços de educação, saúde, cultura e esportes, ademais de alimentos e medicamentos. Com o sistema de seguridade e assistência social eram assegurados benefícios monetários e em espécie a todos, que por sua condição física ou mental, estivesse incapacitados para o exercício laboral. Além disso, também se garantia o direito à moradia com a entrega de imóveis às famílias pagos em pequenas parcelas.

Esse sistema que se caracterizou por um forte elemento homogeneizador com reduzida participação dos ingressos monetários como meio para satisfação das necessidades básicas, garantiu a construção de uma sociedade com margens estreitas de desigualdade e com elevadas condições de vida. Mas apresentou insuficiências enquanto mecanismo de estímulo ao desempenho dos trabalhadores e de redução das desigualdades entre os trabalhadores no âmbito da produção.

A partir de 1989, as condições internas e externas que garantiam o funcionamento desses mecanismos de distribuição foram completamente alteradas,

desencadeando uma grave crise econômico e social, consequência do colapso da União Soviética. Durante os anos mais difíceis o país vivenciou uma escassez brutal. Um conjunto de medidas emergenciais foram adotadas, e dentre elas a ampliação do sistema de racionamento que alcançou praticamente a totalidade da oferta de bens de consumo. Em seguida, medidas estruturais também foram implementadas e resultaram em algumas modificações nos determinantes históricos do sistema de distribuição. Novas formas de gestão dos meios de produção foram autorizadas e o mecanismo de planificação tornou-se um pouco menos centralizado. Foi autorizada a circulação e posse de dólar e criada uma nova moeda chamada CUC, que mantinha a paridade com dólar. Internamente ocorreu uma segmentação da economia em dois setores: um formado pelos setores estratégicos para a entrada de divisas no país, dentro do qual estavam as novas formas de gestão da propriedade e outro chamado de setor tradicional, que manteve as demais atividades econômicas.

Um balanço sobre dinâmica das relações de distribuição e os resultados alcançados no período, entre 1990 e 2010, mostram que as medidas distributivas adotadas no momento mais difícil da crise foram fundamentais para manter a coesão interna em torno do ideal socialista. Do mesmo modo, permitiram ao país distribuir os efeitos negativos da crise entre o conjunto da sociedade, sem que um único grupo fosse penalizado, como ocorreu nos países da América Latina no contexto de abertura econômica e financeira vivenciado no final do século XX.

Além disso, os fenômenos da desigualdade e da pobreza que ressurgiram no país a partir do contexto de crise e mudanças guardam características particulares que torna necessário destacar as margens relativamente estreitas sob as quais essa desigualdade se manifestou em comparação com outros países. Da mesma maneira ocorre com o fenômeno da pobreza, em que embora as famílias não obtenham ingressos monetários suficientes para adquirir uma cesta de bens e serviços considerados essenciais, elas têm garantido o acesso a serviços de educação, saúde, seguridade e assistência social, alimentação e um conjunto de subsídios, dentre outros, distribuídos mediante políticas universais. E foi também esse conjunto de bens e serviços coletivos que não permitiram que as condições de vida no país se deteriorassem ainda mais, evitando inclusive o desenvolvimento de um processo de marginalização e violência social.

Por outro lado, o exposto ao longo desta tese também mostra que, se ao final dos anos 1980 o sistema de distribuição conformado em Cuba tinha como seus principais resultados a elevação das condições de vida da população e a conformação de uma estrutura social com margens bastante estreitas de desigualdade, os anos noventa representaram um momento de ruptura em relação à magnitude desses resultados.

A crise econômica reduziu os recursos disponíveis internamente para a satisfação das necessidades materiais e espirituais da população. Posteriormente, deu origem a um conjunto de mudanças que foram insuficientes para o retorno do nível de vida ao padrão anterior e ainda deteriorou a capacidade das relações de distribuição de garantir a todos a satisfação das necessidades individuais básicas. Estes dois elementos foram cruciais para a efetividade do processo de socialização dos meios de produção, que não pode se restringir à esfera da produção, mas precisa se efetivar também na distribuição, para que os membros da sociedade se reconheçam em sua condição de proprietários. E isso implica que os meios de produção sejam usados em função de garantir a reprodução social da sociedade e que os resultados se expressem em um nível de vida que permita a todos, dentro de determinados parâmetros estabelecidos pelo conjunto da sociedade, satisfazer suas necessidades básicas.

Com isso, durante os anos 2000, enquanto para muitas famílias a crise do denominado “período especial” era um fato superado, para 20% dos núcleos familiares, a situação de carência em relação ao aporte calórico mínimo era uma realidade diária. Em especial para os trabalhadores ocupados no setor estatal, ou que tinham seus ingressos monetários provenientes do sistema de seguridade e assistência social.

Ainda que o reconhecimento desse fato tenha levado a um redesenho das políticas universais que, em alguns aspectos se tornaram mais personalizadas, novamente prevaleceu um viés igualitarista, pois o Estado acabou ampliando em sua totalidade os bens e serviços ofertados para a satisfação das necessidades coletivas. Isso se expressou em um aumento da complementação anual na capacidade de consumo das famílias que chegou a ser superior a 44%, em 2008. Essa ampliação foi possível, dado que o país registrava um desempenho econômico bastante favorável sustentado pelos acordos comerciais bilaterais firmados no período e pelo fluxo de turistas e de remessas enviadas ao país.



Como resultado das medidas de fortalecimento das políticas universais, havia, no interior do setor estatal, em torno de um milhão de trabalhadores em condição de “*subempleo*” (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2011). Ainda que isso garantisse aos mesmos uma fonte de ingressos monetários, o montante recebido era muito baixo e insuficiente para cobrir as necessidades individuais básicas. Fato que era derivado da deterioração do poder de compra dos salários durante a crise, e de sua manutenção em níveis muito reduzidos, em relação aos preços dos produtos ofertados fora do sistema de racionamento e do mercado paralelo estatal.

Por outro lado, o setor não-estatal, embora com uma expansão limitada, continuava representando possibilidade de maiores ingressos monetários e era polo de atração de trabalhadores altamente qualificados que acabavam sendo ocupados em atividades de baixa complexidade. Com isso, um grande número de profissionais graduados em diferentes áreas migrou para postos de trabalho completamente desvinculados da qualificação profissional, mas que por trabalharem em setores econômicos estratégicos (turismo, indústria de extração mineral e trabalho por conta própria) têm maiores ingressos monetários e acesso a divisas.

Além disso, o controle exercido pelo Estado sobre os agentes econômicos no setor não-estatal reduzia as possibilidades dos mesmos de colaborarem de maneira mais efetiva na ampliação da produção interna. Como exemplo desse fato é possível citar as UBPC, que poderiam contribuir na ampliação da produção de alimentos reduzindo a dependência externa nessa área, mas diante da ausência de um mercado de insumos mantinham as decisões relativas à produção submetidas às decisões centralizadas dos organismos estatais. Obstáculo parecido vivenciavam os trabalhadores por conta própria dada a ausência de uma rede de fornecedores e de comércio atacadista.

Outro elemento importante que caracterizava a dinâmica distributiva constituída no final dos anos 2000, era a participação das remessas enviadas do exterior no ingresso monetário das famílias cubanas. Como foi exposto, havia uma relação direta entre as famílias com maiores ingressos e, portanto, com melhores condições de vida e o recebimento de remessas do exterior. Uma fonte de ingresso que era completamente desvinculada da ocupação interna.

Todos esses fatos corroboram para evidenciar como a crise do bloco socialista havia deteriorado a capacidade do sistema de distribuição em cumprir com sua função de submeter os resultados do trabalho social aos objetivos econômicos e

sociais de construção do socialismo. Pois, se o sistema já apresentava limitações em estimular o trabalho e o exercício profissional, isso se tornou ainda mais difícil, a partir de uma realidade em que a melhoria das condições de vida passou a depender do acesso a divisas.

Não obstante as possibilidades de obter ingressos monetários em divisas englobassem desde estímulos concedidos no setor estatal até contratos de trabalho no exterior, as principais ocupações relacionavam-se ao exercício de atividade econômica completamente desvinculada da qualificação profissional e eram de baixa complexidade. E, dada as regulações que limitavam a expansão das novas formas de gestão dos meios de produção e, com isso, as possibilidades de acessar divisas internamente por meio da inserção laboral, o recebimento de remessas do exterior acabou se constituindo em uma estratégia permanente de algumas famílias para incrementar suas fontes de ingressos monetários.

Com isso, um esquema distributivo do fundo de consumo individual que levasse em consideração o trabalho individual foi se tornando uma realidade ainda mais distante, e esse fato já não estava apenas associado a um sistema salarial com margens estreitas de diferenciação. Mas, a uma ausência de critérios, dada as diferentes fontes de ingressos monetários, as diferentes moedas em circulação e os diferentes circuitos comerciais que passaram a existir no país.

Por outro lado, o fortalecimento da distribuição de bens e serviços coletivos, em que os subsídios a uma variada quantidade de produtos continuaram sendo um mecanismo distributivo importante e beneficiando a todos igualmente, o que dificultou reduzir as desigualdades com um atendimento específico aos núcleos familiares mais afetados pelo contexto de crise e mudanças. Além disso, comprometeram a capacidade do Estado de seguir mantendo os níveis de oferta de outros serviços e bens, elevando o déficit fiscal do Estado que em 2008 chegou a quase 7% do PIB.

Esse foi o contexto interno a partir do qual se iniciou, em 2011, um novo momento de mudanças. E essas mudanças retomam a ampliação do papel das formas de gestão não-estatal dos meios de produção, tanto no âmbito da produção como da comercialização. Essa maior heterogeneidade de agentes econômicos ampliam a apropriação da riqueza a partir de outros mecanismos que não os ingressos monetários salariais e os bens e serviços distribuídos mediante os *fondos sociais de consumo*. Além disso, os salários pagos no setor estatal continuam

insuficientes para garantir uma cesta básica de bens e serviços individuais, e com isso, continuam não sendo atrativos para os trabalhadores.

Nesse contexto de novas mudanças, muitos desafios se colocam para o país no campo distributivo. Pois frente à necessidade de recuperar a capacidade do sistema de distribuição de submeter o produto do trabalho social aos objetivos econômicos e sociais da construção do socialismo, é preciso de maneira urgente rever o sistema salarial e reestabelecer a capacidade dos ingressos monetários, pagos sobre a forma salário de realizarem os interesses individuais dos trabalhadores. Regular as novas formas de ocupação dos trabalhadores no setor não-estatal, reconhecendo adequadamente os diferentes tipos econômicos existentes no país, o que implica estabelecer regras salariais e de proteção aos trabalhadores inseridos nessas unidades produtivas.

O Estado necessitará reforçar sua capacidade redistributiva, tanto do ponto de vista da instituição de um sistema tributário progressivo que permita exercer um controle indireto sobre essas novas formas de gestão da propriedade e ampliar as receitas para o orçamento, e como do ponto de vista dos bens e serviços a serem distribuídos. Caberá ao esquema distributivo dos bens e serviços direcionados à satisfação das necessidades coletivas reduzir as desigualdades internas e manter a coesão da sociedade em torno do socialismo.

E ainda que as medidas implementadas no âmbito dos lineamentos não tenham sido suficientes para superar os problemas distributivos que se apresentam atualmente, a elaboração e aprovação de dois novos documentos, o Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030, indicam o compromisso da população cubana e seus dirigentes em buscar adequar as formas concretas de organização da sociedade às condições atuais de construção do socialismo no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ GONZALEZ, E. C. Cuba: un modelo de desarrollo com justicia social. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 4, n. 2, abr./jun. 1998.

\_\_\_\_\_. La apertura externa cubana. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 1, n. 1, 1995.

ÁLVAREZ, E.; MÁTTAR, J. (Org) **Política Social y reformas estructurales**: Cuba a principios del siglo XXI. [México, D.F.]: CEPAL-INIE-PNUD, 2004.

BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Documentos de la Revolución cubana 1963**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2011.

\_\_\_\_\_. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007.

\_\_\_\_\_. **Documentos de la Revolución Cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Documentos de la Revolución Cubana 1961**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.

BETTANIN, F. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A coletivização da terra na URSS**: Stálin e a “revolução do alto” (1929-1933). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 1-4.

BETTELHEIM, C. **A luta de Classes na União Soviética**: primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. **A luta de Classes na União Soviética**: segundo período (1923-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Formas y métodos de la planificación socialista y nivel de desarrollo de las furzas productivas. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. Melbourne: Ocean Press, 2003. p. 183-213.

BORÓN, A. El socialismo del siglo XXI: notas para su discusión. In: \_\_\_\_\_. **Socialismo Siglo XXI ¿ Hay vida después del neoliberalismo?** 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociais. p. 145-196.

BOTI, R. El Plan de Desarrollo Económico de 1962. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1962**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2009. p. 368-382.

CARCANHOLO, R. A. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 9-17.

CARRANZA VALDÉS, J.; MONREAL, P. Los retos actuales del desarrollo en Cuba. **Problemas del Desarrollo**: Revista Latinamericana de economía. Ciudad del Mexico vol. 31, n. 122, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/7352/6847>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas del desarrollo en Cuba: realidades y conceptos. **Revista Temas**. La Habana, n. 11, p. 30-40, jul./set. 1997. Disponível em: <[http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas\\_en\\_pdf/Revista11\(2.14%20MB\).pdf](http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11(2.14%20MB).pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARRANZA VALDEZ, J; GUTIÉRREZ URDANETA, L. MONREAL GONZÁLEZ, P. **Cuba**: la reestructuración de la economía. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1995.

CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, Cuba 1902-2002: Desarrollo económico y política social (II). **Economía y Desarrollo**. La Habana, ano XXXV, v. 138, n. 1, p. 48-82, 2005. Disponível em: <<http://www.fec.uh.cu/downloads/Revistas/2005/2005-n1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. **Erradicacion de la pobreza em Cuba**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

CASTRO RUZ, F. Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión diferida del Tercer Congreso del Partido Comunista de Cuba, en el Teatro “Carlos Marx”. 1986, La Habana, efectuado en el 2 de Diciembre de 1986. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f021286e.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, efectuada en el teatro “Heredia”, Santiago de Cuba, el día 10 de octubre de 1991. **Congresso do Partido Comunista Cubano**. 4, 1991, Santiago de Cuba. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Discurso-de-Fidel-inauguracion-del-IVcongreso.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto conmemorativo del XI Aniversario de la Accion

del 13 de marzo de 1957, efectuado en la Escalinata de la Universidad de La Habana, el 13 de marzo de 1968. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f130368e.html>. Acesso em: 1 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de Doble República de Cuba, en las honras fúnebres de las víctimas del bombardeo a distintos puntos de la república, efectuado en 23 y 12, frente al cementerio de Colón, el día 16 de abril de 1961. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f160461e.html>. Acesso em: 1 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba. Aula Magna de la Universidad de La Habana: ato pelo aniversário de 60 anos do ingresso de Fidel Castro à universidade. 2005, La Habana, efectuado en el 17 de noviembre de 2005. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f171105e.html>. Acesso em: 1 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **La historia me absolverá**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007. Disponible em: <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/05/la-historia-me-absolvera-fidel-castro.pdf>. Acesso em: 13 maio 2011.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. VII. 2008. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Tercer Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2009. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2009/esp/r010809e.html>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. 2010. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r081110e.html>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. VII. 2008. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el Primer Vicepresidente. In: Acto del aniversario 54 del asalto al cuartel Moncada. 2007. Camagüey. **Estamos en el deber de cuestionarnos cuanto cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor**: Cuba. Rebelión. [S.l.], jul 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 5 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Discurso pronunciado por el Primer Vicepresidente. In: Acto del aniversario 54 del asalto al cuartel Moncada. 2007. Camagüey. **Estamos en el deber de cuestionarnos cuanto cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor**: Cuba. Rebelión. [S.l.], jul 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CEPAL. Apreciaciones sobre el estilo de desarrollo y sobre las principales políticas sociales en Cuba. CEPAL/MEX/77/22/Rev. 4, 1979. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25809/S7900418\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25809/S7900418_es.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 30 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **La Economía Cubana**: reformas estructurales y desempeño en los noventa. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHE GUEVARA, E. **Apuntes críticos a la economía Política**. La Habana: Ciencias Sociales e Ocean Press, 2006.

\_\_\_\_\_. La planificación socialista, su significado. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. 1ª ed. Melbourne: Ocean Press, 2003, p. 111-122.

\_\_\_\_\_. Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. 1ª ed. Melbourne: Ocean Press, 2003, p. 79-110.

\_\_\_\_\_. Sobre la concepción del valor. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. 1ª ed. Melbourne: Ocean Press, 2003, p. 36-44.

CONGRESO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. 1, 1975, La Habana, **Informe Central de las Tesis e Resoluciones**, [S.l.; s.n.], 1976. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Informe-Central-I-Congreso-del-PCC.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. 1, 1975, La Habana, **Informe Central de las Tesis e Resoluciones**, [S.l.; s.n.], 1976. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Informe-Central-I-Congreso-del-PCC.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CONGRESO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. 3, 1986, La Habana, **Tesis Y Resoluciones sobre el perfeccionamiento del sistema de dirección y planificación de la economía** [S.l.; s.n.], 1986. Disponível em:

<<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/III-Congreso-PCC.-Resoluciones-sobre-el-perfeccionamiento-del-sistema-de-direcci%C3%B3n-y-planificaci%C3%B3n-de-la-econom%C3%ADa.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CUBA, Ley nº 24 de Seguridad Social, de 28 de agosto de 1979. In: Natlex. Disponível em:

<<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/WEBTEXT/20935/64826/S79CUB01.htm>>. Acesso em: 5 jun 2015.

\_\_\_\_\_. Apêndice de la Constitución de la Republica de Cuba. 12 de junho de 1901. In: CLEMENTE VIVANCO, J. **Constitución de la Republica de Cuba comentada**. [S.l.]. Habana: Imprenta y encuadernacion. 1902. Disponível em: <<https://archive.org/stream/constitucindela00vivagoog#page/n8/mode/2up>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Ley nº 141 sobre el ejercicio del Trabajo por Cuenta Propia**, de 8 de setembro de 1993. Disponível em:

<<https://www.gacetaoficial.gob.cu/codedicante.php>>. Acesso em 2 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Ley nº 142 sobre las Unidades Basicas de Produccion Cooperativa**, de 20 de setembro de 1993. Disponível em:

<[http://www.actaf.co.cu/index.php?option=com\\_mtree&task=att\\_download&link\\_id=168&cf\\_id=24](http://www.actaf.co.cu/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=168&cf_id=24)>.

\_\_\_\_\_. Ley de la Reforma Agraria, de 17 de maio de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em:

<<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Ley de la Reforma Urbana, de 14 de octubre de 1960. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007. p. 111-129.

\_\_\_\_\_. Ley nº 1076, de 4 de diciembre de 1962. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1962**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2009. p. 403-405.

\_\_\_\_\_. Ley nº 24 de Seguridad Social, de 28 de agosto de 1979. In: **Natlex**. Disponível em:

<<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/WEBTEXT/20935/64826/S79CUB01.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ley nº 851, de 6 julio de 1960. In: In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007. p. 75-77.



\_\_\_\_\_. Ley nº 890, de 13 de octubre de 1960. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007, p. 93-110.

\_\_\_\_\_. Ley nº 891, de 13 de octubre de 1960. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007. p. 87-92.

\_\_\_\_\_. **Ley nº. 77 de la Inversión Extranjera**, de 5 de setembro de 1995. Disponível em:

<<http://www.track.unodc.org/LegalLibrary/LegalResources/Cuba/Laws/Cuba%20de%20la%20inversi%C3%B3n%20Extranjera%201995.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2016.

CUBA. Ley nº. 77 de la Inversión Extranjera, de 5 de setembro de 1995.

file:///C:/Users/D275100/Downloads/Cuba%20de%20la%20inversi%C3%B3n%20Extranjera%201995.pdf

\_\_\_\_\_. Ley s/n, de 3 de octubre de 1963. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1963**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2011, p. 283-287.

\_\_\_\_\_. Resolución nº 1, de 6 de agosto de 1960. In: In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007. p. 78-82.

\_\_\_\_\_. Resolución nº 2, de 17 de septiembre de 1960. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2007. p. 83-86.

DÁVALOS FERNÁNDEZ, R. **¿Embargo o Bloqueo?** La instrumentación de un crimen contra Cuba. Habana: Editorial Capitán San Luis, 2012.

DÍAZ ACOSTA, J. C. Consumo y distribución normada de alimentos y otros bienes. In: PÉREZ VILLANUEVA (Org.). **Cincuenta años de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2010. p. 333-362.

DÍAZ VÁZQUEZ, J. A. Gestión y dirección de la economía. In: **Cincuenta años de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010. p. 25-46.

DOMENECH NIEVES, S. M. Las relaciones monetario-mercantiles en el periodo de surgimiento y formación de las relaciones socialistas de producción en Cuba. **Revista Cuestiones de la economía planificada**, La Habana, JUCEPLAN, ano VI, n. 10, jul./ago. 1981.

DORTICÓS, O. Los cambios institucionales y políticos de la Revolución Socialista Cubana. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1961**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008. p. 209-222.

ECHEVARRÍA VALLEJO, O. U. Regulación, plan y mercado: el caso de Cuba. **Cuba: Investigación Económica**, INIE, ano 2, n. 3, jul./set. 1996.

ENGELS, F. [carta] 11 mar 1895, Londres [para] SOMBART, W. Berlau. Comentário ao artigo enviado pelo destinatário. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 285. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. [carta] 12 set 1882, Londres [para] KAUTSKY, C. Viena. Responde questionamento sobre a opinião dos operários Ingleses sobre a política colonial. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 272. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. [carta] 21 ago 1890, Folkestone [para] VON BOENIGK, O. Berlau. Responde questionamentos sobre as transformações socialistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 274. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Anti-Duhring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: **Obras Escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d. Vol. 3, pp. 171-207. Disponível em: <[http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/54\\_ENGELS\\_Ludwig\\_Feuerbach.pdf](http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/54_ENGELS_Ludwig_Feuerbach.pdf)>. Acesso em: 10 fev 2016.

ESPINA PRIETO, M. P. **Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad**: examinando el rol del Estado en la experiencia cubana. Buenos Aires: Consejo Latinoamerica de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/prieto/03Intro.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

FERNÁNDEZ FONT, M. L. Algunas reflexiones sobre el período especial. **Revista Bimestre Cubana**, La Habana, v. LXXXIII, n. 8, 1998.

FERRIOL MURUAGA, A. Acercamiento al estudio de la pobreza en Cuba. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 9, n. 1 e 2, 2003, p. 28-64.

\_\_\_\_\_. Desempeño económico y construcción del socialismo en Cuba. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 13, n. 3 e 4, 2007, p. 25-36.

\_\_\_\_\_. El modelo El modelo social cubano una aproximación a tres temáticas en debate. **Cuba: Investigaciones Económicas**. La Habana, INIE, ano 7, n. 1, jan./mar. 2001.

\_\_\_\_\_. La reforma económica en Cuba en los noventa. **Boletín de Economía**, UPR-RP, vol IV, n. 2, out./dez. 1998. Disponível em: <<http://economia.uprrp.edu/Reforma%20economica%20en%20Cuba.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Situación social en el ajuste económico. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, año 1, n. 1, 1995, p. 39-72.

FERRIOL MURUAGA, A.; RAMOS, A; AÑE, L. Reforma económica y población en riesgo en Ciudad de La Habana. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, año 12, n. 1 e 2, jun. 2006, p. 1-106.

\_\_\_\_\_. ¿Nivel de vida con equilibrio financiero interno?. **Revista Cuba: Investigación Económica**, INIE, año 15, n. 1, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Desempeño económico y construcción del socialismo en Cuba. **Revista Cuba: Investigación Económica**, INIE, año 13, n. 3-4, jul./dez. 2007.

FERRIOL, A.; THERBORN, G.; CASTIÑEIRAS, R. **Política Social**: el mundo contemporáneo y las experiencias de Cuba y Suecia. La Habana: [s.n.], Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, 2004.

FIGUEROA ALBELO, V M. GARCÍA BÁEZ, R. La reforma económica en Cuba y sus direcciones principales. In: SORHEGUI ORTEGA, R. A. (Org). **Antología del pensamiento económico cubano**. La Habana: Editorial Felix Varela, 2008. p. 423-446. t. III

FIGUEROA ALBELO, V. M. Cuba: una experiencia de desarrollo rural. In: FIGUEROA ALBELO, V. M. et al. **La Economía Política de la Construcción del Socialismo**. Eumed.net. 2006. p. 260-285.

\_\_\_\_\_. Hacia un nuevo modelo económico de la transición extraordinaria al socialismo. In: \_\_\_\_\_. **Ensayos de economía política de la transición extraordinaria al socialismo en la experiencia de Cuba**. Universidad Central de Las Villas. Departamento de Economía. Facultad de Ciencias Empresariales. Abril 2003.

GALTÉS GALEANO, I. **Aportes para un rediseño de la política salarial en el contexto de la actualización del modelo económico cubano**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidad de la Habana. La Habana, 2016.

GARCÍA ÁLVAREZ, A.; ANAYA CRUZ, B. Contexto actual de la transformación socioeconómica cubana. In: ZABALA ARGUELLES, M. C. et al. (Org.). **Retos para la equidad social en el proceso de actualización del modelo económico cubano**. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2015. p. 14-36.

\_\_\_\_\_. Política social en Cuba, nuevo enfoque y programas recientes. **Revista Cuba XXI**: versão digital, [S.I.], LXXVI, maio 2007. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/garciaa\\_300407.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/garciaa_300407.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2011.

GARCÍA ÁLVAREZ, C. A.; PIÑERO HARNECKER, C.; ANAYA CRUZ, B. **Reestructuración del empleo en Cuba: el papel de las empresas no estatales en la generación de empleo y en la productividad del trabajo**. Texto disponibilizado. 2011. Disponível em: <<https://thecubaneconomy.com/wp->

content/uploads/2011/06/Reestructuraci%C3%B3n-del-empleo-en-Cuba-el-papel-de-las-empresas-no-estatales-en-lageneraci%C3%B3n-de-empleo-y-en-la-productividad-del-trabajo.pdf>. Acesso em: 12 ago 2012.

GARCÍA BAÉZ, F. R. Dos leyes de la distribución en el socialismo. **Economía y Desarrollo**, n. 100, p. 18-31, 1987.

\_\_\_\_\_. Fondos sociales: acercamiento de la correlación medida de trabajo-medida de consumo. **Economía y Desarrollo**, n. 6, p. 58-67, 1988.

GARCÍA BAÉZ, R; SÁNCHEZ NODA, R. Las relaciones de distribución en el sector socialista. In: SANCHES NODA, R. et al. **Economía Política de la Construcción del Socialismo**: fundamentos generales. La Habana. Ed. Félix Varela, cap. 6, p. 158-196, 2002.

GARCIA BRIGOS, J. P. et al. Economía y transformaciones revolucionarias en Cuba. In: GARCIA BRIGOS, J. P. et al. **Cuba**: propiedad social y construcción socialista. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2012. p. 307-349.

GARCÍA VALDÉS, C. M.; FIGUEROA ARBELO, V. La propiedad social socialista en la transición al socialismo. In: **Séptima variante del proyecto de libro Problemas de la economía política de la construcción del socialismo**. Mimeo: 200-.

GOMES, H. **Aprendizados da experiência chinesa**: sobre as relações de estado numa transição ao socialismo. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

\_\_\_\_\_. Lucros fictícios na crise do capital. **Novos Temas**. São Paulo, n. 12/13, p. 179-196, jan./dez. 2015.

GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, A. Economía y sociedad: los retos del modelo económico. In: SORHEGUI ORTEGA, R. A. (Org). **Antología del pensamiento económico cubano**. La Habana: Editorial Félix Varela, [1997]2008, p. 551-598. t. III.

\_\_\_\_\_. La economía sumergida. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 1, n. 2, 1995, p. 77-104.

\_\_\_\_\_. Modelos económicos socialistas: escenarios para Cuba en los años noventa. **Revista Cuba: Investigación Económica**, INIE, n. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. **Planificación Global de la economía nacional**. La Habana: Editorial Felix Varela. 2010.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, L. **El sistema salarial: Criterios**. Cuba: Siglo XXI. [S.I.]. n. LVI, ago 2005. Disponible em:<  
[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/grodriguez\\_310705.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/grodriguez_310705.pdf)>. Acesso. 10 abril 2017.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, L; PÉREZ ROMERO, Y. Bases para una reforma general de los salarios en Cuba. **Siglo XXI**. Economía, n. CXVIII, set. 2013. Disponible em:

<[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/gonzalezr\\_300913.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/gonzalezr_300913.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GONZALEZ, E.; RONFELDT, D. **Cuba a la Deriva en un Mundo Postcomunista**. Santa Mónica: RAND, 1993. Disponível em: <[handle.dtic.mil/100.2/ADA282877](http://handle.dtic.mil/100.2/ADA282877)>. Acesso em: 22 dez 2016.

HERRERA, R.; NAKATANI, P. A dolarização cubana: elementos de reflexão para uma desdolarização. **Resistir.info**, [S.l.]. Disponível em: <[http://resistir.info/cuba/dolarizacao\\_cubana.html](http://resistir.info/cuba/dolarizacao_cubana.html)>. Acesso em: 20 maio 2012.

HIDALGO DE LOS SANTOS, V. De la dolarización a la unificación monetaria en Cuba. **Economía y desarrollo**. vol. 143, nº 1, jan./jun 2008, p. 133-164.

INFANTE UGARTE, J. Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate**: sobre la economía en Cuba. Melbourne: Ocean Press, 2003. p. 123-152.

JIMÉNEZ SOLER, G. **Las empresas de Cuba 1958**. 5. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

KEERAN, R.; KENNY, T. **Socialismo traicionado**: tras el colapso de la Unión Soviética. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2013.

LEGAÑO ALONSO, J.; FRANCISCO, I. Comisión 3 del VII Congreso del Partido: Economía cubana creció en el quinquenio pero aún es insuficiente. **Cubadebate**. La Habana. 16 abri 2016. Economía. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/04/16/comision-3-del-vii-congreso-del-partido-economia-cubana-crecio-en-el-quinquenio-pero-aun-es-insuficiente/#.WJNhdfkrJPY>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LÊNIN, V. I. Acerca de la significación del oro ahora y después de la victoria completa del socialismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, Tomo 3, 1981d, p. 668-675. t. 3.

\_\_\_\_\_. Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgues. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1981b. p. 712-734. t. 2.

\_\_\_\_\_. Economía y política en la época de la dictadura del proletariado. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1981c. p. 288-296. t. 3.

\_\_\_\_\_. Informe sobre la sustitución del sistema de contingentación por el impuesto en especie. In: \_\_\_\_\_. **La transición en la revolución socialista**. La Habana: Ruth Casa Editorial, 2013. p. 94- 109.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a Revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. Lisboa-Moscovo: Editorial Avante; Edições progresso, 1984. Disponível

em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/>>. Acesso em: 12 mai 2016.

\_\_\_\_\_. Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/08/23.htm>>. Acesso em: 12 mai 2016.

\_\_\_\_\_. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: BERTELLI, A. R (Org.). **A nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo**. São Paulo: Global, 1987. p. 143-181.

\_\_\_\_\_. Tareas Inmediatas del poder soviético. In: \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1981a. p. 671-706. t. 2.

LOWY, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do Progresso. In: MARX, K.; ENGELS, F. MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p 9-16.

LOYOLA VEGA, O. La Revolución de 1895 (1892-1898). In: TORRES-CUEVAS, E; LOYOLA VEJA, E. **História de Cuba: 1492-1898 Formación y Liberación de la Nación**. 2. ed. La Habana: Pueblo y Educación, 2002. p. 335-399. t. I.

MANDEL, E. **Além da Perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1989. v. 1.

\_\_\_\_\_. El debate económico en Cuba durante el periodo de 1963-1964. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate: sobre la economía en Cuba**. Melbourne: Ocean Press, 2003. p. 347-357.

\_\_\_\_\_. Las categorías mercantiles en el periodo de transición. In: CHE GUEVARA, E. **El gran debate: sobre la economía en Cuba**. Melbourne: Ocean Press, 2003. p. 256-274.

MARCELO YERA, L. **Repensando la economía socialista: el quinto tipo de propiedad**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARQUETTI NORDASE, H. La reestructuración del sistema empresarial em Cuba: Tendencias principales. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. (Org.). **Reflexiones sobre economía cubana**. 2. Ed. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006. p. 279-343.

MARTÍ, J. Nuestra América. [1891]. In: VITIER, C. **Edición Crítica: investigación, presentación y notas**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002.

MARX, K. A correspondência entre Vera Ivanovna Zasulitch e Karl Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. p 71-116.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro Primeiro. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. I.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro Primeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. II.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro Terceiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. VI.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-50.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONREAL, P. **Cuba y la nueva economía mundial: el reto de la inserción en América Latina y el Caribe**. Notre Dame: Kellogg Institute, abr 1991. Working Paper nº 157. Disponível em: <<https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/157.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2016.

MONREAL, P.; RÚA, M. **Apertura y reforma de la economía cubana: las transformaciones institucionales (1990-1993)**. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15397/15852>>. Acesso em: 15 maio 2012.

MORALES DOMÍNGUEZ, E. Economía y política del conflicto Cuba-EE.UU. en los noventa. **Revista Economía y Desarrollo**, La Habana, ano XXVI, v. 121, n. 3, p. 91-111, 1996.

NAKATANI, P.; CARCANHOLO, R. O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização. In: GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Cortez.

NOGUERA, A. Estructura social e igualdade em la Cuba atual: La reforma de los noventa y los cambios en la estructura de clases cubana. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, [S.l.], n. 76, p. 45-59, 2004. Disponível em: <[http://www.cedla.uva.nl/50\\_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf](http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2011.

NOVA GONZÁLEZ, A. El mercado interno de los alimentos. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E (Org.). **Reflexiones sobre economía cubana**. 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. p. 215-239.

NOVA GONZÁLEZ, A. Las Nuevas relaciones de producción en la agricultura. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 4, n. 1, 1998, p. 39-56.

NOVE, A. **A economia do socialismo possível**. São Paulo: Ática, 1989.

ODRIOZOLA GUITART, S.; COLINA HERNÁNDEZ, H. Los retos de la distribución en la transición al socialismo en la Cuba de hoy. **Economía y desarrollo**. ano XLVII, vol. 156 n. 1, ene./jun. 2016, p.187-199.

ONE - OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Series estadísticas 1985-2010**. 2011. Ciudad de La Habana. Disponível em: <<http://www.one.cu/series2010.htm>>. Acesso em: 30 set. 2012.

ONEI – Oficina Nacional de Estadísticas y Información. **Series estadísticas 1985-2015**. Empleo y salarios. La Habana. 2016. Disponível em: <<http://www.one.cu/series2015.htm>>. Acesso em: 20 abril 2017.

OXFAM. Uma economia para 1%. **Documento informativo da OXFAM 2016**. 18 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%202010%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>>. Acesso em: 07 mai 2017.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. **Informe Central**: Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I.], 1975.

\_\_\_\_\_. **Información sobre el resultado del Debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**. [Habana]: [s.n.], 2011. Disponível em: <[http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/tabloide\\_debate\\_lineamientos.pdf](http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**. [Habana]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/folleto-lineamientos-vi-cong.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Proyecto de Lineamientos de la política económica y social del PCC**. [Habana]: [s.n.], [2010]. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2010/11/proyecto-lineamientos-pcc.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

PÉREZ IZQUIERDO, V. **Alcance y desafíos de la política social cubana**. INIE: La Habana, março de 2006.

PÉREZ IZQUIERDO, V.; VEGA GUTIERREZ, Y. La Seguridad social en Cuba en el nuevo milenio. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 9, n. 3 e 4, 2003, p. 119-169.



PÉREZ VILLANUEVA, O. E. (Org.). La inversión extranjera directa en el desarrollo económico. La experiencia cubana. In: \_\_\_\_\_. **Reflexiones sobre economía cubana**. 2. Ed. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006. p. 61-92.

PERICÁS, L. B. **Che Guevara y el debate económico en Cuba**. La Habana: Fondo editorial Casa de las Americas, 2014.

PINO SANTOS, O. **El imperialismo norteamericano en la economía de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

PREOBRAJENSKY, E. **A nova econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFAEL RODRÍGUEZ, C. **Cuba en el tránsito al socialismo 1959-1963**. La Habana, Editora Política, 1979.

RODRIGUES, R. P. **O colapso da URSS**: um estudo das causas. 2006. 295f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/D275100/Downloads/TESE\_ROBERIO\_PAULINO\_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RODRÍGUEZ GARCÍA, J. L. A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010). **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 25, n. 72, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a04v25n72.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2017.

\_\_\_\_\_. **El derrumbe del socialismo en Europa**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2015.

\_\_\_\_\_. La estrategia de desarrollo económico en la etapa socialista de la revolución. In: \_\_\_\_\_. **Estrategia de desarrollo económico en Cuba**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1990, cap. 3, p. 52-208.

RUMIÁNTSEV, A. *ET.AL*. Economía Política Socialismo: primera fase del modo comunista de producción. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

SAÉNZ, Tirso W. **O ministro Che Guevara**: testemunho de um colaborador. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SÁNCHEZ EGÓZCUE M.A, J. M. La Dualidad Monetaria. Problemas, Perspectivas. In: Simposio Internacional la Economía Cubana: problemas, políticas, perspectivas. 1999, La Habana. **Anais eletrônicos...** Disponível em:<[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1\\_311004.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1_311004.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SÁNCHEZ-PARODI, R. **Cuba-USA**: diez tiempo de una relación. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2012.

SILVA, A. I. **A assistência à saúde na China continental**. 2017. 160 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

STOCCO, A. F. **Cuba: os desafios para a construção do socialismo hoje**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SUÁREZ SALAZAR, L. **Cuba: ¿Aislamiento o reinsercion en un mundo cambiado?** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

TABLADA PÉREZ, C. **El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara**. Ciudad de La Habana: Casa de las Américas, 1987.

TOGORES GONZÁLEZ, V. Los cambios en la estructura socioeconómica cubana. Ingresos, mercados de trabajo y consumo. In: SEMINARIO INTERNACIONAL “EQUITY AND SOCIAL MOBILITY: THEORY AND METHODOLOGY WITH APPLICATIONS TO BOLIVIA, BRAZIL, CUBA AND SOUTH AFRICA”. 2007, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < [http://www.ipc-undp.org/ems/papers/ENG/Viviana\\_Togores\\_Gonzalez.ENG.pdf](http://www.ipc-undp.org/ems/papers/ENG/Viviana_Togores_Gonzalez.ENG.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

TORRAS RODRÍGUEZ, R; YERA, L. M. Criterios sobre el perfeccionamiento del sistema empresarial cubano. **Revista Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 1, n. 3, out. 1995.

**Tratado de Reciprocidad Comercial entre la República de Cuba y los Estados Unidos de América**, Havana: Imprenta de Rambla y Bouza, 1903. Disponível em: <[http://ecollections.law.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=cuban\\_law](http://ecollections.law.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=cuban_law)>. Acesso em 25 mai 2015.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução. In: BERTELLI, A. R (Org). **A nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo**. São Paulo: Global, 1987, p. 183-229.

U-ECHEVARRÍA VALLEJO, O. El Estado, economía y planificación. Una primera aproximación. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 5, n. 4, dez. 1999, p. 1-26.

\_\_\_\_\_. Regulación, plan y mercado: el caso de Cuba. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 2, n. 3, jul./set. 1996.

UNITED STATES. H.R.5323 - Cuban Democracy Act of 1992, de 24 de setembro de 1992. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5323/text>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

WACQUANT, L. Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity. 2010. In: **Sociological Forum**, vol. 25, nº. 2, jun. 2010, p. 197-219.

Disponível em:  
<http://www.loicwacquant.net/assets/Papers/CRAFTINGNEOLIBERALSTATE-pub.pdf>>. Acesso em 11 mai 2015.

VIDAL ALEJANDRO, P. El salario real y la productividad en Cuba: actualización. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009a, ago. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Estabilidad, desdolarización y política monetaria en Cuba. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. (Org.). **Reflexiones sobre Economía Cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. p. 41-60.

\_\_\_\_\_. Estabilidad, desdolarización y política monetaria en Cuba. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. (Org.). **Reflexiones sobre Economía Cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006, p. 41-60.

\_\_\_\_\_. La política monetaria y la macroeconomía en Cuba: 2008-2009. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009b, ago. CD-ROM.

XALMA, C. **Cuba**: ¿Hacia donde?. 1 ed. Barcelona: Icaria Antrazyt, [2007?].

YERA, L. M.; TORRAS, R.; GARCÍA HERNANDEZ, A. Elementos para la reorganización del sistema empresarial. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 1, n. 1, 1995, p. 1-38.

YERA, M. L. Una aproximación al entorno gubernamental de la empresa estatal cubana. **Cuba: Investigación Económica**. La Habana, ano 12, n. 3, 2006, p. 1-48.

ZABALA ARGUELLES, M. C. Desafíos para la equidade social en Cuba. Razones para un debate. In: ZABALA ARGUELLES, M. C. et al. (Org.). **Retos para la equidad social en el proceso de actualización del modelo económico cubano**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2015. p. 1-13.